

**Onde estão essas pessoas?
Uma abordagem sobre a ausência e o apagamento de
pessoas trans no ensino superior europeu.**

André Antônio Martins Brasil

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida.

Orientado por:
Sofia Marisa Alves Bergano

Bragança
2023

A todas as pessoas trans que resistem cotidianamente em prol de suas existências e às pessoas interessadas em tornar-se aliadas a este processo de inclusão, transformação e justiça social.

*“Qualquer travessia, por mais longa que seja,
sempre começa em algum lugar. (...)
Estamos vivendo uma globalização da indiferença.
Há uma cultura de conflito que nos faz pensar
somente em nós mesmos, que nos faz viver em bolhas,
onde o amor é insubstancial.
Nos acostumamos com o sofrimento dos outros.
Ele não nos afeta. ninguém se sente responsável.
Quem é responsável pelo sangue dos nossos irmãos e irmãs?
“Não tenho nada a ver com isso. Deve ser outra pessoa.
Com certeza não sou eu”.
Quando ninguém é o culpado. Todo mundo é culpado”.*

Papa Francisco¹

¹ Fala atribuída ao atual chefe mundial da igreja católica, que consta no filme Dois Papas, de 2019, do diretor Fernando Meireles.

*“A mudança necessária é tão profunda
que se costuma dizer que ela é impossível.
Tão profunda que se costuma dizer que ela é inimaginável.
Mas o impossível está por vir.
E o inimaginável nos é devido”.*

Paul B. Preciado²

² Discurso apresentado pelo filósofo e professor espanhol, Paul B. Preciado, uma das maiores intelectualidades trans da atualidade, no livro *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*.

Agradecimentos

Esse mestrado faz parte de um processo de retomada muito importante na minha vida. Através dele, minha inquietude e desejo de justiça social puderam se manifestar de modo técnico e responsável. Surgiram novos sonhos, novos desafios e uma nova vida. E sendo a gratidão um mecanismo propulsor, neste percurso vários foram os aliados que merecem ser lembrados.

A Maria Augusta Ferrarezi, minha mentora e amiga. Por enxergar em mim um potencial imenso, antes mesmo que eu pudesse reconhecê-lo. Pela mentoria contínua e amorosa, sob um olhar sempre gentil. Por ser instrumento divino de conexão espiritual, resgate e sabedoria. Todo o meu amor e imensa gratidão.

Ao Professor PhD. Leandro Cunha, por me receber no grupo de investigação Direito e Sexualidade, na Universidade Federal da Bahia, UFBA/CNPq, no Brasil. Seu acolhimento foi o marco inicial dessa retomada.

A Mariana Jatobá, pela abertura de portas e o estímulo de sempre. Por me apresentar o Instituto Politécnico de Bragança e me ajudar a torná-lo uma realidade possível. Orgulho-me imenso dos nossos 40 anos de amor e amizade.

A Tácio Bomfim, por sempre acreditar em meus projetos e fazê-los parecerem maiores e mais importantes. Sua empolgação vibrante e jovem entusiasmo e inspira. A lealdade e a cumplicidade da nossa amizade legitimam-nos como irmãos.

A Vanessa Ueta, pela cumplicidade e parceria que nos unem como família. Por me ensinar diariamente sobre empatia e gratidão. Por todo amor e cuidado que eu sinto em nosso cotidiano. A você, e todos os seus, toda a minha admiração e o meu amor.

A Natasha Bastos, por cada uma das vezes em que foi fio condutor de continuidade. Por sua sabedoria e habilidade em pormenorizar obstáculos. Você e sua família são amuletos que me recarregam de amor.

A Maria Aldenora Lima, por cada mensagem de amor e o cuidado de uma vida.

A Gabriel Martins, Gigica e Gabriela, por todo o apoio dado no Brasil, sempre que foi necessário. Esse suporte me trouxe a tranquilidade necessária à realização dessa investigação. Recebam meu amor e minha gratidão.

Aos amigos, Cacau, Belinha e Misa. Por serem verdadeiros presentes de Bragança. Recebo e agradeço.

Aos amigos brasileiros em Portugal, pelo nosso encontro além-mar e por trazerem um pouquinho do aconchego da nossa terra para Trás-os-Montes.

Aos médicos e colaboradores, Adrian Berenguer, Carolina Dias Cruz, Clara Jorge e Lisa, toda a minha gratidão. Sem vocês isso não seria possível.

Aos Professores PhDs. Ana Camões, Angelina Sanches e Paulo Resende, por tornarem o mestrado mais leve e muito interessante, ao me apresentarem a Educação Social através de uma pedagogia inclusiva e diversa.

Al Professor Dott. Andrea Marcelli, dell'Università Niccolò Cusano, in Roma, Italia, per l'alta qualità dell'accoglienza e dell'insegnamento durante la mobilità ERASMUS e per la validazione metodologica della guida al colloquio utilizzata nella fase empirica. Tutta la sua conoscenza delle metodologie di ricerca ha dato davvero grande credibilità a questo studio.

À Professora PhD. Jaqueline Gomes de Jesus, pela disponibilidade, generosidade e gentileza com que me respondeu ao contato realizado em busca do seu alto grau de conhecimento. Tê-la como teórica que fundamenta esse estudo e, também, como profissional especialista que validou o conteúdo do instrumento de coleta de dados na fase empírica, aumentou, sem dúvidas, o nível qualitativo dessa investigação.

Aos Professores PhDs., membros da comissão científica, Ana Raquel Prada, Graça Santos e Orlando Gama, por toda a técnica e disponibilidade que possibilitaram um grande aprendizado durante o seminário de apoio à dissertação.

Aos colegas e amigos investigadores do CIEB, pela troca contínua e o acolhimento nesse centro de investigação, e, nomeadamente, à sua coordenação, na pessoa da Professora PhD. Cristina Mesquita, por todo o incentivo e o reconhecimento que me foram dispensados. Sua força de trabalho e liderança são inspiradoras.

À Professora PhD. Cristina Martins, por sua sensibilidade e apoio contínuo neste percurso acadêmico. Encontrá-la nesta caminhada trouxe a leveza e o entusiasmo necessários à execução do trabalho.

Às associações parceiras, pela atenção e gentileza dispensadas desde o primeiro contato. A ponte inicial realizada no contato com as pessoas participantes desse estudo foi essencial para o bom andamento da investigação. Os desejos de equidade e justiça social observados através do trabalho dessas instituições tornam-nas indispensáveis à transformação social a que se almeja.

A todas as pessoas trans que aceitaram partilhar as suas experiências, a colaborar com esse estudo. O André que hoje vos fala já não é o mesmo de antes. É notória minha evolução enquanto ser humano, por meio de seus relatos e suas vivências. Vamos aumentar essa rede de resistência.

Em especial, à Professora PhD. Sofia Bergano, referência em estudos de gênero. Por sua orientação contínua e indispensável ao longo deste trabalho. Por todo o conhecimento técnico, sensibilidade moral e sabedoria humanista, que me foram transmitidos de forma generosa, atenciosa e sempre disponível. Este trabalho não poderia ter uma melhor orientação científica. A senhora é mesmo uma professora incrível, por quem eu tenho imenso respeito e admiração. Seu profissionalismo e humanismo me inspiram a ter o exercício da docência como anseio profissional.

E por fim, a Bernadete Martins Brasil, minha mãe. A primeira pessoa da família a acessar o ensino superior. Por ter me dado a oportunidade de através dela crescer e evoluir. Agradeço por me passar valores e princípios que hoje me movimentam. Por sempre me falar da educação como instrumento de transformação social. Por sua força, cuidado e amor. Sinto o seu amor em cada momento da minha existência e sou imensamente grato por poder honrá-la e seguir adiante. Te amo e te admiro.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

Resumo

A reflexão sobre a presença das pessoas trans no Ensino Superior e sobre a escassez de produção acadêmica sobre este tema desencadeou o interesse sobre esta questão e, nesse sentido, emergiu o objetivo geral da presente investigação para o fim de realizar uma apreciação da realidade acadêmica, acerca do acesso ao ensino superior por pessoas trans, a reconhecer a ausência e/ou o apagamento dessas vivências nas instituições de ensino europeias, e estabelecer caminhos a serem seguidos como forma de se garantir o acesso efetivo à educação, enquanto direito humano garantidor da dignidade. Para o efeito, será apresentado um enfoque teórico inicial com a apresentação do estado da arte acerca do acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior europeu, em suas abordagens sociais, educativas e legais. Neste âmbito, inicialmente, será tratado sobre a sexualidade humana, para em seguida, adentrar no tema da transgeneridade e por fim, serão discutidos os direitos à dignidade e à educação, com dados referentes à realidade educacional escolar e do ensino superior atual de pessoas transgênero. Dando continuidade, ao percurso investigativo, na parte empírica, optamos por uma abordagem metodológica qualitativa, através do método de estudo de casos múltiplos, visando valorizar as narrativas de pessoas trans residentes na Europa. Nesse sentido, foram realizadas 25 entrevistas com pessoas trans, distribuídas em 17 países europeus, que foram, em seguida, analisadas e discutidas pelo método de análise de conteúdo. Os resultados extraídos identificam os desafios observados desde a percepção íntima da transgeneridade à autodeclaração pública dessas identidades, e as suas consequências na aprendizagem ao longo da vida; apontam dados violentos do *bullying* e da cumplicidade dos profissionais da educação; e, por fim, demonstram os reflexos dessas trajetórias discriminatórias no que se refere ao acesso ao ensino superior por pessoas trans. Ao final, são apresentadas recomendações políticas e sugestões de medidas promotoras de uma efetiva inclusão social da diversidade de gênero no ensino superior.

Palavras-chaves: transgeneridade; sexualidade; identidade de gênero; educação e diversidade; ensino superior inclusivo.

Abstract

The reflection on the presence of transgender people in higher education and on the scarcity of academic production on this subject triggered interest in this issue and, in this sense, emerged the general objective of the present research, in order to carry out an appreciation of the academic reality, about access to higher education for trans people, to recognize the absence and/or erasure of these experiences in European educational institutions, and to establish paths to be followed as a way of guaranteeing effective access to education, as a human right that guarantees dignity. For this purpose, an initial theoretical approach will be presented with the presentation of the state of the art regarding the access and permanence of transgender people in European higher education, in its social, educational and legal approaches. In this context, initially, it will be treated about human sexuality, to then, enter the theme of transgender, and finally, the rights to dignity and education will be discussed, with data referring to the current educational reality of transgender people at school and university. Continuing the investigative course, in the empirical part, we opted for a qualitative methodological approach, through the multiple case study method, aiming to value the narratives of trans people living in Europe. In this sense, 25 interviews were carried out with trans people, distributed in 17 European countries, which were then analyzed and discussed using the content analysis method. The extracted results identify the challenges observed from the intimate perception of transgenerity to the public self-declaration of these identities, and their consequences on lifelong learning; these results also point to violent data on bullying and the complicity of education professionals; and, finally, they demonstrate the consequences of these discriminatory trajectories with regard to access to higher education by transgender people. At the end, policy recommendations and suggestions for measures to promote effective social inclusion of gender diversity in higher education are presented.

Keywords: transgender; sexuality; gender identity; education and diversity; inclusive higher education.

Índice

Dedicatória	i
Epígrafe 1	ii
Epígrafe 2	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	vii
Abstract	viii
Figuras	xii
Tabelas	xiii
Siglas	xiv
Introdução	1
Parte I – Estado da Arte	2
Capítulo 1 – Sexualidade Humana	3
1.1 Sexo	5
1.2 Gênero e expressão de gênero	6
1.3 Identidade de gênero	8
1.4 Orientação sexual	11
1.5 LGBTQIAPN+	13
Capítulo 2 – Transgeneridade	15
2.1 Cisgeneridade e cisnormatividade	19
2.2 Transfobia	21
2.3 Movimentos sociais – Aliança e inclusão da transgeneridade	26
2.4 O reconhecimento legal de gênero como medida antidiscriminatória	29
Capítulo 3 – Dignidade Humana e Educação	31
3.1 Realidade Educacional – Ausência e apagamento da população trans	35
Parte II – Investigação empírica	41
Capítulo 4 – Metodologia	41
4.1 Desenho da investigação	42
4.2 Objetivos e questões de investigação	43
4.3 O inquérito por entrevista como técnica de recolha de dados	43
4.3.1 Guião de entrevista	44
4.3.2 Grupo de pessoas participantes	45
4.3.3 A realização dos inquéritos por entrevista	50

4.4 Considerações éticas	50
Capítulo 5 – Análise e discussão dos resultados	51
5.1 Categorias de análise	53
5.1.1 O processo de percepção e construção social da transgeneridade	55
5.1.1.1 A falta de informação na autopercepção identitária e a influência negativa da norma cis	56
5.1.1.2 A estrutura social cisnormativa e os desafios encontrados no processo de transição de gênero	58
5.1.1.3 A imprescindibilidade do acolhimento e do apoio familiar, e outros aliados	59
5.1.1.4 A violência transfóbica social e o medo que paralisa	62
5.1.1.5 Os entraves legais e a transfobia institucional	65
5.1.1.6 A descoberta, o saber nomear, o reconhecer-se trans	67
5.1.2 A violência escolar cotidiana	68
5.1.2.1 A generificação forçada do espaço escolar	68
5.1.2.2 A escola como primeira grande contenda, através do <i>bullying</i> e da cumplicidade do seu corpo docente	70
5.1.2.3 A falta de formação dos agentes educativos para o acolhimento da diversidade de gênero no contexto escolar	72
5.1.3 Os campos de batalhas do ensino superior	74
5.1.3.1 Ensino superior: um sonho possível ou continuação do pesadelo?	74
5.1.3.2 A cisnormatividade presente nas estruturas e nos sistemas do ensino superior	76
5.1.3.3 A ausência e o apagamento das identidades trans no ensino superior	79
5.1.3.4 A falta de formação dos agentes educativos para o acolhimento da diversidade de gênero no ensino superior	82
Considerações finais	85
Referências	91
Anexo 1 - Quadro exemplificativo de identidades não binárias	101
Anexo 2 - Mapa do reconhecimento legal de gênero	102
Anexo 3 - Mapa de políticas antidiscriminatórias da educação europeia	103
Apêndice 1 - Ciclo de violências trans	104
Apêndice 2 - Plano de investigação	105
Apêndice 3 - Guião de entrevista em português	106
Apêndice 4 - Guião de entrevista em inglês	110
Apêndice 5 - Guião de entrevista em italiano	114

Apêndice 6 - Guião de entrevista em espanhol	118
Apêndice 7 - Validação do guião de entrevista – Prof. PhD. Andrea Marcelli	122
Apêndice 8 - Validação do guião de entrevista – Prof. PhD. Jaqueline Gomes de Jesus	123
Apêndice 9 - Esquema estratégico para a formação do grupo de pessoas participantes	124
Apêndice 10 - Mapa dos países participantes	125
Apêndice 11 - Grupo de pessoas participantes colaboradoras	126
Apêndice 12 - Protocolo de Consentimento Formal em português	127
Apêndice 13 - Protocolo de Consentimento Formal em inglês	128
Apêndice 14 - Protocolo de Consentimento Formal em italiano	129
Apêndice 15 - Protocolo de Consentimento Formal em espanhol	130
Apêndice 16 - Indicadores: Categoria 1: O processo de percepção da transgeneridade	131
Apêndice 17 - Indicadores: Categoria 2: A violência escolar cotidiana	152
Apêndice 18 - Indicadores: Categoria 3: Os campos de batalhas do ensino superior	161

Figuras

Figura 1 – “Genderbread Person”.

Figura 2 – Quadro explicativo dos componentes da sexualidade.

Figura 3 – Espectro de Gênero.

Figura 4 – Bandeira da diversidade do movimento LGBTQIAPN+.

Figura 5 – Bandeira do orgulho trans.

Tabelas

Tabela 1: Categoria 1, subcategorias e indicadores.

Tabela 2: Categoria 2, subcategorias e indicadores.

Tabela 3: Categoria 3, subcategorias e indicadores.

Siglas

AMPLOS - Associação de mães e pais pela liberdade de orientação sexual e identidade de gênero.

APA - American Psychiatric Association.

CE – Council of Europe.

CIDH - Corte Interamericana de Derechos Humanos.

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género do Governo de Portugal.

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos.

EAPN - European Anti-Poverty Network.

EC – European Commission.

EU – European Union.

EU FRA – European Union Agency for Fundamental Rights.

EURECP - European Union's Rights, Equality and Citizenship Programme.

IES – Instituições de Ensino Superior.

PACE – Parliamentary Assembly Council of Europe.

TGEU – Transgender Europe.

WHO – World Health Organization.

Introdução

Essa investigação nasce de uma inquietação acerca da percepção da ausência de pessoas trans nos mais diversos espaços sociais, que concernem as sociedades multiculturais. Assim, uma vez que, para o reconhecimento, da pluralidade desses corpos sociais, não basta afirmar ideologicamente que todos somos iguais, nem muito menos é admissível o silenciamento sobre essas identidades, já que o apagamento é também uma forma de discriminação, são imprescindíveis estratégias e políticas direcionadas à garantia plena de liberdades e direitos fundamentais.

Nesse sentido, a compreensão comum generalizada que se tem sobre gênero e sexualidade, e que divide a sociedade em um binarismo entre homem e mulher, macho e fêmea, atribuem expectativas socioculturais a todas as pessoas, e acabam por segregá-las em uma dicotomia equivocada do que seria natural e o que seria incongruente, e, portanto, inaceitável. Assim, às identidades de gênero não normativas, são destituídos direitos, em detrimento de um padrão social imposto, que as posicionam no lugar de margem e as impossibilita da efetividade dos direitos humanos, entre eles a educação.

Isto posto, essa investigação propôs-se inicialmente a realizar uma fundamentação teórico-científica, que será apresentada através de três capítulos, e foi baseada, sobretudo, em estudos sobre teorias de gênero e sexualidade, teorias feministas, e teorias queer, a incluir neste âmbito a intelectualidade trans. Em um primeiro momento, no capítulo 1, abordaremos os aspectos da sexualidade humana, evidenciando os conceitos e peculiaridades dos seus componentes, para em seguida, no capítulo 2, adentrarmos no enfoque identitário da transgeneridade, ressaltando toda a complexidade social que envolve essa identidade de gênero. Por fim, serão apreciadas as perspectivas sociais, educacionais e jurídicas que acompanham a dignidade humana e a educação, apontando seus desafios na realidade educacional atual.

Desse modo, em seguida, será dada continuidade à investigação, desta feita com a parte empírica, com o propósito de descrever, a partir dos seus discursos, os processos de construção da identidade de gênero de pessoas trans, desde a sua autopercepção íntima à autodeclaração pública, e todas as dificuldades constrictas a esses processos, para logo após retratarmos o cenário escolar no primeiro contato dessas pessoas com a educação e, por fim, constataremos o cenário contemporâneo do acesso ao ensino superior em relação às identidades de gênero não normativas. Nesse sentido, para essa fase da investigação, optamos por uma abordagem qualitativa que valorizasse as narrativas das 25 pessoas trans

participantes, distribuídas em 17 países europeus, posicionando-as como protagonistas desse estudo, através de suas histórias de vida.

O objetivo geral da presente investigação é apresentar reflexões através da realização de uma apreciação da realidade acadêmica, acerca do acesso ao ensino superior por pessoas trans, a reconhecer a ausência e/ou o apagamento dessas vivências nas instituições de ensino superior europeias, e estabelecer caminhos a serem seguidos como forma de se garantir o acesso efetivo à educação, enquanto direito humano garantidor da dignidade. Desse modo, para conduzir o estudo foi elaborada a seguinte questão-problema: as instituições de ensino superior europeias representam um espaço de acolhimento e inclusão da diversidade de gênero, a que as pessoas trans conseguem acessar e permanecer, com equidade e preservação do direito à dignidade humana? Sendo assim, foram formuladas algumas outras questões que nortearam o processo investigatório: Como se dá o processo de construção social da transgeneridade, desde a autopercepção íntima à autodeclaração pública, e suas vivências posteriores?; Como se apresenta o ambiente escolar na recepção da identidade trans?; e, por fim: As instituições de ensino superior e seus agentes estão preparados para compreender e acolher a diversidade de gênero?

Sendo assim, dentre as vastas metodologias qualitativas existentes, surge-nos oportuna a opção metodológica do estudo de casos múltiplos, através do inquérito por entrevista, baseado em um guião semiestruturado, validado por especialistas, como técnica de recolha de dados suficiente a dar voz às pessoas participantes, cujos discursos serão, em seguida, analisados e discutidos pelo método de análise de conteúdo, resguardadas as questões éticas pertinentes durante todo o processo investigativo.

Portanto, os resultados obtidos permitem mostrar o quão necessária e urgente é a escuta ativa das experiências de vida de pessoas trans, com vistas a uma abordagem acerca da ação do Estado e de suas políticas educacionais, na formação de seus agentes educativos e reestruturação de suas instituições de ensino superior, no sentido de desempenhar a igualdade material entre todas as pessoas, respeitando a pluralidade e promovendo a inclusão, através de uma educação acessível, permanente e democrática, a contribuir de modo efetivo para a geração de uma cidadania inclusiva.

Parte I – Estado da Arte

No Estado da Arte do presente trabalho, a fundamentação teórico-científica será apresentada através de três capítulos. Em um primeiro momento, no capítulo 1,

abordaremos os aspectos da sexualidade humana, evidenciando os conceitos e peculiaridades dos seus componentes, para em seguida, no capítulo 2, adentrarmos no enfoque identitário da transgeneridade, ressaltando toda a complexidade social que envolve essa identidade de gênero. Por fim, serão apreciados os vieses sociais, educacionais e jurídicos, que acompanham a dignidade humana e a educação, apontando seus desafios na realidade educacional atual.

Capítulo 1 – Sexualidade humana

A sexualidade humana é um tema que atrai a curiosidade e a atenção de várias pessoas. Entretanto, a incompreensão de alguns conceitos nos quais se baseia a sexualidade agrava o preconceito e as discriminações que permeiam o tema, e causam muitas das vezes sentimentos de sofrimento e angústia, gerados pela marginalidade em que algumas pessoas são colocadas em razão de suas condições sexuais.

É importante, portanto, elucidar a ideia de sexualidade, como forma de romper barreiras de compreensão das diversas formas de vivência, expressão e identidade concebíveis. Assim, Foucault (1984), ao problematizar a sexualidade com as relações de poder, e sobretudo, ao abordar as sexualidades dissonantes, observa este aspecto humano como uma grande rede de fatores interligados, segundo estratégias de dominação. Nesse sentido, a sexualidade seria um instrumento de grande importância para o exercício do poder, a criar uma conjuntura em que, onde há uma relação de poder, há também uma oportunidade de resistência, para se converter uma dominação. Desse modo, por envolver diversos aspectos da dimensão humana e das nuances de poder, a sexualidade se mostra um tema acometido por dúvidas, preconceitos, e estereótipos, e, por essa razão, mostra-se urgente e necessário, pois, debater o tema, auxiliando no combate à intolerância e à violência, principalmente sobre aqueles que são historicamente subjugados.

Nesse sentido, levando em consideração os seus mais variados componentes, a sexualidade, se manifesta, portanto, como um “aspecto central do ser humano ao longo da vida, que engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução” (WHO, 2015, p.5), em um conjunto de comportamentos da experiência humana, como uma parte integrante de cada indivíduo que contribui para a construção da identidade ao longo da vida e influencia diretamente a saúde física e mental, uma vez que, é através dela que se motivam diversos pensamentos e sentimentos, e movimentam-se ações e interações sociais.

É imprescindível, pois, pensar a sexualidade como algo construído socialmente sob tantas perspectivas diversas e não como um simples fato biológico. A seguir esta abordagem, baseado na produção acadêmica e no que preconizam as organizações internacionais, de acordo com Cunha (2018), podemos afirmar que a sexualidade é formada por quatro elementos distintos, sendo eles, o sexo, o gênero e sua expressão, a orientação sexual e a identidade de gênero, sob um contexto em que a perfeita compreensão de cada um destes conceitos são indispensáveis para que se possa evitar inconvenientes, que criam entraves para o convívio harmônico em sociedade.

Assim, utilizamos a figura nomeada como “Genderbread Person” (Figura 1), para explicar de maneira didática (Figura 2) os 4 componentes da sexualidade: 1) o sexo, habitualmente atribuído ao nascer, com base nos órgãos genitais e na genética; 2) o gênero, vinculado primariamente ao sexo, e a sua expressão, apresentada ao mundo em aparência e comportamentos; 3) a orientação sexual, que diz respeito a atração emocional e sexual; e 4) a identidade de gênero, que se refere à percepção pessoal quanto ao gênero, independente do sexo que lhe fora atribuído ao nascer (Killermann, 2017).

Figura 1- “Genderbread Person” (AMPLOS, 2020).

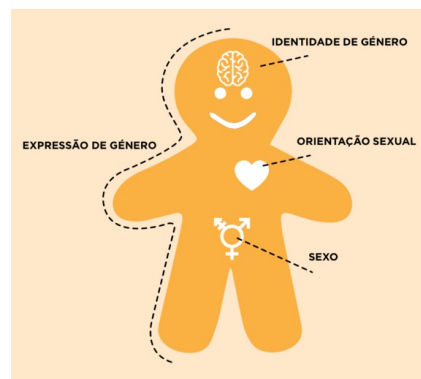
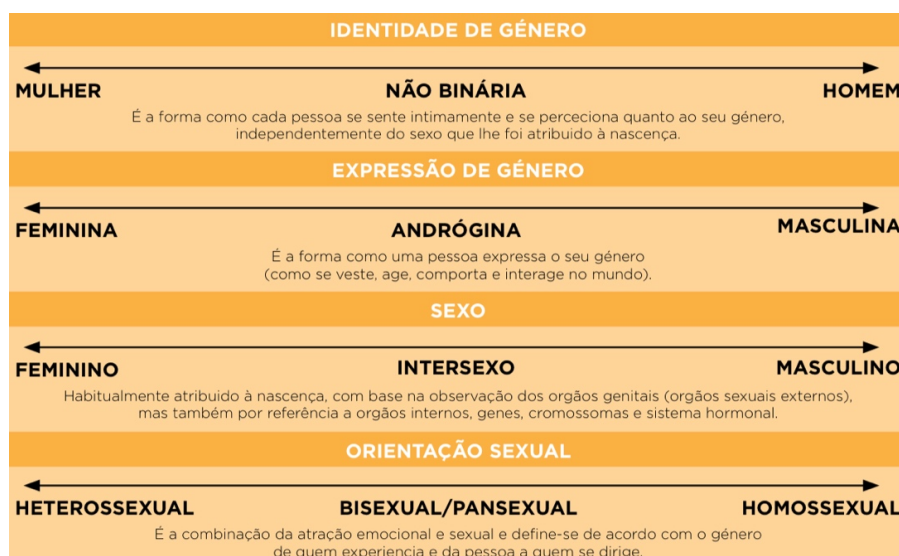


Figura 2 – Quadro explicativo dos componentes da sexualidade (AMPLOS, 2020).



Dada a relevância apresentada na formação da personalidade e na convivência pacífica do corpo social, será abordado a seguir cada um dos elementos da sexualidade humana, no intuito de promover a adequada percepção dos componentes que por ela são contemplados, de modo que se possa oportunizar a elucidação indispensável destes conceitos, para a garantia da dignidade humana a todas as pessoas.

1.1 Sexo

O sexo é definido com base nas características biológicas observadas no nascimento de cada pessoa, ou mesmo antes dele, ao se verificar exames pré-nascença, sempre a levar em consideração a genitália, os hormônios e os cromossomos apresentados. Nesse sentido, tecnicamente, o sexo há de ser percebido como a configuração física ou morfológica constatada, a que se determina e atribui uma condição binária de homem, caso seja ali identificado como órgão genital um pênis, ou mulher, se for observada naquele corpo uma vagina, e para além desse binarismo, surge ainda o intersexo, quando uma pessoa contém uma anatomia diversa das ansiadas para homens e mulheres (AMPLOS, 2020; Cunha, 2018; Yogyakarta Principles plus 10, 2017).

Desse modo, o corpo ganha materialidade e vida a partir do momento em que é proclamado o sexo, antes mesmo do nascimento. Dali em diante, uma identidade será consumada no imaginário que a cerca, através de uma dogmática binária, que impõe àquele ser que está por vir, escolhas identitárias e demarcadoras de uma vida, em uma determinação prévia da subjetividade humana, baseada tão somente naquilo que seria mais legítimo para um determinado órgão sexual. E, assim, quando este indivíduo, enfim, vier ao mundo, encontrará um restrito e pré-estabelecido destino no tocante às suas subjetividades (Bento, 2011; Preciado, 2002; Vergueiro, 2016).

Assim, diante de toda essa celeuma existencial em torno do sexo, importa abordar de onde emerge essa ideia do binário, enquanto imposição social reguladora. O binário sexual surge como uma dicotomia configurada pela identidade e pela alteridade, onde a primeira seria a representação do ideal, do desejável, e a segunda seria o contraponto, tudo aquilo ultrapassa o limite do aceitável. Desse modo, ser homem implicaria diretamente em não ser mulher, em rechaçar qualquer atributo de identidade feminina, em um ordenamento hierarquizado de direitos e deveres, liberdades e oportunidades, privilégios e resistências, dentro de uma lógica de poder, que se reproduz não somente no sexo, mas também no gênero e na orientação sexual (Reis & Pinho, 2016).

A binariedade cultural e médica a que se é imposto encontra suas primeiras hesitações na determinação do sexo. Para se impor ao sexo biológico o binarismo esperado, deveria haver, portanto, somente a possibilidade das duas afamadas genitálias humanas, o pênis e a vagina. Mas a diversidade humana em todas as suas vertentes, inclusive a sexual, confronta esse indicador de normalidade. As pessoas intersexo existem a afrontar essa dita binariedade sexual padrão, uma vez que, nascem com características sexuais³ biológicas e naturais, embora estatisticamente mais raras, e que não se encaixam integralmente nas categorias típicas do sexo feminino ou masculino, num contexto em que, ao invés de serem identificadas sexualmente com a naturalidade com que deveriam sê-lo, precisam costumeiramente se adequar a essa imposição estrutural, submetendo-se a tratamentos hormonais e até mesmo a cirurgias de readequação sexual enquanto ainda crianças, em uma patologização frequente do diverso, como um diagnóstico social corretivo, a que os corpos devam se curvar (Wiesemann, et al, 2010).

Portanto, o sexo biológico é classificado como um conjunto de informações anatômicas, que consideram a genética e os cromossomos, a capacidade reprodutiva e as principais características sexuais físicas e fisiológicas, para além da categorização binária do masculino e do feminino, uma vez que, no decorrer da história da sociedade, a definição sexual pela compreensão única dos órgãos genitais acaba por gerar uma concepção limitante de formas existenciais, a gerar violências devastadoras por meio de uma normatização padrão da sexualidade.

1.2 Gênero e expressão de gênero

Ao investigar o que justificaria a subordinação da mulher ao homem, Simone de Beauvoir, em meados do século passado, inaugura os estudos de gênero e refuta a ideia de que a biologia estaria suficientemente apta a criar destinos e definir as vidas das pessoas. A autora, ao afirmar que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1980, p.13), classifica o gênero como uma construção social baseada no corpo, no território, na educação e, sobretudo, nos entornos sociais e culturais, mas nunca como um simples dado anatômico e biológico, que subordinaria existências, subjugadas a estereótipos que legitimam discriminações sociais (Beauvoir, 1980; Saffioti, 2015).

³ Características físicas de cada pessoa em relação ao sexo, incluindo genitália e outras anatomias sexuais reprodutivas, cromossomos, hormônios e características físicas emergentes da puberdade (Yogyakarta Principles plus 10, 2017, p. 6).

Assim, a imposição de uma binariedade padrão, que tem como possibilidades exclusivamente o masculino e o feminino, fundamentada unicamente na morfologia genital, exige da sociedade uma coerência entre sexo, gênero e desejos sexuais, como uma premissa para se adquirir humanidade, através de um modelo social, onde “o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (Butler, 2003, p. 24; 2010). Ao seguir esse entendimento, é possível reconhecer que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limites, proibições ou obrigações” (Foucault, 2013, p. 132).

Ante o exposto, para compreender a existência de gêneros diversos daqueles que estão dentro do paradigma social, é preciso, antes de mais, perceber que todo gênero é construído socialmente e, dessa forma, não existe uma tipificação exaustiva e completa dos gêneros possíveis existentes, uma vez que, quando observamos que os gêneros são concebidos por meio das experiências sociais e culturais ao longo de toda uma vida, percebemos também que eles podem ser de muitas ordens e variações. Por isso, o corpo por si, na qualidade de aspecto biológico, não estaria apto a determinar as diferenças identitárias e comportamentais em toda a diversidade humana (Butler, 2003).

Sendo assim, em parte dessa questão, é fundamental também abordar o papel de gênero e a expressão de gênero. Essas definições se confundem e se complementam, em um panorama binário, que conceitua o papel de gênero como um conjunto de regras que uma sociedade estabelece, arbitrariamente, para o gênero masculino ou feminino, ao determinar comportamentos e posturas a serem seguidos de acordo com o sexo designado, de modo a esculpir as identidades pertencentes a esses grupos (Sojo et al., 2005).

O papel de gênero reúne, portanto, todas as expectativas geradas em torno de um determinado gênero, a exemplo do que se espera do feminino com posturas delicadas, entre outros elementos considerados femininos, e do masculino, com a vedação do choro e a regulação de emoções. Afinal, sabemos que nenhuma dessas atribuições têm conexão de fato com o gênero, já que todas as pessoas podem ser delicadas, rudes ou mais emotivas, e, portanto, não há qualquer razão lógica, para essas expectativas sociais.

Dessa forma, diante dessa regulação social, emerge a expressão de gênero, a trazer para análise o modo pelo qual as pessoas são diretamente percebidas pela sociedade, sendo definida como “a apresentação do gênero de cada pessoa através da aparência física – incluindo forma de vestir, penteado, acessórios (...) – e maneirismos, fala, padrões comportamentais, nomes, referências pessoais, notando que pode ou não acompanhar a identidade de gênero da pessoa” (Yogyakarta Principles Plus 10, 2017, p.6).

A expressão de gênero baseia-se, portanto, em como alguém se apresenta e interage socialmente, em concordância com os papéis de gênero ou não, através do tradicionalmente masculino ou feminino, ou mesmo fora desse esquema, por meio da androginia⁴. Apresenta-se como uma parte da identidade que é externalizada, ou que se deseja manifestar, em que é possível observar identidades de gênero com a mais vasta possibilidade de expressões.

Nesse sentido, percebe-se, pois, para este trabalho, a concepção do gênero como uma elaboração social contínua da identidade, em um processo que envolve as mais diversas experiências e integra uma infinidade de fatores sociais e culturais, de toda ordem, incluindo os caracteres biológicos, mas nunca só eles, as relações de poder, a autodeterminação das identidades e a educação, que fazem do conceito de gênero um instrumento identitário baseado em hábitos, posturas e costumes, validados por uma construção social continuada dos corpos sexuais, sob a rigidez de normas que regulam e atribuem, parafraseando Butler (2003), a humanidade de cada um.

1.3 Identidade de gênero

As identidades de gênero de todas as pessoas constroem-se e se concebem ao longo de toda uma vida, em um encadeamento continuado de repulsão ou repetição de identidades anteriormente convencionadas, onde os indivíduos se apoderam dos papéis de gênero a eles decretados, efetuando um reconhecimento interno que resulta na anuência ou na rejeição dessa identidade pré-estabelecida. Nesse sentido, à medida em que se argumenta sobre gênero, abordando os diversos modos em que é possível se identificar diante dele, mais indivíduos conseguem perceber suas singularidades e necessidades, sobretudo quando se afastam do padrão binário culturalmente estabelecido. Esse debate tende a amenizar os confrontos gerados em torno do gênero, favorecendo o seu entendimento para além dos papéis demarcados.

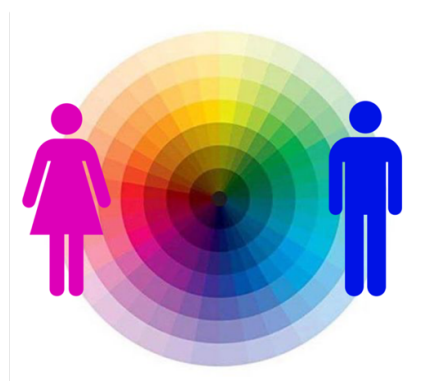
Assim sendo, de acordo com Cunha (2018) e Gomes (2021), a identidade de gênero revela o sentimento de pertencimento do indivíduo quanto ao seu gênero identitário, sendo importante, pois, ressaltar que todas as pessoas desempenham-na de algum modo, por meio de um desenvolvimento subjetivo através do qual ocorre uma identificação de si, em uma autodeterminação da identidade que melhor traduz a

⁴ Androginia refere-se à mistura de características femininas e masculinas em um único ser, ou uma forma de descrever algo que não é claramente masculino e feminino (EURECP, 2014-2020).

compreensão da vivência pessoal experienciada ao longo da vida, podendo ou não corresponder ao sexo biológico, envolvendo ou não modificações da aparência física, e não se relacionando a qualquer aspecto dos desejos sexuais e afetivos. Nesse sentido, a identidade de gênero é tida como uma “profunda experiência interna e individual” (Yogyakarta Principles, 2007, p.6).

Desta forma, a identidade de gênero manifesta o modo como o sujeito se sente e se percebe, para si e para a comunidade, e pode exteriorizar uma infinidade de possibilidades, ao identificar-se como homem, como mulher, ambos ou nenhum dos dois, e muitas outras identidades pessoais viáveis. Assim, para demonstrar a imensidão em que cabe o gênero, observamos a identidade de gênero no âmbito de um espectro, a percebê-la enquanto “artifício flutuante” entre os extremos feminino e masculino, ou, ainda, fora dessa perspectiva (Bass, et al, 2018; Butler, 2003, p.24; Reis & Pinho, 2016).

Figura 3 – Espectro de Gênero⁵



Assim, o espectro de gênero foi criado com o intuito de libertar os indivíduos da estrutura societária padrão, como um sistema para melhor organizar as vivências de gênero, em uma tentativa de fuga do modelo binário ao qual estamos acostumados. O espectro de gênero percebe, pois, as muitas possibilidades de gênero, sob uma perspectiva onde os indivíduos podem posicionar-se em qualquer lugar ao longo do espectro, ou fora dele, em um importante passo para reconhecer a variação e a complexidade das identidades de gênero. Desse modo, baseado nesse espectro e nos vários autores que corroboram esse entendimento, é necessária somente uma breve pesquisa⁶ para observar

⁵ Imagem de elaboração própria, baseada na teoria do Espectro de Gênero replicada pelo ativismo social e pela literatura científica (LGBT Foundation, n.d.; Reis & Pinho, 2016), onde uma ilustração de um gradiente linear com os gêneros masculino e feminino em suas extremidades aborda a variedade de identidades. Na imagem elaborada para este trabalho procurou-se apresentar um espectro real ao invés do gradiente, onde é possível visualizar didaticamente o padrão binário socialmente imposto, mas também a imensidão de possibilidades na construção da identidade de gênero.

⁶ O site Safe To Be, criado por um projeto financiado pela União Europeia, apresenta um glossário onde é possível conhecer as terminologias mais usadas sobre gênero (EURECP, 2014-2020).

a diversidade de novas categorias e definições que acompanham o gênero, em que não há uma sistematização exaustiva onde conste todas as variedades possíveis. Assim, para este trabalho, serão abordados os termos mais abrangentes no que se refere à identidade de gênero, cujas denominações não excluem ou limitam novas possibilidades.

O termo cisgênero se refere à identidade de gênero que se harmoniza ao sexo biológico atribuído ao nascer. Dentro desta perspectiva, está contemplado o homem cis, que se identifica com o sexo masculino que lhe fora conferido à nascença, e, também, a mulher cis, que se reconhece no sexo feminino lhe imputado no nascimento. As pessoas cis possuem, portanto, uma conformidade da sua identidade de gênero com o seu sexo biológico e suas características sexuais (EURECP, 2014-2020; Reis & Pinho, 2016).

Transgênero, por sua vez, é considerado um termo guarda-chuva que acolhe todas as identidades que não se manifestam na cisgeneridade, ou seja, todas as pessoas que não se reconhecem inteiramente com o sexo indicado no nascimento. Sob o entendimento desta definição, observa-se as mulheres trans, que são pessoas que nasceram com um órgão genital masculino, mas se reconhecem como mulher, e os homens trans, pessoas nascidas com um órgão sexual feminino, mas que se identificam como homem. É importante salientar que essas pessoas podem, ou não, escolher submeter-se a processos clínicos e cirúrgicos de transição, sendo suficiente a sua autodeclaração enquanto pessoa trans. Ainda nesta concepção, existem também as pessoas que se percebem não-binárias, que são aqueles indivíduos que não se identificam com o sexo designado originariamente, mas, no entanto, não se reconhecem exclusivamente nem como homem, nem como mulher. Portanto, existem pessoas trans, que se reconhecem como homens ou mulheres trans, e as pessoas trans não-binárias, que não se identificam dentro deste binário padrão (Cunha, 2018; EURECEP, 2014-2020; Reis & Pinho, 2016).

As pessoas não-binárias não se encaixam na divisão binária de gênero, homem ou mulher. Nesse sentido, embora se configure como uma identidade trans, o termo não-binário acaba por também designar uma denominação chapéu, uma vez que, existem inúmeras formas de identidades de gênero que se encaixam nesta ordem, como pessoas trans masculinas e trans femininas, que embora não se identifiquem como homens e mulheres trans, se aproximam em algum grau dessas performances de gênero, e ainda muitas outras manifestações identitárias que podem ser melhor consultadas no Anexo 1, em um rol meramente exemplificativo.

É necessário ressaltar, que todas as identidades de gênero, sejam elas cis ou trans, sujeitam-se a uma confirmação social de seus gêneros, através de suas expressões e

performatividades. Quando essas identidades se afastam ou negam integralmente o padrão binário, essas pessoas tendem a passar por um processo de legitimação e aceitação social muito mais complexo, difícil e revolucionário. Nesse contexto, as bases legais, institucionais e sociais demonstram-se não estarem preparadas para validar essa variedade de identidades, uma vez que, validam exclusivamente o masculino e o feminino, para o acesso pleno e efetivo de direitos (Monteiro, 2016).

Assim, ante o exposto, é possível perceber claramente a construção social do gênero na multiplicidade observada na autodeclaração de suas identidades. O reconhecimento íntimo da individualidade pessoal posiciona as pessoas nas zonas flutuantes do espectro de gênero (Figura 3), ou fora dele, e, do mesmo modo, o fazem na sociedade, através de diretrizes que sentenciam onde os corpos devam se situar. É imprescindível, portanto, a urgência de uma transformação social que impeça a reprodução dessas normas reguladoras de gênero e, ao efetuar-las, possa compreender e respeitar a pluralidade de pessoas no trânsito de suas identidades.

1.4 Orientação Sexual

Por fim, entre os quatro elementos da sexualidade está a orientação sexual, uma condição humana que se refere “à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (Yogyakarta, 2007, p.7). Neste sentido, costuma-se identificar, de modo geral, quatro grupos de orientações sexuais: a heterossexualidade, em que a pessoa demonstra interesse destinado a gênero distinto; a homossexualidade, em que o indivíduo sente atração por alguém do mesmo gênero; a bissexualidade, em que a pessoa apresenta interesse afetivo por mais de um gênero; e a assexualidade, contexto em que não há a manifestação de interesse sexual por gênero algum, podendo haver atração afetiva e romântica, sem conotação sexual. É importante ressaltar que, independente da nuance em que se enquadra, e embora se tenha a possibilidade de escolher demonstrar, ou não, a orientação sexual não se trata de uma escolha ou opção do indivíduo, mas, sim, de uma condição inerente à pessoa (Cunha, 2018; EURECP, 2014-2020; LGBT Foundation, n.d.).

Em uma análise da trajetória de povos e culturas antigas, é possível constatar como a diversidade manifestada na sexualidade humana, em todos os seus componentes e com as suas variadas categorias de gênero e orientação sexual, já foi noutro tempo reconhecida culturalmente. Sendo assim, no decorrer da história, com o fortalecimento da igreja,

emerge um modelo padrão de sexualidade, idealizado socialmente com um arquétipo de família, baseado em um casal exclusivamente heterossexual e monogâmico, que propaga um comportamento sexual orientado unicamente para a reprodução humana (Faro, 2015).

A heterossexualidade se apresenta, portanto, desde então, como padrão social baseado na binariedade dos gêneros opostos, em que homens se atraem por mulheres, e mulheres se interessam sexualmente por homens. Para além da regulação social, manifesta-se a homossexualidade, que sempre esteve presente em todas as culturas, desde as sociedades mais primitivas, em que homens se interessam por homens, e mulheres se sentem atraídas por mulheres, e a bissexualidade, em que homens, mulheres e pessoas não-binárias sentem interesse sexual por homens, mulheres ou demais gêneros fora do binário, ou ainda por todos eles. No contexto da bissexualidade, é necessário apreciar a pansexualidade, que se refere a uma atração sexual ou afetiva em que o gênero é irrelevante para definir o interesse. O pansexual se sente atraído por pessoas. Ainda nessa perspectiva, há também a pessoa sexualmente fluída, que sente que a sua atração, romântica ou sexual, transita e muda com o tempo (EURECEP, 2014-2020; Faro, 2015).

Toda essa categorização da orientação sexual em nichos bem definidos acaba por se apresentar como uma alternativa ao modelo dicotômico da heterossexualidade e da homossexualidade, oportunizando alternativas independentes, que variam desde uma heterossexualidade exclusiva até uma homossexualidade exclusiva, passando pelas mais variadas formas de bissexualidade, ou ainda por nenhuma dessas condições sexuais, numa compreensível referência ao espectro de gênero (Figura 3), onde essas realidades flutuantes também podem facilmente ser aplicadas para as relações afetivas e sexuais (Kinsey et al., 1948; Reis & Pinho, 2016; Storms, 1980).

Assim, o desenvolvimento pessoal da orientação sexual é um processo de formação individual e solitário, sobretudo para as pessoas que fogem do padrão social esperado. Iniciado ainda na infância e na adolescência, o encadeamento dá-se com o desejo e o reconhecimento de atrações sexuais e afetivas, e prossegue durante a puberdade até a fase adulta, com a prática de comportamentos sexuais, e a consequente percepção de si e demonstração da identidade. Nesse sentido, para todas as pessoas que se identificam como não-heterossexuais, o processo envolve ainda, em última fase, o chamado *coming out* ou saída do armário, que se estabelece com a autodeclaração em sociedade, de forma contínua, “já que para cada familiar, a cada novo emprego, a cada novo amigo, o indivíduo se vê em frente a outras portas do armário, vendo-se obrigado a se reafirmar constantemente enquanto sujeito fora da norma” (Monteiro, 2016, p.63).

Ante todo o exposto, Cunha (2018) ressalta, que uma das maiores dificuldades na compreensão das questões relativas à sexualidade se encontra na ignorância referente aos seus conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, em que os indivíduos independentemente de suas identidades, sejam elas cis ou trans, podem apresentar qualquer uma das orientações sexuais que lhes forem possíveis. Dessa forma, a adequada compreensão desses mostra-se fundamental para que se possa promover discussões necessárias, de modo a garantir a dignidade e as liberdades individuais, com a preservação dos direitos humanos e o respeito às condições particulares de cada pessoa.

1.5 LGBTQIAPN+

Em um escalada contra a opressão e as limitações sociais impostas, o movimento LGBTQIAPN+ revela-se na luta em defesa dos direitos das pessoas que não se ajustam à concepção convencional e conservadora da sexualidade humana. Assim, no enfrentamento cotidiano por uma vida digna e pela garantia de liberdades individuais, o esforço da comunidade LGBTQIAPN+ busca adentrar em toda a sociedade, alcançando aliados no combate ao preconceito e à violência, que abastecem suas vulnerabilidades, em um contexto em que se faz necessário um debate inclusivo e continuado nos mais diversos espaços sociais, e a academia, sem dúvida, deve ser um desses espaços.

O movimento LGBTQIAPN+ é, portanto, um movimento político e social que intervém em favor da diversidade e da pluralidade, visando a promover a efetividade de direitos para a população vulnerável que representa, com base no respeito às diferenças e na equidade. Assim, o movimento atua no sentido de oferecer apoio e aumento da representatividade, por meio da conscientização das pessoas nos mais diversos setores da sociedade civil, no confronto do preconceito e da intolerância (Santos, 2006).

A sigla LGBTQIAPN+ representa os variados grupos de pessoas que em razão da orientação sexual, sexo ou identidade de gênero, diferentes da heterossexualidade, cisgeneridade ou características sexuais padrão, unicamente por serem quem são, acabam por terem seus direitos violados e suas dignidades violentadas. O viés representativo do movimento configura-se através do agrupamento de letras, que tem ideologicamente o seu protagonismo nas mulheres, e por esta razão, inicia-se com a letra “L”, atribuída às lésbicas (Carmam et al., 2020; EURECEP, 2014-2020; LGBT Foundation, n.d.).

Assim, embora a sigla possa parecer apenas um amontoado de letras reunidas que a cada ano se multiplicam, observamos que o objetivo do movimento é que um número cada vez maior de pessoas tenha a sua existência representada por suas pautas defendidas

na sociedade, onde se por um lado reconhecer que faz parte de algo é um alívio, por outro, a pressão social não diminui. Pelo contrário, embora tenham se fortalecido ao longo dos anos como um conjunto, cada letra da sigla representa um grupo de pessoas singular, onde esses coletivos têm símbolos e reivindicações muito próprias. Portanto, mover-se em conjunto não pressupõe, nem tampouco reproduz, uma identidade coletiva, mas sim vivências que abrangem lutas próprias, e, também, acolhimento e solidariedade.

Nesse sentido, as bandeiras do movimento são formas de buscar visibilidade e demonstrar orgulho de suas identidades dentro e fora da comunidade. O símbolo mais frequentemente associado ao movimento LGBTQIAPN+ é o arco-íris, cujo seu conjunto de cores simboliza a diversidade sexual, e que, ao longo dos anos, passou a ser mais progressista, com a inclusão de cores que remetem ao orgulho transgênero, e, também, fazem alusão ao movimento antirracista, e aos direitos das pessoas intersexo (Figura 4). Assim sendo, daí em diante, cada grupo representado na sigla acabou por estabelecer também os seus próprios símbolos, dadas as demandas e necessidades individualizadas buscadas por seus integrantes (Soares, 2020).

Figura 4 – Bandeira da diversidade do movimento LGBTQIAPN+⁷



Figura 5 – Bandeira do orgulho trans⁸



Neste estudo, aborda-se especificamente as questões relativas à transgeneridade, e por esta razão, cumpre apreciar em especial a bandeira do orgulho trans (Figura 6), em que as listras em azul claro se referem aos homens trans, enquanto a cor rosa se refere às mulheres trans, e a faixa central branca alcança quem está entre ambos os gêneros, as pessoas intersexo, quem está em transição de um para outro gênero, ou ainda, quem se identifica com a não binariedade. Esse símbolo da transgeneridade, ao ser utilizado ou apresentado de alguma forma, sobretudo por pessoas cis, demonstra um espaço seguro para o acolhimento e a inclusão de pessoas trans (Soares, 2020).

⁷ Fonte: Freepik - <https://br.freepik.com/>

⁸ Fonte: Freepik - <https://br.freepik.com/>

Em síntese, diante de conceitos e terminologias referentes à sexualidade humana, observa-se um plano de fundo bem sedimentado para se adentrar em estudos mais aprofundados da transgeneridade. Perceber o contexto em que se dá o processo de transição das identidades nos mais diversos espaços sociais, desde o ambiente familiar aos espaços de aprendizagens escolares e do ensino superior, é um aspecto primordial para compreender suas reivindicações e entender a razão de suas lutas por inclusão e respeito às suas particularidades, em especial no acesso à educação.

Capítulo 2 – Transgeneridade

A transgeneridade alcança qualquer identidade de gênero que se afasta da congruência linear compulsória do determinismo biológico, entre os órgãos genitais e a identidade de gênero. Assim, qualquer pessoa dissidente das tradicionais e conservadoras normas de gênero estariam identificadas por este termo guarda-chuva, que acolhe toda uma pluralidade de vivências de trânsito em torno do gênero.

Para compreender a transgeneridade é preciso antes, como elucidado em nosso primeiro capítulo, perceber a problematização em torno da ideia de que existiriam somente dois gêneros concebíveis: o masculino e o feminino, o homem e a mulher. Identificar-se como homem ou mulher envolve uma concepção estabelecida no tempo e no espaço, na história e na cultura, de uma determinada sociedade. Nem sempre a sociedade categorizou expressões, características e comportamentos da mesma forma que o faz hoje, através de uma dicotomia binária. Todas essas variáveis advêm de uma construção social, que são hoje sobretudo fundamentadas na biomedicina, onde uma anatomia pré-concebida como natural invalida os gêneros não normativos, como se a biologia não se justificasse também em aspectos sociais e culturais.

Transgênero é, pois, um termo amplo e abrangente que se associa a pessoas cuja identidade de gênero não coincide completamente com o sexo que lhes foram atribuídos no nascimento, com o distanciamento dos chamados gêneros normativos, consagrados socialmente. Assim, as mulheres trans, pessoas nascidas com a genitália masculina, mas que se identificam como mulheres, e os homens trans, pessoas que nasceram com o órgão sexual feminino, mas se identificam como homens, experienciam um processo de construção social das suas identidades, em que não se faz necessária a submissão a qualquer tipo de tratamento hormonal ou cirurgia específica, onde é suficiente a sua autodeclaração, uma vez que, a alteração de atributos fisiológicos que se referem ao gênero é uma decisão íntima e pessoal. Nesse sentido, temos também a identidade

feminina travesti, que com toda sua expressão política, comporta as pessoas nascidas com o órgão genital masculino, mas que se identificam com a identidade feminina. As pessoas trans não-binárias, por sua vez, confrontam ainda mais essa normatividade imposta socialmente, já que repelem total, ou parcialmente, ambos os gêneros normativos e afastam-se em algum nível do masculino e do feminino, ao não se identificarem como mulheres, nem como homens, mas apresentarem, outrossim, “diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, e fluidez em suas identificações” (Reis & Pinho, 2016, n.d). Há ainda que mencionar sob este termo, as pessoas *cross-dressers*, que por motivações artísticas, políticas, ou quaisquer outras, não convergem com os papéis de gênero esperados e vestem-se de forma atípica, além de diversas outras possibilidades instáveis e flutuantes, que provocam a dogmática social (Bass, et al, 2018; Cunha, 2018; EURECP, 2014-2020; Gomes, 2021).

A sociedade, portanto, entra em colapso e exige esclarecimentos e alegações sobre o que cada um desses corpos dissidentes representa. Uma diversidade imensa de identidades e informações desviantes, que se identificam conforme seus sentimentos de pertencimento, ou a ausência dele, em um apreciável e perturbador contexto de diversidade de gênero. Afinal, quantas vezes não nos perguntamos em nossos pensamentos, que não deveriam ser verbalizados, se determinada pessoa, com todas aquelas características, seria um homem ou uma mulher?

Por isso, a seguir essa lógica segregadora, uma pessoa trans que se identifica como homem ou mulher, somente seria assim reconhecida se demonstrasse suficientemente ser homem ou mulher, segundo as normas sociais, em suas características e expressões de gênero, enquanto que uma pessoa trans não-binária estaria em um limbo social, dentro de uma coletividade que não a reconhece como identidade válida, em um contexto onde a transgeneridade estaria relacionada unicamente à apresentação visual e exterior dessas pessoas, como condicionantes para a validação social (Butler, 2003).

A experiência da transgeneridade remete, portanto, à construção de uma identidade essencialmente não normativa, estigmatizada socialmente como patologia ou “distúrbio de identidade de gênero” (Preciado, 2013, p. 256), onde “há sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que dificilmente — ou, melhor dizendo, nunca — são reconhecidas como vidas” (Butler, 2019, p. 17). Desse modo, distanciar-se da percepção de desvio da normalidade se apresenta como o principal desafio diante da transgeneridade, na busca incessante de resguardar-se do constrangimento social identitário que se impõe ao gênero (Reis & Pinho, 2016).

Assim sendo, o processo de construção da identidade trans não deve ser visto como algo anormal ou distante da natureza humana. Por isso, surgem discussões acerca da despatologização da transgeneridade ao redor do mundo, como aliadas na construção social da identidade dessas pessoas, objetivando o seu afastamento total da categorização dos transtornos, num contexto em que, hoje já existe uma validação pelos organismos internacionais que classificam as doenças, no sentido de total retirada das questões identitárias de gênero do rol classificatório de patologias e transtornos mentais, mas ainda classificando-as como disforia de gênero⁹, ou, em um conteúdo mais avançado, como incongruência de gênero¹⁰ (APA, 2013; WHO, 2019).

De um jeito, ou de outro, o que se observa desse contexto é a preocupação crescente, ainda que tardia, em relação à remoção definitiva da identidade de gênero dos contextos que remetem aos distúrbios ou à anormalidade. Termos antes utilizados, a exemplo de transexualismo ou transgenerismo, caíram em desuso com fundamento nessa despatologização e com o objetivo de resguardar essas identidades, já que o sufixo “ismo” está relacionado à patologia e o vocábulo “sexual” remete ao sexo atribuído, limitando as experiências trans a redesignações sexuais que nem sempre acontecem e que “podem, ou não, incluir tratamentos hormonais e procedimentos cirúrgicos (...) de transgenitalização” (Jesus, 2012, p.30). Nesse sentido, sentenciar uma pessoa trans “como doente é aprisioná-la” e do contrário, enxergar a transgeneridade “como uma experiência identitária” naturaliza esse processo de maneira acolhedora e inclusiva (Bento, 2008, p. 18). Assim, para esse estudo, opta-se, por pensar ser o mais adequado, utilizar o termo transgeneridade para abranger essas vivências de modo inclusivo.

Isto posto, o processo de construção da identidade trans, da autopercepção íntima à autodeclaração pública, se apresenta de modo contínuo e lento. O percurso identitário se inicia com um desenvolvimento gradativo de emoções e percepções das individualidades, através de uma exploração detalhada e solitária de si para o reconhecimento da própria identidade, e da consequente designação de quem se realmente é. Esse mergulho de autoconhecimento, que algumas vezes se inicia tardiamente, após a compreensão íntima do não pertencimento ao gênero padrão, finaliza-se com a manifestação pública da identidade, em um movimento de implementação efetiva das

⁹ Termo que remete a sentimentos de angústia significativa relacionados à sensação persistente de não pertencimento ao sexo designado no nascimento. (American Psychiatric Association, 2013).

¹⁰ A identidade de gênero deixou o rol classificatório dos transtornos mentais e passa a ser classificada como condição relacionada à saúde sexual, na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – CID-11 (WHO, 2019).

liberdades individuais, num contexto em que se compreendêssemos nossas verdadeiras essências e nossos instintos genuínos, talvez sentiríamos o fardo e o constrangimento que essas armaduras sociais impõem a essas pessoas (Bernini, 2011; Reis & Pinho, 2016).

Assim, essa demonstração identitária pública, através da autodeclaração e da performance social, estabelece por completo a nova identidade na sociedade. Aquele gênero que fora estabelecido ao nascer dá lugar a uma nova realidade, a que de fato a pessoa se identifica e sente pertencer, de onde surgem novos paradigmas sociais, a partir da performatividade que se assume. Nesse sentido, a nova identidade declarada presume um novo papel de gênero, com suas exigências sociais peculiares, e, por conseguinte, uma expressão de gênero, que lhe atribui uma nova máscara social a ser apresentada e declarada. Assim, seja para a emissão de documentos, seja para matricular-se na escola ou acessar serviços de saúde, obriga-se as pessoas a escolher entre o masculino e o feminino, em uma atuação identitária que marginaliza quem se encontra fora da norma (Monteiro, 2016; Sedgwick, 2007).

Isto posto, este cenário configura uma saída constante do armário do gênero. Diferente da orientação sexual que, por vezes, consegue se apresentar de forma mais reservada, o gênero exhibe-se a toda hora. Todas as pessoas, sejam elas cis ou trans, performam suas expressões de gênero a todo o momento. O que as diferencia neste ponto é a liberdade com que se expressam e expõem as suas identidades, num contexto em que as pessoas cis performam de maneira mais livre, e as pessoas trans encontram-se limitadas e subjugadas aos estereótipos sociais impostos. Percebe-se, portanto, que a temível saída do armário se apresenta cotidianamente no tocante à identidade de gênero das pessoas trans, onde as vestimentas, as falas e expressões tornam-se denunciadoras dos seus corpos e identidades divergentes, criando-lhes obstáculos na contenda para se alcançar uma espécie de emancipação identitária (Monteiro, 2016; Sedgwick, 2007).

Assim, é certo que as pessoas trans existem e resistem em uma sociedade que ainda não está apta a acolhê-las. Observamos a ausência de um registro oficial dos países europeus, e ao redor do mundo, que indique a quantidade de pessoas transgênero nas nações espalhadas pelo globo. O pouco que se sabe, são estimativas baseadas em pesquisas realizadas, sobretudo, pelos movimentos sociais, em que geralmente seus dados se baseiam em métodos indiretos, como relatórios médicos de pacientes submetidos a determinados procedimentos, a exemplo de tratamento hormonal ou cirurgia, e processos de reconhecimento legal de gênero, em uma realidade paralela que atenua a dimensão

geral da população trans, já que nem todas as pessoas trans seguem um caminho médico ou legal que deixa um registro (EUFRA, 2019).

No entanto, há estimativas em torno deste número, que sinalizam em alguns estudos que em média 1% da população mundial adulta se autodeclara como transgênero (Ipsos, 2021). Outros estudos apontam ainda que 2% da população mundial se identifica enquanto transgênero, não-binário/não-conforme/gênero-fluido ou de outra forma, que não a designada ao nascer. Na Europa, em países como Alemanha e Suécia, este número aumenta para cerca de três por cento (Statista, 2021). Há ainda estudos recentes que abordam de maneira mais complexa os chamados sentimentos de identidade de gênero, oferecendo uma ideia mais abrangente da proporção de pessoas trans. Estudos dessa natureza realizados na Holanda e na Bélgica aferiram sentimentos de identidade de gênero ambivalente e incongruente entre a população geral desses países. Os resultados apontaram que entre 2,2% e 4,6% dos homens e em torno de 1,9% e 3,2% das mulheres relataram uma identidade de gênero ambivalente (EU FRA, 2014).

Dessa forma, independente da quantificação exata dessa parcela da sociedade, é evidente que tratamos de uma minoria marginalizada que busca ter seus direitos assegurados. A transgeneridade permite abraçar todos os indivíduos que vivem, expressam e identificam o seu gênero em dissonância ao sistema cisnormativo e binário, que reduz e limita suas identidades. Daí a importância de se nomear também a cisgeneridade, pois, se existe um grupo de pessoas posto à margem sob este componente da sexualidade, é porque outra parcela da sociedade, preponderante e hegemônica, determina o ideal normativo a ser seguido.

2.1 Cisgeneridade e cisnormatividade.

Não seria razoável abordarmos as questões que englobam a transgeneridade sem problematizarmos a cisgeneridade. O silêncio ou mesmo a ignorância, que atravessam a sociedade a respeito das terminologias cis em todas as suas variáveis, trazem consigo implicações abusivas e opressoras. Assim, longe de querer dicotomizar o gênero em si, mas utilizando-se dos pensamentos foucaultianos sobre as relações entre discurso e poder, observa-se também nas identidades de gênero uma contraposição entre discursos, com prerrogativas e privilégios quase que exclusivos da parcela social hegemônica, e como uma técnica de segregação entre o que seria normal, natural e verdadeiro, e o que é falso e patológico. Sendo assim, nomear identidades trans e silenciar sobre seu principal contraponto naturaliza estas identidades em detrimento daquelas (Foucault, 1984).

O termo cisgênero emerge, portanto, para evidenciar que tanto pessoas trans quanto pessoas cis possuem identidades de gênero. Elucidar terminologias como cisgênero, cisgeneridade, cisnormatividade e cissexismo é importante para estabelecer qual é o grupo de pessoas denominado como padrão normativo e ideal, e que, por conseguinte, alcançam privilégios e benesses, cotidianamente negados àqueles que se afastam desse arquétipo” (Lennon & Mistler, 2014; Siqueira, 2006).

Os primeiros relatos do vocábulo cis referindo-se ao gênero são de meados de 1990, diante da demanda linguística por um termo que pudesse antagonizar o prefixo trans. A cisgeneridade, que mais tarde vem a ser projetada mais fortemente pelo apoderamento do movimento social transfeminista, refere-se à proposição de congruência e conformidade da identidade de gênero com o sexo biológico aferido no nascimento, através de uma suposta coerência fisiológica, emocional e comportamental, que categoriza corpos sociais como normais ou ideais. Sendo assim, pessoas cisgênero ou pessoas cis, são homens e mulheres que se identificam com o gênero que lhes foi designado a partir do sexo biológico identificado em seus nascimentos (Bonassi, 2017; Jesus, 2014; Vergueiro, 2016).

Desta feita, a partir desse conceito, extrai-se a cisnormatividade, que vem detalhar o imperativo de que todas as pessoas presentes na sociedade são cisgênero, em um contexto em que todas as pessoas devam se identificar enquanto homens e mulheres, de acordo com o sexo biológico observado e o gênero designado no nascimento, e em conformidade com os papéis de gênero impostos socialmente, sob uma perspectiva de perfeita consonância com os ideais de heteronormatividade que pairam sobre nosso corpo social, como base fundamental para a concepção do poder e da inalterabilidade dos corpos, gêneros e desejos. Sendo assim, a sociedade e suas instituições validam e favorecem o comportamento heterossexual como natural e padrão, e da mesma maneira o fazem em relação à cisgeneridade, ao assumirem-na como referencial de corpos e identidades legítimos e saudáveis (Butler, 2003; Cohen, 1997).

Assim, para se estabelecer e atingir os seus objetivos limitantes, a cisnormatividade fundamenta-se no cissexismo, através de um conjunto de ações e omissões, por vezes agressivas e violentas, que subalterniza as pessoas que não se emolduram na cisgeneridade, e subordina inclusive pessoas cis aos seus efeitos, na medida em que se afastem das normas cis pré-estabelecidas, como é de praxe observarmos no sexismo habitual em relação às mulheres. Nesse sentido, o cissexismo elege, portanto, a cisgeneridade como instrumento de poder que controla e delimita o

gênero e os corpos individuais, através de um sistema segregador reproduzido pelas relações sociais, e pelo Estado e suas instituições, ocasionando misoginia, homofobia e transfobia (Bonassi, 2017; Vergueiro, 2016).

Por isso, é importante descontinuar teorias e referências que corroboram a ideia de identidades congênitas determinadas essencialmente por marcadores biológicos. Para que se possa extirpar a cisgeneridade de sua cama de privilégios e superioridade, é necessário dar nomes às identidades das pessoas cis, chamando-as de homens cis e mulheres cis, ao invés de propalar termos patologizadores e vulgares como “mulher biológica, homem de verdade” (Jesus, 2014; Vergueiro, 2014, p. 15; Vergueiro, 2016).

Ante o exposto, parece conveniente dizer, que evidenciar a cisgeneridade, destaca a ausência e o apagamento sofrido por pessoas trans nos diferentes espaços culturais e institucionais. Portanto, reconhecer a identidade cis, em uma sociedade transfóbica, é um movimento relevante e necessário para que os estudos relacionados ao gênero ganhem cada vez mais visibilidade e se diminua a marginalização da transgeridade, no sentido de libertar a sociedade do pensamento de identidades e corpos encarcerados no sexo biológico, fazendo-a enxergar a diversidade natural que compõe o gênero.

2.2 Transfobia

Compreender a diversidade de gênero e os resultados das experiências discriminatórias de identidades trans é reconhecer que essas pessoas não estão seguras nos mais diversos espaços sociais. A transgressão social da normatividade cis promove e fundamenta a exclusão e a marginalização dessas vivências, ocasionando a violação de direitos e liberdades fundamentais deste grupo vulnerável. Assim, a transfobia emerge como um episódio motivado pelo preconceito em relação às pessoas trans, ou à identidade social trans deduzida, uma vez que, para amargar a violência transfóbica não é necessário identificar-se como uma pessoa trans. Dessa forma, o homem cis de expressão mais afeminada e a mulher cis mais masculinizada, qualquer que seja sua orientação sexual, podem experimentar a transfobia, porque reproduzem de forma dita inadequada a sua cisgeneridade (Calderon-Cifuentes, 2021; EU FRA, 2019; Podestá, 2019).

A transfobia é percebida, portanto, como uma repulsa ou aversão em relação às pessoas que não se emolduram nos padrões da cisnormatividade, por meio de demonstrações sutis ou declaradas, que diminuem e desqualificam pessoas trans a uma categoria sub-humana. Assim sendo, a transfobia pode emergir de várias formas, quais sejam, institucionalmente, refletida em políticas públicas, legislação e práticas

institucionais que discriminem pessoas trans; socialmente, representada na rejeição e maus-tratos de identidades trans por outras pessoas; e na forma de crimes de ódio, especificamente fundamentados e direcionados às pessoas trans. Dessa forma, análoga à homofobia, no cerne da orientação sexual, a transfobia indica a ação irracional e a repulsão às identidades de gênero divergentes, através de violências físicas ou psicológicas, que eliminam até mesmo a vida de quem ousa cruzar os limites do gênero. Nesse sentido, é importante reconhecer a transfobia presente no cotidiano das pessoas trans, materializada nos mais diferentes espaços de socialização, desde o ambiente familiar até as instituições de ensino, e que resulta na continuidade de agressões contra essas vivências (Hill & Willoughby, 2005; Nagoshi et al, 2008; TGEU, 2015).

Isto posto, é mister ressaltar que a segregação e o desamparo se fazem presentes nas vidas de pessoas trans desde muito cedo. Muitas delas desafiam a negligência e a intolerância de suas próprias famílias, em experiências que alcançam a negação de suas identidades de gênero, por meio de violências emocional e psicológica, e perpassam por agressões físicas e morais, que resultam na expulsão da casa dos seus genitores. Assim, desprovidas do suporte e da assistência familiar, essas pessoas são impelidas a um contexto cruel de insegurança alimentar e habitacional, em que se estima, que uma em cada três pessoas trans já suportou a falta de moradia em algum momento de suas vidas, e avalia-se, que a rejeição familiar em razão da identidade tenha sido o principal motivo (Shelton, et al, 2020; United Nations, 2015).

Nesse sentido, cumpre ressaltar, que o abandono parental é um dos principais fatores responsáveis pela instabilidade psicológica e emocional da juventude trans, e que fundamenta a incidência de depressão e tentativas de suicídio neste grupo vulnerável, em um cenário onde pondera-se que 77% das pessoas trans já pensaram em cometer suicídio e 25% delas já se empenharam de fato, em tirar a própria vida. Isto posto, todas essas questões inerentes à hostilidade familiar, revelam aspectos que conduzem pessoas trans a um caminho de graves dificuldades no acesso à educação, deixando-as ainda mais propensas e vulneráveis à discriminação social, e aumentando a possibilidade de precariedade financeira no futuro (Anderssen, et al, 2020; EU, 2023; Stonewall, 2018; TGEU, 2017).

É oportuno frisar, que a expressão de gênero costuma se evidenciar mais fortemente durante a infância e a adolescência, que coincide com o período escolar. Dessa forma, para a maioria das pessoas trans, é nesta circunstância que emergem muitas das inconformidades e manifestações identitárias que podem torná-las alvo de escárnio social.

Naquele espaço de aprendizagem, surgem as primeiras demarcações de gênero, e com elas, o início de episódios de violência e constrangimentos, em que antes mesmo da autopercepção íntima de suas identidades trans ou sem qualquer indício da transição de seus corpos, manifesta-se a intolerância, que posiciona a escola, como um dos lugares mais inseguros e adoecedores para pessoas trans. Infelizmente, um espaço que deveria ser de acolhimento e formação cidadã, muitas vezes se apresenta como o primeiro contato das pessoas trans com as múltiplas formas de preconceito, o bullying e a falta de representatividade (Bento, 2011; Hunt, 2012; Junqueira, 2012).

Desta feita, estima-se que 69% das pessoas trans já se sentiram discriminadas nas mais diversas áreas e, principalmente, na educação, num contexto em que, entre homens e mulheres trans, e identidades não-binárias, de 25 a 39% dessas pessoas vivenciaram algum tipo de discriminação, e até mesmo agressão física e sexual, envolvendo alguém da escola ou IES, o que significa que as instituições de ensino não representam espaços seguros para a população trans. Sendo assim, é importante ressaltar, que nesse ambiente educativo, pessoas trans enfrentam barreiras identitárias muito específicas, como o reconhecimento de suas identidades, em uma realidade educacional, em que estudantes LGBTQIAPN+ em geral, são três a cinco vezes mais propensos a serem alvos de discriminação, bullying e violência, o que ocasiona o abandono escolar de impacto severo em suas vidas (Calderon-Cifuentes, 2021; EU FRA, 2019; UNESCO, 2019).

Nesse sentido, “quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão” (Bento, 2011, np.). Assim, se para a maioria das pessoas trans a permanência no ambiente escolar está subordinada a muitos desafios, não frequentar essas instituições contribui ainda mais para a derrocada do processo de qualificação pessoal, e a conseqüente dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho.

Isto posto, em busca de sobrevivência, pessoas trans são direcionadas para vidas insalubres e para o trabalho informal em áreas criminalizadas, a exemplo do trabalho sexual. Assim, empurradas à prostituição, o traço estigmatizado e a ilegalidade desse trabalho elevam o risco de exposição dessas pessoas às múltiplas formas de violência, o que, aliado a todo contexto discriminatório, faz da população trans a parcela mais vulnerável dentro da comunidade LGBT. Nesse sentido, avalia-se que uma em cada três dessas pessoas já foi assediada ou sofreu agressões, físicas ou sexuais, e estima-se que as mulheres trans são as mais atingidas. Isto posto, a discriminação estrutural, social e

institucional, e toda a violência evidenciada nos mais diversos espaços sociais, em uma vida de ausências de qualquer respaldo social e familiar, podem levar as pessoas trans a um ciclo permanente de pobreza, exclusão e violência (Calderon-Cifuentes, 2021; EU FRA, 2019; Karsay, 2021; UN Human Rights Council, 2019).

Ao confrontarem à cisnormatividade, uma sequência de violências de todas as ordens atinge as “vidas trans, tão longamente apagadas, violentadas e assassinadas”, mostrando que a “cidadania é um termo inseguro e assaz inconsistente, inalcançável há milênios para os grupos historicamente discriminados” (Jesus, 2019, p. 258). Percebe-se, portanto, que aqueles que vivem na linha de pobreza têm maior probabilidade de serem violados em seus direitos e aqueles desproporcionalmente afetados por discriminação e violência, são mais propensos a viver na pobreza, conforme defere-se da figura constante no Apêndice 1 (Karsay, 2021; UN Human Rights Council, 2019).

Vários são, portanto, os fatores que fundamentam e agravam a transfobia. Para além desses, a autodeclaração pública da identidade trans se apresenta como mais um agravante. Nesse sentido, pessoas que se aproximam da cisgeneridade e não aparentam transgredir a norma cis, estariam mais seguras e menos inclinadas a experimentar violências transfóbicas, o que as leva a ocultar ou dissimular sua orientação sexual ou identidade de gênero durante algum tempo depois de percebida, como forma de lidar com o medo da violência. Desse modo, quanto maior passabilidade¹¹, ou maior proximidade ao padrão de privilégios cisheteronormativos, mais resguardadas estão essas pessoas. Assim sendo, avalia-se que uma em cada três pessoas trans não declara publicamente a sua identidade de gênero, e o efeito desse ocultamento de aspectos identitários, como o gênero ou a orientação sexual, além de custoso e bastante lesivo à saúde mental dessas pessoas, é ilusório, já que estudos recentes demonstram que uma em cada duas pessoas trans que não declaram sua identidade de gênero, experiencia discriminação em razão de sua orientação sexual, em que para além da transfobia, suportam também a homofobia (Brennan, 2021; Calderon-Cifuentes, 2021).

Assim, não obstante a gama de experiências negativas que vivenciam, pessoas trans ainda são atingidas por violências muito específicas que devem ser repudiadas. A exposição genital para a validação do gênero; o desrespeito ao nome social escolhido; a

¹¹ Passagem ou passabilidade é a capacidade de uma pessoa ser considerada membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua. Ser passável pode resultar em privilégios, recompensas ou um aumento na aceitação social. Ou seja, é a capacidade de uma pessoa trans se passar socialmente por cisgênera, por exemplo. (Leal & Mostazo, 2017; Renfrow, 2004).

retaliação sofrida na apresentação de um documento que revele o gênero legal; a proibição da utilização de casas de banho no gênero ao qual se identificam; a estigmatização e patologização de suas identidades; a hostilização do feminismo radical; a redução da expectativa e qualidade de vida; o discurso neoconservador falacioso da ideologia de gênero¹²; entre outras estratégias sociais compulsórias, reforçadas pelo sexismo, para a regulamentação e dominação dos corpos (Bettcher, 2007; Heyes, 2003; Jesus & Oliveira, 2019; Miskolci & Campana, 2017; Platero, 2014).

Nesse sentido, identidades que se atrevem a infringir a conduta do padrão social de gênero prevalecente, devem ser removidas, invisibilizadas ou, no melhor dos cenários, restabelecidas à norma cis, sob pena de padecerem com a falta de acesso a direitos fundamentais e a exposição a violências, que vão desde comentários e perguntas invasivas até assassinatos com requintes de crueldade. Assim sendo, 375 pessoas trans foram assassinadas ao redor do mundo, no ano de 2021, em razão exclusivamente da sua identidade de gênero, restando comprovada a necropolítica¹³ social e institucional em relação a essa parcela da população. Vale salientar, que 96% das pessoas assassinadas eram mulheres trans ou pessoas transfemininas, e dessas pessoas cuja profissão era conhecida, 58% trabalhavam na prostituição. Na Europa, foram constatados 14 assassinatos de pessoas trans por transfobia no mesmo período, em que 43% dessas pessoas eram imigrantes, o que confirma o enlace opressor dos marcadores sociais (Jesus, 2014; Mbembe, 2003; Reis & Pinho, 2016; TGEU, 2021).

Assim sendo, a transfobia quase sempre se acumula a outros pilares sociais que reforçam as desigualdades e intensificam as violências discriminatórias. Marcadores sociais como a xenofobia, o racismo, a misoginia, o sexismo, o classismo e a homofobia, devem ser observados em conjunto com a transfobia, tendo em vista a interseccionalidade de opressões que aumenta ainda mais a vulnerabilidade e o risco de enfrentamento de discriminação e violência (Crenshaw, 1989; Hooks, 2018).

Desse modo, os direitos humanos das pessoas trans são tolhidos por ameaças e impedimentos, na convivência íntima e, também, no acesso a espaços públicos. Sair à rua configura um exercício de negociação do direito de ir e vir. Entre comentários ofensivos, gestos ameaçadores e encaradas de forma inadequada, as discriminações se impõem

¹² Perspectiva política conservadora quanto ao gênero, que desmerece toda uma produção teórica já estabelecida em estudos de gênero (Miskolci & Campana, 2017).

¹³ Necropolítica é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para determinar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer (Mbembe, 2003).

cotidianamente em adversidades nas atividades cotidianas, como a simples ida ao banheiro, no desempenho regular de necessidades fisiológicas, (EU FRA, 2019).

Nesse sentido, cumpre ainda ressaltar as dificuldades inerentes ao acesso à saúde pelas pessoas trans, em que como mais uma manifestação de discriminação estrutural e institucional, estima-se que cerca de 30 a 46% dessas pessoas já se sentiram discriminadas por um profissional de saúde ou do serviço social e mais de 3% delas sofreu violência física ou sexual no acesso a esses serviços. Nota-se, portanto, que estamos diante de mais um, dentre tantos ambientes inseguros para essa parcela da população, que, por vezes, necessita acessar serviços de saúde muito específicos, como cirurgias de redesignação e utilização de hormônios. Posto isto, verifica-se uma grande falha do Estado na disponibilização e acessibilidade desses serviços, o que leva pessoas trans a procurarem clínicas e hospitais particulares de custos altíssimos, a empurrar-lhes a um contexto de instabilidade financeira e mal-estar físico e mental (EC, 2020; EU FRA, 2019).

Assim sendo, nota-se que desobedecer a cisheteronormatividade é, portanto, colocar-se em apuros. Às pessoas trans é constantemente negada a dignidade humana, já que somente através de uma suposta coerência entre os elementos da sexualidade, as pessoas estariam aptas a receber o assentimento de humanidade. Assim, percebida a descontinuidade desses elementos, desponta-se a desumanidade através do apagamento das identidades dissonantes, ou do banimento dos seus corpos. Nesse sentido, as formas de eliminação são cruéis e desumanas, e pessoas trans são alvo muitas vezes de torturas e violações hediondas e desproporcionais, em que não basta eliminá-las, é necessário puni-las pela desobediência da norma cis (Butler, 2003; Jesus, 2013).

Ante todo o exposto, percebe-se que qualquer vida que se afaste do padrão social hegemônico, viverá algum grau de dificuldade ou marginalização em algum momento de sua existência. Mulheres cis ou trans amargam o machismo e a misoginia; pessoas negras sofrem com o racismo estrutural; gays, lésbicas e bissexuais suportam a homofobia e a bifobia; dentre outros grupos que resistem cotidianamente em prol de uma vida digna. Assim, a transgeneridade agoniza os efeitos da normatividade cis, através da transfobia que a apaga, silencia e mata, e, por isso, clama por aliados na luta por sobrevivência.

2.3 Movimentos sociais – Aliança e inclusão da transgeneridade

Os movimentos sociais em todo o mundo são uma ferramenta forte e poderosa para a transformação social a que se almeja, uma vez que, direitos e garantias de grupos vulneráveis são violados rotineiramente, e a atuação estatal, através da legislação e das

suas políticas públicas, não satisfaz a garantia desses direitos humanos. Nesse sentido, é salutar e louvável, que os movimentos que protegem esses grupos minoritários, atuem em parceria e se comprometam a debater e transformar, também, os direitos de outros grupos em igual situação de opressão.

Desta feita, os movimentos sociais de pessoas trans surgem como um grupo de apoio, aliança e representatividade dessas identidades, no intuito de apresentar propostas de inclusão e integração, que desafiem a realidade social vigente, e, também, com uma disposição significativa para confrontar a exclusão e o apagamento social que violenta diuturnamente essas vivências (Aultman, 2021).

Sabe-se, portanto, que os movimentos sociais têm sido fundamentais para a luta e a realização de metamorfoses na sociedade, no que se refere às questões de gênero, já que a visibilidade proposta por essas organizações, através de uma cidadania inclusiva, derruba barreiras e obstáculos impossíveis de serem superados individualmente. No entanto, apesar do elo estabelecido com base nas violências e opressões em comum, entre os membros dos mais diversos movimentos, os preconceitos relacionados aos seus marcadores sociais estão tão entranhados na estrutura social, que é possível observar a existência de discriminações até mesmo entre esses grupos que sentem dores tão profundas (Aultman, 2021).

Assim, a transgeneridade encontra hostilidade nos mais diversos movimentos sociais em que revelam aspectos de sua identidade, e sobretudo naquele do qual é parte integrante e carrega sua letra representativa, o movimento LGBT. Este coletivo no qual pessoas trans participam ativamente desde o seu início, e ajudam, portanto, a dar-lhe a visibilidade e importância que hoje tem, deveria ser exclusivamente de acolhimento, mas acaba por tornar-se, através de alguns de seus membros, mais um ambiente de exclusão e insegurança (Aultman, 2021; Mottet & Tanis, 2008).

Dessa forma, a atual conjuntura demonstra que é preciso reconsiderar a abordagem dos grupos de apoio e luta pelos direitos LGBT em relação às pessoas trans. É preciso desconstruir as nuances cisheteronormativas presentes dentro do próprio movimento, para que cada vez mais pessoas sejam incluídas e sintam-se representadas, do contrário, os direitos trans continuarão a ser violados, inclusive por pessoas igualmente alcançadas pela opressão da norma (Preciado, 2018).

Nesse mesmo sentido, questões semelhantes são observadas dentro do movimento feminista. O feminismo, apesar de toda sua significância política, enquanto movimento que confronta as relações de poder e a exploração das mulheres, acaba por também

representar um campo de batalhas para as pessoas trans, quando não as acolhe por completo. Foca-se muito, mais uma vez, na discussão identitária subjetiva de quem poderia participar, ou não, do movimento, e esquece-se do conteúdo libertário pelo qual ele foi fundado. Assim, um feminismo majoritariamente branco e economicamente estável define quem pode acessá-lo, e nega às mulheres trans a feminilidade e, portanto, a humanidade, em um movimento orquestrado de “tirania das políticas identitárias” (Cazeiro et al., 2019; Hooks, 2018; Jesus, 2014; Preciado, 2014).

Nesse sentido, feministas radicais trans-excludentes¹⁴, defendem a rejeição das identidades trans enquanto mulheres, e a exclusão de mulheres trans de espaços e pautas. Assim, o transfeminismo surge, portanto, para colocar em pauta demandas específicas das mulheres trans, com a criação de redes de apoio e acolhimento, mas também, e principalmente, para protegê-las, ao promover debates sobre o determinismo biologizante do gênero e propor uma nova forma de se compreender o feminismo, em toda sua pluralidade e multiplicidade. Nesse sentido, mulheres trans quando defrontam a igualdade de gênero, o fazem também em benefício de todas as outras mulheres, em harmonia com a sororidade tão divulgada pelo feminismo, através da aliança e do apoio mútuo entre mulheres, para o fortalecimento do movimento (Jesus, 2014; Koyama, 2003; Pearce, et al, 2020).

No entanto, provando os contrapontos existentes entre os movimentos, o feminismo negro questiona algumas dessas ideias de aliança, e assume que esse laço de irmandade entre mulheres deve também considerar o cruzamento entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe. Nesse sentido, o feminismo antirracista elabora o conceito de dororidade, por considerar que a sororidade não inclui ali as dores particulares das mulheres negras. A seguir este raciocínio, é necessário que se discuta as diversas faces não só do feminismo, mas também de todos os outros movimentos sociais, compreendendo que a humanidade é diversa, múltipla e plural, com suas peculiaridades e reivindicações próprias, fundamentadas nos impactos de opressões interligadas, e que precisam, portanto, serem pensadas e problematizadas oportunamente (Hooks, 2018; Jesus, 2014; Piedade, 2019; Platero 2012).

Ante todo o exposto, é necessário fortalecer-se, então, a união e o acolhimento dos mais variados movimentos sociais entre todas as pessoas, para que estes ambientes se tornem atrativos, e essas organizações políticas e sociais possam abrigar a pluralidade e

¹⁴ Utiliza-se o termo TERF, uma abreviação do inglês *trans-exclusionary radical feminist*, para caracterizar uma minoria de feministas radicais e trans-excludentes (Pearce et al, 2020).

a diversidade de forma mais eficiente e humana. Pois, somente assim, será possível incluir e resguardar as agendas relativas aos direitos e liberdades fundamentais das identidades trans, como parte integrada da atuação destes coletivos. Nesse sentido, é preciso, portanto, transgenerizar todos os movimentos sociais, ao tempo em que também se racializem esses coletivos, para que haja, assim, sob um viés de equidade e justiça, um enfrentamento consciente das problemáticas que impossibilitam uma vida digna para as pessoas trans.

2.4 O reconhecimento legal de gênero como medida antidiscriminatória.

É de conhecimento geral que muitas pessoas trans enfrentam desafios peculiares na vida cotidiana, em razão de suas identidades de gênero não normativas. Esses desafios tendem a acentuar-se e tornarem-se ainda maiores quando o gênero legal expresso em seus documentos oficiais não corresponde à real performance identitária dessas pessoas. Nesse sentido, a apresentação desses documentos oficiais em situações cotidianas, como o acesso ao sistema de saúde, ou o simples ato de matricular-se em uma universidade, expõem, por vezes, uma incongruência capaz de causar às pessoas trans circunstâncias constrangedoras e desconfortáveis, das quais podem resultar assédios e violências.

O procedimento de reconhecimento legal de gênero surge, portanto, para sanar essa necessidade emergida na vida das pessoas trans, e regularizar a disposição jurídica e documental das suas identidades de gênero, ao pressupor “a abertura de um procedimento de mudança da menção do sexo no registro civil e da conseqüente alteração de nome próprio, mediante requerimento” (Lei nº 38/2018, art. 1), representando uma medida antidiscriminatória essencial, assim como o acesso aos serviços específicos de saúde e a criminalização dos discursos de ódio, para que muitas pessoas trans possam viver as suas vidas com dignidade e respeito (TGEU, 2022).

Segundo Gomes (2021), o direito à autodeterminação da identidade de gênero estaria intimamente conectado ao direito à identidade pessoal. Assim sendo, todas as pessoas teriam o direito a determinarem elas mesmas as suas próprias identidades. Nesse sentido, os organismos europeus têm vindo a produzir, consistentemente, ações para promover a inclusão das pessoas trans, no intuito de lhes serem assegurados direitos e liberdades individuais. Assim, exige-se que os estados-membros disponibilizem a ferramenta jurídico-administrativa do reconhecimento legal de gênero, a todos que assim desejarem acessá-lo, numa conjuntura em que atualmente na Europa, trinta e nove Estados disponibilizam o dispositivo, mas com algumas ressalvas (Canotilho & Moreira, 2007; CIDH, 2017; Köhler, 2022; TGEU, 2022).

Nesse sentido, como manifestação explícita da transfobia institucional estrutural, a maioria dos países da União Europeia não fornece ainda a disponibilização de um reconhecimento legal de gênero com um procedimento administrativo célere, acessível e transparente, em que a mudança de nome e gênero legal seja inteiramente baseada na autodeclaração da identidade da pessoa requerente, e independente da idade. Do contrário, vários ainda são os aspectos que podem ser determinados como requisitos prévios a esse mecanismo legal, o que pode fazer deste procedimento um processo longo, custoso e atentatório à dignidade humana.

Nesse sentido, dados recentes sugerem que o número de pessoas que acessaram a ferramenta do reconhecimento legal de gênero após a implementação de normas baseadas exclusivamente na sua autodeterminação é imensamente maior que o número encontrado nos contextos anteriores, a exemplo do que ocorreu na Bélgica, onde cerca de 70% de todos os processos legais de reconhecimento de gênero no país, aconteceram somente após o banimento de requisitos impróprios (Bento, 2011; TGEU, 2022).

Isto posto, o que se observa, nos países onde já se pode executar essa importante medida antidiscriminatória, conforme se verifica do mapa constante no Anexo 2, é um conjunto de exigências que limita aspectos identitários individuais, como diagnósticos de saúde mental, intervenções médicas, divórcio e a limitação de idade, com a intervenção de instituições terceiras, como os tribunais, os serviços de saúde ou as famílias envolvidas, em total dissonância ao recomendado pelos organismos internacionais, num contexto em que somente 9 países europeus adotaram modelos baseados unicamente na autodeclaração pessoal da identidade (CIDH, 2017; TGEU, 2022; CE, 2022).

Essas ferramentas legais surgem, portanto, como medidas aptas a mitigar a marginalização estruturante, a discriminação e a violência experienciadas por pessoas trans, uma vez que, enquanto o sexo ou o gênero ainda forem registrados em órgãos e documentos oficiais, deverá haver igualmente neste âmbito o direito de se retificarem essas informações, quanto ao nome e o gênero, sem tantas burocracias, através de políticas inclusivas e com o enfrentamento de condutas abusivas. Assim, em razão principalmente de procedimentos arbitrários, inacessíveis, com limitantes binários e exigências violadoras, observa-se na União Europeia um cenário onde estima-se que três em cada quatro pessoas trans que ali vivem, não fizeram uso do reconhecimento legal de gênero. Nesse sentido, verifica-se que a maioria das propostas de reconhecimento identitário em vigor, ainda exclui, ou inclui apenas parcialmente, alguns grupos de

peçoas, como migrantes, menores e peçoas não binárias (Yogyakarta Principles +10, 2017; PACE, 2015; PACE 2017; EC et al., 2020).

Desta feita, as peçoas não binárias são o maior número de identidades dentro do grupo de peçoas trans, e a ausência de opções disponibilizadas de marcadores identitários para além do binário de gênero, leva essas peçoas a não acessar o reconhecimento legal de suas identidades. Assim, estima-se que cerca de 95% das peçoas não binárias não se utilizam das medidas legais de reconhecimento de gênero, numa realidade em que dos países da União Europeia que oferecem esse mecanismo, somente Islândia, Alemanha e Malta permitem o reconhecimento total de uma identidade não binária. Ante o exposto, faz-se necessário e urgente que sejam ajustados os sistemas oficiais e sejam fornecidas soluções para além do binário de gênero, com a introdução de possibilidades de um terceiro gênero ou marcador legal não binário, ou até mesmo, a remoção do marcador de gênero dos documentos oficiais (Calderon-Cifuentes, 2021; EC et al., 2020; EU FRA, 2019).

Nesse sentido, vários são os países que têm vindo a incluir uma terceira opção de gênero, nos seus documentos oficiais. A Alemanha, por exemplo, permite a escolha de uma terceira possibilidade nos seus passaportes, referida como “X”, a reconhecer, portanto, de forma expressa, que o gênero incluiria mais do que apenas homens e mulheres, ou masculino e feminino. Assim sendo, nas suas decisões mais recentes, o tribunal alemão declara o direito à identidade de gênero como parte integrante do direito à personalidade, ressaltando ainda que o legislador teria liberdade suficiente para, inclusive, abolir dos sistemas o marcador de gênero (Markard, 2018; Gomes, 2021).

É preciso, portanto, prever, de modo expreso na legislação ordinária de todos os países europeus, o direito à autodeterminação da identidade de gênero e o direito à igualdade e não discriminação em razão da identidade de gênero, uma vez que, não deve ser negado às peçoas trans o direito de serem reconhecidas em suas identidades, nem tão pouco, serem cerceadas as suas liberdades. Assim sendo, quando abordamos aqui essas questões acerca da identidade pessoal, estamos falando sobre humanidade. A humanidade de poder tornar público aspectos da personalidade, e com isso, alcançar a plenitude da dignidade humana.

Capítulo 3 - Dignidade Humana e Educação

O princípio da Dignidade Humana é o princípio fundamental do direito, que faz com que todos os outros a ele devam obediência. Conceitua-se o direito à dignidade da

pessoa humana como o reconhecimento do direito a resguardar direitos. Refere-se, portanto, a uma qualidade inerente ao ser humano, de salvaguarda à vida e contra toda prática degradante e discriminatória, a objetivar uma condição mínima de sobrevivência e coexistência social (Sarlet, 2005).

Diante desta abordagem, cumpre inicialmente ressaltar a instrumentalização global desse direito na DUDH (United Nations, 1948), que estabeleceu garantias aos direitos imprescindíveis à pessoa, fazendo referência expressa à dignidade humana ao dizer que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (art.1º). Ainda nesse sentido, ao utilizar Portugal como exemplo, o tema foi consagrado, posteriormente, ao ganhar força normativa e coercitiva, na Constituição da República Portuguesa (1976), que a reconheceu expressamente em seu artigo 1º, ao dizer que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”. Assim, a partir do reconhecimento do viés histórico dos direitos humanos, observamos um complexo processo de denominação da diversidade dos sujeitos de direito, que de alguma maneira, em razão de suas vulnerabilidades, acabam por não alcançar a dignidade, sem que isso possa fragmentar o endereçamento universal desse princípio.

Ao se inferir a dignidade humana como fundamento universal de diversas nações ao redor do mundo, assevera-se que o princípio é a base sustentadora do Estado democrático de direito e constitui valor imprescindível ao indivíduo social, devendo, portanto, ser observado pela sociedade e garantido pelo Estado, bem como, por suas normas, como medida necessária ao reconhecimento da condição humana. Canotilho (2008) ressalta que a dignidade da pessoa humana significa que “a República é uma organização política que serve o homem, não é o homem que serve os aparelhos político-organizatórios” (p.225). Dessa forma, a pessoa humana é colocada no eixo central do ordenamento jurídico e, como tal, merecedora de proteção e atenção do Estado.

Posto isto, é de suma importância observar que o direito à dignidade, base do eixo central de garantias de direitos fundamentais, compreende um componente apto a possibilitar que os cidadãos busquem a própria ideia de felicidade, elegendo seus projetos existenciais, sob o direito de não sofrer discriminações em razão de sua identidade e de suas condições humanas. Vale ressaltar, também, que as Constituições Federais, que acompanham a legislação internacional de direitos humanos, são, em sua essência, ordens normativas inclusivas, das quais não se deve permitir uma interpretação de seus

conteúdos capaz de reconhecer e admitir qualquer forma de discriminação, visando a proteger o cidadão comum. Assim, de acordo com Yogyakarta Principles (2007):

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são universais (...). A orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso” (p.7).

Assim sendo, segundo Sarmiento (2016), o principal déficit de efetividade da dignidade da pessoa humana deriva da cultura enraizada, que não concebe a todas as pessoas como igualmente dignas, mas consagra privilégios para uns, à custa do tratamento indigno a outros. Pois, quando se diz que é dever do Estado a proteção da dignidade da pessoa humana, também deve se incluir nessa guarida as pessoas trans, já que se encontram em um estado agravado de vulnerabilidade e marginalização, sendo fundamental, portanto, uma especial atenção a sua condição de pessoa humana, na medida em que, seria mais apropriado asseverar que é dever de todos: família, sociedade e, inclusive, do Estado, resguardar essas identidades de qualquer ofensa ou ato atentatório a sua dignidade. Nessa sistemática, o Estado e a sociedade elegem os corpos dignos a adentrar a esfera dos direitos humanos ao reivindicá-los, em uma espécie de hierarquia, na qual as identidades trans ocupam a base da pirâmide. “É como se houvesse um subtexto: quem mandou se comportar assim?” (Bento, 2011, n.p).

Dessa forma, é necessário que o Direito promova a justiça e a inclusão de todas as pessoas cidadãs, cumprindo com sua função social, independentemente de suas identidades de gênero. Assim sendo, para que toda a coletividade possa ter dignidade é imperativo que lhe seja assegurada uma base normativa mínima de direitos sociais básicos, onde o direito à educação, enquanto direito fundamental do homem, deve ser observado sem restrições, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, e como consequência imediata dele (United Nations, 1948; Sarmiento, 2016).

A educação surge, portanto, como um mecanismo essencial para o desenvolvimento e o aprendizado de todas as pessoas, e como ferramenta substancial para se alcançar a categoria de dignidade, já que quando esse direito fundamental é negado a uma determinada parcela da população, outros direitos são conseqüentemente indeferidos a este grupo de pessoas. Assim, ao acompanhar uma fase inicial de autodescoberta e evolução da personalidade, a educação precisa garantir que seus núcleos de atuação ofereçam a segurança e a confiança necessárias a atrair todas as pessoas humanas.

Nesse sentido, a DUDH (United Nations, 1948), declara o direito à educação como um dos pressupostos à dignidade humana ao afirmar que “todos os seres humanos têm direito à educação. (...) O acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade (...)” (art. 26). Na mesma esteira, as nações europeias também reconhecem o direito à Educação sem qualquer restrição, como verifica-se da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de onde afere-se que “Todas as pessoas têm direito à educação, bem como ao acesso à formação profissional e contínua” (EU, 2010, art. 23), reproduzindo-se esse conteúdo nas legislações nacionais dos países membros, a exemplo de Portugal, ao dizer que: “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades” (CRP,1976, art. 74)

Posto isto, para Acioli (2014), ao considerar-se a educação como componente decisivo da construção e do desenvolvimento social, ela pode se tornar um mecanismo de instigação dos envolvidos, ao promover a cidadania, ou, no pior cenário, um agente de apagamento e exclusão, sobretudo, daquelas pessoas que são identificadas como minorias diversas, ressaltando aqui, as pessoas trans. Assim, a EAPN – Portugal (2009) afirma ser essencial preparar a todos “para uma cultura da não discriminação” (p.3).

Torna-se evidente que a igualdade e a não discriminação são valores fundamentais da União Europeia, onde a sua Comissão, o seu Parlamento e o seu Conselho, juntamente com os seus Estados-Membros, assumem a responsabilidade de salvaguarda dos direitos fundamentais e garantia de tratamento igualitário para todos. Entretanto, pessoas trans ainda são alvo de discriminação em toda a Europa, num contexto de insegurança identitária que as impede de serem elas mesmas, sem se sentirem ameaçadas. Assim, no sentido de empreender esforços para proteger melhor os direitos das pessoas trans, a União Europeia adota estratégias para construir uma nação onde a diversidade seja exaltada como parte integrante de seu patrimônio coletivo, onde não haja riscos de discriminação, exclusão ou violência (EC, 2020).

Seguindo essa perspectiva, é legítimo afirmar que “todas as pessoas são livres e iguais em dignidade e direitos, sendo proibida qualquer discriminação, direta ou indireta, em função do exercício do direito à identidade de gênero e expressão de gênero e do direito à proteção das características sexuais” (Lei nº 38/2018, art. 1). Sendo assim, é importante que a educação seja problematizada para além do panorama do ensino formal, e seja incluída também a ideia de educação não formal e informal, a abranger o processo de desenvolvimento pessoal da personalidade, para além do dever de disponibilização e cooperação do Estado, mas igualmente como dever fundamental dos pais de educação e

orientação dos seus filhos. Por tudo isso, os Estados-membros das Nações Unidas reconheceram a importância da implementação de estratégias para permitir o desenvolvimento sustentável e para a garantia dos direitos humanos das gerações atuais e futuras, e para tal, estabeleceu como uns dos objetivos principais a garantia de uma educação de qualidade a todas as pessoas, a promoção da igualdade de gênero e a redução das desigualdades (Gomes, 2021; CRP, 1976; United Nations, 2015).

Resta demonstrado, pois, que em face das recomendações dos órgãos internacionais, assim como, da normatização regional detalhada do direito à educação, estamos diante de um evidente conflito entre a imposição do padrão social eugênico, biologizante e segregador, que privilegia e atribui direitos apenas a um fragmento da sociedade, e o acesso pleno e efetivo à educação. Nessa perspectiva, uma sociedade cisheteronormativa e cissexista não preocupa-se em conferir dignidade à transgeneridade, tendo em vista que, ao cercear o direito à educação às suas identidades, em razão da intolerância à diversidade de gênero, ela se apresenta como agente impulsionador do absurdo cenário de violências suportado pelas pessoas trans, que impossibilita a concretização dos direitos humanos (Bento, 2011; Junqueira, 2012).

Portanto, discutir o tema da transgeneridade, significa reconhecer e visibilizar as pessoas trans como detentoras de direitos, que são garantidos e evidenciados nas mais diversas legislações vigentes em todo o mundo, nas quais restam estabelecidos os deveres do Estado quanto à proteção da dignidade da pessoa humana e à abstenção de práticas violadoras a quaisquer direitos dela decorrentes. Ante o exposto, tendo em vista a vulnerabilidade que acomete as pessoas trans, é urgente considerar e debater, de modo consistente, essa problemática de direitos humanos, para que se possa promover e fortalecer a preservação dos direitos e liberdades fundamentais desse grupo de pessoas.

3.1 Realidade Educacional - Ausência e apagamento da população trans

Um ambiente educativo seguro, onde se constata a compreensão integral dos componentes da sexualidade humana e a presença da sua diversidade, é essencial para o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas trans. Entretanto, a realidade educacional contemporânea configura um cenário de discriminação e violência, representado em vários níveis educacionais, como um grande obstáculo ao direito fundamental à educação.

Desta feita, o eixo central de aplicabilidade efetiva dos direitos humanos não está capacitado a reconhecer às identidades de gênero não normativas o exercício pleno de direitos básicos e fundamentais. Em diferentes regiões no mundo, e, também, nos

Estados-membros da União Europeia, as questões relativas à sexualidade e, sobretudo, à identidade e expressão de gênero em ambientes educacionais, são continuamente negligenciadas e não concedem às pessoas trans o gozo do direito à educação em sua totalidade. Assim, essas pessoas são muitas vezes destituídas do acesso ao ensino superior, ou são forçadas a ocultar ou dissimular as suas identidades de gênero, em razão do medo, e do enfrentamento de violências por parte de colegas estudantes, funcionários das instituições de ensino, e até mesmo de seus professores (Rocha et al., 2022).

Destarte, a ausência de informação e debates em sala de aula, em todos os níveis de instrução, sobre o respeito à multiplicidade da diversidade de gênero, por parte das entidades de ensino e de seus agentes, resulta nos mais diferentes relatos de discriminações sofridas por pessoas trans no cotidiano educativo de processos continuados de exclusão. Assim sendo, a falta de integração e de acolhimento nos núcleos de aprendizagem faz com que os estudantes não se sintam seguros e incluídos, e acabem por abandonar a educação, sem qualquer tentativa institucional de impedi-los, num ambiente em que sobra desinteresse e despreparo para a compreensão da complexidade dos corpos e identidades trans (Bento, 2011; Vergueiro, 2017).

Desse modo, no contexto educacional atual, diferentes organismos internacionais demonstram a importância de se incluir nas escolas, IES e outros espaços educativos, uma formação para a sexualidade humana que abranja a diversidade sexual e de gênero, no sentido de reduzir significativamente os riscos de agressões física e mental para a população trans, com a disponibilização de informações simples e diretas sobre os componentes da sexualidade e principalmente questões identitárias de gênero e orientação sexual, e a incluir também a revisão de métodos de abordagens de ensino (Gomes, 2021).

Logo, pessoas trans, que são rejeitadas, preteridas e excluídas em suas experiências sociais, pelas mais diferentes e absurdas motivações, enfrentam situações diárias que as hostilizam e as traumatizam nos mais variados ambientes relacionais. Nesse sentido, estudos recentes indicam que o desenvolvimento pessoal e o bem-estar das pessoas trans estaria intimamente relacionado ao apoio e ao suporte dado à declaração de suas identidades, o que possibilitaria que alcançassem o mesmo nível de satisfação pessoal de indivíduos cis. Portanto, a carência de políticas eficazes de proteção aos estudantes por parte do Estado, bem como, o abandono parental familiar, repassa às instituições de ensino a responsabilidade pela intervenção social direta para a garantia do respeito e do acolhimento à transgeneridade (IGLYO, 2022).

No entanto, profissionais encarregados do cuidado e bem-estar dos estudantes acabam também por discriminar quem ousa transgredir a norma heterocis. Cabe frisar, que estudos recentes acerca da homofobia e da transfobia presentes nos núcleos educacionais, asseveram que diante da diversidade apresentada nestes espaços de aprendizagem, os professores homens cis manifestam níveis mais altos de homofobia e transfobia, assim como aqueles que desempenham alguma convicção religiosa ou simpatizam com a extrema direita (Amigo-Ventureira et al., 2023).

Nesse sentido, a fase escolar se apresenta como o momento mais crítico da educação de pessoas trans, em que o primeiro contato com a diversidade presente nas salas de aula e nos pátios escolares demonstra a crueldade e a incapacidade dos agentes institucionais e, também, dos estudantes, em lidar com a diferença e a pluralidade, posicionando a escola como um espaço que reflete as normas de gênero e convida incivilizadamente identidades trans a retirarem-se daquele espaço, por não resistirem ao ambiente de hostilidade e desamparo. Assim sendo, a educação silencia as múltiplas possibilidades identitárias quanto ao gênero, em um caminho diametralmente oposto à exaltação da cisgeneridade, e falha, portanto, na sua estruturação como um espaço de formação de uma cidadania inclusiva (Albuquerque & Oliveira, 2021; Bento, 2011).

Posto isto, atualmente, estima-se que um em cada dois jovens LGBTQIAPN+ sofre bullying no contexto escolar pelo menos uma vez, em razão de aspectos da sua sexualidade. Destarte, as pessoas trans são ainda mais propensas em geral a sofrer bullying transfóbico ou homofóbico, por parte de outros estudantes e até mesmo de professores e outros funcionários das instituições de ensino. Nesse sentido, calcula-se que 89% das pessoas que sofreram bullying transfóbico sentiram que essa experiência teve um impacto negativo em seu processo de aprendizagem e 42% das pessoas trans desistiram da educação em razão do bullying, que é verificado em todos os tipos de instituições educacionais e nas suas mais variadas instâncias. Assim, estima-se que 50% das pessoas trans experienciam esses ataques, em razão de suas identidades, tanto na escola quanto na IES, 38% vivenciam durante o ensino superior e 30% no contexto da educação de adultos. Sendo assim, a transfobia em ambientes educativos deve ser monitorada e registrada oficialmente como tal, para que se possa orientar com precisão a problemática no âmbito da educação (IGLYO, 2022; LGBT Foundation, 2017).

Ante o exposto, pessoas trans que abandonam a escola ou a instituição de ensino superior, ou simplesmente deixam de acessar esses ambientes educativos, o fazem pelos mais variados motivos, a exemplo da ausência de pertencimento ao contexto, problemas

de saúde, falta de suporte familiar e social, e a ausência de apoio por parte da escola ou da IES. Assim como se observa no contexto escolar, há no contexto do ensino superior uma total ausência de dados acerca da presença de pessoas trans no ensino superior, em que não se sabe ao certo o número de estudantes trans que acessam este ambiente socioeducativo. Estimativas investigativas apontam que 44% das pessoas trans concluiu algum curso no ensino superior. No entanto, esses dados tendem a não refletir a realidade, tendo em vista a natureza on-line dessas investigações e o altíssimo nível de vulnerabilidade em que se encontram a maior parte das pessoas trans, impedindo, portanto, o acesso a esses instrumentos de coleta de dados. Assim, obviamente, existem pessoas trans que afortunadamente já se encontram inseridas no ensino superior, mas, ainda assim, verifica-se tratar-se de uma minoria, que por sorte ou resistência, conseguiu adentrar esses espaços. (IGLYO, 2022; LGBT Foundation, 2017).

Portanto, muito embora o ambiente do ensino superior venha se alterando ao longo dos anos, em decorrência das lutas e avanços dos movimentos sociais, é certo que somente uma pequena parcela das pessoas trans acessa efetivamente estes espaços de formação superior. Ainda hoje, a qualificação de alto nível e a presença de pessoas trans no ambiente acadêmico causa espanto e surpresa, a uma sociedade que não está acostumada a enxergar essas identidades na ocupação desse núcleo educativo.

Assim sendo, é sabido que muitas identidades trans enfrentam grandes obstáculos e experiências negativas ao longo dos seus percursos formativos, a exemplo do uso incorreto de nomes e pronomes, frequentemente convalidado pelas próprias instituições de ensino, que, na maioria das vezes, não disponibilizam políticas administrativas internas para a alteração de nome e gênero em seus sistemas de dados, e quando o fazem, não as viabilizam de forma clara e objetiva, o que pode fazer com que pessoas trans sejam constantemente constrangidas, demonstrando mais uma vez a indiferença institucional (IGLYO, 2022; LGBT Foundation, 2017).

Diante dessa realidade, muitas pessoas trans deixam o ensino superior para uma oportunidade posterior, em uma idade mais avançada, quando já adquiriram um maior grau de confiança, ou de passabilidade, ou ainda, calcula-se que 70% das pessoas trans declaram suas identidades somente após a finalização do ciclo escolar, período em que geralmente camuflam suas performances de gênero, através de um apagamento contínuo de suas identidades, a despeito de suas percepções íntimas que, segundo pesquisas de movimentos sociais parceiros, ocorre por volta dos 14 anos de idade. Assim, a transgeneridade justificada pelo medo e pela ausência de suporte, vê-se impelida a

suprimir suas identidades ou atrasar a sua trajetória educativa, já que, as pessoas trans que decidem realizar a transição de gênero durante o período em que frequenta os espaços educativos, têm aumentado o risco de isolamento social e problemas de saúde mental (LGBT Foundation, 2017; EU FRA, 2019; Oliveira, 2018).

Assim, para que o acesso ao ensino superior se torne uma realidade positiva na vida de pessoas trans, em atenção à dignidade e aos direitos humanos, demonstra-se imprescindível garantir a formação de todo o coletivo escolar e do ensino superior para a construção social de núcleos educacionais inclusivos, não binários e seguros, com o enfrentamento contínuo dos constrangimentos generificados cotidianos, que vão desde a atribuição de vestimentas até a distribuição dos banheiros (Gomes, 2021; Seelman, 2019; United Nations, 2019).

Diante disso, alguns países estão a tentar evoluir consideravelmente para garantir uma educação mais inclusiva para todas as pessoas. Nesse sentido, nos últimos anos, 32 países europeus implementaram alguma iniciativa legislativa ou planos de ação antidiscriminatórios na área da educação, levando em consideração os componentes da sexualidade, a exemplo da previsão de realização de revisões e melhorias curriculares, da formação de professores e da coleta oficial de dados sobre bullying e assédio, num contexto europeu em que, no entanto, até o momento, apenas Luxemburgo, Malta, Holanda, Noruega, Portugal e Suécia fornecem a maioria dessas medidas (IGLYO, 2022; Seelman, 2019).

Desta feita, a inclusão obrigatória da diversidade sexual e de gênero nos planos curriculares e materiais de aprendizagem possibilitaria uma transmissão de perspectivas positivas da diversidade, a fim de se confrontarem os prejuízos decorrentes do apagamento identitário e da falta de representatividade trans nas escolas e instituições de ensino superior. Posto isto, sabemos que os professores desempenham um papel de grande relevância na construção de um ambiente seguro para todos os estudantes, mas, no entanto, muitos destes profissionais da educação ainda relatam que não têm preparo e formação suficientes para o apoio e a discussão dos componentes da sexualidade. Sendo assim, um programa de formação para professores e outros agentes educativos, acerca da compreensão da sexualidade humana é essencial para a inclusão da diversidade de gênero nas escolas e instituições de ensino superior, já que, muito embora haja relatos que mais de 24 países forneçam algum tipo de formação desses temas aos seus professores, apenas Noruega e Suécia incluíram a formação obrigatória de docentes em exercício, em suas políticas públicas (IGLYO, 2022; Seelman, 2019).

Ante o exposto, a marginalização de pessoas trans é muitas vezes institucionalizada e emerge como reflexo da postura comportamental do coletivo do ensino superior como um todo, desde sua liderança organizacional, passando por seus docentes e seu corpo administrativo, e chegando aos estudantes que compõem aquele universo educativo. Portanto, é importante compreender que as pessoas que normatizam e conduzem as vivências estudantis no ensino superior europeu possuem a cisgeneridade como elemento identitário e a cisnormatividade enraizada em suas condutas profissionais, a reproduzir práticas de intolerância, num contexto em que praticamente não há contratação de funcionários e professores trans, a privar habitualmente esse ambiente educativo de qualquer representatividade institucional da diversidade de gênero. Sendo assim, a presença de pessoas trans em determinadas estruturas, a exemplo das IES, durante tanto tempo negada e preterida, precisa ser amplamente cobrada e finalmente ter as portas abertas para a inclusão da diversidade de gênero, através de um misto de resistência e enfrentamento, que sem os quais, “desiste-se de ser estudante, ou cria-se algumas estratégias de sobrevivência” (Oliveira, 2018, p.119; Seelman, 2019).

É certo que já se consegue visualizar uma certa evolução nos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no âmbito da educação, no entanto, também é possível observar uma tendência preocupante de retrocessos contra uma educação mais inclusiva, que coincide com um avanço da extrema direita, e que indicam uma estagnação de direitos trans na esfera da educação, em toda a região do Conselho da Europa. Assim, observamos um cenário, onde dez Estados-membros ainda não implementaram quaisquer das medidas recomendadas e, para agravar ainda mais, seis países europeus implementaram leis que impossibilitam a divulgação de informações acerca da diversidade sexual e de gênero nos núcleos educacionais, e apenas seis Estados disponibilizam a maioria das providências propostas, conforme se visualiza do mapa constante no Anexo 3 (IGLYO, 2022).

Ante todo o exposto, ao longo dessa fundamentação teórica, mostra-se necessário e urgente, portanto, que haja um processo de democratização nas instituições de ensino superior europeias, no intuito de tornar o ensino superior uma realidade plural, diversa e inclusiva, a que as pessoas trans possam acessar, com segurança e acolhimento. Dessa forma, somente por meio da atuação antidiscriminatória das instituições educacionais e dos seus agentes, bem como, através das políticas públicas estatais de inclusão da diversidade, será possível transformar a atual realidade educacional, com a criação de estratégias baseadas no respeito e na justiça social, para a salvaguarda da dignidade humana nos estabelecimentos europeus de ensino superior.

Parte II – Investigação empírica

Na primeira parte deste trabalho, analisamos a literatura existente acerca dos componentes da sexualidade humana, das peculiaridades inerentes à transgeneridade e dos dados quantitativos atuais referentes à realidade educacional experienciada pelas pessoas trans. Assim, a investigação empírica, que a seguir se apresenta, tem como propósito descrever os processos de construção da identidade de gênero de pessoas trans, desde a sua autopercepção íntima à autodeclaração pública, e todas as dificuldades constritas a esses processos; retratar o cenário escolar no primeiro contato dessas pessoas com a educação; e constatar o panorama atual do acesso ao ensino superior em relação às identidades de gênero não normativas, com o objetivo de, através do discurso das pessoas que participaram no nosso estudo, realizar uma apreciação da realidade acadêmica acerca do acesso e permanência ao ensino superior de pessoas trans, a reconhecer a ausência e/ou o apagamento dessas vivências no ensino superior europeu, e estabelecer caminhos a serem seguidos como forma de se garantir o acesso efetivo a educação, enquanto direito humano garantidor da dignidade.

Capítulo 4 - Metodologia

A complexidade das questões, que abrangem a identidade de gênero, é facilmente observada no cotidiano social, em que são construídas essas identidades. Assim, sejam elas cis, ou trans, as pessoas percorrem um percurso construtivo complexo e individual, através de suas vivências particulares, inclusive na educação, para se identificarem com uma, ou outras, possibilidades de gênero. Desse modo, a investigação qualitativa, com toda sua tendência a considerar as subjetividades e especificidades das experiências humanas, possibilita a compreensão de uma epistemologia formada a partir da perspectiva das pessoas participantes do estudo, como foco principal do processo investigativo.

Assim sendo, para esse estudo, faz-se necessária uma apreciação holística das experiências das pessoas trans participantes, que englobe a construção das suas identidades, suas vivências escolares e o acesso ao ensino superior, por meio da análise atenciosa de suas narrativas, tornando a abordagem qualitativa o *modus operandi* perfeito para a consecução dos nossos objetivos.

Dessa forma, uma investigação de cariz qualitativo se mostra uma ferramenta apta a compreender o percurso de vida que se perfaz em torno da transgeneridade, em uma evidente “valorização do discurso (...), sempre com a preocupação de contextualizar as suas vivências”, e enaltecer as vozes das pessoas trans como eixo central desse estudo

(Bergano, 2012, p.186), através da análise aprofundada, das histórias de vida das pessoas, que se disponibilizaram a colaborar com essa investigação, de modo a perceber como os percalços de suas trajetórias influenciam o acesso ao ensino superior,

4.1 Desenho da investigação

No âmbito da metodologia qualitativa, existem muitas possibilidades de métodos investigativos. Dessa forma, dentre as vastas metodologias qualitativas existentes, surge-nos oportuno o estudo de caso como método de análise intenso e profundo, cuja finalidade principal é obter uma compreensão integral da problemática estudada.

Greenwood (1965), ao falar do estudo de caso, aponta como principal atributo dessa metodologia “a sua intensidade. O carácter intensivo advém-lhe da grande amplitude e da profundidade da inquirição. A amplitude atinge-se pela observação de tantos aspectos do caso em estudo, quantos seja possível” (p.334). Nesse sentido, o estudo de caso pode ainda abranger a análise de casos múltiplos em simultâneo, que “compreendem mais detalhes, riqueza, completude e variância - ou seja, profundidade” (Flyvbjerg, 2011, p.301), sob uma perspectiva instrumental expandida do contexto investigado, que permite ao investigador perceber as similaridades das vivências que compartilham aquele mesmo marcador social. Sendo assim, parece-nos oportuna e euzariente, a opção metodológica do estudo de casos múltiplos, tendo em vista que “pela sua natureza holística, tendem a refletir a complexidade dos fenómenos que estudam” (Amado, 2017, p. 125) e “permite que se parta do ponto de vista das participantes, valorizando a sua leitura da realidade” (Bergano, 2012, p.202).

Portanto, nesta investigação, optamos por utilizar uma abordagem metodológica qualitativa, inicialmente através da apreciação da literatura que já foi produzida sobre a temática, a incluir aqui neste âmbito a citação de obras literárias de autoria de pessoas trans, no intuito de acessarmos um saber proveniente da minoria estudada, e como modo de exaltar a importância da presença da intelectualidade trans nos espaços académicos e na construção do saber científico. Por fim, no campo empírico, decidimos adentrá-lo através de um estudo de casos múltiplos, que conseguisse retratar toda a idiosincrasia inerente à transgeneridade e suas experiências de vida, uma vez que este desenho de investigação se adequa eficientemente aos propósitos e objetivos pretendidos, conforme se visualiza do plano de investigação constante no Apêndice 2.

4.2 Objetivos e questões de investigação

Após uma vasta e aprofundada análise da literatura existente sobre o tema, estabelecemos para a presente investigação o objetivo geral de realizar uma apreciação da realidade acadêmica acerca do acesso ao ensino superior por pessoas trans, a reconhecer a ausência e/ou o apagamento dessas vivências nas instituições de ensino europeias, e estabelecer caminhos a serem seguidos como forma de se garantir o acesso efetivo à educação, enquanto direito humano garantidor da dignidade. Nesse sentido, para realizarmos a constatação do atual panorama do ensino superior europeu, foi necessário estabelecermos objetivos subjacentes a esse processo investigativo como: perceber o processo de percepção da identidade trans; analisar os contextos escolares experienciados pelas pessoas trans; e compreender os aspetos inerentes ao acesso ao ensino superior.

Nesse sentido, para conduzir o estudo foi elaborada a seguinte questão-problema: as instituições de ensino superior europeias representam um espaço de acolhimento e inclusão da diversidade de gênero, a que as pessoas trans conseguem acessar e permanecer, com equidade e preservação do direito à dignidade humana? Sendo assim, foram formuladas algumas outras questões que nortearam o processo investigatório, a saber: Como se dá o processo de construção social da transgeneridade, desde a autopercepção íntima à autodeclaração pública e suas vivências posteriores?; Como se apresenta o ambiente escolar na recepção da identidade trans?; As instituições de ensino superior e seus agentes estão preparadas para compreender e acolher a diversidade de gênero?; e, por fim, a questão que dá título ao trabalho: Onde estão essas pessoas? - de modo a justificar a ausência e/ou a invisibilidade dessas identidades no ensino superior.

Todas essas indagações e, também, os objetivos que nasceram delas, posicionam as pessoas trans como protagonistas e foco principal dessa investigação. Assim, ao escutarmos as narrativas de suas histórias de vida, desempenhadas enquanto identidades de gênero não normativas, buscamos possibilitar a compreensão da realidade que as acompanha, desde suas experiências íntimas e particulares, até o acesso à educação escolar e superior, sob uma visão holística, abrangente e aprofundada.

4.3 O inquérito por entrevista como técnica de recolha de dados

Para planear os passos a serem percorridos no alcance dos objetivos propostos, levando em consideração, que “a técnica é a aplicação específica do plano metodológico e a forma especial de o executar” (Greenwood, 1965, p.314), decidimos utilizar, dentre

tantos instrumentos de recolha de dados, o inquérito por entrevista, na forma semiestruturada, para acedermos às experiências vividas por pessoas trans, através de seus relatos em primeira pessoa, pois como se questionava Foucault (1999), “(...) o que há, enfim, de tão perigoso no fato das pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal, está o perigo?” (p.8). É chegada, portanto, a hora das pessoas subalternas verbalizarem as suas dores.

Sendo assim, considerando a realidade que circunda a transgeneridade, a metodologia utilizada para essa investigação intencionou evidenciar os percalços experienciados por essas identidades, dando voz às pessoas trans pela técnica do inquérito por entrevista, já que, “as histórias são uma maneira de saber” (Seidman, 2006, p.7), e segundo Poupart (2012), “seria um importante instrumento para denunciar os preconceitos sociais e as práticas discriminatórias ou de exclusão” (p. 220).

Desta forma, no corrente estudo investigativo, a recolha dos dados foi realizada através de entrevistas em profundidade, que “continua a ser a fonte mais comum de dados narrativos” (Chase, 2011, p.424), na modalidade semiestruturada, com o objetivo de compreender inicialmente a percepção das pessoas trans participantes acerca das suas identidades de género, e perceber como essa construção identitária afeta seus mais variados entornos sociais, e sobretudo, a educação e o acesso ao ensino superior. Buscamos, portanto, exaltar as falas das pessoas trans que decidiram participar desse estudo, ouvindo-as atentamente, para uma compreensão integral das suas vivências.

4.3.1 Guião de entrevista

Para a execução da técnica de recolha de dados dessa investigação, foi constituído um guião de entrevista semiestruturado, inicialmente em português (Apêndice 3), e, posteriormente, traduzido para o inglês, o italiano e o espanhol (Apêndices 4, 5 e 6), com blocos, categorias e objetivos pré-estabelecidos, fundamentados na literatura utilizada como base para esse estudo. Portanto, a partir do estado da arte apresentado, foram construídas categorias e formulados questionamentos que possibilitassem a obtenção de informações suficientes ao alcance dos objetivos pretendidos.

Nesse sentido, o guião foi elaborado com a constituição de oito categorias e os seguintes objetivos: Caracterizar do ponto de vista sociodemográfico o grupo de participantes; Conhecer a interpretação das pessoas participantes sobre as categorias de sexo e género e a forma como se posicionam no espectro de género; Compreender a forma como a construção da identidade de género é percebida e identificar os obstáculos

percebidos ao longo deste processo e os recursos mobilizados para o alcançar; Perceber como o padrão social cisnormativo afeta as vivências trans e compreender como as pessoas cis poderiam tornar-se aliadas na busca por igualdade de direitos; Identificar como a transfobia se apresenta na vida das pessoas trans e perceber como o medo e os episódios de violência podem dificultar o acesso à educação; Compreender a importância dos movimentos sociais como instrumentos de representatividade; Perceber o quanto as pessoas trans se sentem resguardadas por legislações e políticas públicas voltadas à garantia de direitos e liberdades; Compreender o contexto escolar experienciado por pessoas trans e perceber como as vivências deste período interferem em sua educação ao longo da vida; Realizar uma apreciação da realidade acadêmica no ensino superior de pessoas trans e verificar se há a ausência e/ou o apagamento dessas vivências nesse contexto; Compreender a percepção das pessoas trans em relação ao que pode ser feito para melhorar o acesso ao ensino superior.

Sendo assim, foram elaboradas quarenta e sete questões que permitissem a construção de uma narrativa aberta por parte das pessoas participantes. Dessa forma, após a sua formulação, o instrumento de recolha de dados foi enviado a dois profissionais especialistas para a sua análise e validação. O professor PhD. Andrea Marcelli, da Università degli studi Niccolò Cusano em Roma, na Itália, através de todo o seu conhecimento técnico em metodologias da investigação, analisou e validou a ferramenta no tocante à estrutura e disposição dos assuntos a serem abordados (Apêndice 7). Quanto ao conteúdo material do guião de entrevista, a professora PhD. Jaqueline Gomes de Jesus, do Instituto Federal do Rio de Janeiro, no Brasil, por meio de todo o seu ativismo reconhecido internacionalmente, e toda a sua experiência profissional que a tornou referência em estudos de gênero e diversidade, avaliou e validou o instrumento, fazendo menção à excelência com que foi elaborado (Apêndice 8). Isto posto, foram sugeridas algumas alterações, que foram consideradas para a versão final do guião de entrevista.

Assim, dando continuidade à execução dos trabalhos, foram montadas estratégias para a formação e caracterização do grupo de participantes, e foi prevista uma duração média de 45 minutos para a concretização das entrevistas, que seriam realizadas de forma remota, por meio do aplicativo de reuniões Google meet.

4.3.2 Grupo de pessoas participantes

Para a construção do grupo de participantes, levamos em consideração, como critérios de seleção, exclusivamente a maioridade legal, a residência em algum país

Europeu, e a transgeneridade identitária das pessoas colaboradoras. Assim, elaboramos estratégias para a seleção de pessoas trans interessadas em participar do estudo, com o cuidado e a sensibilidade exigidos pelo tema, de modo a se evitar contatos invasivos e constrangimentos a essas pessoas, cujas vivências já englobam embarços inaceitáveis.

Desse modo, abordamos duas grandes organizações internacionais que trabalham na luta pelos direitos de pessoas trans para solicitar-lhes apoio para a construção do grupo de participantes. Primeiramente, entramos em contato com a maior organização social na luta pelos direitos e bem-estar de pessoas trans na Europa e Ásia Central, a Transgender Europe, com sede em Berlim, na Alemanha, e em seguida procuramos apoio através da ILGA, mas especificamente a ILGA-Portugal, outra grande organização internacional com trabalho efetivo na área, num contexto mais geral de luta pela população LGBTQIAPN+. Assim, ambas as organizações nos indicaram associações regionais nos mais diversos países europeus, divulgando esse estudo sempre com grande disponibilidade e atenção. Isto posto, enviamos mensagens por e-mail às associações locais sediadas nos mais variados países da Europa e a grande maioria delas teve a enorme gentileza de divulgar o estudo entre os seus associados. Depois disso, as pessoas trans associadas a essas entidades sociais, que estavam interessadas em colaborar com a investigação, entraram em contato conosco mostrando disponibilidade e grande interesse, sobretudo, em serem ouvidas. Sendo assim, pela figura constante no Apêndice 9, é possível visualizar o esquema estratégico para a construção do grupo de pessoas participantes.

Dessa forma, conseguimos selecionar 25 pessoas participantes, distribuídas em 17 países europeus (Mapa - Apêndice 10) – Itália, Eslovênia, Reino Unido, Bulgária, Croácia, Holanda, Suíça, Portugal, Luxemburgo, Malta, Romênia, Estônia, Bélgica, Alemanha, Espanha, França e Irlanda – de diferentes nacionalidades, com idades compreendidas entre os 20 e os 55 anos, que acessaram, ou não, ao ensino superior, e que aceitaram colaborar de forma voluntária e confidencial com essa investigação. Nesse sentido, conforme depreende-se da figura constante no Apêndice 11, identificamos cada uma das pessoas participantes com um nome fictício indicado por elas, acrescido dos seus respectivos países, que representam os seus apelidos, de modo a humanizar as suas experiências, nomeando as suas identidades.

Desta feita, faremos a seguir uma breve caracterização do grupo de pessoas participantes, baseada em suas narrativas e posturas durante as entrevistas, com a

sinalização de aspetos que consideramos importantes para uma maior compreensão do contexto que será revelado dos dados.

1- **Am. Itália** é uma mulher trans bissexual, nascida na Itália. Aos 52 anos, Am. é enfermeira, e trabalha no pronto socorro de um hospital em Milão, cidade onde reside. Budista e mãe de dois filhos, gêmeos, ela se considera uma pessoa comum e perfeitamente integrada na sociedade;

2- **Aleks Eslovênia** é uma mulher trans bem sucedida profissionalmente. Declaradamente, heterossexual, Aleks, que é de cor branca e atualmente está com 27 anos, é uma cidadã eslovena, mestre em economia, e através do seu trabalho, conquistou a sua independência, apesar dos contratemplos advindos da transgeneridade;

3- **Jack Reino Unido** é um homem trans, britânico, de 45 anos, que cria e educa quatro filhos sozinho. Jack é PhD., atua como professor universitário e orgulha-se de ser a primeira geração acadêmica em sua família. Consciente de seus privilégios, Jack se declara queer, ou incrivelmente gay, e relata os desafios que precisou enfrentar, em razão da sua identidade;

4- **Robin Bulgária** tem 20 anos, é bissexual e se identifica como pessoa não binária. Robin possui uma narrativa eloquente, justificada por seu ativismo nas causas LGBTQIAPN+. Remete-se ao período escolar como uma fase bem difícil, que precisou superar para alcançar seus objetivos, e, atualmente, frequenta a licenciatura em psicologia;

5- **Vuk Croácia** é um homem trans, croata, de 20 anos, que já realizou uma mobilidade internacional, segundo ele, bem queer, que transformou a sua vida. Vuk, que denomina-se pagão e declara-se pansexual, considera muito difícil viver como uma pessoa trans e reconhece essa experiência identitária como uma grande luta social;

6- **Clarence Naber Holanda** é um homem trans, bissexual, que tem 27 anos e possui dupla nacionalidade, holandesa e alemã. Neste momento, atua na academia, na área da investigação, e trabalha a sua tese de doutoramento, no âmbito da biologia. Clarence considera imprescindível o acolhimento familiar que recebeu e possui a lembrança emocionada do apoio recebido por seu avô, um alemão conservador, que disse-lhe que se Deus o fez daquela maneira, é porque ele poderia viver assim;

7- **Júlia Suíça** é uma mulher trans e lésbica, de 41 anos, que orgulha-se de sua trajetória formativa e profissional, que a levou a viver em diversos países, mas pondera que isso deve-se a uma tentativa de escapar de si mesma. Júlia tem um mestrado e assume-se politicamente de esquerda, ou do lado mais progressista possível;

8- **Martim Portugal** é um rapaz de cor branca, heterossexual, de 23 anos, que não gosta de ser rotulado e possui um discurso “*no labels*”, adquirido do período em que viveu na Inglaterra. Martim se caracteriza por uma grande resiliência, construída após o falecimento dos pais e das experiências vividas em sua transgeneridade;

9- **Lucy Luxemburgo** é uma mulher trans, nascida em Luxemburgo, que se considera uma pessoa muito direta e com uma visão diferente sobre alguns assuntos. De cor branca e pansexual, aos 21 anos, e com o acolhimento de familiares e amigos, ela está a frequentar uma licenciatura na universidade;

10- **Francesco Malta** é uma pessoa não binária, de 23 anos, nascido em Malta e de etnia branca. Francesco se declara como uma pessoa queer, de muita fluidez de gênero, sentindo-se às vezes mais masculino, outras mais feminino, e algumas vezes, simplesmente, Francesco;

11- Alex Romênia é um homem trans, de 20 anos, que, atualmente, estuda ciências da computação. De cor branca, caucasiano, este romeno sinalizou os seus pronomes, ele/dele, e declarou-se como bissexual. De esquerda, Alex, vê-se como um homem mais forte do que imaginava sê-lo, e, hoje, assume que pode fazer qualquer coisa que ouse sonhar;

12- Verônica Estônia utiliza a sua voz feminina, caucasiana e lésbica, para educar a sociedade acerca da transgeneridade. Aos 33 anos, essa mulher trans, nascida na Estônia, acredita que a tv, os jornais, a internet e outros meios de divulgação em massa, podem funcionar como aliados na luta pelos direitos das pessoas trans;

13- Bamboo Bélgica é uma pessoa não binária, de 55 anos, que se diz apaixonada pela educação. De origem belga, país onde viveu a sua vida inteira, depois de experienciar um *burn out*, pelo qual teve declarada a sua invalidez laboral, voltou à universidade, por volta dos 50 anos, para dedicar-se à educação. Bamboo vive um casamento estável com sua esposa, com quem se relaciona desde os seus 17 anos, e com ela teve duas lindas filhas, frutos desse encontro. Com muito orgulho de sua transgeneridade, define-se como um pouco anarquista e expressa o desejo de mudar o mundo;

14- John Alemanha tem 26 anos e se identifica como uma pessoa não binária. John nasceu na Alemanha e, apesar de ter confrontado a fome e a falta de moradia, hoje, possui licenciatura em três diferentes línguas, além de um mestrado. Quando lhe perguntam como declara a sua orientação sexual, faz piada, aos risos, e diz que, simplesmente, não a declara, mas se considera uma pessoa queer. De etnia branca, considera-se uma pessoa anarquista e assume o ativismo e a política como preceitos fundamentais da sua existência;

15- Sarah Espanha é uma pessoa não binária, caucasiana, que considera mais intensa a sua feminilidade. Espanhola, bissexual, e com 24 anos, Sarah possui estudos de pós-graduação, e se considera uma pessoa de sorte, pelo fato de compreender, hoje, que não possui a necessidade de se encaixar nos padrões sociais impostos;

16- Noah França é um homem trans, cujo esforço contínuo, levaram-no a frequentar, atualmente, com apenas 22 anos, um doutoramento em Ciências Políticas, depois de já ter finalizado um mestrado. Esse francês, de cor branca, identifica-se como homem gay, mas ressalva que ainda não se sentiu seguro o bastante para declarar em público a sua transgeneridade. Noah luta contra crises de ansiedade e picos de depressão, decorrentes da sua identidade de gênero, e que, segundo ele, às vezes lhe causam alguns impedimentos;

17- Dylan Irlanda é um homem trans, socialista e progressista, muito conectado com a luta pelos direitos das pessoas trans. Esse irlandês, de 22 anos, cuja história de vida foi estabelecida com obstáculos que o levaram à tentativa de suicídio, é bissexual, e apesar de todos os percalços enfrentados, acabou de finalizar a licenciatura em estudo das artes, e atualmente frequenta o mestrado em educação;

18- Noah Croácia é um homem trans, de cor branca, de 25 anos, que se declara assexual e nada religioso. Esse croata, descendente de búlgaros, enfrentou uma internação psiquiátrica à sua revelia e viveu um verdadeiro pesadelo durante o período de um ano, em que esteve hospitalizado. Com muita terapia, Noah levantou-se dos traumas do passado e, hoje, frequenta o mestrado em Pedagogia, a que remete grande parte da sua identidade;

19- **Miguel Portugal** tem 22 anos, está quase a terminar a licenciatura, e se identifica como uma pessoa trans masculina, que se encaixa, talvez, na zona da não binariedade. Português e caucasiano, Miguel encontra-se num processo de descobertas, em que se reconhece pansexual. Cresceu em um ambiente muito católico e conservador, e acredita que esse fator possua um grande impacto no processo de construção da sua identidade de gênero;

20- **M. Romênia** é um homem trans, gay, e que também se identifica como gênero não conforme. Aos 22 anos, este romeno, de cor branca, e que não se descreve como uma pessoa religiosa, possui uma licenciatura e está no primeiro ano do mestrado. M. não vê o menor sentido na binariedade de gênero, pois acredita, que se deva permitir às pessoas serem quem elas são, independente do padrão social.

21- **Max Romênia** é um homem trans, heterossexual, de muita fé, que acredita em Deus e na premissa de que esta divindade ama todas as pessoas incondicionalmente, e independente de identidade de gênero, cor, raça, ou qualquer outra característica identitária. Esse romeno, caucasiano, de 26 anos, possui uma licenciatura e acredita que a identidade trans foi igualmente criada por Deus.

22- **Nuno Portugal** é um homem trans, de 25 anos, que pôde perceber logo cedo a sua transgeneridade, mas somente quando foi à universidade e pôde passar mais tempo sozinho, longe do ciclo em que vivia, foi capaz de sentir-se mais confortável para explorar a sua identidade de gênero. De cor branca, português e heterossexual, Nuno, que tem um curso técnico superior e está a finalizar a licenciatura, discorda totalmente da normatividade cis, que marginaliza quem não se restringe a este modelo compulsório.

23- **B. Espanha** é um cidadão espanhol, caucasiano, de 24 anos, que finalizou o mestrado e, hoje, frequenta o doutoramento. Homem trans, ele reconhece que ainda está num processo de descobertas quanto a sua orientação sexual, posicionando-se entre a bissexualidade e a homossexualidade. B. é um ativista social, ateu e de esquerda, que considera o modelo de gênero imposto muito restritivo e sem sentido, por cercear direitos e liberdades individuais.

24- **Adrián Espanha** é um ativista social, que se considera espiritualizado e preocupado com as questões de saúde mental. Para este espanhol, de 24 anos, as questões sociais são muito importantes e precisam ser debatidas. Em busca disso, Adrián, que é um homem trans e homossexual, formou-se em serviço social e trabalhou por dois anos diretamente com pessoas trans, até ter sua incapacidade declarada.

25- **Martim Portugal** tem 27 anos e assume uma certa frustração por todas as questões sociais que envolvem a diversidade de gênero. De nacionalidade portuguesa, Martim, apesar de ser uma pessoa não binária, se considera lésbica, por sentir atração por mulheres. De etnia caucasiana, declara-se de esquerda e ressalta a coragem necessária para se cruzar as fronteiras do masculino e do feminino.

Alcançamos, portanto, um grupo de pessoas participantes com sede de serem ouvidas. Observamos das suas trajetórias, a ocorrência de incontáveis obstáculos decorrentes de suas identidades de gênero, que refletiram diretamente em seus percursos educativos. Assim, apesar de termos um grupo de pessoas consideravelmente bem sucedidas e com alto nível de formação – que se justifica pela metodologia escolhida para a sua seleção, com base principalmente nas questões éticas e no resguardo dessas identidades – foi possível constatar a realidade preocupante do acesso à educação.

4.3.3 A realização dos inquéritos por entrevista.

Os inquéritos por entrevista foram, em sua grande maioria, realizados de forma remota, pela ferramenta Google Meet, e alguns deles aconteceram presencialmente, a exemplo de algumas entrevistas realizadas em Portugal, Espanha e Itália, em data e horário escolhidos por cada uma das pessoas participantes. A comunicação deu-se maioritariamente em língua inglesa, mas houve também comunicações em português, espanhol e italiano, cujos áudios foram todos gravados através do telemóvel, com a autorização das pessoas entrevistadas, e a devida indicação do anonimato e da confidencialidade, bem como, a explicação, mais uma vez, dos objetivos do estudo, para a posterior transcrição e análise dos dados, com a apreciação das narrativas apresentadas, a partir do guião de entrevista (Apêndices 3, 4, 5 e 6).

Assim, foram totalizadas mais de 30 horas de gravações extraídas desses encontros, tendo a entrevista mais curta uma duração de 36 minutos, e a mais extensa uma duração total de 210 minutos, ou 3 horas e 30min, calculando-se uma média de 84 minutos para cada entrevista. Nesse sentido, as narrativas apresentadas representam um conjunto de experiências que evidenciaram dados muito ricos e profundos acerca da transgeneridade e suas implicações no acesso ao ensino superior.

4.4 Considerações éticas

Como já tivemos a oportunidade de referir, em alguns momentos ao longo desse estudo, várias foram as questões éticas avaliadas e levadas em consideração no decorrer da investigação. Desde a inclusão da intelectualidade trans no estado da arte que fundamenta esse trabalho, passando pelas estratégias formuladas para selecionar os participantes, que nos procuraram por espontânea vontade, até a linguagem utilizada na realização das entrevistas, sempre buscou-se resguardar os direitos e garantias das identidades trans em geral, e principalmente das pessoas colaboradoras.

Sendo assim, desde o início, buscou-se posicionar as pessoas trans como protagonistas dessa investigação, através da escolha da sua metodologia e da técnica de recolha de dados, no intuito de valorizar as vozes dessas identidades tão subalternizadas. Nesse sentido, procuramos humanizar essas identidades, nomeando-as, de forma fictícia, e caracterizando-as com base em suas vivências, para tornar clara que ali estão retratadas pessoas humanas, e facilitar a compreensão de suas histórias de vida.

Posto isto, as entrevistas foram realizadas e gravadas em áudio com o consentimento formal das pessoas participantes. A partir do primeiro contato, realizado sempre por e-mail, respondemos de imediato às pessoas colaboradoras, com a explanação dos objetivos propostos pelo estudo e a informação das questões relacionadas à entrevista, com o envio de um protocolo de consentimento formal (Apêndices 12, 13, 14 e 15), que deveria ser assinado e encaminhado de volta, onde se clarificava os objetivos principais do estudo e afirmava-se que não existiam respostas corretas ou incorretas aos questionamentos formulados, mas buscava-se ali opiniões e relatos sobre a experiência de vida de cada pessoa participante.

Nesta oportunidade, ressaltou-se ainda a voluntariedade na participação do estudo e a gravação em áudio do conteúdo da entrevista, de modo a facilitar a sua transcrição posterior, informando-lhes também sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento e sempre que julgassem oportuno, sem que essa decisão se refletisse em qualquer prejuízo para essas pessoas. Sendo assim, as pessoas participantes foram informadas de que os dados obtidos nesse estudo seriam analisados e poderão ser publicados em atividades de natureza acadêmica, resguardados o sigilo e a confidencialidade de suas identidades.

Por fim, para confirmar o consentimento das pessoas participantes, ao início dos inquéritos por entrevista, todas essas informações eram repetidas e questionava-se, mais uma vez, a essas pessoas se estavam de acordo com a participação no estudo através daquela entrevista. Desse modo, preocupamo-nos inteiramente com as questões relativas à eticidade dessa investigação, visando a preservar às identidades trans que aceitaram colaborar com esse estudo, em atenção à sensibilidade moral que a temática exige.

Capítulo 5 – Análise e discussão dos resultados

Diante da profundidade das narrativas apresentadas pelas pessoas trans participantes dessa investigação, que constituem uma enorme riqueza de dados para a produção do conhecimento científico, decidiu-se examinar as informações recolhidas por meio da técnica de análise de conteúdo, que possibilita a apreciação de conteúdos discursivos ou textuais, com a construção de inferências a partir das narrativas apresentadas, para além da análise meramente descritiva (Bardin, 2011).

Segundo Bergano (2012), pressupõe-se que,

(...) o material sujeito a análise de conteúdo seja visto como o resultado de um processo complexo, em que cabe ao/à analista construir um modelo capaz de

permitir inferências sobre as próprias condições de produção da informação. Deste modo, a análise de conteúdo presume a desconstrução de um discurso e a produção de um novo discurso (p.214).

Assim, dentre as possibilidades existentes de análise de conteúdo, emergiu-nos, como melhores alternativas para esta investigação, a análise temática, na qual fora realizado um confronto entre as narrativas deferidas, e a análise da enunciação, cujo “foco central de estudo é o discurso, enquanto processo dinâmico, e a comunicação é entendida de forma processual e, não, como um mero dado” (Bergano, 2012, p.216).

Desse modo, pretendeu-se valorizar os relatos de vida apresentados pelas pessoas participantes, com todas as nuances particulares de cada vivência, muitas vezes, em discursos caracterizados por expressões de alívio, angústia, ou mesmo eivados de muita emoção, por se referirem a memórias e traumas dos percalços inerentes aos seus processos de percepção e construção das suas identidades de gênero.

Para a recolha dos dados, foram realizados vinte e cinco inquéritos por entrevista, fundamentados em um guião organizado de forma semiestruturada, com categorias e objetivos pré-definidos. Após a realização das entrevistas, foram efetuadas, exclusivamente por nós, as suas respectivas transcrições integrais, a partir dos áudios gravados, e levando em consideração as anotações que foram feitas durante as suas ocorrências, no intuito de evidenciarmos também as reações implícitas denunciadas no decorrer dessas comunicações, através da consideração de elementos não verbais.

O processo de transcrição das entrevistas, realizado em sua maior parte sem a ajuda de *softwares*, revelou-se moroso, difícil e, em alguns momentos, emocionalmente custoso. Os áudios que evidenciavam os relatos dos participantes foram ouvidos algumas vezes, com o objetivo de se conseguir uma integralidade das suas narrativas, e uma total compreensão do idioma em que foram realizadas as comunicações, para, em simultâneo, ser empreendida a respectiva tradução para o português, daquelas entrevistas realizadas em inglês, italiano e espanhol. A tradução foi efetuada de modo livre pelo investigador encarregado das entrevistas, e em alguns momentos, foi necessário o auxílio de mecanismos tradutores, como o DeepL¹⁵, para a total compreensão contextual de linguagens mais regionais e coloquiais, com a devida valorização de termos e gírias culturalmente estabelecidos.

¹⁵ <https://www.deepl.com/translator>

Baseado, sobretudo, no patrimônio narrativo extraído dessas entrevistas, foram construídas três categorias de análise de dados a saber: 1) processo de percepção e construção da transgeneridade; 2) violência escolar cotidiana; e 3) campos de batalhas no ensino superior. Nesse sentido, essas categorias foram criadas com base nos discursos das pessoas entrevistadas, e, a partir delas, foram sistematizadas subcategorias e gerados indicadores, que permitiram compreender a trajetória de vida dessas pessoas até a educação, de acordo com o plano investigativo e a literatura que fundamenta este estudo.

5.1 Categorias de análise

Dando continuidade ao processo de análise de conteúdo das informações obtidas nesta investigação, diante das categorias propostas para análise, foram construídas subcategorias, baseadas nas histórias de vida que nos foram confiadas, de modo a estabelecer uma certa unidade apreciativa, que nos permitisse confrontar as diversas experiências de transgeneridade e conceber os pontos em comum observados entre essas vivências, para a discussão e a produção do conhecimento científico.

A priori, estabelecemos a categorização de uma fase inicial na vida dessas pessoas, designada, 1) *O processo de percepção e construção da transgeneridade*, que retrata o cenário observado desde a autopercepção íntima de suas identidades, até a autodeclaração pública, e todos as dificuldades inerentes a esse processo, gerando subcategorias reveladoras do que propúnhamos, e seus indicadores, conforme se defere da tabela 1.

Tabela 1: Categoria 1, subcategorias e indicadores.

<i>Categoria</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
1) <i>O processo de percepção e construção social da transgeneridade.</i>	1.1) <i>A falta de informação na autopercepção identitária e a influência negativa da norma cis.</i>	- Referências à ausência de compreensão pessoal acerca dos componentes da sexualidade. - Referências à percepção inicial durante a infância e a adolescência, sem capacidade de nomeá-la. - Referências à ausência de representatividade. - Referências à influência negativa da norma cis.
	1.2) <i>A estrutura social cisnormativa e os desafios encontrados no processo de transição de gênero.</i>	- Referências às estruturas generificadas dos espaços sociais, linguagens e disponibilização de serviços. - Referências à ausência de compreensão social acerca dos componentes da sexualidade.
	1.3) <i>A imprescindibilidade do acolhimento e do apoio familiar, e outros aliados.</i>	- Referências à imprescindibilidade do acolhimento familiar. - Referências à importância do apoio dos movimentos sociais. - Referências à terapia como um espaço neutro aliado.
	1.4) <i>A violência transfóbica social e o medo que paralisa.</i>	- Referências às violências emocionais, físicas e sexuais. - Referências ao medo de experienciar a transfobia. - Referências ao medo de encontros românticos com estranhos. - Referências à homofobia. - Referências à passabilidade.

<i>Categoria</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
		- Referências às terapias de conversão de gênero
	1.5) <i>Os entraves legais e a transfobia institucional.</i>	- Referências às exigências abusivas do procedimento de reconhecimento legal de gênero. - Referências ao prazo e o custo do reconhecimento legal de gênero. - Referências à transfobia institucional, sobretudo, dos serviços de saúde.
	1.6) <i>A descoberta, o saber nomear, o reconhecer-se trans.</i>	- Referências à ajuda profissional psicológica. - Referências ao contato com pessoas LGBT. - Referências à pesquisas na internet.

Em seguida, a categoria 2) *A violência escolar cotidiana*, expõe a realidade experienciada por pessoas trans, no âmbito das escolas, como primeiro espaço social discriminatório, através do *bullying* e da complacência estrutural cisnormativa, que podem ser observados por meio das subcategorias e indicadores catalogados na tabela 2.

Tabela 2: Categoria 2, subcategorias e indicadores.

<i>Categoria</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
2) <i>A violência escolar cotidiana.</i>	2.1) <i>A generificação forçada do espaço escolar.</i>	- Referências às casas de banho e vestiários. - Referências aos uniformes e vestimentas. - Referências à execução de atividades escolares.
	2.2) <i>A escola como primeira grande contenda, através do bullying e da cumplicidade do seu corpo docente.</i>	- Referências às discriminações no espaço escolar. - Referências ao bullying por parte dos estudantes cis. - Referências à ação ou omissão dos professores. - Referências à desistência
	2.3) <i>A falta de formação dos agentes educativos para o acolhimento da diversidade de gênero no contexto escolar.</i>	- Referências à falta de formação dos profissionais da educação para o acolhimento da diversidade sexual e de gênero. - Referências à ausência de compreensão acerca dos componentes da sexualidade por parte dos profissionais da educação. - Referências ao conservadorismo. - Referências à necessidade de formação compulsória.

Por fim, para a categoria 3) *Os campos de batalhas do ensino superior*, foram consideradas as subcategorias e indicadores detalhados na tabela 3, na intenção de relatar os desafios da atual realidade acadêmica europeia, no tocante ao acesso ao ensino superior por pessoas trans, e ao acolhimento e à inclusão da diversidade de gênero nesses espaços.

Tabela 3: Categoria 3, subcategorias e indicadores.

<i>Categoria</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
3) <i>Os campos de batalhas do ensino superior.</i>	3.1) <i>Ensino superior: um sonho possível ou continuação do pesadelo?</i>	- Referências às expectativas em torno do ensino superior. - Referências à incidência de episódios transfóbicos no ensino superior. - Referências à instituição de ensino superior como um espaço mais acolhedor, quando comparado ao ambiente escolar. - Referências a situações de estresse.
	3.2) <i>A estrutura e o sistema cisnormativos do ensino superior.</i>	- Referências à possibilidade de alteração do nome e gênero nos sistemas do ensino superior. - Referências à importância de implementação de casas de banho de gênero neutro.

<i>Categoria</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
		<ul style="list-style-type: none"> - Referências à representatividade dos profissionais da educação. - Referências à ausência de uma postura da instituição de ensino superior de acolhimento da diversidade sexual e de gênero.
	3.3) <i>A ausência e o apagamento das identidades trans no ensino superior.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Referências ao abandono escolar e à privação do acesso ao ensino superior - Referências à ausência da diversidade de gênero no ensino superior. - Referências ao medo da transfobia. - Referências à passabilidade e ao desejo de acolhimento.
	3.4) <i>A falta de formação dos agentes educativos para o acolhimento da diversidade de gênero no ensino superior.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Referências à falta de formação de agentes educativos para o acolhimento e a integração da diversidade de gênero no ensino superior. - Referências à ausência de compreensão acerca dos componentes da sexualidade por parte dos profissionais da educação. - Referências à criação de políticas de promoção do acolhimento da diversidade de gênero. - Referências às sugestões de medidas educativas a serem implementadas pelo corpo diretivo das instituições de ensino superior.

Portanto, após todo o processo de transcrição das entrevistas, e a consequente compreensão dos discursos manifestados pelas pessoas participantes, através do tratamento das informações reunidas, delinear-se as categorias finais de análise, cujos resultados se apresentam nos Apêndices 16, 17 e 18. Ante todo o exposto, a seguir daremos início a análise e discussão de cada uma das referidas categorias, onde os dados recolhidos foram analiticamente tratados e apresentados, apesar de se considerar que, na vida das pessoas, se encontram relacionados entre si.

5.1.1 O processo de percepção e construção social da transgeneridade

Cumprir iniciar esta análise com a apreciação do processo de percepção e construção social da transgeneridade, que denota um caminho desafiador e penoso para a grande maioria de pessoas trans. Assim sendo, do nosso grupo de pessoas participantes, restou-se comprovado nos 25 relatos algum grau de dificuldade decorrente exclusivamente das suas identidades de gênero não normativas.

Foi possível constatar, nessas histórias de vida, várias amostras de violações de direitos e, sobretudo, da dignidade humana, configuradas na ausência de informação pessoal inicial acerca da compreensão dos componentes da sexualidade humana; nas imposições cisnormativas, sociais e estruturais, sofridas durante esse processo, e ao longo da vida; na importância do acolhimento e do suporte emocional que deveria ser ofertado pelas redes de apoio; nas violências transfóbicas de diversas ordens, que foram descritas em detalhes, e que vão desde perguntas invasivas, rumores sociais, encaradas e

perseguições em locais públicos, chegando até à violência física, com cuspidas na face e o relato de violências sexuais; na insuficiência legislativa e de políticas públicas antidiscriminatórias; e na transfobia institucional observada no despreparo de seus agentes, o que demonstra uma total concordância com os dados concernentes apresentados pelas organizações sociais e também pela literatura científica, constantes na *Parte I* da presente investigação. Posto isto, a seguir serão explanados os dados recolhidos nas diferentes subcategorias.

5.1.1.1 A falta de informação na autoperceção identitária e a influência negativa da norma cis.

Ao tratarmos as circunstâncias que emergem do processo de construção da identidade trans, no que se refere à ausência de informação acerca da compreensão dos componentes da sexualidade humana e, sobretudo, das questões de gênero, durante a fase inicial de percepção íntima de suas identidades, observou-se que, todas as pessoas participantes não possuíam conhecimento sobre os aspetos inerentes à sexualidade humana, afirmando que o tema seria uma espécie de tabu, sobre o qual não se fala e, portanto, não se compreende. Dessa forma, o desconhecimento sobre estes aspetos identitários ficou demonstrado nessas histórias, a exemplo do que se observa nos relatos abaixo.

“Você percebe que é diferente, mas não sabe como, nem em que sentido. E isso é muito difícil quando se trata de sexualidade e gênero, e a compreensão da sua identidade. (...) E quando você percebe que é diferente, você não sabe por que, nem como, e isso é incrivelmente traumatizante, tanto na infância quanto na adolescência. (...) eu não tinha a linguagem para entender o que eu era. (...) Então eu apenas me sentia diferente e não entendia o porquê” (Jack Reino Unido).

“(...) eu decidi ir à comunidade LGBT, para um psicólogo e perguntar-lhe o que havia de errado comigo. E eu disse-lhe que não estava bem, e que eu talvez não gostasse de ser apenas um homem, e que havia uma garota dentro da minha mente. Eu disse aquilo em voz alta. Que havia uma garota na minha mente, ela existe e ela precisa sair de lá e viver uma vida. Eu não lhe disse em nenhum momento que eu era uma mulher. Eu disse-lhe: “existe uma garota vivendo na minha mente. Talvez eu tenha uma dupla personalidade. Eu não sei”. Eu não sabia nomear aquilo que se passava” (Bamboo Bélgica).

Nesse sentido, essa falta de conhecimento a respeito desses elementos identitários de gênero, atrelada à cisnormatividade, que impõe a todas as pessoas a conformação e o estabelecimento inalterável em torno do gênero que lhes foi designado no nascimento, causam imensos desconfortos na vida dessas pessoas. Não saber o que se passa consigo ou compreender o gênero pelo viés unicamente biológico, ocasiona percepções íntimas

equivocadas e a falsa impressão de que há algo de errado em suas existências, durante esse processo geralmente longo, escalonado em estágios em busca de autoaceitação e entendimento.

“(...) não há nada errado em ser um homem, ou ser uma mulher, mas, sim, o modo como isso é tido como as únicas categorias possíveis. (...) eu vejo exemplos de pessoas, que lutam durante muito tempo contra suas identidades para aceitarem-se como lésbicas, quando na verdade são homens trans. (...) Particularmente, muitos foram os estágios até eu perceber a minha real identidade de gênero. E desde então, eu venho desenvolvendo e explorando os significados dessa minha masculinidade. O que significa ser um homem. O que significa ser um homem bissexual, que usualmente prefere encontros com outros homens. (...) crescer foi bem difícil, já que eu não sabia que era possível não ser cis. (...) eu pensava que todas as garotas sentiam o mesmo que eu”
(Clarence Naber Holanda).

“(...) Eu sou um desses casos de pessoas trans que sempre soube. Mas eu só tomei conhecimento do termo trans, quando eu tinha cerca de 13 anos, e eu me identifiquei instantaneamente. (...) depois disso, eu tive uma fase não binária, na qual eu não queria aceitar muito bem a minha real identidade, porque eu sabia que iria ser a coisa mais difícil da minha vida a se processar e se estabelecer. E eu ainda acho que é a coisa mais difícil. (...) Talvez se eu não tivesse vivido tanta transfobia, eu teria hoje um gênero mais neutro, ou seria mais feminino. Então, eu acho que tudo isso me fez ser mais masculino. Não masculino, mas mais masculino, para tentar passar ileso”
(Alex Romênia).

“É uma grande luta. (...) eu não entendia essas questões. Eu pensava que todo mundo se sentia daquele mesmo jeito que eu me sentia. (...) Eu apenas achava que toda mulher odiava ser uma mulher, e pensava que aquilo tudo era normal. (...) Foi muito difícil para mim [pausa], expressar-me”
(Vuk Croácia).

Pudemos observar, portanto, referências explícitas às imposições cisnormativas estabelecidas socialmente, que posicionam, em muitos dos casos, a transgeneridade como algo que não se sabia nomear, e se aproximava, portanto, de um sentimento de inadequação, na maioria das vezes percebida desde muito cedo, ainda na infância e na adolescência, em concordância com investigações realizadas por organizações internacionais, que afirmam que esta percepção identitária costuma ocorrer por volta dos 14 anos de idade (EU FRA, 2019). Dessa forma, as imposições cisnormativas, sociais e estruturais, sofridas durante esse processo, geram uma cobrança comportamental de um padrão, que é inalcançável, até mesmo para as pessoas cis. No processo de construção social do gênero, como bem assevera Bento (2011), os papéis de gênero são constantemente exigidos socialmente e confrontados com as expressões particulares de cada pessoa, que na medida em que se afastam desse ideal, recebem, portanto, a sinalização da marginalidade.

“eu comparo-me bastante a outros homens, também a outros homens trans bastante avançados na testosterona, e depois eu vou-me abaixo (...). Eu comparo-me bué. Por exemplo, eu penso que aos 23 anos, eu já teria que ter uma barba tipo enorme, como tu. Porque é o padrão. A partir de certa idade, já tens barba, já tens a voz grossa (...). E assim, parece que estou parado em certas coisas, e não consigo mexer noutras. Parece que nada avança” (Martim Portugal).

“(...) eu gosto de observar outros homens, para notar se eu estou fazendo algo errado, como a postura, o jeito de andar, o jeito de falar. E isso é muito limitante. Eu não quero cometer uma falta, porque se eu cometer, eu deixo de ser lido pela sociedade como um homem cis gay. Então, eu acho que eu sigo os padrões sociais de masculinidade, mas por um caminho gay, que é muito menos opressor que um caminho heterossexual por exemplo. E eu faço isso. Até mesmo porque a masculinidade heterossexual é um pesadelo e eu não a seguiria, nem mesmo se eu pudesse. Mas eu penso que se eu não fosse gay, se eu não fosse percebido socialmente como gay, eu penso que eu não seria a mesma pessoa trans que hoje eu sou. Eu não seguiria os padrões masculinos que eu sigo. Eu acho que talvez eu seria mais queer, no sentido do ativismo político. Eu abraçaria mais a identidade trans e eu não faço isso” (Noah França).

Sendo assim, depreende-se dos discursos apresentados, referências expressas à influência negativa da norma cis internalizada no processo de construção identitária da transgeneridade, e mais, que sem a educação referente aos componentes da sexualidade e a compreensão dos aspetos relacionados ao gênero, compreender a própria identidade de gênero torna-se um percurso complexo e penoso para as pessoas trans. Pois, ao afastarem-se das expectativas sociais de gênero em uma sociedade estruturalmente cisnormativa, essas pessoas sujeitam-se a uma confusão conceitual sobre a própria identidade, aliada a uma autocobrança desleal e ao enfrentamento diário de incontáveis desafios nesse processo.

5.1.1.2 A estrutura social cisnormativa e os desafios encontrados no processo de transição de gênero.

No que se refere à estrutura social cisnormativa, salienta-se que a falta de informação sobre as questões de gênero, constatada nos processos identitários pessoais das pessoas trans, também se reflete na sociedade de forma estrutural, em concordância com os estudos de Cunha (2018). Assim, as pessoas entrevistadas nos mais diversos países europeus, com suas peculiaridades geográficas e culturais, apresentaram problemas que estão enraizados socialmente, como se verifica da literatura de Sarmiento (2016) e, também, dos registros abaixo.

“Nós temos uma linguagem extremamente binária, e a sociedade é extremamente patriarcal. Então basicamente isso afeta todos os aspectos de nossas vidas. Aonde você for, em todos os lugares, sempre só há duas opções. Pessoas intersexo ainda fazem cirurgia enquanto bebês, são

mutilados ainda bebês. (...) Na minha família, as mulheres podem ter uma carreira e os homens podem cozinhar. Mas, eu ainda assim tive que ser e me comportar como uma mulher, (pausa), ou, agora, como um homem, tudo isso por causa da binariedade da sociedade em geral, e desse padrão social cisnormativo. O sentimento de inadequação vem desse padrão social cisnormativo, e não porque tem algo de errado comigo, especificamente” (Robin Bulgária).

Estruturalmente, a cisnormatividade se apresenta em elementos como a educação informal familiar, a língua, os espaços públicos e o acesso a serviços institucionais básicos e fundamentais. A maior parte do/as participantes mencionaram entraves sociais estruturais que as desafiaram em seus percursos de construção identitária e ainda as desafiam ao longo de suas vidas. As citações que se transcrevem ilustram esta cisnormatividade, em termos da linguagem na primeira situação, e em termos de acesso a serviços de saúde na segunda.

“(...) é interessante porque eu não vou comprar um bilhete de trem e vão me perguntar sobre o meu tipo sanguíneo. Mas irão me perguntar o meu sexo. (...) A minha língua, assim como o português, é uma língua muito generificada, então era um pouco complicado para eles (amigos e familiares), inclusive para os mais próximos, no início, formularem as frases no feminino. Não eram só os pronomes” (Aleks Eslovênia).

“Há muitas pessoas trans e muitos modos diferentes de ser transgênero, e diferentes necessidades, e diferentes questões. (...) Há mulheres trans com câncer de próstata e que precisam de cuidados de saúde. (...) É preciso “desgenerizar” o sistema (...). (...) Eu por exemplo, como homem trans, preciso ir ao ginecologista. E chegando lá, já me perguntaram, porque eu havia marcado a consulta. E precisei justificar-me e contar toda uma história em torno daquilo. Então, é uma tentativa diária. Tentar viver com dignidade” (Clarence Naber Holanda).

Posto isto, foi reafirmado neste estudo através dessas narrativas, com referências à ausência de compreensão social sobre os elementos da sexualidade, e, também, à disponibilização da estrutura cisnormativa que acompanha os diversos espaços sociais e serviços, o que já havia sido apresentado antes pela literatura produzida por Reis e Pinho (2016), assim como por Leal e Mostazo (2017). Portanto, a compulsoriedade das normas cisgênero expõem pessoas trans a desafios diários.

5.1.1.3 A imprescindibilidade do acolhimento e do apoio familiar, e outros aliados.

O processo de percepção de uma identidade de gênero não normativa engloba questões emocionais muito particulares, principalmente quanto ao pertencimento aos núcleos sociais, nos quais aquela identidade foi construída. Assim, o acolhimento, a compreensão e o respeito por parte de suas famílias, amigos, e da sociedade em geral, se mostram imprescindíveis à saúde mental e emocional das pessoas trans. Nesse sentido,

todas as pessoas entrevistadas indicaram em seus discursos a relevância desse apoio, e algumas delas apontaram as consequências da carência desse amparo.

“quando eu falei para alguns colegas, alguns deles compreenderam, outros não, e eu realmente não sabia como lidar com aquilo. Eu fiquei mesmo muito depressivo. [Participante frequentou a faculdade por 1 ano na Holanda, e voltou à Croácia por causa dos problemas que enfrentou durante o processo de construção social da sua identidade de gênero]. (...) o meu processo de saída do armário foi mesmo muito complicado e muito difícil. (...) De início, meus pais me rejeitaram. (...) Inicialmente, minha mãe ficava constantemente a chorar. Ela dizia que estava decepcionada. E dizia que eu estava arruinando minha vida” (Noah Croácia).

“A minha vó expulsou-me de casa no natal e (...) disse-me: “se eu pudesse eu mudava tudo, mas como eu não posso, não vai ser na minha casa. Tens até janeiro. Se quiseres fazer as tuas coisas, fazes só quando saíres daqui de casa”. E ficou assim, não mandou-me embora aquele dia, mas deu-me um prazo de um mês para deixar a casa [a entrevista ocorreu em dezembro e o participante estava em fase de preparação para a saída da casa dos avós]” (Martim Portugal).

“Minha mãe me expulsou de casa. Eu saí do armário aos 14 anos, ela não conseguiu lidar com tudo aquilo. (...) E até fome, eu senti. (...) Eu acabei recebendo comida, ou vouchers para pegar comida em alguns lugares. Eu também ia a um banco alimentar e recebia uma caixa com itens de comida. (...) Eu precisei de ajuda para ter o que comer. Eu me lembro bem de, nos primeiros meses, ter comido somente aquelas latinhas de atum” (Francesco Malta).

“(...) era uma família muito repressiva. (...) eu cortei relações com minha família por 2 anos. (...) Minha família não me aceitou. Minha mãe disse-me que eu estava tentando destruir a família, que eu era um tolo, que eu era uma pessoa horrível, egoísta e que era minha culpa ela querer cometer suicídio. (...) Eu tinha perdido tudo aqui. Perdi meu namorado. Perdi minha família. Perdi minha casa. Eu não tinha mais casa. (...) Então, por 2 ou 3 meses, eu fiquei sem casa. Um amigo me deixava dormir lá (...). Mas, a grande crise mesmo, a maior de todas, foi há um ano. Eu tive problemas mais uma vez com minha família (...). E eu tive que me prostituir por 4 meses. Porque eu estava sem emprego e não tinha mais dinheiro para pagar nem o aluguel” (John Alemanha).

Percebe-se, portanto, das narrativas apresentadas, que a falta de informação pessoal, associada à ignorância social, quanto à compreensão e naturalização dos aspectos identitários de gênero, resultam na falta de acolhimento às pessoas trans no núcleo familiar, e ocasionam um contexto de maior vulnerabilidade às vidas dessas pessoas, empurrando-as a um círculo vicioso de violências e fragilidade, bastante tratado pela literatura de Calderon-Cifuentes (2021), EU FRA (2019) e Karsay (2021). A rejeição observada, em alguns dos casos até mesmo com a expulsão de casa, constringe pessoas trans a um contexto de total instabilidade emocional, uma vez que, acabam destituídas de aparatos básicos de subsistência, como o suporte emotivo e financeiro de suas famílias, o que justifica o adiamento da revelação das suas identidades publicamente.

“Eu fiquei no armário por bastante tempo, até que eu pudesse ter minha casa e meu trabalho estável, porque eu sabia que quando eu me declarasse, meus pais não iriam entender. (...) Problema maior eu diria que foram os meus pais, como eu já imaginava. Mas eu me planeiei para isso. Eu olhei para eles e disse: “Ok, olha, é o que é. Nós podemos nos cumprimentar aqui e seguirmos em caminhos diferentes”. Eles lutaram para me fazer mudar de ideia por mais ou menos meio ano e nós não nos falávamos, e rompemos como família” (Aleks Eslovênia).

“(...) aquilo tudo me fazia sentir como se não houvesse um lugar para mim, ou pudesse pensar em transição de gênero, ou algo assim. E tudo isso me fez ficar muito depressivo (...). Então, eu comecei a ansiar o fim da escola, para que eu pudesse me mudar de casa e pudesse começar a transição e sair do armário propriamente. (...) quando eu fiz 18 anos, e me formei na escola, eu pensei: “ok, agora eu posso tentar uma transição, porque eu posso assumir o risco”. Foi quando eu me senti seguro para tentar” (Dylan Irlanda).

Dessa forma, as pessoas trans enfrentam inicialmente todas as questões pessoais internalizadas referentes à percepção das suas identidades de gênero, e, posteriormente, precisam ainda confrontar socialmente todo o seu círculo social, com a declaração pública da transgeneridade, e todo o estigma que ela carrega. Notou-se, portanto, que o acolhimento e o apoio são imprescindíveis, e diante do desprezo e do desamparo, as pessoas participantes no estudo que sinalizaram essa experiência, precisaram buscar outros aliados para o suporte necessário aos seus percursos.

Nesse sentido, os movimentos sociais e a ajuda profissional terapêutica foram bastante mencionados como uma parceria importante durante esse processo, sobretudo, quando se encontram presentes outros marcadores sociais, que deixam as pessoas trans expostas a um grau ainda maior de vulnerabilidade, a exemplo da feminilidade e da negritude. Nesse sentido, ao longo das narrativas apresentadas, pudemos observar relatos de considerações importantes sobre a interseccionalidade desses recortes sociais identitários, o que demanda desses movimentos sociais, e sobretudo do feminismo, um acolhimento mais abrangente a todas as identidades que comportem níveis maiores, ou menores, de feminilidade.

“Eu fiz muita terapia. Continuo indo à terapia. Ajuda psiquiátrica também, e de movimentos sociais. E grupos de ajuda LGBTQ+ em Malta. Isso tudo me ajudou muito. (...) Eu não fiquei sem ter onde morar totalmente, porque eu tive pessoas que me ajudaram imediatamente, pessoas da comunidade queer e amigos” (Francesco Malta).

“(...) nós somos um alvo muito fácil e frequente da transfobia e da homofobia, e, também, da misoginia da sociedade. Nós precisamos da proteção dos movimentos sociais. Eu acho também que precisa haver uma inclusão de pessoas de cor nos movimentos sociais, no movimento feminista, e, também, incluir realmente as pessoas trans em todos esses movimentos, pessoas trans de cor. Pessoas trans possuem lutas muito particulares, demandas muito próprias, e mulheres

trans mais ainda, mulheres trans de cor mais ainda. Então, ainda é preciso que haja algum progresso. (...) Uma coisa que eu quero dizer é que, quando eu trabalhava com estudos de gênero no mestrado, havia muito racismo neste espectro do feminismo. Eu acho importante falar sobre isso” (John Alemanha).

“(...) existe sim uma preocupação quanto à transfobia dentro do movimento LGBT. Não podemos retroceder. (...) A maioria das feministas que eu conheço são completamente trans inclusivas. E eu acho que é isso que temos de perceber. Que é uma luta de todo mundo e precisa incluir pessoas trans, pessoas negras, e pessoas com deficiência” (Jack Reino Unido).

Assim, em atenção à literatura de Hooks (2018) e Jesus (2014), e seguindo os ensinamentos de Piedade (2019), que trouxeram conceitos inclusivos tão importantes como a sororidade e a dororidade, para essa investigação, tendo em vista a impossibilidade, em alguns casos, de inclusão da transgeneridade nessas denominações, ousamos complementar esses conceitos, ressaltando, assim, as dores específicas da população trans feminina, através de uma sororidade que abranja, também, as particularidades das vivências trans, nessa aliança tão relevante entre mulheres. E, ainda, atreveríamos nesse estudo, denominar o termo *Transdororidade*, com o objetivo de incluir nesse enlace de proteção, também a negritude trans feminina.

5.1.1.4 A violência transfóbica social e o medo que paralisa.

A situação de vulnerabilidade expõe pessoas trans a uma realidade de discriminações e violências cotidianas, e essas ocorrências tornam essas pessoas ainda mais marginalizadas, excluídas e invisibilizadas. Dentre as pessoas inquiridas nessa investigação, todas elas, sem exceção, detalharam a ocorrência de episódios transfóbicos, sejam em menor ou maior grau de violência, desde comentários e rumores, até violências físicas, ainda que algumas dessas pessoas não soubessem nomeá-los ou identificá-los sob o manto da transfobia, em razão da naturalização desses acontecimentos. Assim, em total consonância com o que se depreende das obras de Hill e Willoughby (2005) e Nagoshi et al (2008), a transfobia dilacera identidades trans ao longo de suas vidas, fazendo com que essas pessoas vivam sob constante alerta e à espera do pior. Nesse sentido, os relatos abaixo representam dados alarmantes, como a experiência de internação à sua revelia e a ocorrência de violências sexuais recorrentes sofridas por Noah Croácia e outros exemplos, com referências inclusive a terapias de conversão de gênero.

“Eu fui hospitalizado por mais ou menos um ano, em um hospital psiquiátrico, aqui na Croácia [A família do participante o internou em um hospital psiquiátrico por conta da sua identidade de gênero}. (...) O meu menor problema era quando eles não me chamavam pelo nome que eu havia escolhido, ou pelos pronomes, com os quais eu me reconhecia. Esse era o menor dos meus

problemas. Meu maior problema eram as agressões e as violências físicas sexuais por parte dos funcionários, que eram recorrentes durante a minha estadia ali. Aconteceram mesmo algumas vezes, enquanto eu estava ali [fala ofegante]. Agressões verbais eram diárias. E havia também uma enfermeira que não me tocava porque ela dizia que eu tinha algo contagioso e eu poderia passar aquela doença trans para ela. E ela sempre me amarrava na cama do hospital, porque ela não queria correr qualquer risco. Os funcionários eram mesmo horríveis. (...) E teve uma altura que eles aumentaram as doses dos medicamentos e eu ficava meio dopado, sem falar, sem conseguir me mexer. Eu não conseguia pedir por ajuda a quem quer que fosse” (Noah Croácia).

“Transfobia? De toda parte. Pessoas rejeitando você. Professores na escola, Empregadores em entrevistas de emprego. Quando você vai fazer compras. Toda a gente, sabe? E eu nem estou mencionando aqui as pessoas na rua. Eu já perdi as contas de quantas vezes pessoas me seguem, ou me apontam dedos, ou riem de mim, ou até mesmo cospem em mim” (Aleks Eslovênia).

“(...) na maioria das vezes, veem como uma doença que precisa ser curada. Minha mãe quando soube que eu era trans me levou para lugares não convencionais de terapia de conversão de gênero. Muitas terapias religiosas, para tentar me curar. E ela também me levou a um psiquiatra aqui na Romênia e lá eles tentaram me medicar, e eu tive muitas reações aos remédios. E isso tudo foi estarecedor, porque me fez pensar que eu era mesmo doente, e levou muito tempo para eu perceber que eu não era” (Alex Romênia).

Outro fator preponderante dos discursos apresentados é o medo constante da transfobia, que paralisa a vida dessas pessoas e as impossibilita de acessarem espaços sociais em segurança, sobretudo, quando não possuem uma passabilidade que as aproximem de alguma forma do padrão social binário. Nesse sentido, o medo de experienciar episódios transfóbicos, principalmente através da declaração pública de suas identidades, rouba-lhes oportunidades e vivências, uma vez que, mesmo quem nunca vivenciou violações físicas, afirma já ter ouvido falar de casos de violências devastadoras, em razão da transgeneridade.

“Digamos que o medo existe sempre. Vivemos com medo. Mas seguimos adiante. Esse medo surge especialmente quando volto do trabalho para casa, à noite, sozinha. Especialmente, também, quando as pessoas nos encaram, nos olham torto, ou quando penso que alguém pode descobrir que sou uma pessoa trans e me esgane (...). Que descubram e sejam agressivos e violentos. (...) O meu medo nasce propriamente do preconceito, do preconceito das pessoas” (Am. Itália).

“Sinto medo constantemente. Parece que eu vivo à espera desse dia, como uma coisa que pode acontecer a qualquer momento. Isso me preocupa muito. Me preocupo muito sobre encontros íntimos com estranhos. Tenho medo de virem a ser transfóbicos. Eu tenho muito cuidado e evito esses encontros. E tenho medo também quando saio à noite. Tenho medo de ser agredido como um suposto homem cis e depois vir a ser exposto como homem trans” (Jack Reino Unido).

“Eu não conheço ninguém pessoalmente que tenha morrido pela transfobia, mas eu conheço pessoas, que conhecem pessoas, que morreram. Está sempre bem próximo de nós, sabe? Eu

conheço várias pessoas que já foram atacadas, que foram acertadas no rosto. (...) Eu tenho sorte, na verdade, de isso não ter acontecido ainda” (Clarence Naber Holanda).

Observamos, portanto, referências ao medo cotidiano e constante, inclusive durante encontros românticos. Nesse sentido, as pessoas inquiridas referiram-se à passabilidade como um mecanismo antidiscriminatório, e à afirmação de que para além da transfobia, suportam também a homofobia, conforme a obra de Brennan (2021).

“(...) agora que eu passo de forma ok como um homem, eu ainda tenho experiências com pessoas sendo homofóbicas, assim como eram antes. Se eu vou a um encontro com um rapaz, ou se saio com meus amigos, algumas pessoas tendem a nos agredir da mesma forma” (Dylan Irlanda).

“Quando eu saio à noite, quando eu ando sozinho, eu sofro homofobia, porque como eu não sou visto como trans, porque eu já tenho passabilidade, as pessoas me veem como um homem cis gay.” (Noah França).

Assim, pudemos verificar ainda, em alguns dos casos, uma tendência a uma resignação que pormenoriza acontecimentos transfóbicos, como algo que fizesse parte do processo. Para algumas dessas pessoas, agressões verbais cotidianas são naturalizadas e são reconhecidas como parte do combo que envolve a declaração da transgeneridade.

“Ouvi alguns comentários de pessoas estranhas (...). Mas, nada que eu pudesse me preocupar. Foi no trabalho, eu trabalho como Caixa, então, eu vejo centenas de clientes todos os dias. Então, alguns deles acabam fazendo comentários transfóbicos. Eu conheço uma pessoa que sofreu violência física, ela teve a sua mandíbula quebrada. (...) mas desde que eu iniciei a transição, e eu resolvi que eu não viveria nem mais um dia da minha vida como eu vivia antes [remete ao gênero masculino que expressava anteriormente], eu percebi que todas as consequências disso, eu teria que aceitá-las. Vale o risco viver minha identidade” (Verônica Estônia).

Pudemos constatar, assim, as mais variadas referências às violências verbais, físicas, e até sexuais nas entrevistas realizadas. Desse modo, foi possível perceber ainda, que o medo é um fator determinante na vida das pessoas trans, e, por vezes, paralisa as suas trajetórias de construção da identidade de gênero, impedindo-as de expressarem as suas identidades durante muito tempo.

“É muito difícil se abrir para o mundo, se lá fora não é um lugar seguro. Eu conheço muitas pessoas que esperaram terminar a educação, ou deixar o trabalho, reformar-se, para somente assim iniciar o processo de transição. “somente agora, que eu não preciso frequentar esses espaços perigosos, eu posso ser quem eu realmente sou”. Eu conheço algumas pessoas que agiram assim [Participante somente percebeu e declarou a sua identidade após um burn out, quando tinha 48 anos]. O medo da transfobia paralisa a vida de muitas pessoas” (Bamboo Bélgica).

Portanto, esse sentimento constante de angústia e apreensão golpeia as liberdades individuais das pessoas trans, e cerceia o tempo inteiro seus direitos fundamentais. Assim, conforme observa Butler (2003), às pessoas trans é negada diuturnamente a categoria de

humanidade, e, portanto, cabe tomarmos aqui uma perspectiva acadêmica que alcance também as experiências humanas trans, que nesse estudo denominamos transhumanidade.

5.1.1.5 Os entraves legais e a transfobia institucional.

Adentramos agora na subcategoria que trata dos entraves legais que dificultam o acesso a direitos de pessoas trans e, também, da transfobia institucional, que justifica e valida essas barreiras. Nesse sentido, as pessoas colaboradoras desse estudo informaram, em sua grande maioria, não se sentirem protegidas por parte das políticas de Estado, através de legislações que violam direitos à identidade e à intimidade, por meio de requisitos invasivos e impeditivos para o reconhecimento legal de gênero, em consonância com o conteúdo observado nas investigações de Gomes (2021), Köhler (2022) e TGEU (2022). Assim, será possível visualizar, por meio dos discursos transcritos abaixo, alguns dos impedimentos e obstáculos a que estão sujeitas as pessoas trans.

“(...) eu não quero alterar meus documentos agora. Eu estou esperando que retirem dos documentos a informação sobre o gênero, para alterar meus documentos. Porque eu não quero alterar de masculino para feminino. Para mim, não mudaria muita coisa [participante é uma pessoa não binária]” (Bamboo Bélgica).

“Eu alterei meus documentos. Para mim foi um procedimento extremamente estúpido. Eu não consigo encontrar outra palavra para descrevê-lo. Você precisa ir à psicoterapia com um psicólogo e um psiquiatra por pelo menos um ano, até que eles lhe deem uma aprovação para a alteração dos seus documentos, e depois para a terapia hormonal. E não só isso, você precisa ainda ficar um ano utilizando testosterona, e fazendo toda a terapia hormonal para conseguir mudar o gênero. E ainda, precisamos ir aos serviços sociais para provar a mudança que vai estar no documento. E depois disso tudo, você vai a um conselho que irá dar o parecer final. E para mim, isso levou em torno de 2 anos e meio” (Noah Croácia).

Faltam, portanto, mecanismos institucionais facilitadores para o reconhecimento legal de gênero, numa realidade atual em que apenas 9 países europeus oferecem a alteração legal de nome e gênero por meio da autodeclaração da identidade e apenas 3 países europeus reconhecem a identidade não binária, enquanto as outras nações estabelecem empecilhos a esse reconhecimento. Assim, observa-se ainda, que as instituições estatais, em muitos dos países em que vivem os participantes do estudo, não estão aptas a fornecer serviços públicos em geral, de forma digna, às pessoas trans, num contexto em que a ausência de conhecimento acerca dos componentes da sexualidade atinge também este setor da sociedade, por meio da conduta de seus agentes, como podemos constatar nos relatos abaixo.

“Como você sabe, provavelmente em quase toda a Europa, é necessário um diagnóstico psiquiátrico para a determinação da identidade de gênero. E é muito humilhante, porque os médicos começaram a me fazer perguntas estúpidas (...). (...) É importante falar que quando eu precisei passar pelos psiquiatras, e toda aquela questão da disforia de gênero, eu precisei me ausentar da universidade e tive que frequentar um semestre a mais para finalizar o curso. (...) Foi um processo muito difícil, longo, humilhante e confuso. (...) os psiquiatras (...) deixaram tudo mais difícil. O processo todo durou cerca de 3 anos” (Aleks Eslovênia).

(...) eu sofri transfobia institucional, mais uma vez, nos departamentos de saúde. Porque, por alguma razão, basicamente, quando eu alterei meu nome e meu gênero nos meus documentos, essas mudanças não foram enxergadas pelos departamentos de saúde. No sistema deles, ainda está meus documentos antigos, então todos os médicos só veem os meus antigos documentos, com o nome antigo, o gênero antigo. E eles sempre fazem muitas perguntas, perguntas bem invasivas. Eles querem checar qual genitália eu tenho. São situações bem constrangedoras e inaceitáveis. Eles simplesmente não acreditam em mim. Isso acontece ainda hoje” (Noah Croácia).

Sendo assim, ouvimos ainda referências diretas à ausência de legislação protetiva específicas acerca da transfobia, e, também, às falhas estruturais na prestação de serviços de saúde pública do Estado, que não consegue atender a todas as pessoas trans, com filas intermináveis, que as compelem a fazê-las elas próprias a aplicação de hormônios terapêuticos.

“(...) eu não consigo arcar com o custo dos cuidados médicos. É tudo muito caro, e sem apoio. Eu só tenho 20 anos. Então, parte das minhas doses, das doses de testosterona, eu faço eu mesmo. Então, eu tive que estudar muita bioquímica e tudo isso, para saber qual era a dose certa. (...) nós sofremos a administração irregular de hormônios e coisas do tipo. Eu não tinha, por exemplo, nenhum lugar seguro para injetar testosterona, então, eu costumava fazer isso eu mesmo, nos banheiros públicos, e com base em tutoriais da internet.” (Alex Romênia).

“(...) quanto à criminalização da transfobia e crimes de ódio contra as minorias em geral, ainda não há políticas voltadas estritamente a essas questões. (...) E o sistema público de saúde, cuja estrutura definitivamente não é boa, com listas de espera muito grandes e demoradas, e com funcionários que não estão preparados para atender pessoas trans, e costumam fazer-lhes perguntas inapropriadas e constrangedoras. (...) eu me estressava muito, porque eu queria tomar testosterona e eu não conseguia, porque é bastante caro. E eu estou na lista de espera pública, mas é super lotada e demora muito para conseguir. Você nunca é chamado” (Dylan Irlanda).

Restou-se comprovado, portanto, que a estrutura do Estado não está preparada para fornecer seus serviços a essa parcela da população, marginalizando-a ainda mais, através da atuação direta de seus agentes públicos. O respaldo legislativo estatal e seu sistema estruturalmente cisnormativo, corroboram o entendimento patologizante das identidades trans e expõem de maneira violentadora a intimidade dessas pessoas, através de perguntas confusas e ignorantes de profissionais médicos institucionais e agentes de saúde, que

deveriam estar preparados para lidar com questões relacionadas à diversidade de gênero, com a sensibilidade necessária para perceber as dificuldades desse grupo de pessoas.

5.1.1.6 A descoberta, o saber nomear, o reconhecer-se trans.

Pudemos constatar no decorrer da análise de toda esta categoria e suas subcategorias, que o processo de construção e estabelecimento social da transgeneridade mostra-se custoso e exaustivo, através de uma tentativa constante de se alcançar acolhimento social e proteção da identidade de gênero, por meio das revelações e declarações contínuas de suas identidades, como assevera Monteiro (2016), quando finalmente se compreende e se nomeia a transgeneridade alcança-se, por fim, o reconhecimento identitário pessoal, que as permite nomear as suas identidades e expressá-las socialmente.

“Eu participei de um Erasmus bem queer em Berlim. Lá, eu fiz muitos amigos, e conversei com eles a respeito. E eles me disseram: “tudo isso que você está me contando, me faz parecer que você não é cis”. (...) Então, eu pensei sobre todas essas questões e me percebi como uma pessoa trans, um homem trans. Por um tempo, eu me senti um pouco forte, eu acho, porque finalmente eu tinha descoberto e realizado toda a minha questão quanto ao gênero, e percebido por que durante tantos anos eu agia daquela forma, ou preferia algumas coisas, ao invés de outras. E depois disso tudo, eu me senti orgulhoso e não envergonhado sobre minha identidade...” (Vuk Croácia).

“(...) eu estava a trabalhar e uma colega disse-me que o namorado dela era trans e eu fui pesquisar no google sobre o que que era isso de ser trans, e pronto, comecei a me identificar muito mais com isso. Muito mais mesmo. Eu já tinha visto pessoas trans no tiktok, mas depois que eu vi mesmo cá em Portugal. Por volta dos 19, 20 anos, eu disse: “Eu acho que é mesmo isso. É mesmo isso, eu sou um homem trans”. A partir do momento que eu cortei o meu cabelo todo, mudou mesmo tudo em mim. A minha forma de vestir, até de falar. Eu tentava antes falar com a voz mais fina. E essa aqui é mesmo minha voz, eu não tomo testosterona ainda [participante demonstra orgulho da voz mais grave]” (Martim Portugal).

“Eu estava solteiro, depois de ter sido pai, e determinados impulsos que eu sentia dentro de mim, eu não conseguia mais controlá-los. E eu fui percebendo isso através da psicanálise, da psicoterapia, e, também, ao conhecer outras pessoas que sentiam as mesmas sensações. Assim eu percebi a minha transexualidade. Assim eu compreendi que eu era uma pessoa trans” (Am. Itália).

Ante o exposto, após um longo processo de autorreconhecimento e construção sócio identitária, dificultado sobretudo pela cisnormatividade enraizada socialmente, as pessoas trans finalmente compreendem suas identidades de gênero, o que da nossa amostragem pôde ser percebido com referências à ajuda profissional psicológica, às pesquisas na internet e ao contato com pessoas LGBT.

5.1.2 A violência escolar cotidiana.

Após analisarmos o processo de percepção e construção da transgeneridade entre as pessoas participantes desse estudo, uma parte importante deste percurso para nossa investigação ganhou uma categoria própria, em razão da sua profundidade e relevância para o nosso objetivo principal de análise. O primeiro contato das pessoas trans com a educação, através do espaço escolar, baseado na teoria que fundamenta esse estudo (Albuquerque & Oliveira, 2021; Bento, 2011), e principalmente, pelas narrativas confiadas a nós, por meio das pessoas participantes, mostrou-se um ambiente nocivo e violento para a maioria das pessoas trans, mesmo quando nem elas consideravam nomear as suas próprias identidades.

Observamos, portanto, que a violência escolar cotidiana expõe essas identidades de gênero não normativas, inicialmente, quando dividem aqueles espaços educativos através da binariedade, com atividades, vestimentas e grupos separados pelo gênero. A partir daí, são emergidos um desconforto físico e social, e uma convivência forçada exclusivamente pelo gênero, que aliados à fase de descobertas da infância à puberdade, e à adolescência, reforçam fortemente o surgimento de um *bullying* agressivo e traumatizante, que é sustentado pela cisnormatividade que impera também nas estruturas escolares. Por fim, verificamos uma coautoria nessas agressões, através da cumplicidade, ativa ou omissiva, do corpo docente escolar, bem como dos agentes educativos em geral, fundamentada pela falta de formação desses agentes para a diversidade sexual, e sobretudo, de gênero.

Desse modo, decidimos organizar essa categoria tão relevante em três subcategorias, que visam a revelar, a partir das vozes das pessoas trans, todo o arcabouço da educação, que legitima e consente à transgeneridade, uma trajetória educativa penosa e marginalizada ao longo da vida.

5.1.2.1 A generificação forçada do espaço escolar.

Observamos diante da amostragem formada pelas pessoas participantes dessa investigação, que a generificação forçada do espaço escolar é mencionada por grande parte das pessoas participantes como um fator gerador de desconforto e até mesmo tristeza, que para elas não faz sentido e impõe uma regulamentação social segregadora na execução das atividades educativas, em consonância com o que afirma Gomes (2021) e Seelman (2019). Nesse sentido, constatamos os registros abaixo.

“(...) na minha escola, eu notava que garotos e garotas eram tratados de formas diferentes pelos professores. E havia ainda a separação de grupos pelo gênero. (...) naquela altura, eu lembro-me de ficar muito triste, porque separavam muito os grupos por gênero, e eu não podia mais brincar com os garotos, simplesmente porque eu era uma garota” (Clarence Naber Holanda).

“(...) em Malta, tudo ainda é muito generificado. Inclusive na educação, pelos professores e pela própria estrutura escolar. Tudo é dividido por gênero. Garotos versus garotas. Os garotos têm suas aulas próprias, as garotas as suas. (...) na escola, eu questionava: “Porque eu tenho que ficar com as meninas, e não com os meninos?” (Francesco Malta).

Dessa forma, a estrutura física e as atividades das instituições educativas escolares acompanham essa generificação executiva e proclamam a cisnormatividade social dentro desses espaços de aprendizagem. Posto isto, pessoas trans são submetidas às normas cis que regulam esses ambientes, desde seus deslocamentos às casas de banho e o uso dos vestiários, até seus modos de expressão de gênero, em seus comportamentos e vestimentas. Assim, desde muito cedo, e às vezes antes mesmo de perceberem e declararem publicamente suas identidades de gênero, pessoas trans são impelidas ao comportamento cisgênero e heterossexual, para que sejam incluídas e aceites naquele contexto educativo, conforme observamos nas narrativas abaixo, em concordância com as obras de Bento (2011) e Vergueiro (2016).

“Eles deveriam parar de dividir as coisas por gênero, já que ninguém solicitou isso. (...) Eu não ia à casa de banho, durante a escola. Eu evitava. Porque eu ficava com muito, muito medo, de ser visto, sei lá” (Alex Romênia).

“A verdade é que precisamos educar e adaptar também todo o entorno, toda a estrutura. Como, por exemplo, os vestiários, que deveriam conter cabines individuais, que não sejam aqueles vestiários amplos em que se trocam todos juntos. E isso não é somente uma questão das pessoas trans, é para qualquer pessoa que queira resguardar sua intimidade e não lhe apeteça compartilhar o seu corpo com o restante das pessoas” (Sarah Espanha).

“Outra coisa a se pensar, são os uniformes ou vestimentas. Deve haver alguma proteção ou permissão nesse sentido.” (Aleks Eslovênia).

Assim, pudemos constatar nos relatos apresentados, como a cisnormatividade e a binariedade de gênero se encontram enraizadas também nas estruturas físicas e nas atividades escolares, como uma reprodução social verificada dentro dos ambientes educativos, onde pessoas trans encontram obstáculos desde muito cedo, até mesmo para frequentar os banheiros. Nesse sentido, até mesmo as menores das atividades cotidianas nesses espaços de aprendizagem, acabam por evidenciar e expor, também ali, aspetos identitários relacionados ao gênero.

5.1.2.2 A escola como primeira grande contenda, através do *bullying* e da cumplicidade do seu corpo docente.

A chegada à escola é habitualmente intimidante para as pessoas que se afastam do padrão social cisnormativo e heterossexual. Por intermédio dos discursos das pessoas trans participantes desse estudo, fomos capazes de observar, que esse espaço de aprendizagem se apresenta como a primeira menção dessas pessoas às situações de discriminação, diretas ou indiretas, antes mesmo de suas autopercepções identitárias quanto ao gênero, o que corrobora o entendimento firmado por Bento (2011), Hunt (2012) e Junqueira (2012). Desse modo, através do *bullying* de outros colegas estudantes, que reproduz a cisnormatividade repassada por gerações, restou-se comprovada a insalubridade emocional a que as pessoas trans se encontram submetidas, em uma altura de descobertas e maturação das compreensões íntimas de si mesmas. Assim, nas transcrições seguintes, foi possível perceber o impacto causado no percurso formativo dessas pessoas.

“as pessoas na escola usavam meu nome antigo, pronomes errados. Mesmo as pessoas sabendo. Tipo, depois que eu me declarei e falei o nome e os pronomes, que eu gostaria de ser tratada. 6 meses depois, algumas pessoas ainda insistiam em me tratar no masculino. E eu pedia que não o fizessem, e elas achavam bobagem” (Lucy Luxemburgo).

“No primário eu não tinha muitos amigos e muitas vezes eu era excluído. (...) Eu lembro de haver rumores sobre mim, de haver alguma doença relacionada a mim, algo como, se alguém falasse comigo, ou tocasse em mim, seria infectado por essa doença. Coisas assim” (Dylan Irlanda).

“Eram brincadeiras, palavras pesadas, um bullying pesado, porque eu não era homem o bastante. (...) Eu não tinha vontade alguma de ir àquela escola. Eu era obrigado a ir. (...) era muita violência. Parecia uma selva. Os professores não faziam nada” (Bamboo Bélgica).

“(...) muitas pessoas falavam coisas más sobre mim (...). (...) Eles perguntavam sobre meu órgão sexual, eles perguntavam como eu fazia sexo. Muitos deles na maioria das vezes me diziam que eu nunca seria um homem e que eu não poderia ser um homem, coisas assim. (Alex Romênia).

O *bullying* a que as pessoas participantes estiveram sujeitas, era, também segundo elas, caracterizado pela cumplicidade, ativa ou omissiva, dos professores, que silenciavam, ignoravam, ou mesmo agiam, de maneira igualmente transfóbica.

“(...) no meu secundário tinha uma garota trans, uma imigrante indiana. Eu não sabia que ela era trans, até que um professor nos contou, em sala de aula que ela era. Quem nos contou que havia uma garota trans na escola foi um professor e só isso já foi horrível. Se ele não tivesse feito isso, talvez ninguém soubesse. Essa atitude dele e o bullying dos colegas de sala expuseram a garota a toda escola” (Noah França).

“Sofri muito bullying. Muito mesmo. Pelos estudantes e até mesmo pelos funcionários, e pelos professores. Eles faziam brincadeiras. Sofri bullying por toda a gente. (...) Constantemente, os professores não me chamavam pelo meu nome. Meus professores faziam brincadeiras estúpidas,

estudantes fazendo bullying, era mesmo horrível. E aí, em casa eu não encontrava suporte. Então, era um ciclo contínuo” (Francesco Malta).

Assim, no intuito de suavizar ou interromper o *bullying* do qual foram vítimas, as pessoas entrevistadas relataram estratégias utilizadas para serem aceitas, e, talvez, passarem ilesas, por aquele contexto educativo.

“(…) em uma fase escolar depois do primário, que coincide com a puberdade, uma coisa veio a minha cabeça e eu não sei de onde, se da mídia, se da escola, se dos meus pais, mas eu realmente acreditava que quando se iniciasse a minha puberdade, eu não iria poder mais usar aquelas roupas de garotos que eu gostava [roupas tidas como masculinas]. Eu não queria continuar a sofrer o bullying que eu sofri no primário. Então, eu comecei a vestir roupas mais femininas. Deixei meu cabelo crescer. (...) E, então, durante algum tempo, eu fiquei parecida a qualquer garota, com o cabelo bem longo, na tentativa de prevenir o bullying. E aquilo funcionou, acredite. Tudo correu da forma melhor com aquele cabelo e aquelas roupas” (Clarence Naber Holanda).

“(…) eu não queria ir à escola. Eu queria ter aulas remotas, à distância, mas meus pais não concordaram” (John Alemanha).

Diante de todos os obstáculos revelados, por meio de um *bullying* desproporcional e extremamente ofensivo e devastador, durante tão tenra idade, torna-se habitual o desejo de desistir da educação, nas narrativas retiradas das entrevistas realizadas, sendo possível verificar, inclusive, casos de abandono escolar, em razão das discriminações apresentadas nesse contexto.

“Para mim, foi uma altura muito difícil, em geral. Eu não sabia como expressar minha identidade. Eu me sentia como se eu não estivesse vivendo minha própria vida. (...) Eu não gostava de ir à escola. Eu nunca queria ir à escola” (Verônica Estônia).

“(…) provavelmente em alguns momentos, eu diria que sim, a transfobia impedia o meu acesso à educação, diante dos episódios transfóbicos. Eu odiava ir à escola. Eu sempre sofria bullying (...). Eu sempre me senti muito desconfortável. (...) No secundário. Eu quis abandonar” (Vuk Croácia). (...) fiquei a sofrer bullying do primeiro até o nono ano. (...) Eu desisti da educação. Eu não aguentei. (...) todos os dias me atiravam um tubo de cola na cabeça, os professores me pediam para vestir-me de outra forma, metiam areia na minha comida, por exemplo. E eu não era aceite (...). Tiravam meu chapéu e metiam na lama. Gozavam com a morte do meu pai e diziam que devia de ser eu e não ele” (Martim Portugal).

“quando eu ia à escola, tinha muita transfobia. (...) Eu deixei de ir à escola em 2019. Eu não continuei para ir à universidade. (...) Toda vez que eu ia à escola era como se eu estivesse indo a uma luta” (Francesco Malta).

“(…) eu tinha muitos problemas de saúde mental naquela altura. Principalmente no secundário, porque eu... [pausa longa] eu ouvia coisas. Não diretamente voltadas a mim, mas sobre o que aquelas pessoas achavam sobre as questões de gênero. (...) Naquela altura, durante o secundário, eu realmente não queria mais ir à escola. Eu tinha muitos pensamentos suicidas, e definitivamente eu não achava que fosse finalizar a escola” (Dylan Irlanda).

“(...) No secundário eu me assumi como gay, como lésbica na altura, e alguns dos garotos ouviram isso e eles começaram a me dizer coisas muito pesadas. Eles diziam: “eu vou te estuprar para te mostrar o que é um homem de verdade”. E esse tipo de coisa me assustava muito e eu comecei a não ir mais às aulas. Eu parei de ir às aulas. (...) e ia somente aos exames” (Noah Croácia).

Assim, constatamos que esses ambientes educativos inaugurais, que deveriam ser locais de aprimoramento para uma cidadania inclusiva, ao invés disso, se apresentam como uma grande contenda inicial, violenta e perturbadora, que confirma o que pudemos inferir do nosso estado da arte, pois, “ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância” (Bento, 2011, n.p).

5.1.2.3 A falta de formação dos agentes educativos para o acolhimento da diversidade de gênero no contexto escolar.

Todas as questões que foram apresentadas ao longo da análise desta categoria, derivam, direta ou indiretamente, da falta de formação, acerca dos componentes da sexualidade e para o acolhimento da diversidade de gênero, dos agentes educativos e das instituições escolares como um todo. Sendo assim, a generificação desses espaços de aprendizagem através da execução de suas atividades, e o despreparo presente na atuação ou negligência de seus funcionários, estão intimamente relacionados ao conservadorismo e à ausência de conhecimento acerca da diversidade de gênero, conforme se depreende dos relatos das pessoas participantes e em concordância com os ensinamentos de Bento (2011), Gomes (2021) e Vergueiro (2017).

“(...) o que realmente me tirava do sério, era quando eu tinha episódios de disforia de gênero e procurava o serviço social escolar, e eles me diziam: “Ah, é isso mesmo. A escola estressa. É um ambiente estressante”. Ela não sabia sequer sobre o que eu estava falando” (Aleks Eslovênia).

“Eu acho que os educadores, sejam eles do primário, secundário, ou universidades, eles precisam de melhor formação para lidar com os conflitos do gênero e da sexualidade, como um desafio. Por exemplo, eu não vejo essa preocupação, esse desafio, nas escolas dos meus filhos. (...) Eles não têm as habilidades necessárias, a confiança, a formação necessária para lidar com essas questões. Então, o que melhoraria bastante seria a formação desses educadores, para torná-los aptos a lidar com essas questões” (Jack Reino Unido).

Portanto, podemos verificar do discurso de Aleks Eslovênia e Jack Reino Unido, uma referência clara à falta de formação e o compromisso dos profissionais que compõem o contexto escolar, para lidar com questões referentes à transgeneridade, e a preocupação dessas pessoas, no que se refere à ausência de aptidão desses agentes educativos e das instituições educacionais como um todo, no tratamento de conflitos de gênero e

sexualidade. Nesse sentido, conforme observamos no relato a seguir, Robin Bulgária faz ainda uma importante referência ao conservadorismo desses profissionais e ao perigo das *fake news*, enquanto John Alemanha, refere-se à transfobia institucionalizada.

“Os professores e staff não estão preparados. A maioria deles tem uma idade bem avançada e são muito conservadores. Escutam fake news sobre gênero e sobre gays na tv e as tomam como verdade” (Robin Bulgária).

“(...) eu já tive uma criança trans em uma turma que eu dou aula, e é muito difícil, porque a estrutura escolar, os diretores, coordenadores, professores, são predominantemente brancos, masculinos e cis, e minimizam a transfobia, porque ela também está institucionalizada” (John Alemanha).

Assim, várias das pessoas participantes apontaram a formação dos profissionais da educação, como principal solução para os problemas encontrados nesse núcleo educativo, dentre outras possibilidades tidas como possivelmente eficazes, a exemplo da escuta das crianças e de políticas mais restritivas em relação ao *bullying*.

“Eu acho que a primeira coisa que precisa ser feita é a formação obrigatória de professores e agentes da educação, e até mesmo da secretaria. Formação obrigatória para a inclusão da diversidade de gênero, de sexualidade, religiosa, de pessoas com deficiência, inclusão em geral, para todos. E então, políticas mais restritivas contra o bullying (...). (...) Incluir livros queer. Incluir as famílias diversas, os vários tipos de família. Incluir a diversidade” (Francesco Malta).

“As escolas devem saber. Elas precisam ser educadas nesse sentido, para lidar com as questões de identidade de gênero que existem naquele contexto. Há transições ocorrendo naquele espaço. Há essa possibilidade. Talvez assim, pessoas comecem a transição mais cedo. Não demorem 5 ou 10 anos para isso. Talvez os meus pais aceitassem melhor a ideia, se tivessem conhecimento sobre isso” (Aleks Eslovênia).

“(...) os professores, eles deveriam esquecer as cores estereotipadas e escutar as crianças. (...) E isso é mais que o feminino e o masculino. (...) Precisamos escutar as crianças. Elas têm a solução para tudo. São criativas e cheias de ideias. Elas não podem ficar restritas à binariedade, aos livros e brinquedos específicos para cada gênero. Senão, elas serão iguais ao que fomos, e nós falhamos miseravelmente” (Bamboo Bélgica).

Dessa forma, resta evidente, nas narrativas descritas, considerações claras acerca do despreparo do quadro de funcionários das instituições escolares, para o acolhimento da diversidade de gênero, e ponderações cuidadosas sobre a indispensabilidade e urgência da formação e instrução desses profissionais, como mecanismo antidiscriminatório e aliado da inclusão da transgeneridade nesses espaços de aprendizagem. Pois, somente assim, será possível tornar a escola um ambiente democrático, que comporte a pluralidade e a multiplicidade das identidades de gênero, a cumprir o seu papel social, e a impedir, parafraseando Bento (2011), a expulsão de pessoas trans.

5.1.3 Os campos de batalhas do ensino superior.

A depender da trajetória de vida das pessoas trans, o ensino superior pode se revelar um sonho possível a que têm acesso, ou a continuação do pesadelo vivido em contexto escolar e outros espaços sociais. Assim sendo, a educação tem potencial para interromper ciclos de vulnerabilidades, enquanto ferramenta propulsora de transformação social, ou conformar-se como mera reprodutora da involução social que violenta essas identidades não normativas, em uniformidade com o que se infere de investigações recentes (IGLYO, 2022; LGBT Foundation, 2017), que atribuem às IES a continuação do *bullying* e outras violências transfóbicas.

Portanto, o que pudemos constatar das histórias de vida enunciadas, é que a cisnormatividade impera também nesses espaços de educação superior, em suas estruturas e sistemas organizacionais, e contribui para a ausência e o apagamento de identidades trans no ensino superior europeu. Nesse sentido, conseguimos perceber, que a transgeneridade, quando ultrapassa os obstáculos emergidos em sua trajetória, até acessa às IES, mas de forma invisibilizada, pois as narrativas das pessoas inquiridas denotam a ausência da diversidade de gênero nesses núcleos educativos.

5.1.3.1 Ensino superior: um sonho possível ou continuação do pesadelo?

O acesso ao ensino superior é uma ferramenta educativa a que as pessoas cidadãs têm direito, garantido pelo Estado, e pelo qual visam aperfeiçoar os seus processos de formação pessoal, acadêmico e profissional. Sendo assim, todas as pessoas devem ter assegurado o direito à educação, em ambientes seguros, democráticos e acolhedores.

Assim, as pessoas trans, ouvidas neste trabalho, apontaram de que modo o ensino superior se pode apresentar como uma conquista tomada pela esperança, ou como, em grande parte dos casos, um contexto de perpetuação das discriminações sofridas antes. Nesse sentido, as pessoas participantes relataram a continuação de episódios transfóbicos neste ambiente educativo, a evidenciar que as IES europeias não representam, em sua integralidade, um espaço de acolhimento e inclusão da diversidade de gênero.

“(...) Me olhavam e me achavam uma pessoa estranha, queer, velha demais para ser uma estudante. Existiam algumas pessoas contra mim na universidade. Eu ouvia brincadeiras que machucavam. Às vezes eu estava lá a fazer um trabalho e alguém brincava: “meu deus, estamos num programa de televisão? Onde está o cameraman?” [participante possui uma expressão de gênero mais andrógina], e riam e brincavam com a minha aparência. Algumas pessoas diziam que não era possível eu trabalhar como professor de crianças, por que como eu poderia me apresentar diante delas daquela forma?” (Bamboo Bélgica).

“Apesar de me sentir incomodada [com o bullying escolar], eu acreditava que quando fosse à universidade isso iria melhorar. Acabei que senti homofobia geral na verdade. Porque a maioria das pessoas na Eslovênia não sabiam nem que pessoas trans existiam, então para elas éramos sempre homens gays ou mulheres lésbicas” (Aleks Eslovênia).

“Eu ainda era feminino quando cheguei à universidade, então, eu ainda estava socialmente integrado. Eu tive boas notas, tudo ia bem, até a transição. Quando eu iniciei a transição, eu perdi o contato com as pessoas. [pausa] é difícil falar sobre isso... [voz embargada] não há mais muito a dizer [após iniciar a transição o participante se sentiu excluído e resolveu passar a assistir às aulas na modalidade virtual, à distância]. (...) São altos e baixos” (John Alemanha).

“Eu acho que a academia é um ambiente que pode ser bem receptivo, mas também pode ser bem preconceituoso. (...) Eu tive vários momentos bem desconfortáveis, nos quais pessoas fizeram muitos comentários desagradáveis e negativos, comentários sexistas, misóginos, que me atingem tanto como a mulher cis que eu me identificava na altura, quanto como o homem trans que eu sou hoje. (...) aconteceram aquelas coisas sutis. Eu estava sempre sob olhares, opiniões, de todas as partes, de todos os lados” (Clarence Naber Holanda).

Portanto, em consonância com o entendimento de Brennan (2021) e Calderon-Cifuentes (2021), de que a transgeneridade é alcançada em simultâneo pela homofobia e pela transfobia, as pessoas participantes referiram-se à experiência de incidentes homofóbicos no contexto do ensino superior, referindo-se ainda, como pudemos deduzir do relato de Clarence Naber Holanda, à misoginia e ao sexismo, que também atingem essas identidades. Pois, como afirmam Bonassi (2017) e Vergueiro (2016), o patriarcado, reproduzido através do cissexismo, alveja toda a sociedade e resulta em violências presentes também nas instituições de ensino superior.

Desse modo, é importante ressaltar, no relato a seguir, a luta pessoal narrada por Vuk Croácia, ao referir-se a uma situação de estresse acentuado, em razão da tentativa forçada de adequação da sua transgeneridade aos estereótipos cis, que falhava por obra da estrutura binária e cisnormativa de sua universidade.

“A chegada à universidade foi muito estressante. Porque eu tentava “passar” [remete à passabilidade] como um garoto o máximo que eu conseguia. E algumas pessoas usavam o pronome masculino comigo e eu ficava muito feliz, mas aí, a mesma pessoa me via na casa de banho feminina, e era uma merda” (Vuk Croácia).

No entanto, apesar de apontarem as IES, como um espaço onde ocorrem situações constrangedoras relacionadas ao gênero, algumas pessoas referiram-se à IES como um espaço mais acolhedor, quando comparado ao ambiente escolar.

“Para mim, foi mais fácil a universidade, para lidar com tudo isso. (...) É um contexto diferente. Para mim foi mais fácil que na escola. Eu ainda ouvia algumas coisas pelos corredores, de outros estudantes, mas muito menos que na escola” (Júlia Suíça).

“(...) lá havia muitas pessoas LGBT, ou melhor, pessoas LGB. E eu gostei muito daquele ambiente. (...) E eu me senti bem com aquilo, porque teve muita aceitação. Apesar de também haver muitas ideias transfóbicas e bobagens dos outros estudantes, mas também houve aceitação” (Noah França).

Nesse sentido, importante ressaltarmos um caso que foi relatado por uma das pessoas participantes. Noah Croácia, que possui um histórico de violências ao longo da vida, com uma experiência inicial negativa no ensino superior, descreveu o seu retorno à universidade como uma experiência bastante positiva, apesar de algumas ocorrências que continuam a obstaculizar o seu percurso educativo.

“A universidade que eu frequentei na Croácia quando eu voltei aos estudos, depois da internação, era muito inclusiva e eu não esperava por isso, porque era completamente diferente de qualquer outra universidade na Croácia [Participante remete à ida à universidade após a internação. Antes disso, ele inicialmente acessou à universidade na Holanda, quando se declarou trans e teve uma experiência muito difícil, tendo que retornar à Croácia]. (...) me sinto incluído e acolhido. É muito prazeroso ir hoje à universidade. Até o meu rendimento acadêmico aumentou. (...) [Ainda assim] na faculdade mesmo, eu já escutei pessoas falando de mim por trás, dizendo que não compreendiam o que eu era, ou porque eu estava fazendo isso. (...) houve também alguns estudantes do meu secundário que estavam na mesma universidade, e (...) todas as vezes que ele me vê pela universidade, ele fica a me perseguir. Se eu vou ao banheiro masculino, ele vai atrás de mim. Então eu acho necessário ter sempre algum amigo comigo, quando eu vou ao banheiro ou aos dormitórios. Eu não o denunciei ainda, mas eu nunca mais o vi pela universidade, então eu acho que estou seguro” (Noah Croácia).

Ante o exposto, infere-se dos relatos apresentados, que as instituições de ensino superior, embora, algumas vezes, menos hostis que os espaços escolares que as antecedem, representam, ainda assim, um ambiente de batalhas contínuas para a população trans. Nesse sentido, a hostilidade manifestada através de rumores, risos e comentários provocadores, aliada a uma estrutura que expõe, de maneira invasiva, as identidades que acessam esses espaços, destitui-as da esperança de novos tempos, e sustenta o contexto ultrajante experimentado ao longo da vida.

5.1.3.2 A cisnormatividade presente nas estruturas e nos sistemas do ensino superior.

As estruturas físicas e os sistemas organizacionais das IES corroboram a negligência desse espaço de aprendizagem diante das identidades de gênero não normativas. Nesse sentido, foi possível depreender das declarações apresentadas a seguir, que esses elementos institucionais atravancam veementemente o acesso efetivo de

peessoas trans às instituições de ensino superior, ao ocasionar-lhes inconvenientes que dificultam suas atividades no seu cotidiano, e ao ameaçar a sua dignidade.

“Eu ficava alguns minutos fora do banheiro, em frente ao banheiro, tentando decidir para qual dos dois eu iria, o masculino, ou o feminino. Eu vivi uma grande luta por mais ou menos duas semanas. Eu evitava utilizar o banheiro da universidade o máximo que eu conseguisse. Até que eu encontrei alguns banheiros de gênero neutro e comecei a utilizá-los. Mas foi muito estressante” (**Vuk Croácia**).

Há alguns anos, nós passamos a ter alguns poucos banheiros de gênero neutro na universidade. Temos dois desses banheiros, e é melhor do que nada. Mas, eles ficam no térreo, e a universidade tem 12 andares. É muito simbólico. Em uma universidade daquele tamanho, uma pessoa precisar deslocar-se por 12 andares, apenas para fazer xixi. (...) Alguns ajustes práticos precisam ser feitos. As questões dos banheiros, muda-se uma porta e você tem um banheiro de gênero neutro em cada andar. Coloquem portas dentro dos banheiros masculinos. Nem mesmo os homens cis se sentem confortáveis dentro dos banheiros masculinos” (**Clarence Naber Holanda**).

“Poderiam disponibilizar casas de banho de gênero neutro para as pessoas não binárias e para as pessoas que estão no início da transição, sem tanta passabilidade, para protegê-las de assédio e transfobia. Na minha universidade, os próprios estudantes arrancaram os sinais de gênero que havia nas casas de banho. Eles arrancaram e jogaram no lixo. E a universidade se viu sem saída e aceitou” (**Noah França**).

Observamos, portanto, as referências de Noah França, Vuk Croácia e Clarence Naber Holanda à importância da existência de casas de banho de gênero neutro dentro das instituições de ensino superior. Infere-se do relato de Vuk Croácia, em suas semanas iniciais à universidade, sem a indicação de casas de banho de gênero neutro que o deixassem confortável a utilizá-las, e, pelo contrário, o fizeram deixar de frequentá-las. Do mesmo modo, quando Clarence Naber Holanda precisa se deslocar por 12 andares para chegar a uma casa de banho, compreendemos a hostilidade desses ambientes em relação às vivências trans.

Ainda com relação às suas estruturas, pudemos inferir dos relatos apresentados, que as instituições de ensino superior geralmente, não tornam explícita uma postura de acolhimento da diversidade sexual e de gênero, e não promovem em seus espaços, ações que possibilitem a inclusão e integração das pessoas trans, além de referências expressas à ausência de representatividade entre os profissionais da educação.

“Eu acho que devem dizer que é um safe space. Por exemplo na minha loja as pessoas perguntam se podem levar determinado produto no avião, e tem lá mesmo um papelinho a dizer, “Travel friendly”. As universidades devem fazer isso. Eu acho que se as universidades e as escolas fizessem esse tipo de coisa, eu acho que haveria muito mais pessoas ali, e muito mais respeito” (**Martim Portugal**).

“Eu, enquanto estudante, nunca senti que minha identidade estava representada ali. E talvez seja por isso que hoje eu seja orientador de estudantes trans, para que eles não passem exatamente pelo que eu passei. (...) se você não nos enxerga nesses espaços, é como se nós não existíssemos. (...) Quando um estudante (...) me vê ali à sua frente, é mais fácil para ele perceber que ele está autorizado a frequentar aquele espaço” (Jack Reino Unido)

“É muito importante haver representatividade nesses locais. Quando eu era mais novo, eu iria gostar de ver pessoas como eu na universidade. Eu iria gostar de ver professores trans. Assim, eu saberia que eu poderia ter um futuro, que eu poderia continuar meus estudos. Porque tiram de nós nossas perspectivas. Por exemplo, não é comum vermos médicos trans, advogados trans, e sabe por quê? Porque pessoas trans desistem da educação, abandonam as escolas e as universidades” (Alex Romênia).

“(...) deveria haver símbolos de inclusão da diversidade nas universidades. Bandeiras, por exemplo. Pôsteres com divulgação de informações. Pôsteres nas paredes indicando que ali é um espaço seguro e amigo da diversidade. “Nós não aceitamos transfobia aqui.” (...). As instituições precisam deixar explícito que são aliadas dessas lutas” (Noah França).

Posto isto, essa negligência das entidades educativas, diante das demandas particulares observadas nas experiências trans, estende-se também aos seus sistemas. Assim sendo, ao longo da nossa investigação empírica, com base nas narrativas observadas em nossa amostragem, e manifestadas no recorte abaixo, pudemos testemunhar, de modo uniforme, referências à sistematização cisnormativa do ensino superior, que não acolhe e desrespeita a transgeneridade.

“Eu observo a estrutura transfóbica e homofóbica. O sistema como um todo. (...) A maior barreira hoje é o sistema de dados. Eu falo para eles: “Quando vocês me contrataram aqui, eu era não binário, igual a eles. E vocês não tinham um espaço para eu afirmar isso no momento da inscrição. Então, vocês me assinalaram no feminino, porque era assim que eu me parecia na altura. Vocês olharam para o meu corpo e tiraram essa conclusão”. (...) para mim, essa é a grande barreira na área da educação. Os seus sistemas desatualizados com inverdades” (Jack Reino Unido).

“Eu não acho que eles promovam o acolhimento da diversidade de gênero. (...) a secretaria deveria esquecer o meu nome antigo, porque em algumas situações eles insistem em me chamar pelo nome antigo e eu respondo a eles: “esse não é mais o meu nome” [participante já fez a alteração legal do nome e do gênero] (Alex Romênia).

“mesmo quando você submete uma candidatura a uma universidade, você precisa assinalar se é do gênero masculino ou feminino. Mesmo com a possibilidade do X em alguns países como Malta, ainda assim, esses locais só disponibilizam essas duas alternativas, masculino ou feminino. O “X” não está lá. (...) essas pequenas coisas facilitariam o processo” (Francesco Malta).

“A universidade não me deu a opção de usar o nome social. (...) Eu, por exemplo, ainda hoje preciso apresentar projetos e trabalhos com o meu nome legal, e isso me atrapalha muito. Eu não consigo agir e acho que muita gente também não consegue” (Robin Bulgária).

No contrafluxo do que costuma acontecer nesses ambientes educativos de educação superior, conforme depreendemos das referências aludidas pelas pessoas participantes, pudemos observar algumas referências a uma mudança gradual nestes contextos. Algumas (embora poucas) pessoas trans que participaram desse estudo, mencionaram a possibilidade efetiva de frequentar alguns desses espaços, com a indicação e a utilização do nome e gênero com os quais se identificam.

“Uma coisa boa da universidade foi a alteração do nome. Eu consegui alterar o nome de forma muito fácil. (...) Eu acho que a única coisa que a minha universidade fez para promover a diversidade foi disponibilizar um papel onde você pode colocar como você se identifica. O resto depende de cada professor, ou funcionário. Não há uma política geral de promoção da diversidade (John Alemanha).

“Quando eu cheguei lá, eu ainda não havia mudado meu gênero nos documentos, e eu perguntei nos serviços acadêmicos que gênero eu deveria marcar ali, e eles me responderam: “Nós não nos importamos com isso. Marque como você se sentir melhor”. Então, foi um bom começo. Isso foi muito encorajador para mim” (Noah Croácia).

Dessa forma, apesar de pouquíssimas exceções, o contexto do ensino superior atual encontra-se em total dissonância com as legislações protetivas mais recentes, a exemplo da Lei nº 38/2018 de Portugal, e está em conformidade com investigações desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais (IGLYO, 2022; LGBT Foundation, 2017), nos quais se mostrou que as IES, na sua grande maioria, não disponibilizam, de forma clara, políticas administrativas internas para a alteração de nome e gênero em seus sistemas de dados, que reverberem nas atividades diárias desenvolvidas naqueles espaços, e acabam por causar constrangimentos e instabilidades emocionais, que são justificados pelo estresse, que circunda a declaração pública dessas identidades.

5.1.3.3 A ausência e o apagamento das identidades trans no ensino superior.

Neste ponto do trabalho, precisamos salientar um fator chave dos dados que estão sendo aqui apresentados. Ao decidirmos avultar as questões éticas e a sensibilidade moral que envolve o tema, principalmente em relação à participação de pessoas trans nesta investigação, optamos por um caminho metodológico, no qual, as pessoas participantes entravam em contato conosco espontaneamente, após tomarem conhecimento da divulgação do estudo realizada por associações regionais, e, assim, expressavam o desejo em fazer parte integrante dessa investigação. Sendo assim, o grupo de pessoas participantes desta investigação, acabou por representar uma parcela da população trans, que apesar das imensas dificuldades relatadas ao longo do estudo, ainda conseguem ter

os direitos básicos resguardados, de modo que podemos inferir que esses dados se referem a pessoas trans que acabam por não representar esta categoria social (tão diversa) e, deste modo, as dificuldades e obstáculos que estas pessoas enfrentam podem estar, de alguma forma, subnotificados, sendo possível que a realidade enfrentada seja ainda mais alarmante.

Destarte, ressaltamos que não fomos contactados por pessoas trans em situação de vulnerabilidade extrema, como em situação de rua ou de insegurança alimentar, por exemplo, no momento da realização das entrevistas. E, portanto, observamos, que as pessoas inquiridas possuíam computadores, acesso à internet, e na sua maior parte, um considerável nível formativo educacional e/ou uma forte ligação aos movimentos sociais de defesa dos direitos das pessoas trans. Entretanto, ainda assim, foi possível deferir desse grupo de pessoas, participantes com experiências anteriores de fome, prostituição e falta de moradia. Não obstante, depreendemos das colaborações que alcançamos, desta feita no cerne da educação, vivências de abandono escolar e, conseqüentemente, a privação do acesso ao ensino superior, conforme relatos a seguir.

“(...) eu quero voltar a estudar. Eu quero ir à faculdade. Mas, eu só quero ir com o meu nome de Martim. Com o meu nome e o meu gênero mudado. E, também, já com a testosterona, com os documentos novos, com o nome e o gênero corretos. É o que eu quero mais que tudo. Eu acho que ainda não voltei a estudar. Ainda não fui para a universidade somente por causa disso. Mas está nos meus planos, definitivamente. Quero mudar o meu nome e, em seguida, voltar logo a estudar, definitivamente [olhos brilham e sorri]” (Martim Portugal).

“(...) agora, que eu tenho mais coragem, e tenho mais espírito de luta, eu estou estudando para tentar ir à universidade. (...) Porque como eu abandonei a escola, eu ainda não tenho as qualificações necessárias para entrar na universidade. E eu também estava com medo. Como eu tive uma experiência muito negativa na escola, eu tinha medo de que aquilo se repetisse na universidade. E eu não quero viver aquilo tudo de novo” (Francesco Malta).

Dessa forma, pudemos inferir dos discursos dessas pessoas, que a ausência de identidades trans no ensino superior deve-se principalmente aos traumas experimentados durante o período escolar e aos entraves legais e institucionais para o alcance da transição de gênero, física e documental, que remetem a uma preocupação com a segurança e com a aceitação social nesses contextos educativos, em concordância com o que preceitua estudos de Karsay (2021), que tratam sobre o ciclo de violências experienciado por pessoas trans. Observamos, portanto, que Martim Portugal faz referência expressa aos hormônios e à alteração dos seus documentos, como fator imprescindível para o seu

acesso ao ensino superior. Enquanto Francesco Malta, refere-se, de forma clara, ao medo de mais uma vez sofrer violências no âmbito da educação.

Sendo assim, em relação ao ensino superior, infere-se das histórias de vida apresentadas por pessoas trans que acessaram esse nível educacional, o retrato de um ambiente de ensino superior carente da diversidade de gênero. Todas as pessoas trans entrevistadas informaram que, em suas instituições de ensino superior, a diversidade de gênero não estava notadamente representada pela transgeneridade. Nesse sentido, quando muito, há o relato de rumores distantes acerca da existência de pessoas trans naqueles espaços de aprendizagem, ou da percepção da presença de uma única pessoa trans, mesmo diante de um grande número de estudantes ali presentes, distribuídos em campus enormes.

“(...) não há diversidade lá... Na minha universidade são praticamente todos homens cis. Não conheço nenhuma pessoa trans ali. Até mesmo lgbt em geral, não se ouve falar. É como se não fosse permitido aquele espaço para pessoas lgbt” (Alex Romênia).

“Durante a licenciatura não havia diversidade... minha sala era toda formada por mulheres cis... e eu não via ninguém como eu pela faculdade” (Bamboo Bélgica).

“(...) ser a única pessoa trans em um espaço onde não há pessoas como nós, é um tipo de insulto. É muito desproporcional e em desequilíbrio” (Jack Reino Unido).

“Não conheço ninguém trans lá. (...) Não faço ideia de qualquer pessoa trans no meu departamento. (...) [Mas] Nós já estamos lá. Nós somente não verbalizamos isso e não somos notados. Somos invisibilizados. Por causa do medo, você sabe. Nós hesitamos pelo medo da violência, do assédio, e isso é completamente plausível” (Robin Bulgária).

Assim, a referência à invisibilização trans nas instituições de ensino superior por parte de Robin Bulgária, remete-nos ao apagamento experienciado nesses contextos, mencionado de várias maneiras pelas pessoas parceiras desse estudo. Portanto, pudemos inferir neste ponto, que as pessoas trans presentes no contexto do ensino superior, em grande parte, não são notadas e percebidas nestes espaços, seja por um desejo próprio que aspira por segurança e aceitação, seja por outros fatores, que não as permitem serem enxergadas nesses ambientes, refletindo um apagamento identitário.

“Pessoas trans têm muito medo de mostrar sua identidade. Eu conheci uma garota trans na minha associação, que por acaso estuda na mesma universidade que eu, mas ela não quer que ninguém saiba que ela é trans. Então às vezes eu a vejo no campus e nos cumprimentamos só com o olhar, porque eu sou muito transgênero, e não quero deixá-la desconfortável. Ela tem passabilidade como mulher trans e ela não quer que descubram. Então, ela esconde a identidade total dela e assumiu a postura de uma mulher cis. Eu entendo o porquê” (Bamboo Bélgica).

“Eu não expressava minha identidade de gênero naquela altura. Eu agia como esperavam que um homem agisse. Eu dava a eles o que eles queriam. Era mais fácil. (...) Eu não externalizava isso. Eu tinha vergonha” (Júlia Suíça).

“(...) não quero ser associado à temática trans, porque eu tenho medo de transfobia. E eu só quero uma vida em paz. No meu doutoramento, eu não faço mais estudos sobre gênero sobre pessoas trans porque eu não quero ficar associado às pautas trans. Porque eu tenho certeza de que as pessoas vão descobrir que sou trans e serão transfóbicos. Então isso acaba me negando direitos, coisas que eu poderia querer fazer, e não faço por medo, medo de serem transfóbicos, ou de não quererem trabalhar comigo. Eu não quero que as pessoas, em geral, saibam que eu sou trans. Eu não me sentiria confortável, porque eu tenho medo das pessoas. Eu tenho medo de transfobia” (o participante pediu que ocultasse a cidade da França onde estuda para que não haja a possibilidade de ser identificado. Ele teme muito pela segurança dele. Falou isso várias vezes ao longo da entrevista). (Noah França).

Assim, dos dados recolhidos, surgem referências importantes quanto a esse apagamento experienciado por pessoas trans, visualizadas, inclusive, nos relatos abordados ao longo de toda essa investigação, acerca do adiamento da percepção íntima da transgeneridade e a declaração pública da identidade. Pudemos, portanto, contatar que a maior parte das pessoas entrevistadas não tinham ainda declarado suas identidades trans no período em que estavam a frequentar o ensino superior, em uma movimentação consciente, ou não, em busca de proteção, que também pode ser observada nas referências às estratégias de segurança que contribuem para esse apagamento.

“(...) durante a transição eu acessei à universidade, mas na modalidade à distância. Eu tinha aulas remotas em casa. Porque era mais fácil para mim [Participante relatou que foi excluído pelos colegas durante a transição, e por isso, optou pela modalidade remota]. Eu decidi fazer o restante do curso à distância” (John Alemanha).

“Então, muitos dos estudos que eu fiz durante minha carreira acadêmica, eram on line. Então nunca tive muito contato com a sala de aula. (...) Nunca conheci ninguém trans em minhas salas de aula, durante a universidade. Nada, nada” (Sarah Espanha).

Ante o exposto, podemos concluir, de maneira incontestável, que as pessoas trans não estão explicitamente presentes dentro das instituições de ensino superior. A diversidade de gênero não é representada de forma explícita naquele contexto, onde, ou as pessoas trans se privam do acesso ao ensino superior e não estão ali presentes, ou quando acessam essa etapa da educação, se sentem obrigadas a passarem despercebidas, ao temerem por sua segurança e por almejam a inclusão e a integração naqueles espaços.

5.1.3.4 A falta de formação dos agentes educativos para o acolhimento da diversidade de gênero no ensino superior.

Toda a questão que envolve a ausência de formação dos agentes educativos, para o acolhimento da diversidade de gênero, apresentada nas escolas, repete-se também no

ensino superior. Talvez de modo um pouco mais suavizado, ou mais aberto para a compreensão do tema, mas continua ali presente, a dificultar a vida das pessoas trans. Assim, a falta de informação acerca dos componentes da sexualidade humana e, sobretudo, dos aspectos concernentes à identidade de gênero, ocasionam uma total incompreensão da diversidade, fundamentada pela ausência de formação obrigatória dos agentes educativos para a temática, como se defere de investigações recentes observadas em IGLYO (2022) e Seelman (2019).

Por isso, é tão importante e urgente ouvir as experiências de vida das pessoas trans, sobretudo na educação, objeto do nosso estudo, para que possamos perceber de que forma essas pessoas estão sendo recebidas pelos profissionais desses ambientes educativos. Diante disso, pudemos comprovar nesta subcategoria, através dos discursos apresentados, diversas referências à presença de agentes educativos despreparados para o acolhimento e a integração da diversidade de gênero nas instituições de ensino superior europeias.

“Acho principalmente que a transfobia existe ali por falta de compreensão da temática. Falta de formação. E é por isso que precisamos de mais gente como eu visíveis na academia. A diversidade de gênero não está no radar da academia. Pessoas cis não pensam sobre pessoas trans. (...) Alguns dos meus colegas simplesmente não sabem como tornar as suas aulas mais inclusivas e ficam apavorados com isso. Medo de ofender as pessoas, de cometerem erros. Falta formação nesse sentido. Eles precisam receber formação para lidar com a diversidade” (Jack Reino Unido).

“Eles [os professores, dirigentes e profissionais da educação] ainda têm muito o que aprender. (...) deveria haver formação para professores nesse sentido, sobre questões lgbtqi+ em geral, porque há muita falta de informação entre eles, e perde-se a conexão entre eles e os estudantes. É isso. Eu acho que a educação e a formação são o ponto principal” (Robin Bulgária).

Constatamos, portanto, em uma quase unanimidade do nosso grupo de participantes, que fazem referência constante à ausência de compreensão sobre essa temática por parte dos profissionais da educação. Nesse sentido, as pessoas entrevistadas referiram-se também à necessidade premente de formação de todas as pessoas que trabalham no ensino superior, incluindo as lideranças e os agentes administrativos, para que se tornem aptas a lidar com a diversidade apresentada nesse contexto. Dessa forma, pudemos observar dos relatos a seguir, alguns episódios que configuram a negligência e a falta de preparo das instituições, em relação às pessoas trans.

“Eu tive uma professora de estatística, que na primeira semana de aulas, fez duas colunas no quadro e disse que uma era dos homens e a outra era das mulheres, em um exemplo de estatística, e de repente ela me viu na sala, e aquilo a perturbou de uma forma. Por que em qual coluna ela iria me colocar? E ela percebeu que estava dizendo e fazendo algo que não estava certo. Algo não estava certo ali. Então, ao fim da aula, eu a procurei e me apresentei como transgênero. E dei-

lhe uma dica de como a aula poderia ser mais inclusiva se ela não usasse aquele tipo de exemplos, e ela me agradeceu pela ajuda” (Bamboo Bélgica).

“Quando eu decidi me declarar trans em público (já no doutoramento), eu procurei um setor da universidade que trata sobre as questões de desigualdade de gênero, para perguntar o que eles poderiam fazer para me ajudar nesse processo, e eles me disseram, que não podiam fazer nada. Falaram que se eu sofresse algum tipo de discriminação, aí sim, eu poderia procurá-los, mas naquele momento não tinha nada que eles pudessem fazer” (Clarence Naber Holanda).

“Uma vez, quando eu estava no mestrado, na Finlândia, eles disponibilizavam serviços psicológicos para os estudantes, e eu fui até lá. Eu disse-lhe que eu tinha desejos e fantasias de ser uma mulher, e ela (a psicóloga): “Ok, mas aqui é só para atender questões da universidade. Talvez seja melhor procurares uma terapia”. Mas era exatamente isso que eu estava fazendo, e eu não tive o suporte necessário. O suporte que eu merecia” (Júlia Suíça).

Diante disso, algumas pessoas participantes mencionaram a possibilidade de serem propostas regras, que evidenciassem a política da instituição de ensino superior em relação ao tratamento da transgeneridade. Assim, caso fosse observada qualquer desobediência às normas daquele ambiente educativo, poderiam se estabelecer sanções, como um mecanismo de proteção das identidades de gênero não normativas.

“Acho que precisa haver um posicionamento oficial da universidade. Workshops, seminários, coisas que façam as pessoas entenderem do que se trata a identidade de gênero, e, assim, todos os seus funcionários, docentes e estudantes teriam que seguir a política de inclusão da instituição para estar ali. (...) Independente do posicionamento pessoal de cada um, para estar ali, para trabalhar ou estudar ali, teria que seguir as regras de inclusão da universidade” (Júlia Suíça).

“Eu acho que minha vida seria mais fácil se houvesse mais políticas de diversidade sexual e de gênero nas universidades. E quando as fronteiras fossem cruzadas, houvesse consequências. Quando houvesse assédio, por exemplo, precisaria haver consequências. Eles teriam que ser punidos, expulsos, alguma coisa” (Robin Bulgária).

Por fim, foram encontradas dentre os dados recolhidos, sugestões de medidas educativas a serem implementadas pelo corpo diretivo desses ambientes de ensino superior, como uma ferramenta geral, para atingir de uma só vez diversos públicos, entre estudantes cis e profissionais que ali trabalhem.

“Uma comissão de diversidade, por exemplo, ajudaria bastante. (...) Minha universidade não é 100%, mas, (...) por exemplo, nós assistimos filmes com temática queer. Nós normalizamos as questões dos pronomes. É importante conversar sobre a história queer e fazer o máximo possível para parar as discriminações” (Vuk Croácia).

“Deve haver formação constante para quem trabalha com educação. Se você vai fazer alguma exposição de arte, incluam artistas trans. Se vai haver um seminário, um painel para estudantes, inclua pessoas trans, ou mesmo pessoas queer. Incluir pessoas diferentes, não só os homens de sempre. Então, essa inclusão vai fazer com que todos vejam que as pessoas trans também estão ali. É importante que tenham símbolos de diversidade pela universidade, mas não só isso. (...) É

importante haver grupos de apoio, comissões, espaços de diversidade e inclusão” (Francesco Malta).

Depreende-se, portanto, que grande parte das dificuldades observadas nas IES, ocorrem por falta de informação e compreensão acerca dos componentes da sexualidade humana, e pelo reforço de uma cultura cisnormativa institucional, que considera a cisgeneridade como uma alternativa única da identidade de gênero. Daí, a urgência de se abordarem esses assuntos no âmbito da formação de profissionais da educação, uma vez que, quanto mais pessoas se informarem sobre o assunto, mais incluídas e integradas estarão as pessoas trans.

Ante o exposto, a educação emerge como principal ferramenta para a salvaguarda de si. Pois, a garantia do acesso pleno à educação por pessoas trans só será possível através de uma mudança de postura das IES, por meio da implementação de medidas educativas e da capacitação dos seus docentes e funcionários em geral, para o acolhimento e a inclusão da diversidade de gênero, pela qual a sua estrutura e seu modelo de funcionamento sejam repensados, através de uma escuta ativa da diversidade.

Considerações Finais

A transgeneridade, enquanto identidade de gênero, é vista socialmente sob o viés não normativo, por se afastar do padrão social imposto pela cisheteronormatividade. Desse modo, em uma sociedade que afirma a cisgeneridade como norma, às pessoas trans é destituída a dignidade humana, através da negação de direitos fundamentais, como o acesso pleno e efetivo à educação, e, sobretudo, o acesso ao ensino superior em condições de equidade.

Sendo assim, tendo em vista a ausência de compreensão pessoal e social dos componentes da sexualidade, essas pessoas de identidade de gênero não normativa, acabam por serem empurradas a um ciclo de violências constante, que se inicia com suas percepções íntimas identitárias, perpassa a declaração pública de suas identidades e continua ao longo de suas vidas. Assim, a sua trajetória de vida apresenta-se em um caminho cheio de obstáculos e desafios, que vão desde a rejeição familiar e a falta de suporte emocional e financeiro, passam pela escola como primeira grande contenda social, e continua as suas batalhas no cotidiano no ensino superior, quando e se conseguirem acessar a esse espaço educativo.

Assim, em um longo percurso para a formação do grupo de pessoas participantes e a realização das entrevistas, enfrentamos algumas dificuldades que precisam ser

evidenciadas. A primeira delas, que não permitiu que conseguíssemos participantes em algumas regiões da Europa, a despeito de todo o apoio dispensado pelas associações locais. E a outra grande dificuldade, para nós a maior delas, foi o fato de não termos alcançado pessoas participantes negras para essa investigação, o que, sem dúvidas, teria enriquecido consideravelmente a diversidade do nosso estudo, mas que pode justificar-se pela estratégia de captação de participantes. Estes aspetos indicam a necessidade de empreender esforços para dar voz a pessoas com estas características em estudos futuros, tendo em vista que a literatura mostra a sua maior vulnerabilidade.

Retomando a principal questão-problema da investigação - as IES europeias representam um espaço de acolhimento e inclusão da diversidade de gênero, a que as pessoas trans conseguem acessar e permanecer, com equidade e preservação do direito à dignidade humana? - e com base nos resultados obtidos, salienta-se que muito embora haja a sinalização de uma evolução cultural nas IES no que se refere ao reconhecimento das identidades trans, ainda temos um grande caminho a seguir. Ficou constatado por meio das nossas entrevistas, que a transfobia se encontra presente nesses espaços de aprendizagem, em todo o seu contexto, seja ele estudantil ou profissional, ou em suas estruturas e seus sistemas. Nesse sentido, do nosso grupo de participantes, extraíram-se narrativas que detalharam situações atentatórias à dignidade humana, que apontam para a necessidade de uma transformação social nas IES europeias capaz de integrar nos seus espaços a diversidade de gênero, através da educação e da democratização desses núcleos educativos.

Nesse sentido, responderemos a seguir às questões específicas que nortearam o processo investigatório. Primeiramente, perguntamos como se dava o processo de construção social da transgeneridade, desde a autopercepção íntima à autodeclaração pública, e suas vivências posteriores. Nesse sentido, pudemos perceber claramente que o processo de construção da transgeneridade está pautado principalmente pela ausência de compreensão acerca dos componentes da sexualidade. Inicialmente, as próprias pessoas trans não possuem conhecimento para nomear as suas identidades e vivenciam um período de confusão e dúvida, devido à falta de informação. Em seguida, ao expor seus sentimentos identitários, vão de encontro a uma sociedade que também não compreende a diversidade de gênero, e, portanto, não está preparada para acolhê-las e nutri-las com o suporte emocional de que precisam. Diante disso, as pessoas trans experienciam um percurso turbulento e violento, e não obstante cada caminho percorrido ser idiossincrático, observam-se certas regularidades no que se refere a essas experiências.

Em seguida, questionamos como se apresenta o ambiente escolar na recepção da identidade trans. Assim, dando continuidade ao contexto de vulnerabilidade ao qual são expostas as pessoas trans, a escola se apresenta como o primeiro espaço social, depois do ambiente familiar, a constranger e violar as identidades de gênero não normativas, através do *bullying* e da complacência ativa ou omissiva, dos profissionais que trabalham naqueles espaços de aprendizagem. Sendo assim, as pessoas trans ouvidas nesta investigação vivenciaram ali, discriminações e violências de toda ordem, que concorreram para a sua desestabilização emocional e psicológica, representando um espaço nocivo e prejudicial ao desenvolvimento humano dessas pessoas. Assim, muitas pessoas trans acabam por ansiar abandonar os contextos educativos, e a maior parte delas adiam a declaração da transgeneridade, ou disfarçam suas expressões de gênero, num caminho consciente, ou não, de proteção de suas identidades.

Por fim, perguntamos se as IES europeias e seus agentes estariam preparados para compreender e acolher a diversidade de gênero. Ante todo o exposto, os dados apontam que as IES europeias constituem sistemas cisnormativos, bem como, a maioria (ou a totalidade) dos participantes afirmam que os seus profissionais educativos não se encontram aptos ao acolhimento da diversidade de gênero. Pessoas trans que acessam estes espaços continuam a sofrer, também ali, as discriminações e violências experienciadas antes na escola e em outros ambientes sociais, por parte de pessoas cis que não compreendem, e, portanto, não respeitam as suas identidades. Os professores, agentes educativos e demais profissionais que atuam nestes espaços de aprendizagem, reproduzem neste ambiente educativo todo o preconceito social enraizado socialmente, consentindo e atuando para a ocorrência de constrangimentos sociais que obstaculizam o acesso efetivo à educação.

Posto isto, todas as respostas a essas indagações, que nasceram dos objetivos propostos por essa investigação, foram argumentadas com base no protagonismo exercido pelas pessoas trans ao longo desse estudo. Assim, ao escutarmos ativamente as suas histórias de vida, desempenhadas enquanto identidades de gênero não normativas, buscamos compreender holisticamente a realidade que as acompanha, desde suas experiências íntimas e particulares, até o acesso à educação escolar e superior, de modo abrangente e aprofundado.

De acordo com a narrativa de algumas das pessoas participantes desse estudo, a academia precisa levantar-se diante da injustiça social que tem acometido a vida de pessoas trans ao redor de todo o mundo e, também, na Europa.

Parafrazeando Butler (2003), que afirma a não existência de um gênero original, mas, sim, a repetição de performances de significados anteriormente atribuídos, todas as identidades de gênero construídas socialmente são igualmente naturais e devem, portanto, ser acolhidas pela sociedade. É certo, que com a ajuda de movimentos sociais, e a crescente evolução dos estudos de gênero, foi possível observar uma maior compreensão dessa temática nos últimos anos, pois até bem pouco tempo, a cisgeneridade e seus privilégios não eram sequer nomeados. Desse modo, nunca antes, tantas pessoas trans na Europa foram capazes de autodeterminar as suas identidades de gênero e serem reconhecidas assim pelo(s) Estado(s). No entanto, ainda são muito poucos os países que possibilitam esse reconhecimento, ao mesmo tempo, em que, ainda chocam e perturbam a sociedade e todo o seu conservadorismo, a presença e as expressões de gênero estabelecidas pelas pessoas trans, posicionando seus corpos aquém nos limites da dignidade humana.

Nesse sentido, acreditamos em uma sociedade justa e igualitária, onde todas as pessoas, inclusive pessoas trans, possam atingir todo o seu potencial e ocupar todos os espaços. Assim, é importante ressaltar que o bem comum é bom para todo mundo. A dignidade humana e os direitos humanos jamais podem ser tidos como opcionais em uma sociedade justa e solidária. Por isso, diante dos nossos dados, e partindo da premissa de que quem sente suas dores, consegue apontar medidas de solução para esses problemas, traremos a seguir algumas recomendações políticas e medidas administrativas que possam ser implementadas e adotadas pelo(s) Estado(s) e suas instituições educativas, a saber: (i) a promoção de uma educação para a compreensão e acolhimento da diversidade sexual e de gênero, em ambiente escolar e no ensino superior, para todos os estudantes, professores, lideranças diretivas e demais profissionais da educação; (ii) melhorar as estratégias de políticas públicas e legislação, com a criminalização expressa e específica da homofobia e da transfobia, a garantia da autodeterminação da identidade de gênero, pelo Estado e suas instituições educativas, e a instituição de políticas públicas de acesso à educação, por meio do apoio financeiro às pessoas trans em situação de extrema vulnerabilidade, e cotas sociais a essas pessoas; (iii) a autodeterminação como requisito único para o reconhecimento legal de gênero; (iv) a remoção de marcadores de sexo e gênero em documentos oficiais; (v) a despatologização total da transgeneridade, inclusive como disforia de gênero; (vi) a implementação da opção de casas de banho e vestiários inclusivos de gênero neutro em espaços públicos; dentre tantas outras mudanças, que

juntamente com as políticas de proteção não-discriminatórias, permitiriam que as pessoas trans tivessem as suas liberdades protegidas pelo(s) Estado(s).

Desse modo, ao estabelecermos esse olhar diante da transgeneridade e tentarmos desconstruir a estigmatização social enraizada, este estudo rompe o silêncio sobre o tema e tenta contribuir para a transformação social, ao trazer a sugestão de medidas a serem implantadas nas IES para a garantia do acesso pleno à educação superior. Neste âmbito educativo, inicialmente, mostra-se urgente e necessário para atender às necessidades das pessoas trans, (i) a evolução dos sistemas educativos, para se estabelecer a possibilidade de utilizar um nome social e um marcador de gênero com os quais se reconheçam essas pessoas, independentemente da alteração legal de seus documentos, essa decisão pessoal deve ser apoiada por toda a instituição e acompanhada em todos os documentos e certificados emitidos naquele ambiente educativo; (ii) entender que aparência não é indicativo de gênero, e, portanto, não deve haver presunção de gênero, mas, sim, a distribuição de formulários onde as pessoas possam sinalizar os pronomes de tratamento que desejam ser tratadas naquele espaço de aprendizagem; (iii) haver sinalização clara e expressa, através de placas, pôsteres, adesivos e símbolos da diversidade e da transgeneridade, de que aquele núcleo educativo é um espaço seguro e acolhedor da diversidade sexual e de gênero; (iv) haver contratação inclusiva de pessoas trans como profissionais da educação; (v) instituir comissões de diversidade de gênero e inclusão, com a criação de espaços de acolhimento, de escuta ativa das identidades de gênero não normativas e de denúncia de situações de discriminação e violência; (vi) organizar eventos inclusivos voltados ao acolhimento e à integração da diversidade de gênero, com a realização de workshops, seminários, rodas de conversa, com a participação ativa da intelectualidade trans; (vii) utilizar materiais literários de autoria da intelectualidade trans; (viii) estabelecer casas de banho e vestiários de gênero neutro para atender à necessidade de estudantes trans; (ix) incentivar projetos e investigações acadêmicas voltados à transgeneridade, que tenham impacto efetivo sobre estas comunidades, com a transformação das percepções sobre corpos e identidades de gênero não normativas; (x) estabelecer sanções e punições disciplinares aos estudantes e profissionais da educação, em casos de transfobia; entre tantas outras iniciativas que permitam repensar a transgeneridade, através da desconstrução das nossas perspectivas equivocadas, com base no respeito e na escuta ativa de pessoas trans.

Por fim, respondendo à questão que dá título a essa investigação, “Onde estão essas pessoas?”, escolhemos, mais uma vez, a voz das pessoas trans que colaboraram com

esse estudo para fundamentar essa resposta. Pudemos observar que essas pessoas estão a enfrentar imensos desafios diários que interrompem ou dificultam o acesso ao ensino superior, ou as suas visibilidades e representatividades nesses espaços de aprendizagem. Essas pessoas, que no nosso grupo de participantes configuram colaboradores com alto grau de formação, ainda assim, confrontam situações de total vulnerabilidade, inicialmente com a ausência de compreensão pessoal e social da sexualidade humana e em seguida com o enfrentamento da rejeição familiar; a ausência de suporte emocional e financeiro, com episódios de insegurança alimentar e falta de moradia; o abandono escolar decorrente da transfobia sofrida nesse ambiente educativo; a patologização das suas identidades de gênero; o processo lento, custoso e violento do reconhecimento legal de gênero, que denota consultas agressivas e intermináveis com psiquiatras que sentenciam sobre suas próprias identidades; o esgotamento da saúde física e mental, pelo peso de carregarem dentro de si uma identidade que nem mesmo elas próprias conseguem compreender, em razão da ausência de educação para a diversidade sexual e de gênero; a transfobia social e estrutural cotidiana, e o medo decorrente da agressividade e crueldade com que pessoas iguais a elas são costumeiramente tratadas; e a estigmatização e exposição continuada de suas identidades, por conta de uma sociedade equivocada que não respeita e acolhe quem elas são.

Assim, tudo isso faz com que a educação e, especificamente, o acesso ao ensino superior sejam, por vezes, preteridos e posicionados em um plano secundário na vida dessas identidades. As pessoas trans precisam, antes de tudo, lutar por suas sobrevivências e pelo direito de existir, em uma guerra identitária que se inicia no seio familiar e se reflete nos mais variados espaços sociais. Por isso, observamos uma postergação na declaração pública dessas identidades e uma dissimulação identitária como ferramentas antidiscriminatórias para a segurança e inclusão, num apagamento contínuo ao longo da vida. Portanto, essas pessoas também estão presentes nas instituições de ensino superior e nos mais diferentes núcleos sociais, mas muitas vezes são obrigadas a passar por esses ambientes sem serem notadas, para que possam viver com segurança e respeito, conforme visualizamos nas histórias aqui apresentadas.

Posto isto, às pessoas trans devem ser assegurados com a urgência devida, as garantias e liberdades fundamentais a que têm direito. É passada a hora de serem resguardados a essas pessoas os direitos humanos, que lhes são negados cotidianamente através da obstrução dos acessos aos mais diversos espaços sociais, da negação de suas identidades e da destituição da dignidade humana. Nesse sentido, é urgente e inadiável a

educação da sociedade, e, sobretudo, das instituições de ensino superior e seus profissionais, para a inclusão e o acolhimento da diversidade sexual e de gênero. Portanto, a multiplicidade encontrada na sociedade deve também estar presente nas instituições de ensino superior europeias, como um espaço democrático de formação cidadã, que acolhe, respeita e garante uma educação para todos, independente de qual seja a sua identidade de gênero, ou qualquer outro marcador social de vulnerabilidade que carreguem essas pessoas.

Ante o exposto, deve-se reconhecer a existência da identidade trans como um fato social incontestável. Essas pessoas existem e prescindem do olhar estatal para a consecução de uma cidadania inclusiva. É importante lembrar, pois, que direitos trans são direitos humanos, e que estamos falando de pessoas cidadãs, que possuem deveres sociais e institucionais, e, portanto, são igualmente sujeitos de direitos, devendo ter reconhecidas as suas identidades, de modo ilimitado, sem serem jamais apagadas e marginalizadas, com a garantia efetiva da dignidade humana.

Referências

- Acioli, C. (2014). *A educação na sociedade de informação e o dever fundamental estatal de inclusão digital*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, PPGD. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4283>
- Albuquerque, E. & Oliveira, E. (2021). Transfobia na educação: O olhar da estudante transgênero feminino. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14272>
- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (3ª edição).
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 5ª ed. American Psychiatric Publishing.
- Amigo-Ventureira, A.; Durán, M. & DePalma, R. (2023). Exploring the relationship between transphobia and homophobia and other demographic factors among practicing and future primary school teachers. *Research in Education*. Sage Journals. <https://doi.org/10.1177/00345237231163048>
- AMPLOS. (2020). *Guia para famílias de pessoas Trans*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero. Governo de Portugal. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/03/AMPLOS-Amp_Fam_Guia_Trans_AF_Single-1.pdf

- Anderssen, N.; Sivertsen, B.; Lønning, K. et al. (2020). *Life satisfaction and mental health among transgender students in Norway*. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-8228-5>
- Aultman, B. (2021). The Rise of Transgender Social Movements: Narrative Symbolism and History. *The Oxford Encyclopedia of LGBT Politics and Policy*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1322>
- Bass, M.; Gonzalez, L.; Colip, L.; Sharon, N. & Conklin, J. (2018). Rethinking gender: The nonbinary approach. *American Journal of Health - System Pharmacy*, Vol. 75, Issue 22, p. 1821–1823. <https://doi.org/10.2146/ajhp180236>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo Sexo. Vol. I e II*. Tradução Sérgio Milliet. 4 ed. Difusão Europeia do Livro.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. Brasiliense.
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*. v. 19, n. 2, p. 549-559. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>
- Bergano, S. (2012). *Ser e tornar se mulher: educação, geração e identidade de gênero*. Tese de doutoramento em Ciências da Educação, especialização em Educação Permanente e Formação de Adultos. Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10198/9113>
- Bernini, L. (2011). Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*. v. 5, n. 06. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2326>
- Bettcher, T. (2007). Evil Deceivers and Make-Believers: On Transphobic Violence and the Politics of Illusion. *Hypatia*. p.43–65. <http://www.jstor.org/stable/4640081>
- Bonassi, B. (2017). *Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. Dissertação de mestrado em Psicologia. CFCH da Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182706>
- Brennan, J. (2021). *Hiding the Authentic Self: Concealment Of Gender And Sexual Identity And Its Consequences For Authenticity And Psychological Well-Being*. Doctoral thesis of Philosophy in Clinical Psychology. The University of Montana. <https://scholarworks.umt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=12892&context=etd>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Record.

- Butler, J. (2019). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Calderon-Cifuentes, P. (2021). *Trans Discrimination in Europe. A TGEU analysis of the FRA LGBTI Survey 2019*. TGEU. <https://tgeu.org/wp-content/uploads/2021/12/TGEU-trans-discrimination-report-2021.pdf>
- Canotilho, J. (2008). *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7ª ed. Almedina.
- Canotilho, J. & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. V.1, 4ªed. revista, Coimbra Editora, p. 462.
- Carman, M.; Rosenberg, S.; Bourne, A. & Parsons, M. (2020). *Research Matters: What does LGBTIQ mean?* Rainbow Health Victoria. La Trobe University. <https://www.rainbowhealthvic.org.au/media/pages/research-resources/research-matters-what-does-lgbtqi-mean/4107366852-1605661767/research-matters-what-does-lgbtqi-mean.pdf>
- Cazeiro, F.; Souza, E. & Bezerra, M. (2019). (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*. v. 27, n. 2. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>
- Chase, S. (2011). Narrative inquiry. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln, (Eds.), *The sage handbook of qualitative research* (421-434). Sage Publications.
- CIDH - Corte Interamericana de Derechos Humanos. (2017). *Gender identity, and equality and non-discrimination with regard to same-sex couples*. Advisory Opinion OC-24/17. http://corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_esp.pdf
- Cohen, C. (1997). Punks Bulldaggers, and Welfare Queens: The Radical Potential of Queer Politics? *GLQ* 1; p.437–465. <https://doi.org/10.1215/10642684-3-4-437>
- CE - Council of Europe. (2022). *Thematic Report on Legal Gender Recognition in Europe. First thematic implementation review report on Recommendation*. CDADI Working Group on Sexual Orientation and Gender Identity (GT-ADI-SOGI) Rec(2010)5. pp. 23–27. <http://rm.coe.int/thematic-report-on-legal-gender-recognition-in-europe-2022/1680a729b3>
- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. University of Chicago. Legal Forum, 1989(1), Article 8, p.139-167. <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- CRP - Constituição da República Portuguesa. (1976). Diário da República n.º 86/1976, Série I <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublica>

- Cunha, L. (2018). Direitos dos transgêneros sob a perspetiva europeia. *Debater a Europa*. 19 ed., p.47-55. https://doi.org/10.14195/1647-6336_19_4
- EAPN - European Anti Poverty Network. (2009). *Apelo para uma Ética e um consenso alargado para o combate à pobreza. Um novo contrato social?* <https://www.eapn.pt/ficheiro/0e3f795809e703434327151d60a67d0c>
- EC - European Commission. (2020). *Legal gender recognition in the EU: the journeys of trans people towards full equality*. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2838/50202>
- EC - European Commission; Directorate General for Justice & Consumers: ICF. (2020). *Legal gender recognition in the EU: the journeys of trans people towards full equality*. p. 119, <http://data.europa.eu/doi/10.2838/50202>
- EC - European Commission. (2020). *Union of Equality: LGBTIQ Equality Strategy 2020–2025*. Publications Office of the European Union. https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/lgbtiq_strategy_2020-2025_en.pdf
- EU - European Union. (2010). Charter of Fundamental Rights of the European Union. In *Official Journal of the European Union C83*, Vol. 53, p.380. <http://fra.europa.eu/en/eu-charter>
- EU - European Union. (2023). *Progress Report. On the implementation of the LGBTIQ Equality Strategy 2020-2025*. https://commission.europa.eu/system/files/2023-04/JUST_LGBTIQ%20Strategy_Progress%20Report_FINAL_WEB.pdf
- EU FRA - European Union Agency for Fundamental Rights. (2014). *Being Trans in the European Union. Comparative analysis of EU LGBT survey data*. <https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2015>
- EU FRA - European Union Agency for Fundamental Rights. (2019) *A long way to go for LGBTI equality*. <https://fra.europa.eu/en/publication/2020/eu-lgbti-survey-results>
- EURECP - European Union's Rights, Equality and Citizenship Programme. (2014-2020). *Safe To Be. Speak Out: Tackling anti-LGBT hate speech and hate crime*. <https://safetobe.eu/pt/fact-checking/>
- Faro, J. (2015). Uma Nota sobre a Homossexualidade na História. *Revista Subjetividades*, 15(1), p.124–129. <https://doi.org/10.5020/23590777.15.1.124-129>
- Flyvbjerg, B. (2011). Case Study. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln, (Eds.), *The sage handbook of qualitative research*, 4th ed., pp.301-316. Sage Publications.
- Foucault, M. (1984). *Microfísica do poder*. 4. ed. Graal.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Graal.

- Foucault, M. (1999). *A ordem do discurso. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. 5ed. Edições Loyola.
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. 41, ed. Vozes.
- Gomes, I. (2021). Direitos Fundamentais e Identidade de Género. *Atas do Seminário Vulnerabilidade e Direitos: Género e Diversidade*. FDUP. https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file
- Greenwood, E. (1965). Métodos de investigação empírica em sociologia. *Análise Social*, nº11, Universidade de Lisboa, GIS. p.313-345. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164262K21AE9wd1Ui39AM8.pdf>
- Heyes, C. (2003). *Feminist Solidarity after Queer Theory: The Case of Transgender Signs*. Vol. 28, No. 4, pp. 1093-1120. The University of Chicago Press. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/343132>
- Hill, D. & Willoughby, B. (2005). The Development and Validation of the Genderism and Transphobia Scale. *Sex Roles*, 53, 531-544. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-7140-x>
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.
- Hunt, J. (2012). *Why the gay and transgender population experiences higher rates of substance abuse*. Center for American Progress. <https://www.americanprogress.org/article/why-the-gay-and-transgender-population-experiences-higher-rates-of-substance-use/>
- IGLYO. (2022). *LGBTQI Inclusive Education Report and Index 2022*. Second Edition. IGLYO. <https://www.education-index.org/wp-content/uploads/2022/05/>
- Ipsos, 2021. *LGBT+ Pride 2021 Global Survey*. ISIN code FR0000073298, Reuters ISOS. IPS:FP. <https://www.ipsos.com/en/ipsos-lgbt-pride-2021-global-survey>
- Jesus, J & Oliveira, F. (2019). As faces da opressão: sobre a natureza da violência transfóbica. Dias, M & Soares, S. (Orgs.) *Mulheres: violências vividas*. Editora Ape'Ku. p.121-143. <https://www.academia.edu/41870206/>
- Jesus, J. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2ªed. <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/>
- Jesus, J. (2013). Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. (In)visibilidade Trans 2. *História Agora*, [s. 1], v. 16, n. 2, p.101-123, <https://www.researchgate.net/publication/281321251>

- Jesus, J. (2014). Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, Pontificia Universidad Javeriana. n. 78, pp. 241-258. <https://www.redalyc.org/pdf/791/79131632011.pdf>
- Jesus, J. (2014). *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. Metanoia Editora
- Jesus, J. (2019). Xica Manicongo: A transgeneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cibercultura*, 3(1): 250-260 - DOI:[10.12957/redoc.2019.41817](https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817)
- Junqueira, R. (2012). Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. Milskolci, R. (Org.). *Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos*. Série: Sexualidades e Direitos Humanos. p.277-306. Annablume.
- Karsay, D. (2021). *Trans & Poverty. Poverty and economic insecurity in trans communities in EU*. TGEU. <https://tgeu.org/wp-content/uploads/2021/11/>
- Killermann, S. (2017). *A Guide to Gender: The Social Justice Advocate's Handbook*. Impetus Books.
- Kinsey, A.; Pomeroy, W. & Martin, C. (1948). *Sexual Behavior in the Human Male*. Saunders: p. 610-666. <https://doi.org/10.2105/AJPH.93.6.894>
- Köhler, R. (2022). *Self-determination models in Europe: Practical experiences*. TGEU. <https://tgeu.org/wp-content/uploads/2022/11/>
- Koyama, E. (2003). The Transfeminist Manifesto. Dicker, R; Piepmeier, A. (Orgs.). *Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st Century*. Northeastern University Press. p. 244- 262. <https://eminism.org/readings/>
- Leal, D.; Mostazo, J. (2017). *A desnaturalização da cisgeneridade: impasses e performatividades*. SSEX BBOX. <https://www.academia.edu/35354258/>
- Lei nº 38/2018 de 7 de agosto. Diário da República nº 151/2018, Série 1, <https://files.dre.pt/1s/2018/08/15100/0392203924.pdf>
- Lennon, E. & Mistler, B. (2014). Cisgenderism. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 1, Numbers 1–2. p. 63–64. <https://doi.org/10.1215/23289252-2399623>
- LGBT Foundation. (2017). *Transforming Outcomes - A review of the needs and assets of the trans community*. <https://dxfy8lrzbpwyr.cloudfront.net/Files/>
- LGBT Foundation. (n.d.) *How to be an awesome ally*. <https://lgbt.foundation/smirnoff>
- Markard, N. (2018). *The 'Third Option': Not Man, Not Woman, Not Nothing*. University of Hamburg. <https://blog-iacl-aids.org/the-third-gender/2018/5/28/>
- Mbembe, A. (2003). Necropolitics. *Public Culture*. doi:[10.1215/08992363-15-1-11](https://doi.org/10.1215/08992363-15-1-11).

- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), p.725–747. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>
- Monteiro, L. (2016). Performatividades e o existir a partir do (não) gênero. *Revista Três Pontos*. Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. v.13, n.1. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3389>
- Mottet, L. & Tanis, J. (2008). *Opening the Door to the Inclusion of Transgender People: The Nine Keys to Making Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Organizations Fully Transgender-Inclusive*. National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute and the National Center for Transgender Equality. https://transequality.org/sites/default/files/docs/resources/opening_the_door.pdf
- Nagoshi, J.; Adams, K.; Terrell, H. *et al.* (2008). Gender Differences in Correlates of Homophobia and Transphobia. *Sex Roles*, 59, p.521–531 <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9458-7>
- Oliveira, A. (2018). Micropolíticas de exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação. *Rev. Sociologias Plurais*. v. 4, n. 3, p.103-121. <https://www.academia.edu/42949446/>
- PACE – Parliamentary Assembly Council of Europe. (2015). *Resolution 2048 - Discrimination against Transgender People in Europe*. <http://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-EN.asp?fileid=21736>
- PACE – Parliamentary Assembly Council of Europe. (2017). *Resolution 2191 - Promoting the human rights of and eliminating discrimination against intersex people*. <http://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML>
- Pearce, R.; Erikainen, S.; & Vincent, B. (2020). TERF wars: An introduction. *The Sociological Review*, p.677–698. <https://doi.org/10.1177/0038026120934713>
- Piedade, V. (2019). *Dororidade*. Editora Nós.
- Platero, L. (2012). *Intersecciones: Cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Bellaterra.
- Platero, R. (2014). *TRANS*Exualidades. Acompañamiento, Factores de Salud y Recursos Educativos*. Edicions Bellaterra.
- Podestá, L. (2019). Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Revista Periódicus*, 1(11), 363–380. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>
- Preciado, B. (2002). *Manifiesto contra-sexual*. Editorial Opera Prima.
- Preciado, P. (2013). *Testo junkie*. The feminist Press.

- Preciado, P. (2014). Féminisme amnésique. *Libération*.
https://www.liberation.fr/france/2014/05/09/feminisme-amnesique_1014052/
- Preciado, P. (2018). Transfeminismo. *Transfeminismo*. Série: Pandemia. n-1 edições.
https://www.n-1edicoes.org/book/cordeis/detail_pdf/12
- Reis, N.; Pinho, R. (2016). Gêneros não-binários: Identidades, expressões e Educação. *Revista Reflexão e Ação*. v. 24, n. 1, p. 7-25. DOI:
<https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>
- Renfrow, D. (2004). A Cartography of Passing in Everyday Life. *Symbolic Interaction*.
 27 (4): p.485–506. <https://www.jstor.org/stable/10.1525/si.2004.27.4.485>
- Rocha, K; Brito, A. & Dias, A. (2022). Vai que a universidade se Trans*Forma: experiências e epistemologias trans*. *Educação*, 47(1), e29, p.1–27.
<https://doi.org/10.5902/1984644453288>
- Saffioti, H. (2015). Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*. 12ed., 157–163.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812>
- Santos, A. (2006). Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*.
<http://journals.openedition.org/rccs/867>
- Sarlet, I. (2005). *Dimensões da Dignidade: Ensaio de Filosofia do Direito Constitucional*. Livraria do Advogado. p. 45-46.
- Sarmiento, D. (2016). *Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia*. 1ª ed. 1º reimpressão. Fórum. p. 189-239.
- Sedgwick, E. (2007). Epistemology of the Closet. *Cadernos Pagu* (28), 19-54.
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcQckryVj3MMbWsTF5pnqn/>
- Seelman, K. (2019). From “My Absolute Worst Nightmare” to “I Couldn’t Ask for Anything More”: Trans Individuals’ Interactions with College Administrators, Professors, and Others with Institutional Power. *Trans people in higher education*. Edited by Genny Beemyn. State University of New York Press. p.253-278.
- Seidman, I. (2006). *Interviewing as Qualitative Research: A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences*. 3rd ed. Teachers College Press.
- Shelton, J.; Stakelum, R. & Dodd, S. (2020). *LGBTIQ Youth Homelessness in Europe: Findings from a Survey of FEANTSA Membership Organisations*. FEANTSA.
<https://www.feantsa.org/public/user/Resources/reports/>
- Siqueira, D. (2006). Prefácio. In: Bento, B. *A (re)invenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Garamond. p.11-18.

- Soares, V. (2020). *Saúde para quem? A luta dos movimentos sociais da população LGBTI+ pela efetivação de uma política pública de saúde em Manaus*. Dissertação de mestrado em Serviço Social - Universidade Federal do Amazonas. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8403>
- Sojo, D.; Sierra, B.; López, I. (2005). *Health and Gender: a practice guide for practioners in Cooperation*. *Medicos del Mundo*. <http://ibdigital.uib.es/greenstone/sites/localsite/collect/cd2/index/assoc/mm0005>
- Statista Research Department. (2021). *Gender identity worldwide 2021*. <https://www.statista.com/statistics/1269778/gender-identity-worldwide-country/>
- Stonewall. (2018). *LGBT in Britain: Health report*. <https://www.stonewall.org.uk/lgbt-britain-health>
- Storms, M. (1980). Theories of sexual orientation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38(5), 783–792. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.38.5.783>
- TGEU - Transgender Europe. (2015) *For the Record*, p. 20. Available: <http://tgeu.org/pro-trans/>
- TGEU - Transgender Europe. (2017). *Overdiagnosed but Underserved. Trans Health Survey*. <https://tgeu.org/healthcare>
- TGEU - Transgender Europe. (2021). *TvT TMM: Trans Day of Remembrance 2021. Transrespect versus Transphobia Worldwide*. <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>
- TGEU – Transgender Europe. (2022). *Trans Rights Map*. <http://transrightsmap.tgeu.org>
- UN Human Rights Council. (2019). *Protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity*. A/74/181. <https://undocs.org/A/74/181>
- UNESCO. (2019). *Behind the numbers: ending school violence and bullying*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000366483>
- United Nations. (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>
- United Nations. (2015). *Joint statement on ending violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex people*. <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/>
- United Nations. (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. p.1-13. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- United Nations. (2019). *Born Free and Equal. Sexual Orientation, Gender Identity and Sex Characteristics in International Human Rights Law*. 2ª ed. HOHC.

https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Born_Free_and_Equal_WEB.pdf

- Poupart, J. (2012). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes.
- Vergueiro, V. (2014). Entrevista com Viviane Vergueiro. In Ramirez, B. Colonialidad e cis-normatividade. *Iberoamerica Social: revista-red de estudios sociales*. (III) p.15-21. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6624989.pdf>
- Vergueiro, V. (2016). *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial*. EDUFBA, pp. 249-270. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.
- Vergueiro, V. (2017). Despatologizar é descolonizar. In: *Grupo Transcritas Coletivas. Nós Trans: escritivências de resistência*. Litera Trans. p. 109-112.
- WHO - World Health Organization. (2015). *Sexual health, human rights and the law*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/175556>
- WHO - World Health Organization. (2019). *International statistical classification of diseases and related health problems*. 11th ed. <https://icd.who.int/>
- Wiesemann, C.; Ude-Koeller, S.; Sinnecker, G. et al. (2010). Ethical principles and recommendations for the medical management of differences of sex development (DSD)/intersex in children and adolescents. *European Journal of Pediatrics*. 169, p.671–679 <https://doi.org/10.1007/s00431-009-1086-x>
- Yogyakarta Principles Plus 10. (2017). *Additional Principles and state obligations on the application of international human rights law in relation to sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics to complement Yogyakarta Principles*. http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2017/11/A5_yogyakartaWEB-2.pdf
- Yogyakarta Principles. (2007). *Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity*. http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2016/08/principles_en.pdf

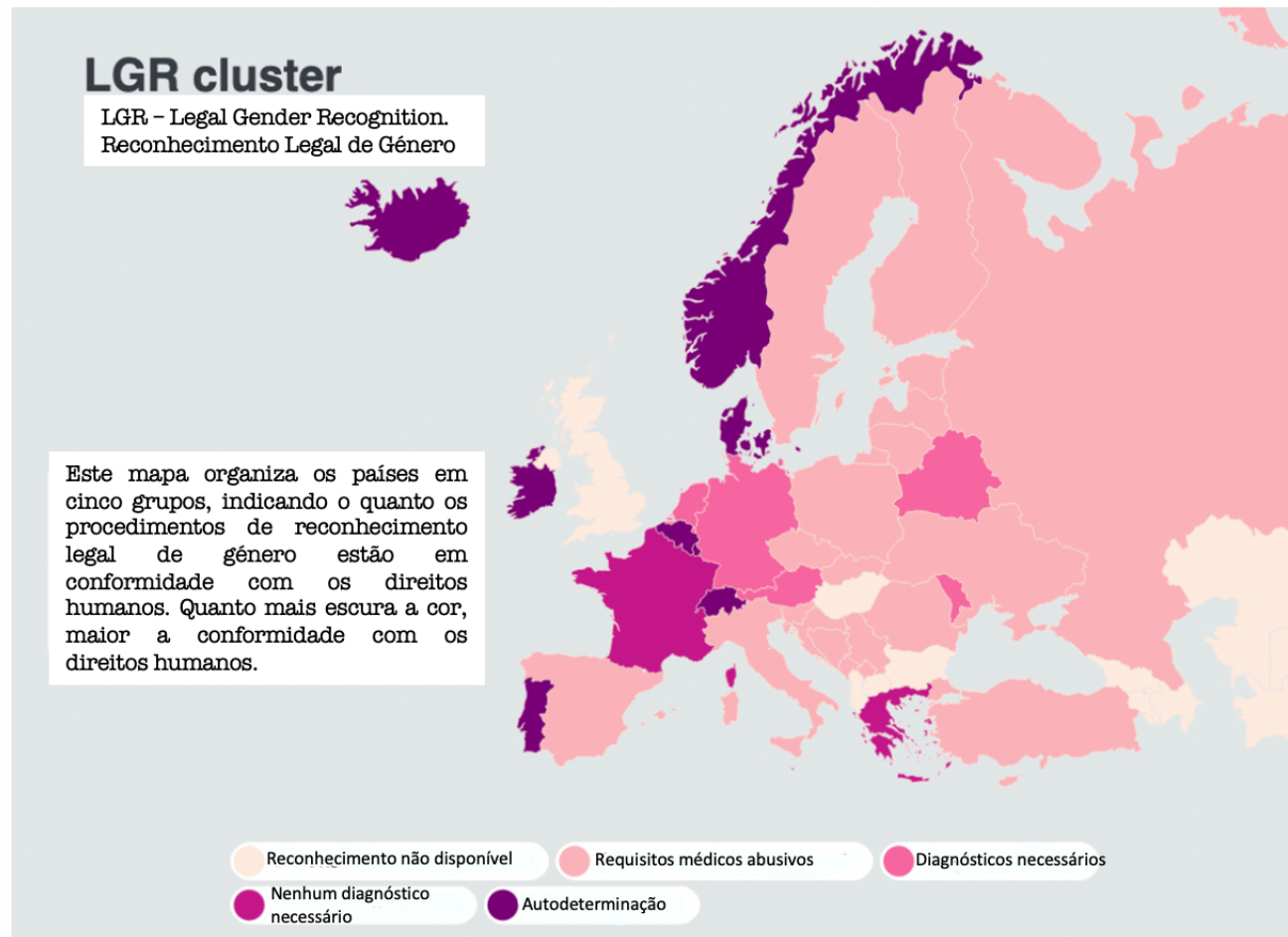
Anexo 1

Quadro exemplificativo de identidades não binárias (EURECEP, 2014-2020; Reis & Pinho, 2016).

- Demigénero - Uma pessoa demigénera – ou semigénera – tem metade da identidade de um determinado género, sendo a outra parte conhecida ou desconhecida. A pessoa pode ter fluidez de género na outra metade, sendo género semifluido.
- Bigénero: pessoas que são totalmente de dois géneros, sem que haja, entretanto, uma mescla bem delimitada entre os dois; qualquer combinação de géneros é possível, não apenas a combinação feminino com masculino;
- Género-fluido - É uma pessoa que não se identifica com um género fixo. O seu género pode modificar-se com o tempo, podendo sentir-se mais masculina num dia, mais feminina no outro, ou nem sequer um dos dois. identidade de pessoas que possuirão o espectro de géneros em constante mudança, não sendo restrito a dois géneros apenas.
- Poligénero - Uma pessoa poligénero pode ser definida resumidamente como alguém que possui vários géneros.
- Genderqueer - Conceito sob a alçada do conceito de não-binário. É uma pessoa que não reconhece as distinções de género convencionais, mas que se identifica com nenhum, com ambos ou com uma combinação de ambos.
- Queer - A palavra queer tem vários significados. É uma forma de nomear a identidade de género e/ou orientação sexual. É frequentemente utilizada por pessoas que ainda estão a descobrir onde se encaixam exatamente dentro do espectro LGBTI ou por pessoas que têm um posicionamento claro contra a heteronormatividade.
- Agénero - Pessoa que não se identifica a si mesma com um género em particular, isto é, alguém sem género. identidade onde os indivíduos vivenciam ausência de género; tem sinónimos como não-género ou genderless;

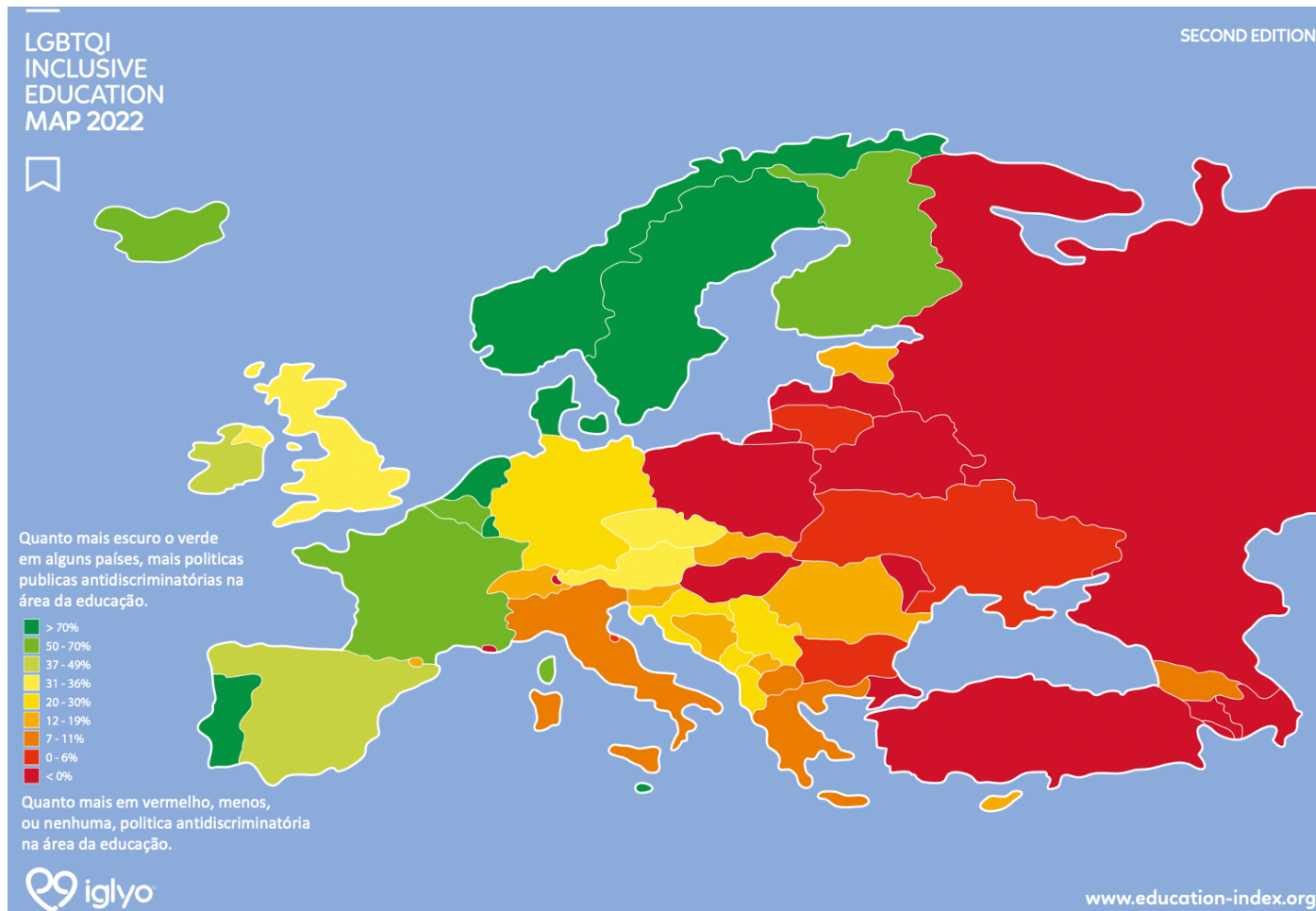
Anexo 2

Mapa do reconhecimento legal de gênero (TGEU, 2022)



Anexo 3

Mapa de políticas antidiscriminatórias da educação europeia (IGLYO, 2022).



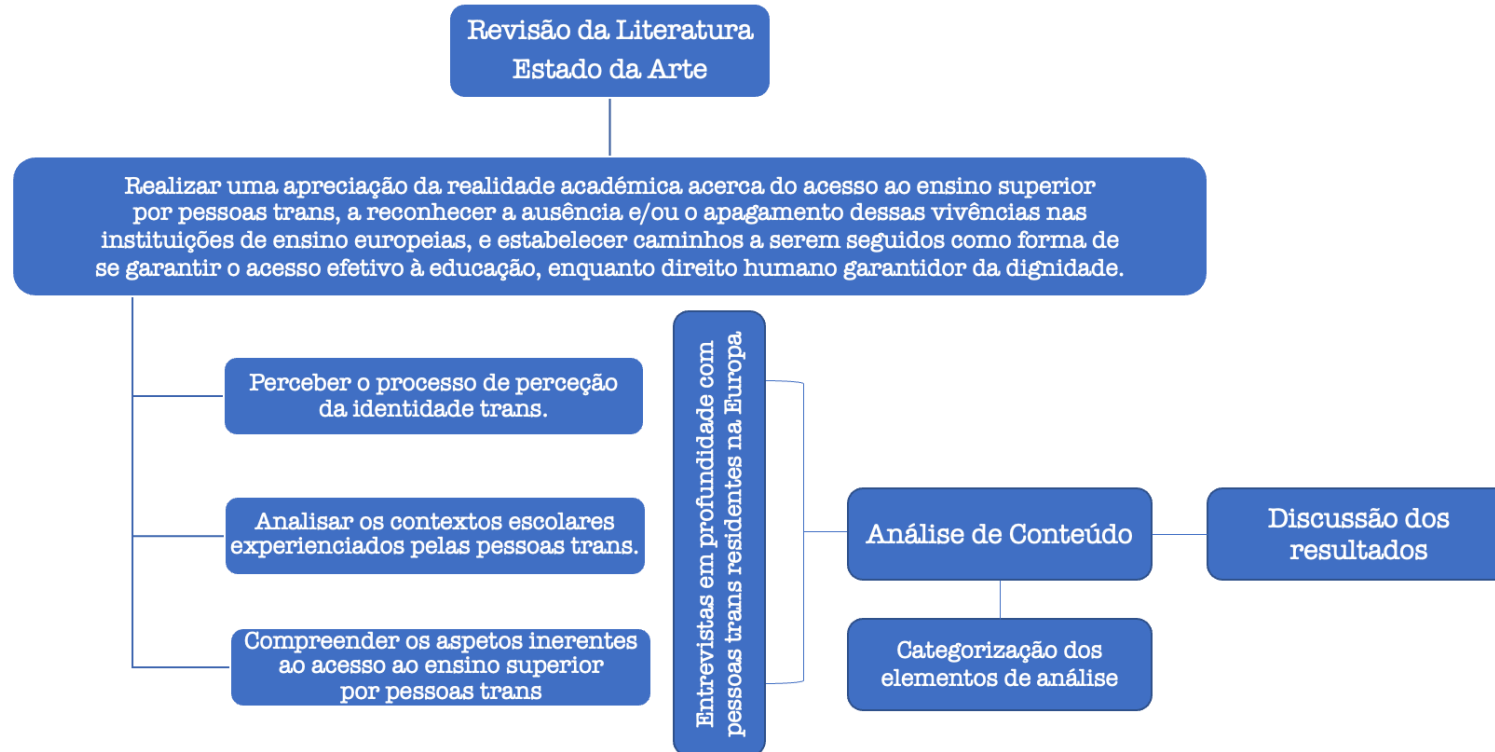
Apêndice 1

Ciclo de violências trans baseado em Karsay (2021) e UN Human Rights Council (2019).



Apêndice 2

Plano de investigação



Apêndice 3 – Guião de entrevista em português

GUIÃO DE ENTREVISTA

Entrevistador: André Brasil

Pessoa entrevistada: _____ Data ___/___/___, _____, _____.

Tema: Onde estão essas pessoas? Uma abordagem sobre a ausência e o apagamento de pessoas trans no ensino superior europeu.

Orientação científica: Professora PhD. Sofia Bergano

- **Objetivos:**
- Realizar uma apreciação da realidade académica acerca do acesso e permanência ao/no ensino superior de pessoas trans, a verificar se há a ausência e/ou o apagamento dessas vivências nesse contexto.
- Compreender como ocorre o processo de construção da identidade trans, a identificar os obstáculos e as dificuldades experienciadas durante este percurso, e perceber como esse processo se reflete na aprendizagem ao longo da vida dessas pessoas.
- Evidenciar quais fatores determinantes podem impedir ou dificultar o acesso ao ensino superior por pessoas trans e o que pode ser feito para facilitar este acesso.

Blocos	Categoria	Objetivo	Questões
Bloco 1	Legitimação	Apresentar-se e informar o entrevistado sobre o contexto de realização da entrevista e respetivos objetivos.	<i>Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar o entrevistado na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.</i>
Bloco 2	A – Informação sociodemográfica.	Caracterizar do ponto de vista sociodemográfico o grupo de participantes.	<ol style="list-style-type: none"> 1- Qual o seu nome e a sua Idade? 2- Qual cor/raça/etnia a que sente pertencer? 3- Qual é a sua nacionalidade? 4- Vive na Europa? Em que país? 5- Qual o seu nível de escolaridade? 6- Como você se identifica quanto ao gênero? 7- Como você se declara quanto a sua orientação sexual?

			8- <i>Considera poder haver outra característica ou referência identitária que seja importante ou que a/o defina ou contribua para ser quem é?</i>
Bloco 3	B – Sexualidade Humana.	Conhecer a interpretação das pessoas participantes sobre as categorias de sexo e gênero e a forma como se posicionam no espectro de gênero	9- <i>Qual a sua impressão acerca da binariedade imposta socialmente ao sexo e ao gênero, (homem e mulher, masculino e feminino)?</i> 10- <i>De acordo com a teoria do espectro de gênero, existe uma imensidão de possibilidades que flutuam entre o masculino e o feminino (Mostrar figura do Espectro). Como você se enxerga diante desse espectro? Nas extremidades, dentro ou fora dele?</i> 11- <i>Na sua opinião qual é a relevância destes recursos teóricos? (do ponto de vista acadêmico e do ponto de vista das suas implicações na vida das pessoas)</i>
Bloco 4	C - Transgeneridade.	Compreender a forma como a construção da identidade de gênero é percebida. Identificar os obstáculos percebidos ao longo deste processo e os recursos mobilizados para o alcançar.	12- <i>Como foi o processo de construção da sua identidade de gênero? Houve dificuldades? Quais foram suas primeiras impressões?</i> 13- <i>Quando se iniciou esse processo? Em que momento você se percebeu como pessoa trans?</i> 14- <i>Como reagiram as pessoas com quem convive ao lhe serem declaradas sua identidade de gênero? Houve apoio, compreensão? Sentiu-se vulnerável, excluída/o? (na família, na comunidade, na escola ou outros).</i> 15- <i>Experienciou algum tipo de dificuldade financeira neste processo? (Fome ou falta de moradia)</i> 16- <i>Em algum momento a construção da sua identidade de gênero foi vista, expressamente ou implicitamente, como doença, uma deficiência ou como algo que não correspondia à norma? Como foi para você vivenciar isso?</i> 17- <i>Que ferramentas utilizou para lidar com estas situações? Recebeu ajuda (teve pessoas aliadas neste processo)?</i>
Bloco 5	D – Cisgeneridade e cisnormatividade.	Perceber como o padrão social cisnormativo afeta as vivências trans e compreender como as pessoas cis poderiam tornar-se aliadas na busca por igualdade de direitos.	18- <i>Como o padrão cisnormativo afetou a construção da sua identidade de gênero? Em algum momento as normas sociais padrões limitaram aspectos da sua identidade?</i> 19- <i>Em sua experiência pessoal, já lhe foi exigida/o em algum momento uma suposta coerência entre o sexo, a sua identidade de gênero e a sua orientação sexual? Se sim, como isso aconteceu? Como é que essas situações são vivenciadas?</i> 20- <i>O que se aprende diante dessas imposições sociais?</i> 21- <i>Como as pessoas cis podem agir enquanto aliadas na luta pelos direitos das pessoas trans?</i> 22- <i>E as pessoas trans? Qual o seu papel nestes processos?</i>

Bloco 6	E – Transfobia e necropolítica.	Identificar como a transfobia se apresenta na vida das pessoas trans e perceber como o medo e os episódios de violência podem dificultar o acesso à educação.	<p>23- <i>Você já experienciou algum tipo de transfobia ao longo da sua existência? Como ocorreu? Houve violência física? Em que contextos?</i></p> <p>24- <i>Conhece alguma pessoa trans que já sofreu violência física em razão de transfobia? Quais foram as consequências dessa violência?</i></p> <p>25- <i>Você já sentiu medo de vivenciar episódios transfóbicos?! Como se apresentou esse medo? Em que contextos?</i></p> <p>26- <i>A possibilidade de transfobia influenciou no processo de construção da sua identidade de gênero? De que forma?</i></p> <p>27- <i>Em algum momento a transfobia ou o medo dificultaram o seu acesso à educação? Como?</i></p>
Bloco 7	F – Movimentos sociais.	Compreender a importância dos movimentos sociais como instrumentos de representatividade.	<p>28- <i>Qual a importância dos movimentos sociais na luta pelos direitos das pessoas trans?</i></p> <p>29- <i>Você se sente acolhido/a por esses movimentos? Na sua opinião, o movimento LGBT como um todo acolhe as pessoas trans? O movimento feminista acolhe as mulheres trans? O movimento negro acolhe as pessoas Trans e negras?</i></p> <p>30- <i>Se respondeu não, de que forma esses movimentos sociais poderiam ser mais inclusivos?</i></p>
Bloco 8	G – Questões jurídicas.	Perceber o quanto as pessoas trans se sentem resguardadas por legislações e políticas públicas voltadas à garantia de direitos e liberdades.	<p>31- <i>Quanto você se sente resguardada/o juridicamente no país onde reside? Existem legislação e políticas públicas voltadas à garantia de direitos e proteção das pessoas trans? (Se imigrante,) E no seu país de origem?</i></p> <p>32- <i>Já fez uso do reconhecimento legal de gênero? Se sim, como foi essa experiência? Fácil? Custosa? O que significou para você esse reconhecimento? Se não, por quê?</i></p>
Bloco 9	H – Contexto educacional.	Compreender o contexto escolar experienciado por pessoas trans e perceber como as vivências deste período interferem em sua educação ao longo da vida.	<p>33- <i>Como foi o seu percurso escolar? Houve discriminações, bullying, quanto a sua identidade de gênero ou orientação sexual no contexto escolar? Se sim, por parte de quem? Os professores intervinham? A direção intervinha?</i></p> <p>34- <i>Em algum momento pensou em desistir da educação? Por quê?</i></p> <p>35- <i>Na sua opinião, quais as mudanças que têm de ocorrer em contexto escolar para que as pessoas trans se possam sentir seguras e acolhidas?</i></p>
			36- <i>Já acessou o ensino superior em algum momento do seu percurso educacional?</i>

		Realizar uma apreciação da realidade acadêmica no ensino superior de pessoas trans e verificar se há a ausência e/ou o apagamento dessas vivências nesse contexto.	<p>37- <i>Se sim, como foi a sua chegada na instituição de ensino superior? (O seu primeiro dia. Quais foram as suas impressões?)</i></p> <p>38- <i>Sentiu alguma dificuldade ao acessar esse espaço de aprendizagem? Se sim, quais foram?</i></p> <p>39- <i>Sentiu-se/sente-se, incluída e acolhida na instituição de ensino superior? A ida às aulas era/é um momento agradável?</i></p> <p>40- <i>Experienciou algum tipo de transfobia no ensino superior?</i> <i>Se sim, de que forma? Por parte de quem?</i></p> <p>41- <i>Como a diversidade de gênero se apresenta/apresentava em sua instituição de ensino superior?</i></p> <p>42- <i>A instituição de ensino superior, seus funcionários e os docentes promovem o acolhimento e a integração da diversidade de gênero?</i> <i>Se sim, de que forma?</i> <i>Se não, por que sentiu isso? Acha que eles estão preparados para promover essa integração?</i></p>	<p>43- <i>Se não, por que não acessou?</i></p> <p>44- <i>Gostaria de ter acessado? Está nos seus planos?</i></p>
		Compreender a percepção das pessoas trans em relação ao que pode ser feito para melhorar o acesso ao ensino superior.	<p>45- <i>Na sua opinião, qual a importância das pessoas trans estarem presentes no ensino superior (por exemplo como estudantes, investigadores/as docentes)?</i></p> <p>46- <i>O que facilitaria o acesso ao ensino superior por pessoas trans? (Políticas públicas)</i></p> <p>47- <i>O que poderia ser feito pelas instituições de ensino, seus funcionários, professores e alunos cis, para uma inclusão efetiva e o acolhimento de pessoas trans?</i></p>	
Bloco 10	Síntese e agradecimentos.		<p><i>Deseja acrescentar mais alguma questão que não tenha sido feita ao longo da entrevista? Obrigado pela colaboração e pela disponibilidade.</i></p>	

Apêndice 4 – Guião de entrevista em inglês

INTERVIEW GUIDE

Interviewer: André Brasil

Person interviewed: _____ Date ___/___/___, _____, _____.

Theme: Where are these people? An approach to the absence and erasure of trans people in European higher education.

Scientific orientation: Professor PhD. Sofia Bergano

- **Objectives:**

- Carry out an assessment of the academic reality about the access and permanence to/in higher education of trans people, to verify if there is the absence and/or erasure of these experiences in this context
- Understand how the trans identity construction process occurs, identify obstacles and difficulties experienced during this journey, and understand how this process is reflected in the lifelong learning of these people.
- To evidence which determining factors may prevent or hinder access to higher education for trans people and what can be done to facilitate this access.

Blocks	Category	Objectives	Questions
Block 1	Legitimation	Introduce yourself and inform the interviewee about the context of the interview and its objectives.	<i>To thank for availability; inform about the use of the recorder; explain the problem, the objective and the benefits of the study; place the interviewee in the position of collaborator; ensure data confidentiality; explain the procedure.</i>
Block 2	A – Sociodemographic information.	Characterize the group of participants from a sociodemographic point of view.	<ol style="list-style-type: none"> 1- <i>What is your name and your age?</i> 2- <i>What color/race/ethnicity do you feel you belong to?</i> 3- <i>What is your nationality?</i> 4- <i>Do you live in Europe? Which country?</i> 5- <i>What is your education level?</i> 6- <i>How do you identify yourself in terms of gender?</i> 7- <i>How do you declare your sexual orientation?</i>

			<p>8- <i>Do you think there may be another characteristic or identity reference that is important or that defines you or contributes to who you are</i></p>
Block 3	B – Human Sexuality.	<p>Knowing the participants' interpretation of the sex and gender categories and the way they position themselves on the gender spectrum</p>	<p>9- <i>What is your impression about the socially imposed binarity of sex and gender (man and woman, male and female)?</i></p> <p>10- <i>According to the gender spectrum theory, there is an immensity of possibilities that fluctuate between masculine and feminine (Show Spectrum figure). How do you see yourself in the face of this spectrum? At the ends, inside or outside of it?</i></p> <p>11- <i>In your opinion, what is the relevance of these theoretical resources? (from the academic point of view and from the point of view of its implications in people's lives)</i></p>
Block 4	C - Transgender.	<p>Understand how the construction of gender identity is perceived.</p> <p>Identify the obstacles perceived throughout this process and the resources mobilized to achieve it.</p>	<p>12- <i>How was the process of building your gender identity? Were there difficulties? What were your first impressions?</i></p> <p>13- <i>When did this process start? When did you realize yourself as a trans person?</i></p> <p>14- <i>How did the people you relate to react when they found out about your gender identity? Was there support, understanding? Did you feel vulnerable, excluded?</i></p> <p>15- <i>Did you experience any kind of financial difficulty in this process? (Hunger or homelessness)</i></p> <p>16- <i>Was the construction of your gender identity at any time seen, expressly or implicitly, as a disease, a disability or as something that did not correspond to the norm? How was it for you to experience this?</i></p> <p>17- <i>What tools did you use to deal with these situations? Did you receive help (had allies in this process)?</i></p>
Block 5	D – Cisgender and cisnormativity.	<p>Realize how the cisnormative social pattern affects trans experiences and understand how cis people can become allies in the search for equal rights.</p>	<p>18- <i>How did the cisnormative pattern affect the construction of your gender identity? Have standard social norms ever limited aspects of your identity?</i></p> <p>19- <i>In your personal experience, have you ever been asked for a supposed consistency between your sex, your gender identity and your sexual orientation? If yes, how did this happen? How are these situations experienced?</i></p> <p>20- <i>What is learned in the face of these social impositions?</i></p> <p>21- <i>How can cis people act as allies in the fight for the rights of trans people?</i></p> <p>22- <i>What about trans people? What is your role in these processes?</i></p>

Block 6	E – Transphobia and Necropolitics.	Identify how transphobia presents itself in the lives of trans people and understand how fear and episodes of violence can hinder access to education.	<p>23- Have you ever experienced any type of transphobia throughout your existence? How did it happen? Was there physical violence? In what contexts?</p> <p>24- Do you know any trans people who have suffered physical violence due to transphobia? What were the consequences of this violence?</p> <p>25- Have you ever been afraid of experiencing transphobic episodes?! How did this fear arise? In what contexts?</p> <p>26- Did the possibility of transphobia influence the process of building your gender identity? In what way?</p> <p>27- Has transphobia or fear ever hindered your access to education? How was it?</p>
Block 7	F – Social Movements	Understand the importance of social movements as instruments of representativeness.	<p>28- What is the importance of social movements in the struggle for the rights of trans people?</p> <p>29- Do you feel welcomed by these movements? In your opinion, does the LGBT movement, as a whole, welcome trans people? Does the feminist movement welcome trans women? Does the black movement welcome trans and black people?</p> <p>30- If you answered no, how could these social movements be more inclusive?</p>
Block 8	G – Legal issues.	Realize how much trans people feel protected by legislation and public policies aimed at guaranteeing rights and freedoms.	<p>31- How much do you feel legally protected in the country where you live? Are there legislation and public policies aimed at guaranteeing the rights and protection of trans people? (If immigrant,) And in your home country?</p> <p>32- Have you made use of legal gender recognition? If yes, how was that experience? Easy? costly? What did this recognition mean to you? If not, why?</p>
Block 9	H – Educational context.	Understand the school context experienced by trans people and how the experiences of this period interfere in their education throughout life.	<p>33- How was your school career? Was there discrimination, bullying, regarding your gender identity or sexual orientation in the school context? If yes, by whom? Did the teachers intervene? Did management intervene?</p> <p>34- Have you ever thought about giving up education? Why?</p> <p>35- In your opinion, what changes have to take place in the school context so that trans people can feel safe and welcomed?</p>
			<p>36- Have you accessed higher education at some point in your educational journey?</p>

		Conduct an appreciation of the academic reality in higher education for trans people and verify if there is the absence and/or erasure of these experiences in this context.	<p>37- <i>If yes, how was your arrival at the higher education institution? (Your first day. What were your impressions?)</i></p> <p>38- <i>Did you experience any difficulties accessing this learning space? Which was?</i></p> <p>39- <i>Did you feel/do you feel included and welcomed in the higher education institution? Was/is going to class a pleasant moment?</i></p> <p>40- <i>Did you experience any type of transphobia in higher education? If so, in what way? On whose part?</i></p> <p>41- <i>How is gender diversity presented/presented in your higher education institution?</i></p> <p>42- <i>Does the higher education institution, its staff and teachers promote the reception and integration of gender diversity? If so, in what way?</i></p> <p><i>If not, why did you feel it? Do you think they are prepared to promote this integration?</i></p>	<p>43- <i>If not, why didn't you access?</i></p> <p>44- <i>Would you like to have accessed? Is it in your plans?</i></p>
			45- <i>In your opinion, how important is it for trans people to be present in higher education (for example as students, researchers/teachers)?</i>	
		Understand trans people's perception of what can be done to improve access to higher education.	<p>46- <i>What would facilitate access to higher education for trans people? (Public policy)</i></p> <p>47- <i>What could be done by educational institutions, their employees, teachers and cis students, for an effective inclusion and reception of trans people?</i></p>	
Block 10	Summary and thanks.		<i>Do you want to add any more questions that were not asked during the interview? Thank you for your collaboration and availability..</i>	

Apêndice 5 – Guião de entrevista em italiano

GUIDA ALL'INTERVISTA

Intervistatore: André Brasil

Persona Intervistata: _____ Data ___/___/___, _____, _____.

Tema: Dove sono queste persone? Un approccio all'assenza e all'invisibilità delle persone trans nell'istruzione superiore europea.

Orientamento scientifico: Professore PhD. Sofia Bergano.

Obiettivi:

- Effettuare una valutazione della realtà accademica in merito all'accesso e alla permanenza all'istruzione superiore per le persone trans, per verificare se vi sia assenza e/o invisibilità di tali esperienze in tale contesto.
- Comprendere come avviene il processo di costruzione dell'identità trans, identificare gli ostacoli e le difficoltà incontrate in questo viaggio e capire come questo processo si riflette nell'apprendimento permanente di queste persone.
- Verificare quali determinanti possono impedire o ostacolare l'accesso all'istruzione superiore per le persone trans e cosa si può fare per facilitare tale accesso.

Blocchi	Categoria	Obiettivo	Domande
Blocco 1	Legittimazione	Presentati e informa l'intervistato sul contesto dell'intervista e sui suoi obiettivi.	<i>Rigraziare per la disponibilità; informare sull'uso del registratore; spiegare il problema, l'obiettivo e i benefici dello studio; collocare l'intervistato nella posizione di collaboratore; garantire la riservatezza dei dati; spiegare la procedura.</i>
Blocco 2	A – Informazioni sociodemografiche.	Caratterizzare il gruppo di partecipanti da un punto di vista sociodemografico.	<ol style="list-style-type: none"> 1- Qual è il tuo nome e la tua età? 2- A quale colore/razza/etnia senti di appartenere? 3- Qual è la tua nazionalità? 4- Vivi in Europa? Quale paese? 5- Qual è il tuo livello di istruzione? 6- Come ti identifichi con il genere? 7- Come dichiari il tuo orientamento sessuale? 8- Pensi che possa esserci un'altra caratteristica o riferimento identitario che è importante o che ti definisce o contribuisce a quello che sei?

Blocco 3	B – Sessualità umana.	Conoscere l'interpretazione dei partecipanti del sesso e delle categorie di genere e il modo in cui si posizionano nello spettro di genere.	<p>9- Qual è la tua impressione sulla binarietà socialmente imposta di sesso e genere (uomo e donna, maschio e femmina)?</p> <p>10- Secondo la teoria dello spettro di genere, esiste un'immensità di possibilità che oscillano tra maschile e femminile (Mostra la figura dello spettro). Come ti vedi di fronte a questo spettro? Alle estremità, dentro o fuori?</p> <p>11- Secondo te, qual è la rilevanza di queste risorse teoriche? (dal punto di vista accademico e dal punto di vista delle sue implicazioni nella vita delle persone)</p>
Blocco 4	C - Transgenderità.	<p>Comprendere come viene percepita la costruzione dell'identità di genere.</p> <p>Identificare gli ostacoli percepiti durante questo processo e le risorse mobilitate per raggiungerlo.</p>	<p>12- Com'è stato il processo di costruzione della tua identità di genere? Ci sono state difficoltà? Quali sono state le tue prime impressioni?</p> <p>13- Quando è iniziato questo processo? Quando ti sei reso conto di essere una persona trans?</p> <p>14- Come hanno reagito le persone con cui vivi quando ti è stata detta la tua identità di genere? C'era supporto, comprensione? Ti sei sentito vulnerabile, escluso? (in famiglia, comunità, scuola o altro).</p> <p>15- Hai riscontrato qualche tipo di difficoltà finanziaria in questo processo? (Fame o senz'altro)</p> <p>16- La costruzione della tua identità di genere è stata mai vista, espressamente o implicitamente, come una malattia, una disabilità o come qualcosa che non corrispondeva alla norma? Com'è stato per te vivere questo?</p> <p>17- Quali strumenti hai utilizzato per affrontare queste situazioni? Hai ricevuto aiuto (hai avuto alleati in questo processo)?</p>
Blocco 5	D – Cisgenderità e cisnormatività.	Comprendere come il modello sociale cisnormativo influenzi le esperienze trans e capire come le persone cis potrebbero diventare alleate nella ricerca di pari diritti.	<p>18- In che modo il modello cisnormativo ha influito sulla costruzione della tua identità di genere? Le norme sociali standard hanno mai limitato aspetti della tua identità?</p> <p>19- Nella tua esperienza personale, ti è mai stata chiesta una presunta coerenza tra il tuo sesso, la tua identità di genere e il tuo orientamento sessuale? Se sì, come è successo? Come vengono vissute queste situazioni?</p> <p>20- Cosa si impara di fronte a queste imposizioni sociali?</p> <p>21- Come possono le persone cis agire come alleate nella lotta per i diritti delle persone trans?</p> <p>22- E le persone trans? Qual è il tuo ruolo in questi processi?</p>
Blocco 6	E – Transfobia e necropolitica.	Identificare come la transfobia si presenta nella vita delle persone trans e	<p>23- Hai sperimentato qualche tipo di transfobia nel corso della tua esistenza? Come è successo? C'è stata violenza fisica? In quali contesti?</p>

		capire come la paura e gli episodi di violenza possono ostacolare l'accesso all'istruzione.	<p>24- <i>Conosci delle persone trans che hanno subito violenze fisiche a causa della transfobia? Quali sono state le conseguenze di questa violenza?</i></p> <p>25- <i>Hai mai avuto paura di vivere episodi transfobici?! Come è nata questa paura? In quali contesti?</i></p> <p>26- <i>La possibilità della transfobia ha influenzato il processo di costruzione della tua identità di genere? In quale modo?</i></p> <p>27- <i>La transfobia o la paura ti hanno mai reso difficile l'accesso all'istruzione? Come?</i></p>
Blocco 7	F – Movimenti sociali.	Comprendere l'importanza dei movimenti sociali come strumenti di rappresentanza.	<p>28- <i>Qual è l'importanza dei movimenti sociali nella lotta per i diritti delle persone trans?</i></p> <p>29- <i>Ti senti accolto da questi movimenti? Secondo te, il movimento LGBT nel suo insieme accoglie le persone trans? Il movimento femminista accoglie le donne trans? Il movimento nero accoglie i trans e i neri?</i></p> <p>30- <i>Se hai risposto no, come potrebbero questi movimenti sociali essere più inclusivi?</i></p>
Blocco 8	G – Questioni legali.	Rendersi conto di quanto le persone trans si sentano protette dalla legislazione e dalle politiche pubbliche volte a garantire diritti e libertà.	<p>31- <i>Quanto ti senti legalmente protetto nel paese in cui vivi? Esistono normative e politiche pubbliche volte a garantire i diritti e la protezione delle persone trans? (Se immigrato,) E nel tuo paese d'origine?</i></p> <p>32- <i>Hai fatto uso del riconoscimento legale del genere? Se sì, come è stata quell'esperienza? Facile? costoso? Cosa ha significato per te questo riconoscimento? Se no, perché?</i></p>
Blocco 9	H – Contesto educativo.	Comprendere il contesto scolastico vissuto dalle persone trans e capire come le esperienze di questo periodo interferiscono nella loro educazione nel corso della vita.	<p>33- <i>Com'è stata la tua carriera scolastica? C'è stata discriminazione, bullismo, riguardo alla tua identità di genere o orientamento sessuale nel contesto scolastico? Se sì, da chi? Gli insegnanti sono intervenuti? La direzione è intervenuta?</i></p> <p>34- <i>Hai mai pensato di rinunciare all'istruzione? Perché?</i></p> <p>35- <i>Secondo te, quali cambiamenti devono avvenire nel contesto scolastico affinché le persone trans possano sentirsi al sicuro e accolte?</i></p>
		Realizzare un approccio alla realtà accademica	<p>36- <i>Hai avuto accesso all'istruzione superiore ad un certo punto del tuo percorso educativo?</i></p>

		<p>nell'istruzione superiore per persone trans e verificare se esiste un'assenza e/o invisibilità di queste esperienze in questo contesto.</p>	<p>37- <i>Se sì, come è stato il tuo arrivo all'istituto di istruzione superiore? (Il tuo primo giorno. Quali sono state le tue impressioni?)</i></p> <p>38- <i>Hai avuto difficoltà ad accedere a questo spazio di apprendimento? Se sì, quali erano?</i></p> <p>39- <i>Ti sei sentito/ti senti incluso e accolto nell'istituto di istruzione superiore? La lezione è un momento piacevole?</i></p> <p>40- <i>Hai sperimentato qualche tipo di transfobia nell'istruzione superiore?</i> <i>Se sì, in che modo? Da parte di chi?</i></p> <p>41- <i>Come viene presentata la diversità di genere nel tuo istituto di istruzione superiore?</i></p> <p>42- <i>L'istituto di istruzione superiore, i suoi dipendenti e insegnanti promuovono l'accoglienza e l'integrazione della diversità di genere?</i> <i>Se sì, in che modo?</i> <i>Se no, perché l'hai sentito? Pensi che siano disposti a promuovere questa integrazione?</i></p>	<p>43- <i>Se no, perché non sei andato all'università?</i></p> <p>44- <i>Vorresti aver effettuato l'accesso? È nei tuoi piani?</i></p>
			<p>45- <i>Secondo te, qual è l'importanza della presenza delle persone trans nell'istruzione superiore (ad esempio come studenti, ricercatori/insegnanti)?</i></p>	
		<p>Comprendere la percezione delle persone trans su cosa si può fare per migliorare l'accesso all'istruzione superiore.</p>	<p>46- <i>Cosa faciliterebbe l'accesso all'istruzione superiore per le persone trans? (Politiche pubbliche).</i></p> <p>47- <i>Cosa possono fare le istituzioni educative, i loro dipendenti, insegnanti e studenti cis per l'effettiva inclusione e accoglienza delle persone trans?</i></p>	
Blocco 10	Sintesi e Grazie.		<p><i>Vuoi aggiungere altre domande che non sono state poste durante il colloquio?</i> <i>Grazie per la vostra collaborazione e disponibilità.</i></p>	

Apêndice 6 – Guião de Entrevista em espanhol

GUÍA DE ENTREVISTA

Entrevistador: André Brasil

Persona entrevistada: _____ Data ___/___/___, _____, _____.

Tema: ¿Dónde están estas personas? Una aproximación a la ausencia y la invisibilidad de las personas trans en la educación superior europea.

Orientación científica: Profesora PhD. Sofia Bergano

• **Objetivos:**

- Realizar un diagnóstico de la realidad académica sobre el acceso y permanencia a/en la educación superior de personas trans, para verificar si existe ausencia y/o invisibilidad de estas experiencias en este contexto.
- Comprender cómo se da el proceso de construcción de la identidad trans, identificar los obstáculos y dificultades vividos durante este recorrido, y comprender cómo este proceso se refleja en el aprendizaje permanente de estas personas.
- Evidenciar qué condicionantes pueden impedir o dificultar el acceso a la educación superior de las personas trans y qué se puede hacer para facilitar este acceso.

Bloques	Categoría	Objetivos	Preguntas
Bloque 1	Legitimación	Preséntese e informe al entrevistado sobre el contexto de la entrevista y sus objetivos.	<i>Agradecer por la disponibilidad; informar sobre el uso de la grabadora; explicar el problema, el objetivo y los beneficios del estudio; colocar al entrevistado en la posición de colaborador; garantizar la confidencialidad de los datos; explicar el procedimiento.</i>
Bloque 2	A – Información sociodemográfica.	Caracterizar al grupo de participantes desde un punto de vista sociodemográfico.	1- ¿Cuál es tu nombre y tu edad? 2- ¿A qué color/raza/etnia sientes que perteneces? 3- ¿Cuál es tu nacionalidad? 4- ¿Vives en Europa? ¿Cuál país? 5- ¿Cuál es su nivel de educación? 6- ¿Cómo te identificas en términos de género?

			<p>7- <i>¿Cómo declaras tu orientación sexual?</i></p> <p>8- <i>¿Crees que puede haber otra característica o referente de identidad que sea importante o que te defina o aporte a lo que eres?</i></p>
Bloque 3	B – Sexualidad Humana	<p>Conocer la interpretación de los participantes sobre las categorías de sexo y género y la forma en que se posicionan en el espectro de género.</p>	<p>9- <i>¿Cuál es su impresión sobre la binaridad socialmente impuesta de sexo y género (hombre y mujer, hombre y mujer)?</i></p> <p>10- <i>Según la teoría del espectro de género, existe una inmensidad de posibilidades que fluctúan entre lo masculino y lo femenino (figura Show Spectrum). ¿Cómo te ves frente a este espectro? ¿En los extremos, dentro o fuera de ella?</i></p> <p>11- <i>En su opinión, ¿cuál es la relevancia de estos recursos teóricos? (desde el punto de vista académico y desde el punto de vista de sus implicaciones en la vida de las personas)</i></p>
Bloque 4	C - Transgénero.	<p>Comprender cómo se percibe la construcción de la identidad de género.</p> <p>Identificar los obstáculos percibidos a lo largo de este proceso y los recursos movilizados para lograrlo.</p>	<p>12- <i>¿Cómo fue el proceso de construcción de tu identidad de género? ¿Hubo dificultades? ¿Cuáles fueron tus primeras impresiones?</i></p> <p>13- <i>¿Cuándo comenzó este proceso? ¿Cuándo te diste cuenta como persona trans?</i></p> <p>14- <i>¿Cómo reaccionaron las personas con las que te relacionas cuando se enteraron de tu identidad de género? ¿Hubo apoyo, comprensión? ¿Se sintió vulnerable, excluido?</i></p> <p>15- <i>¿Experimentó algún tipo de dificultad financiera en este proceso? (hambre o falta de vivienda)</i></p> <p>16- <i>¿La construcción de su identidad de género en algún momento fue vista, expresa o implícitamente, como una enfermedad, una discapacidad o como algo que no correspondía a la norma? ¿Cómo fue para ti experimentar esto?</i></p> <p>17- <i>¿Qué herramientas utilizó para hacer frente a estas situaciones? ¿Recibió ayuda (tuvo aliados en este proceso)?</i></p>
Bloque 5	D – Cisgénero y cisheteronormatividad.	<p>Darse cuenta de cómo el patrón social cisheteronormativo afecta las experiencias trans y comprender cómo las personas cis pueden convertirse en aliados en la búsqueda de la igualdad de derechos.</p>	<p>18- <i>¿Cómo afectó el patrón cisheteronormativo en la construcción de tu identidad de género? ¿Alguna vez las normas sociales estándar han limitado aspectos de su identidad?</i></p> <p>19- <i>En tu experiencia personal, ¿alguna vez te han preguntado por una supuesta concordancia entre tu sexo, tu identidad de género y tu orientación sexual? En caso afirmativo, ¿cómo sucedió esto? ¿Cómo se viven estas situaciones?</i></p> <p>20- <i>¿Qué se aprende frente a estas imposiciones sociales?</i></p> <p>21- <i>¿Cómo pueden las personas cis actuar como aliados en la lucha por los derechos de las personas trans?</i></p> <p>22- <i>¿Qué pasa con las personas trans? ¿Cuál es su papel en estos procesos?</i></p>

Bloque 6	E – Transfobia y Necropolítica.	Identificar cómo se presenta la transfobia en la vida de las personas trans y comprender cómo el miedo y los episodios de violencia pueden dificultar el acceso a la educación.	<p>23- ¿Alguna vez has experimentado algún tipo de transfobia a lo largo de tu existencia? ¿Como paso? ¿Hubo violencia física? ¿En qué contextos?</p> <p>24- ¿Conoces a alguna persona trans que haya sufrido violencia física por transfobia? ¿Cuáles fueron las consecuencias de esta violencia?</p> <p>25- ¿Alguna vez has tenido miedo de experimentar episodios transfóbicos? ¿Cómo surgió este miedo? ¿En qué contextos?</p> <p>26- ¿La posibilidad de la transfobia influyó en el proceso de construcción de tu identidad de género? ¿En qué manera?</p> <p>27- ¿Alguna vez la transfobia o el miedo han impedido tu acceso a la educación? ¿Como estuvo?</p>
Bloque 7	F – Movimientos Sociales	Comprender la importancia de los movimientos sociales como instrumentos de representatividad.	<p>28- ¿Cuál es la importancia de los movimientos sociales en la lucha por los derechos de las personas trans?</p> <p>29- ¿Se siente acogido por estos movimientos? En tu opinión, ¿el movimiento LGBT en su conjunto acoge a las personas trans? ¿El movimiento feminista acoge a las mujeres trans? ¿El movimiento negro da la bienvenida a las personas trans y negras?</p> <p>30- Si respondió que no, ¿cómo podrían estos movimientos sociales ser más inclusivos?</p>
Bloque 8	G – Cuestiones legales.	Darse cuenta de cuánto se sienten protegidas las personas trans por la legislación y las políticas públicas destinadas a garantizar derechos y libertades.	<p>31- ¿Qué tanto te sientes legalmente protegido en el país donde vives? ¿Existe legislación y políticas públicas dirigidas a garantizar los derechos y la protección de las personas trans? (Si es inmigrante) ¿Y en su país de origen?</p> <p>32- ¿Ha hecho uso del reconocimiento legal de género? En caso afirmativo, ¿cómo fue esa experiencia? ¿Fácil? ¿costoso? ¿Qué supuso para ti este reconocimiento? Si no, ¿por qué?</p>
Bloque 9	H – Contexto educativo.	Comprender el contexto escolar vivido por las personas trans y cómo las vivencias de este período interfieren en su formación a lo largo de la vida.	<p>33- ¿Cómo fue tu carrera escolar? ¿Hubo discriminación, bullying, con respecto a su identidad de género u orientación sexual en el contexto escolar? En caso afirmativo, ¿por quién? ¿Intervinieron los profesores? ¿Intervino la dirección?</p> <p>34- ¿Alguna vez has pensado en dejar la educación? ¿Por qué?</p> <p>35- En tu opinión, ¿qué cambios se deben realizar en el contexto escolar para que las personas trans se sientan seguras y acogidas?</p>

		Realizar una apreciación de la realidad académica en la educación superior para personas trans y verificar si existe ausencia y/o borramiento de estas experiencias en este contexto.	<p>36- ¿Has accedido a la educación superior en algún momento de tu trayectoria educativa?</p> <p>37- En caso afirmativo, ¿cómo fue su llegada a la institución de educación superior? (Tu primer día. ¿Cuáles fueron tus impresiones?)</p> <p>38- ¿Experimentó alguna dificultad para acceder a este espacio de aprendizaje? ¿Que era?</p> <p>39- ¿Se sintió/se siente incluido y acogido en la institución de educación superior? ¿Fue/es ir a clase un momento agradable?</p> <p>40- ¿Experimentaste algún tipo de transfobia en la educación superior? Si es así, ¿de qué manera? ¿De parte de quién?</p> <p>41- ¿Cómo se presenta/presenta la diversidad de género en su institución de educación superior?</p> <p>42- ¿La institución de educación superior, su personal y docentes promueven la acogida e integración de la diversidad de género? Si es así, ¿de qué manera? Si no, ¿por qué lo sentiste? ¿Cree que están preparados para promover esta integración?</p> <p>43- Si no, ¿por qué no accediste?</p> <p>44- ¿Te gustaría haber accedido? ¿Está en tus planes?</p>
		Comprender la percepción de las personas trans sobre lo que se puede hacer para mejorar el acceso a la educación superior.	<p>45- En su opinión, ¿qué tan importante es que las personas trans estén presentes en la educación superior (por ejemplo, como estudiantes, investigadores/docentes)?</p> <p>46- ¿Qué facilitaría el acceso a la educación superior a las personas trans? (Política pública)</p> <p>47- ¿Qué podrían hacer las instituciones educativas, sus empleados, docentes y estudiantes cis, para una efectiva inclusión y acogida de las personas trans?</p>
Bloque 10	Resumen y agradecimiento.		<p>¿Desea agregar más preguntas que no se hicieron durante la entrevista? Gracias por su colaboración y disponibilidad.</p>

Apêndice 7

Validação do guião de entrevista – Prof. PhD. Andrea Marcelli

Início da mensagem encaminhada:

De: Andrea Mattia Marcelli <andrea.marcelli@unicusano.it>
Assunto: Re: Interview Guide
Data: 12 de fevereiro de 2023 18:57:39 GMT
Para: Andre Brasil <ambrasil@gmail.com>

Hi,

Please receive my comments in the attached documents. I hope this will help you.

Best,
Andrea

Cordiali saluti
Andrea Marcelli

Dr. Andrea Marcelli
Research fellow - Assegnista di ricerca

Insegnamento di Pedagogia Sociale, M-PED/01 (L-19)
Insegnamento di Antropologia Culturale, M-DEA/01 (L-19 / L-10)
Insegnamento di Antropologia della Formazione, M-DEA/01 (LM-85 / LM-14)
Insegnamento di Ricerca educativa e analisi dei dati, M-PED/04 (L-19)

Università Cusano
Via Don Carlo Gnocchi, 3 00166 Roma
andrea.marcelli@unicusano.it
<https://www.unicusano.it/>



brasil_evaluation.doc

x

18 KB

<https://www.amarcelli.com/>

TM

Apêndice 8

Validação do guião de entrevista – Prof. PhD. Jaqueline Gomes de Jesus



Jaqueline Gomes de Jesus

Re: Validação - Guião de Entrevista - Dissertação

Para: Andre Brasil

Boa tarde, André. Feliz Ano Novo!

Desculpe a demora. Segue anexo o instrumento com algumas sugestões e comentários, bastante breves, pois ele está excelente.

Sobre a sua visita, estarei no Rio de Janeiro nesse período, podemos nos encontrar sim.

Abraços,

Profa. Dra. **Jaqueline Gomes de Jesus**

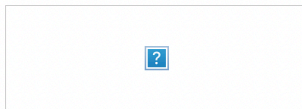
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0121194567584126>

Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0002-2459-0135>

Professora de Psicologia - *Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)* e *Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)*

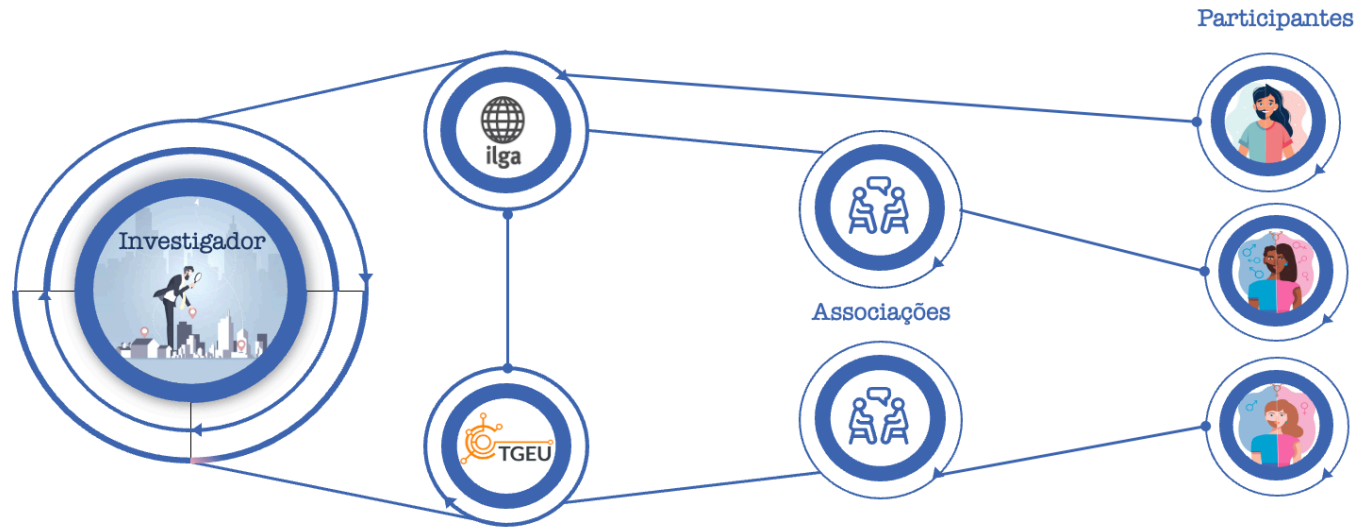
Docente Permanente - *PPGBIOS (UFRJ/UERJ/UFF/FIOCRUZ)* e *PROFHISTÓRIA (UFRRJ)*

Pesquisadora-Líder - *Grupo de pesquisa ODARA (CNPq): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/236000>*



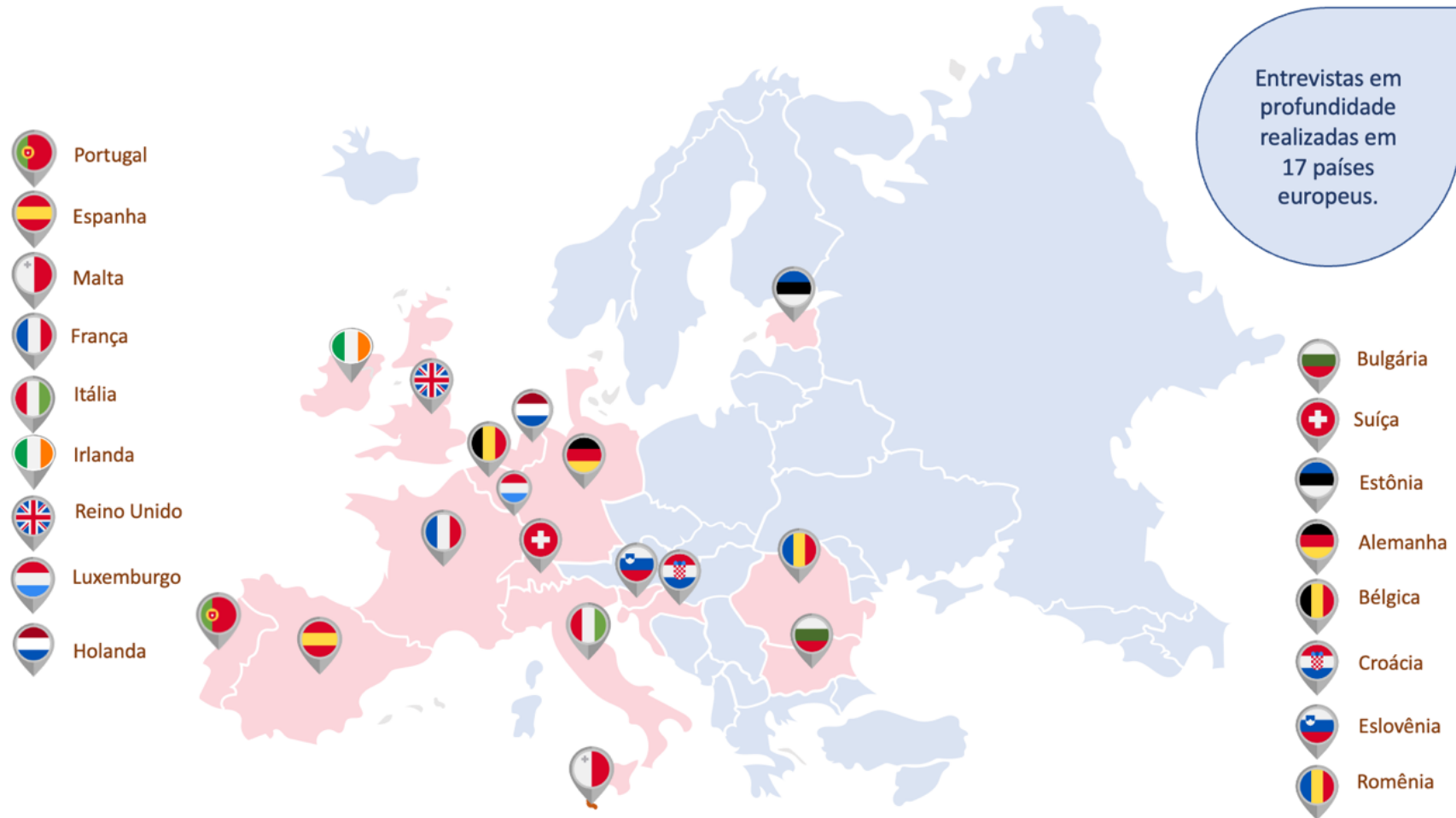
Apêndice 9

Esquema estratégico para a formação do grupo de pessoas participantes.



Apêndice 10



















































Mapa dos países participantes



Apêndice 11

Grupo de pessoas participantes colaboradoras.

Pessoas participantes colaboradoras

 <p>Am. Itália 52 anos - Mulher trans</p> 	 <p>Clarence Naber Holanda 27 anos - Homem trans</p> 	 <p>Alex Romênia 20 anos - Homem trans</p> 
 <p>Aleks Eslovênia 27 anos - Mulher trans</p> 	 <p>Júlia Suíça 41 anos - Mulher trans</p> 	 <p>Verônica Estônia 33 anos - Mulher trans</p> 
 <p>Jack Reino Unido 45 anos - Homem trans</p> 	 <p>Martim Portugal 20 anos - Homem trans</p> 	 <p>Bamboo Bélgica 55 anos - Pessoa não binária</p> 
 <p>Robin Bulgária 20 anos - Homem trans</p> 	 <p>Lucy Luxemburgo 21 anos - Mulher trans</p> 	 <p>John Alemanha 26 anos - Pessoa não binária</p> 
 <p>Vuk Croácia 20 anos - Homem trans</p> 	 <p>Francesco Malta 23 anos - Pessoa não binária</p> 	 <p>Sarah Espanha 24 anos - Pessoa não binária</p> 
 <p>Noah França 22 anos - Homem trans</p> 	 <p>Miguel Portugal 22 anos - Pessoa não binária</p> 	 <p>B. Espanha 24 anos - Homem trans</p> 
 <p>Dylan Irlanda 22 anos - Homem trans</p> 	 <p>Max Romênia 26 anos - Homem trans</p> 	 <p>Adrián Espanha 24 anos - Homem trans</p> 
 <p>Noah Croácia 25 anos - Homem trans</p> 	 <p>Nuno Portugal 25 anos - Homem trans</p> 	 <p>Martim Portugal 27 anos - Pessoa não binária</p> 
 <p>M. Romênia 22 anos - Homem trans</p> 		

Apêndice 12 – Protocolo de Consentimento Formal em português

Protocolo de consentimento - Entrevista

Eu, _____, aceito participar de livre vontade do estudo de autoria de André Antônio Martins Brasil, estudante da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, em Portugal, no âmbito do trabalho intitulado “**Onde estão essas pessoas? Uma abordagem sobre a ausência e o apagamento de pessoas trans no ensino superior europeu.**”, que servirá de base para a dissertação a ser apresentada no curso de Mestrado em Educação Social – Educação e intervenção ao longo da vida. O objetivo da investigação é realizar uma apreciação da realidade académica acerca do acesso ao ensino superior por pessoas trans, a reconhecer a ausência e/ou o apagamento dessas vivências nas instituições de ensino europeias, e estabelecer caminhos a serem seguidos como forma de se garantir o acesso efetivo à educação, enquanto direito humano garantidor da dignidade.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo, em que aceito participar, respondendo a uma entrevista que explora questões sobre a temática referida, onde não existem respostas corretas ou incorretas, apenas as minhas opiniões e relatos sobre a minha experiência de vida.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento e sempre que eu julgar oportuno, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Entendo ainda, que toda a informação obtida neste estudo, em que os dados serão analisados e poderão ser publicados em atividades de natureza académica, será estritamente confidencial quanto a minha identidade, que nunca será revelada em qualquer tempo ou por qualquer meio, de forma que estará preservado o meu sigilo e anonimato.

Aceito, portanto, participar da investigação, respondendo à entrevista, e de forma a viabilizar o melhor registo, autorizo a gravação em áudio deste inquérito.

Nome do entrevistado: _____

Assinatura do entrevistado: _____

Data ___ / ___ / ___

Nome do investigador: _____

Assinatura do investigador: _____

Data ___ / ___ / ___

Apêndice 13 – Protocolo de Consentimento Formal em inglês

Consent protocol – Interview

I, _____, agree to participate of my own free will in the study by André Antônio Martins Brasil, a student at the Higher School of Education in the Polytechnic Institute of Bragança, in Portugal, within the scope of the work entitled “Where are these people? An approach to the absence and erasure of trans people in European higher education.”, under the scientific guidance of Professor PhD. Sofia Bergano, which will serve as the basis for the dissertation to be presented in the master’s course in Social Education – Education and lifelong intervention. The objective of the investigation is to carry out an appreciation of the academic reality, about the access and permanence to higher education of trans people, to recognize the absence and erasure of these experiences, and to establish paths to be followed as a way of guaranteeing effective access to education, as a human right that guarantees dignity.

The main objectives of this study were explained to me, and I understand the main objectives of this study, in which I agree to participate, answering an interview that explores questions about the mentioned theme, where there are no correct or incorrect answers, only my opinions and reports about my life experience.

I understand that my participation in this study is voluntary, being able to give up at any time and whenever I deem it appropriate, without this decision being reflected in any detriment to me.

I also understand that all the information obtained in this study, in which the data will be analyzed and may be published in activities of an academic nature, will be strictly confidential as to my identity, which will never be revealed at any time or by any means, so that my confidentiality and anonymity will be preserved.

Therefore, I accept to participate in the investigation, responding to the interview, and in order to facilitate the best recording, I authorize the audio recording of this investigation.

Name of interviewee: _____

Signature of the interviewee: _____

Date ___/___/___

Investigator's name: _____

Investigator's signature: _____

Date ___/___/___

Protocollo di Consenso

Io, _____, accetto di partecipare di mia spontanea volontà allo studio di André Antônio Martins Brasil, studente della Scuola Superiore di Educazione del Politecnico di Bragança, , in Portogallo, nell'ambito del lavoro intitolato “Dove sono queste persone ? Un approccio all'assenza e alla cancellazione delle persone trans nell'istruzione superiore europea”, sotto la guida scientifica del Professor PhD. Sofia Bergano, che servirà come base per la tesi da presentare nel Master in Educazione Sociale - Educazione e intervento per tutta la vita. L'obiettivo dell'indagine è quello di effettuare una valutazione della realtà accademica, dell'accesso e della permanenza all'istruzione superiore delle persone trans, di riconoscere l'assenza e la cancellazione di queste esperienze, e di stabilire percorsi da seguire per garantire accesso effettivo all'istruzione, come diritto umano che garantisce la dignità. Mi sono stati spiegati e comprendo gli obiettivi principali di questo studio, al quale acconsento a partecipare, rispondendo a un'intervista che esplora domande sul tema citato, dove non ci sono risposte corrette o errate, solo mie opinioni e rapporti sulla mia esperienza di vita.

Comprendo che la mia partecipazione a questo studio è volontaria.

Comprendo inoltre che tutte le informazioni ottenute in questo studio, in cui i dati verranno analizzati e potrebbero essere pubblicati in attività di natura accademica, saranno strettamente confidenziali sulla mia identità, che non sarà mai rivelata in nessun momento e da alcuno significa, in modo che la mia riservatezza e anonimato siano preservate.

Pertanto, accetto di partecipare all'indagine, rispondendo all'intervista, e al fine di facilitare la migliore registrazione, autorizzo la registrazione audio di questa intervista.

Nome dell'intervistato: _____

Firma dell'intervistato: _____

Data ___/___/___

Nome dell'investigatore: _____

Firma dell'investigatore: _____

Data ___/___/___

Protocolo de Consentimiento - Entrevista

Yo, _____, acepto voluntariamente participar en el estudio realizado por André Antônio Martins Brasil, estudiante de la Escola Superior de Educação del Instituto Politécnico de Bragança, en Portugal, en el marco del trabajo titulado “¿Dónde están esas personas? Una aproximación a la ausencia y la invisibilidad de las personas trans en la educación superior europea”, que servirá de base para la tesis que se presentará en el Máster en Educación Social – Educación e intervención a lo largo de la vida. El objetivo de la investigación es realizar una apreciación de la realidad académica sobre el acceso a la educación superior de las personas trans, reconocer la ausencia y/o invisibilidad de estas experiencias en las instituciones educativas europeas, y establecer caminos a seguir como vía de garantizar el acceso efectivo a la educación, como un derecho humano que garantiza la dignidad.

Me fueron explicados y entiendo los objetivos principales de este estudio, en el cual acepto participar, respondiendo una entrevista que explora preguntas sobre el tema referido, donde no hay respuestas correctas o incorrectas, solo mis opiniones y relatos sobre mi vida. experiencia.

Entiendo que mi participación en este estudio es voluntaria, y que puedo retirarme en cualquier momento y cuando lo estime conveniente, sin que esta decisión se vea reflejada en ningún perjuicio para mí.

También entiendo que toda la información que se obtenga en este estudio, en el cual los datos serán analizados y podrán ser publicados en actividades de carácter académico, será estrictamente confidencial en cuanto a mi identidad, la cual nunca será revelada en ningún momento ni por ningún medio. , para que Mi secreto y anonimato sean preservados.

Por lo tanto, acepto participar en la investigación, respondiendo a la entrevista, y para permitir la mejor grabación, autorizo la grabación de audio de esta encuesta.

Nombre del encuestado: _____

Firma del entrevistado: _____

Fecha ___ / ___ / ___

Nombre del investigador: _____

Firma del investigador: _____

Fecha ___ / ___ / ___

Apêndice 16

Indicadores: Categoria 1: O processo de percepção da transgeneridade

Subcategoria	Unidades de registro
<p>1.1 A falta de informação na autopercepção identitária e a influência negativa da norma cis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Você percebe que é diferente, mas não sabe como, nem em que sentido. E isso é muito difícil quando se trata de sexualidade e gênero, e a compreensão da sua identidade. (...) E quando você percebe que é diferente, você não sabe por que, nem como, e isso é incrivelmente traumatizante, tanto na infância quanto na adolescência. (...) eu não tinha a linguagem para entender o que eu era. (...) Então eu apenas me sentia diferente e não entendia o porquê” (Jack Reino Unido).</i> • <i>“Eu não tinha qualquer referência trans. Eu tinha 14 anos e não tinha qualquer representatividade, e eu me lembro de querer me vestir como meu irmão, e eu me lembro de querer ser como os garotos da minha sala. (...) e eu não dizia nada a ninguém. E naquela altura, quando eu estava crescendo, o corpo começou a mudar, eu passei a ter seios, passei a menstruar, essas coisas. E os meus amigos começaram a ter barba e eu tinha o cabelo bem longo, e queria cortar o cabelo bem curto como o deles, mas a minha mãe não me deixou. Ela dizia que eu era uma garota e não podia fazer isso. E, então, eu comecei a me sentir muito sozinho, mas eu não sabia o que estava acontecendo” (Adrián Espanha).</i> • <i>“Eu percebi a minha identidade logo cedo, mas em razão do meio em que eu vivia, eu não percebia muito bem o que se passava, eu não sabia o que era aquilo” (Nuno Portugal).</i> • <i>“Como muitas pessoas queer, eu passei por outros rótulos antes de me perceber trans. Demorou um tempo para que eu pudesse entender que eu era trans, principalmente porque quando eu era uma criança, praticamente não existia recursos que me fizesse compreender essas questões. Não existiam Recursos disponíveis aparentes para tratar sobre sexualidade e gênero, a não ser que você procurasse por isso. (...) raramente se falava sobre isso. A não ser que acontecesse algum escândalo ou algo parecido. Não existia discussões sérias sobre essas questões. Nós nunca falamos sobre pessoas queer como pessoas. (...) Eu sei que muita gente fala isso, mas eu sou uma dessas pessoas que sempre soube. Desde muito cedo eu soube. Eu nunca gostei que se referissem a mim no feminino. (...) Mas, levou um bom tempo para que eu pudesse descobrir por que aquilo me incomodava” (M. Romênia).</i> • <i>“A principal dificuldade pra mim foi que ate os meus 28 anos, eu não tive qualquer informação sobre essas questões de gênero... A falta de informação foi a maior dificuldade. (...) na minha família, quando eu era criança teve muita imposição</i>

do padrão cisnormativo e eu levei muito pro emocional, de forma bem triste. E isso tudo tornou tudo muito mais difícil, para que eu pudesse me perceber, para que eu pudesse perceber minha identidade. (...) Eu fui ficando mais forte ao longo do processo. (...) se eu pudesse perceber minha identidade desde muito nova, isso teria me evitado muitos problemas, claro, mas eu não teria aprendido a lidar com tudo isso, a enfrentar tudo isso” (**Verônica Estônia**).

- “(...) eu não imaginava. Eu pensava que não era possível para uma pessoa nascida homem transicionar. Era muita ficção. Até quando eu conversava com amigos sobre isso quando eu tinha 21 anos, eu ainda falava que eu era uma pessoa não binária, porque eu realmente não acreditava que era possível fazer a transição de gênero. Eu não tinha esse conhecimento” (**Aleks Eslovênia**).
- Eu passei 40 anos da minha vida como um homem. Construí toda uma vida como um homem, recebi uma educação masculina da minha família. Mas eu sentia que havia dentro de mim uma certa inadequação. Alguma coisa que eu ainda não sabia o que era” (**Am. Itália**).
- “(...) eu decidi ir à comunidade LGBT, para um psicólogo e perguntar-lhe o que havia de errado comigo. E eu disse-lhe que não estava bem, e que eu talvez não gostasse de ser apenas um homem, e que havia uma garota dentro da minha mente. Eu disse aquilo em voz alta. Que havia uma garota na minha mente, ela existe e ela precisa sair de lá e viver uma vida. Eu não lhe disse em nenhum momento que eu era uma mulher. Eu disse-lhe: “existe uma garota vivendo na minha mente. Talvez eu tenha uma dupla personalidade. Eu não sei”. Eu não sabia nomear aquilo que se passava” (**Bamboo Bélgica**).
- Eu percebi que eu era lésbica, quando eu tinha 10, ou 12 anos. E nessa altura eu já expressava uma identidade trans, mas sem saber o que era aquilo. Foi um grande tabu. Era tudo um grande tabu na minha família, essas questões da identidade gay. Então, nós não falávamos sobre isso” (**John Alemanha**).
- “(...) não há nada errado em ser um homem, ou ser uma mulher, mas, sim, o modo como isso é tido como as únicas categorias possíveis. (...) eu vejo exemplos de pessoas, que lutam durante muito tempo contra suas identidades para aceitarem-se como lésbicas, quando na verdade são homens trans. (...) Particularmente, muitos foram os estágios até eu perceber a minha real identidade de gênero. E desde então, eu venho desenvolvendo e explorando os significados dessa minha masculinidade. O que significa ser um homem. O que significa ser um homem bissexual, que usualmente prefere encontros com outros homens. (...) crescer foi bem difícil, já que eu não sabia que era possível não ser cis. (...) eu pensava que todas as garotas sentiam o mesmo que eu” (**Clarence Naber Holanda**).
- (...) Eu sou um desses casos de pessoas trans que sempre soube. Mas eu só tomei conhecimento do termo trans, quando eu tinha cerca de 13 anos, e eu me identifiquei instantaneamente. (...) depois disso, eu tive uma fase não binária, na qual eu

não queria aceitar muito bem a minha real identidade, porque eu sabia que iria ser a coisa mais difícil da minha vida a se processar e se estabelecer. E eu ainda acho que é a coisa mais difícil. (...) Talvez se eu não tivesse vivido tanta transfobia, eu teria hoje um gênero mais neutro, ou seria mais feminino. Então, eu acho que tudo isso me fez ser mais masculino. Não masculino, mas mais masculino, para tentar passar ileso” (**Alex Romênia**).

- “É uma grande luta. (...) eu não entendia essas questões. Eu pensava que todo mundo se sentia daquele mesmo jeito que eu me sentia. (...) Eu apenas achava que toda mulher odiava ser uma mulher, e pensava que aquilo tudo era normal. (...) Foi muito difícil para mim [pausa], expressar-me. (...) Às vezes eu me sinto a vontade em ser um pouco mais feminino. Geralmente eu prefiro me comportar o mais masculino possível. (...) eu não sou 100% masculino o tempo todo. (...) o gênero não é uma linha” (**Vuk Croácia**).
- “eu não conseguia expressar, eu não me identificava como uma menina. Então eu dizia que era bissexual. No início foi bastante confuso. Eu obriguei-me a namorar com rapazes e tudo isso. Porque eu pensava só que era uma mulher, mas como eu não me aceitava como mulher, eu pensei que eu talvez fosse bissexual, tudo muito confuso. (...) eu comparo-me bastante a outros homens, também a outros homens trans bastante avançados na testosterona, e depois eu vou-me abaixo (...). Eu comparo-me bué. Por exemplo, eu penso que aos 23 anos, eu já teria que ter uma barba tipo enorme, como tu. Porque é o padrão. A partir de certa idade, já tens barba, já tens a voz grossa (...). E assim, parece que estou parado em certas coisas, e não consigo mexer noutras. Parece que nada avança” (**Martim Portugal**).
- “(...) eu gosto de observar outros homens, para notar se eu estou fazendo algo errado, como a postura, o jeito de andar, o jeito de falar. E isso é muito limitante. Eu não quero cometer uma falta, porque se eu cometer, eu deixo de ser lido pela sociedade como um homem cis gay. Então, eu acho que eu sigo os padrões sociais de masculinidade, mas por um caminho gay, que é muito menos opressor que um caminho heterossexual por exemplo. E eu faço isso. Até mesmo porque a masculinidade heterossexual é um pesadelo e eu não a seguiria, nem mesmo se eu pudesse. Mas eu penso que se eu não fosse gay, se eu não fosse percebido socialmente como gay, eu penso que eu não seria a mesma pessoa trans que hoje eu sou. Eu não seguiria os padrões masculinos que eu sigo. Eu acho que talvez eu seria mais queer, no sentido do ativismo político. Eu abraçaria mais a identidade trans e eu não faço isso” (**Noah França**).
- a primeira vez que eu pensei que talvez eu não fosse um homem, eu ainda era uma criança. E aí nos voltamos mais uma vez às expectativas sociais de gênero. Porque eu não era a pessoa mais masculina do mundo, mas eu conseguia atender ao menos um pouco as exigências sociais que se esperam de um homem. (...) então, eu não sabia ainda como lidar internamente, mas eu tinha aprendido como tornar aquilo mais fácil na sociedade. Era só agir como a sociedade esperava” (**Júlia Suíça**).

	<ul style="list-style-type: none"> • (...) na escola primária, eu já me questionava sobre algumas questões, mas como eu era uma criança, eu pensava “é, não tem nada por trás disso”. Só que é algo que fica na sua mente, e passa, e depois retorna com mais força. E então, quando eu estava no secundário, com uns 13 ou 14 anos, Eu comecei realmente a perceber que eu não estava confortável com o meu gênero, meu corpo, meu sexo” (Lucy Luxemburgo). • “Meus pais são muito religiosos. (...) eles não queriam que eu vestisse roupas mais masculinas, que eu tivesse meu cabelo curto. Então, até mesmo para que eu conseguisse recursos para aprender mais sobre gênero, identidade de gênero, diversidade, foi mesmo muito difícil (Francesco Malta). • (...)a cisnormatividade afetou bastante meu processo de construção da identidade de gênero. Eu quando saí do armário, por exemplo, eu saí como uma mulher trans, dentro desse binarismo, e só depois eu fui avançando nos meus processos. A verdade é que aos poucos eu fui deixando de lado essa identidade binária, com o tempo” (Sarah Espanha). • “Primeiramente, eu não sabia o que era aquilo. Eu não tinha visto antes qualquer pessoa trans” (Dylan Irlanda). • “Eu cresci num ambiente muito conservador e católico. Depois também essa descoberta foi muito, acho que foi muito tardia. Foi tudo muito aos poucos, com (...) muita aprendizagem. Eu fui à procura de aprender sobre essas questões de gênero, por causa do ambiente em que eu cresci, muito católico. É difícil. (...) Não foi muito fácil. Durante a minha vida eu estava o tempo todo dentro da igreja católica, e só” (Miguel Portugal).
<p>1.2 A estrutura social cisnormativa e os desafios encontrados no processo de transição de gênero.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Nós temos uma linguagem extremamente binária, e a sociedade é extremamente patriarcal. Então basicamente isso afeta todos os aspectos de nossas vidas. Aonde você for, em todos os lugares, sempre só há duas opções. Pessoas intersexo ainda fazem cirurgia enquanto bebês, são mutilados ainda bebês. (...) Na minha família, as mulheres podem ter uma carreira e os homens podem cozinhar. Mas, eu ainda assim tive que ser e me comportar como uma mulher, (pausa), ou, agora, como um homem, tudo isso por causa da binariedade da sociedade em geral, e desse padrão social cisnormativo. O sentimento de inadequação vem desse padrão social cisnormativo, e não porque tem algo de errado comigo, especificamente” (Robin Bulgária). • “por exemplo, a questão das casas de banho. Eu sinto-me um homem, mas faz-me confusão quando eu tenho de ir à casa de banho, se eu vou a casa de banho das meninas as pessoas ficam a olhar pra mim e até dizem-me que estou na casa de banho errada, mas se eu vou a casa de banho dos meninos, acontece a mesma coisa, e eu tenho receio de que eles olhem

	<p>pra mim e achem q eu não tenho barba, ou que me falta qualquer coisa para me identificar com aquele gênero” (Martim Portugal)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “A língua romena é muito generificada, então tudo tem um gênero, e eu odiava ser chamado de linda ou coisas assim (M. Romênia). • “(...) é interessante porque eu não vou comprar um bilhete de trem e vão me perguntar sobre o meu tipo sanguíneo. Mas irão me perguntar o meu sexo. (...) A minha língua, assim como o português, é uma língua muito generificada, então era um pouco complicado para eles (amigos e familiares), inclusive para os mais próximos, no início, formularem as frases no feminino. Não eram só os pronomes” (Aleks Eslovênia). • “Há muitas pessoas trans e muitos modos diferentes de ser transgênero, e diferentes necessidades, e diferentes questões. (...) Há mulheres trans com câncer de próstata e que precisam de cuidados de saúde. (...) É preciso “desgenerizar” o sistema (...). (...) Eu por exemplo, como homem trans, preciso ir ao ginecologista. E chegando lá, já me perguntaram, porque eu havia marcado a consulta. E precisei justificar-me e contar toda uma história em torno daquilo. Então, é uma tentativa diária. Tentar viver com dignidade” (Clarence Naber Holanda). • “(...) eu tive que gastar todas as minhas economias nos meus cuidados com a saúde, (...) Eu não conseguia esperar mais, e então eu não podia esperar na saúde pública. Usei todo meu dinheiro para fazer minha transição médica. Claro que isso não se compara ao que passam outras pessoas, eu apenas gastei meu dinheiro. Mas eu ainda tenho um teto sobre minha cabeça e um trabalho, onde fui promovido. Engraçado que enquanto mulher, eu nunca fui promovida. Mas agora, como um homem de meia idade, já fui promovido a uma posição de poder. (Jack Reino Unido) • “A sociedade impõe como deve ser. (...) a questão dos banheiros e vestiários definidos e separados pelo gênero. Por exemplo, se eu vou a um restaurante, ou a um shopping center, ou qualquer espaço público fica difícil para mim, escolher para qual banheiro eu deveria ir. (...) as normas de gênero ditam as regras” (Francesco Malta). • “Quando eu fiz 20 anos, eu fui prestar o serviço militar. Porque somos obrigados quando completamos 20 anos, e eu passei 1 ano lá nas forças armadas. E no último dia eu fui até a sala do comandante para me despedir, e ele me disse que geralmente quando iam até a sala dele no último dia, ele pedia aos soldados para assinar um contrato e ficar mais tempo por lá, mas que comigo ele não ia fazer isso, porque ele não sabia o que eu estava fazendo lá. E eu disse-lhe: “eu fui obrigado.” E ele deixou claro que eu não era bem-vindo ali. (...) Eu não me sentia confortável com nada naquele lugar. Eu pedi para ficar como agente para poder ficar num quarto com 3, 4 pessoas, e não 20. A nudez me assustava, muitos homens juntos, tudo aquilo me deixava desconfortável. Ele estava certo, eu não era mesmo como os outros” (Bamboo Bélgica).
--	--

<p>1.3 A imprescindibilidade do acolhimento e do apoio familiar, e outros aliados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Teve um pouco de compreensão, e suporte. (...) não foi do dia para noite. Eu fiz tudo muito gradualmente na frente de todo mundo, família, amigos e trabalho. E, então, no início, a maior parte das pessoas não sabia o que fazer diante daquela informação. (...) No começo de tudo, eu estava preparada para perder tudo, perder minha família, meus amigos, meu trabalho. Nesse sentido, eu estava com muito medo que isso acontecesse. (...) eu estava preparada para que isso pudesse acontecer” (Verônica Estônia). • “quando eu falei para alguns colegas, alguns deles compreenderam, outros não, e eu realmente não sabia como lidar com aquilo. Eu fiquei mesmo muito depressivo. [Participante frequentou a faculdade por 1 ano na Holanda, e voltou à Croácia por causa dos problemas que enfrentou durante o processo de construção social da sua identidade de gênero]. (...) o meu processo de saída do armário foi mesmo muito complicado e muito difícil. (...) De início, meus pais me rejeitaram. (...) Inicialmente, minha mãe ficava constantemente a chorar. Ela dizia que estava decepcionada. E dizia que eu estava arruinando minha vida” (Noah Croácia). • “A minha vó expulsou-me de casa no natal e (...) disse-me: “se eu pudesse eu mudava tudo, mas como eu não posso, não vai ser na minha casa. Tens até janeiro. Se quiseres fazer as tuas coisas, fazes só quando saíres daqui de casa”. E ficou assim, não mandou-me embora aquele dia, mas deu-me um prazo de um mês para deixar a casa [a entrevista ocorreu em dezembro e o participante estava em fase de preparação para a saída da casa dos avós]” (Martim Portugal). • “Minha mãe me expulsou de casa. Eu saí do armário aos 14 anos, ela não conseguiu lidar com tudo aquilo. (...) E até fome, eu senti. (...) Eu acabei recebendo comida, ou vouchers para pegar comida em alguns lugares. Eu também ia a um banco alimentar e recebia uma caixa com itens de comida. (...) Eu precisei de ajuda para ter o que comer. Eu me lembro bem de, nos primeiros meses, ter comido somente aquelas latinhas de atum” (Francesco Malta). • “(...) era uma família muito repressiva. (...) eu cortei relações com minha família por 2 anos. (...) Minha família não me aceitou. Minha mãe disse-me que eu estava tentando destruir a família, que eu era um tolo, que eu era uma pessoa horrível, egoísta e que era minha culpa ela querer cometer suicídio. (...) Eu tinha perdido tudo aqui. Perdi meu namorado. Perdi minha família. Perdi minha casa. Eu não tinha mais casa. (...) Então, por 2 ou 3 meses, eu fiquei sem casa. Um amigo me deixava dormir lá (...). Mas, a grande crise mesmo, a maior de todas, foi há um ano. Eu tive problemas mais uma vez com minha família (...). E eu tive que me prostituir por 4 meses. Porque eu estava sem emprego e não tinha mais dinheiro para pagar nem o aluguel” (John Alemanha).
--	--

- Apoio, eu diria que recebi dos meus filhos. Da parte da minha ex-mulher não houve apoio, não aceitou. De início, não me impediu, mas nunca me apoiou. Meus amigos, a maior parte, todos me apoiaram... exceto alguns, que depois disso saíram da minha vida. No trabalho, eu pensava que ia ser muito difícil, que iria sentir muita discriminação, mas todas as pessoas me trataram muito bem. Lembro que esta foi a minha experiência pessoal. Sei que normalmente não é assim. Mas, recebi muito apoio dos meus colegas. Pessoas trans como eu, me apoiaram. Meus amigos também me apoiaram bastante. Me ajudaram muito no meu percurso de transição, a nível psicológico” (**Am Itália**).
- “Problema maior eu diria que foram os meus pais, como eu já imaginava. Mas eu me planeei para isso. Eu olhei para eles e disse: “Ok, olha, é o que é. Nos podemos nos cumprimentar aqui e seguirmos em caminhos diferentes”. Eles lutaram para me fazer mudar de ideia por mais ou menos meio ano e nós não nos falávamos e rompemos como família. Mas agora eles estão juntos comigo. Quando eles viram que eu não estou me prostituindo, ou usando drogas, ou debaixo de uma ponte, como eles imaginavam. Hoje, eu até vou à casa no natal” (**Aleks Eslovênia**).
- “Eu acredito que eu seja muito privilegiado pelo fato de ter transicionado somente depois dos 40. Então minha experiência é muito diferente das experiências de pessoas trans que transicionam mais jovens. No momento em que decidi sair propriamente em transição e mudar tudo, e todos saberem, eu tinha idade suficiente para saber muito sobre rejeição. (...) Meus filhos (o participante tem 4 filhos), eu falei muito com eles sobre isso em diferentes perspectivas. Foi incrível como eles transformaram tudo isso em algo muito lúdico e cheio de esperança. Meus filhos são sempre o exemplo que dou para as pessoas quando elas não sabem bem como aceitar. (...) meus filhos, só querem pizza e internet. Eles não se importam com o meu gênero. Claro que eles precisam de mim. Eles precisam que eu lhes forneça roupas, comida, wi-fi (risos) e amor. Isso é tudo com o que eles se importam. Eles não se importam com o que estava nas minhas calças. Eles não se importam com a minha aparência, porque para eles eu sou apenas o pai deles. Já passamos pelo processo, sabe? Teve uma fase em que eu me sentia muito desconfortável quando eles ainda me chamavam de mamãe. Eu chorava sozinho porque não me sentia mãe, mas um pai. E, também, fora de casa, quando eles estavam correndo na rua atrás de mim, dizendo “mamãe, mamãe”, isso acabava comigo. Então, você sabe, houve um processo com meus filhos sobre isso. E ver como eles querem me chamar agora e como eles pensam sobre mim. Você sabe, eles sempre usam o pronome certo, coisas assim. Principalmente agora que o mundo me vê mais como homem também. Eles simplesmente se jogam comigo” (**Jack Reino Unido**).
- “Quanto a minha família, minha mãe sabe, mas ela ainda me chama pelo nome antigo e utiliza os pronomes errados. E tem sido muito difícil para ela lidar com tudo isso. E ela não tem tentado, ao menos, porque meu pai é muito conservador e ele não pode saber, e eu espero que ele nunca descubra. (...)Eu até achei que a reação dela foi melhor do que o que eu esperava. Eu não fui expulso de casa, ou nada do tipo. Eu vejo que eu ainda sou amado, mas não sou de forma alguma enxergado, pela minha mãe especificamente. Ela apenas não sabe como lidar com tudo isso, ela não foi educada para isso, e não está disposta a se educar quanto a essas questões, definitivamente. Eu sei que eu venho de uma família muito privilegiada. Eu

nunca apanhei, eu sempre tive uma casa, etc, etc. Eles são pessoas muito educadas. Então, eu estou precisando lidar com isso por enquanto, mas estou planejando me mudar de lá” (Robin Bulgária).

- *“Eu recebi muito apoio. As pessoas foram bem acolhedoras comigo. Eu realmente tive uma experiência bem positiva quanto a isso. Até mesmo pessoas da minha família, com quem eu estava com medo de falar, porque tinham uma mentalidade mais conservadora. Eles todos me apoiaram. Então eu tive mesmo muita sorte e fiquei muito feliz. (...) Quando penso nas pessoas cis com quem eu trato no meu dia a dia, que no meu caso me deram tanto apoio, eu penso que é assim que todas elas deveriam agir. As pessoas cis deveriam dar apoio, acolher. Acho que seria isso que eu pediria a eles, sabe? Errar pronome? Usar o nome antigo das pessoas? Meu deus, isso é muito chato. E eu sei que para eles isso não é uma grande coisa, mas se eles tivessem mais atenção, nós agradeceríamos. Se eles tivessem mais cuidado, mais empatia” (Júlia Suíça).*
- *“E meu avô, um cara aposentado, bem conservador. Eu acho mais uma vez que eu tive muita sorte. (...) Eu fiz todo um planejamento para contar a ele. Eu comprei-lhe um livro que conta a vida de um homem trans alemão. E esse cara do livro participou de uma entrevista na tv uma vez, então eu preparei a entrevista no youtube no meu notebook, para mostrar-lhe. Então, eu falei sobre todas aquelas questões do corpo, da mente que não aceita o corpo. Não que eu acredite nisso, mas eu acho que torna mais fácil para pessoas cis compreenderem. E meu avô, meio que não fez daquilo uma grande coisa. Ele ficou em silêncio por um momento, falou que já tinha ouvido algo sobre isso. E eu disse-lhe: “Então, isso é meio que o que eu sou”. E ele ficou em silêncio mais uma vez e disse-me: “Bem, se Deus te fez dessa forma, então é porque você pode viver dessa forma”. E eu comecei a chorar. Chorei muito. Porque foi muito melhor do que o que eu esperava. (...) Com meus pais foi tudo bem. Eles resistiram um pouco, porque tiveram medo que eu sofresse. Porque eles sabem que essas identidades não normativas tem uma vida bem difícil” (Clarence Naber Holanda).*
- *“No meu caso, quase todos tiveram uma impressão negativa sobre isso. Meus pais foram totalmente contra. Ainda são, mas agora tentam lidar com isso. (...) como um adolescente, eu não sabia conscientemente que mecanismos utilizar, então eu comecei a usar drogas, para suportar e tentar lidar com todas aquelas coisas que vinham do fato de eu ser trans. (...) por um tempo, depois de iniciar a transição e até ganhar passabilidade, eu queria mesmo ser esquecido” (Alex Romênia).*
- *“De início, é meio assustador, porque é algo novo. É algo diferente. Não é tão percebido pela sociedade. Então isso exige de você coragem. Mas se você tem aliados ao seu lado, se tem família ou amigos que te compreendem, e te dão suporte, fica um pouco mais fácil de aceitar a si mesmo. (...) Minha família me compreendeu, mas eles precisaram de um tempo pra isso. (...) E hoje, 3 anos depois, tudo está bem, todos me apoiam, me dão suporte, me fazem perguntas, tentando compreender melhor essas questões” (Lucy Luxemburgo)*

- *Minha esposa ficou um pouco surpresa no início. Ela disse que a palavra transgênero era horrível. E eu disse-lhe que a compreendia, que ela não conhecia esse meu lado, e era tudo muito novo. (...) E então, ano após ano, ela foi entendendo. Algumas vezes foi comigo para a comunidade lgbt. Na primeira vez que ela foi, ela disse que aquelas pessoas não eram boas companhias pra mim. E hoje ela vai sempre comigo. Estamos sempre juntos. E já acha que é uma ótima comunidade, que é um lugar seguro, que nós podemos falar sobre tudo porque lá estamos seguros. É uma comunidade muito boa. Lá só falamos sobre coisas boas. A diversidade é respeitada. E eu tenho bons amigos na comunidade. Ela gosta muito de lá. Há uns 4 meses, minha filha mais nova apareceu lá com minha esposa para me fazer uma surpresa. E minha filha conheceu e também gostou bastante. Minha filha mais velha é um pouco mais diferente. Ela é um pouco mais binária e talvez por isso não perceba muito bem a não binariedade. Eu não consigo entender por que ela é diferente, já que criamos as duas da mesma forma. Mas, é isso, ela me aceita e estamos sempre juntos. Estamos sempre juntos, mas talvez a palavra transgênero seja um pouco estranha pra ela. (...)Eu só me declarei aos 48 anos, e isso tem uma razão. Nós não estamos seguras. Nós estamos vulneráveis, e precisamos de boas pessoas no nosso entorno. São muitas dificuldades. (...) Eu, por acaso, tenho muitos privilégios... minha família comigo... acho que isso me fortaleceu muito” (Bamboo Bélgica).*
- *“(...) algumas pessoas se surpreenderam um pouco, e não me deram apoio porque não sabiam como dar, mas no geral correu bem. Minha família, como eu disse, nossa relação não era boa, e eles nesse sentido acabaram me conhecendo um pouco mais, embora não saibam como lidar com isso. Eu diria que a reação deles em geral, não foi boa, nem má. Indiferente, eu diria. Mas, pelo menos não me tiraram de casa. Eu sigo vivendo com eles. Não passei por dificuldades financeiras, ou perda da moradia, porque eu estava vivendo com meus pais” (Sarah Espanha).*
- *“Minha família não reagiu muito bem. (...) Minha mãe realmente não gostou de nada disso. Demorou, mais ou menos, um ano para que ela aceitasse e eu começasse os hormônios. (...) Minha mãe estava absolutamente persuadida a enxergar isso como algo errado. (...) Eu me sentia muito mal, muito mal mesmo. Ela costumava me enviar e-mails semanalmente com notícias sobre pessoas trans, com informações sobre pessoas trans. E, então, toda vez eu tinha que discutir sobre aquilo e naquela altura eu ainda não tinha os recursos (conhecimento) que eu tenho hoje para argumentar, para dizer que aquilo era fake news. Então, eu não tinha uma boa argumentação e era muito estressante porque eu achava que nunca iria conseguir convencê-la. (...) eu fiz toda a minha transição sozinho. Com a exceção de alguns estranhos dos grupos do facebook e de um amigo que ia me ver depois de qualquer consulta médica e nós saíamos para comer alguma coisa e conversávamos sobre isso, e isso me fazia sentir melhor” (Noah França).*
- *“(...) minha mãe é muito religiosa, muito católica e acaba escutando muitas ideologias anti-trans na mídia. E é meio que trans-excludente, o que não é nada bom. Eles não entendem nada sobre a minha identidade de gênero. Eu ainda tenho algum tipo de relação com eles, mas nós simplesmente não conversamos sobre minha transição e nada do tipo. Algumas*

	<p>vezes eles tentam me fazer desistir de tudo isso. Mas eu não vivo mais com eles (suspira aliviado). (...) Eu saí da casa dos meus pais principalmente por causa da minha identidade de gênero” (Dylan Irlanda).</p>
<p>1.4 A violência transfóbica e o medo que paralisa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “teve um comentário da minha irmã. Não foi agressivo, foi brincando, mas veio de um lugar de ignorância. Como se o meu gênero fosse uma doença mental. (...)“Ouvi alguns comentários de pessoas estranhas (...). Mas, nada que eu pudesse me preocupar. Foi no trabalho, eu trabalho como Caixa, então, eu vejo centenas de clientes todos os dias. Então, alguns deles acabam fazendo comentários transfóbicos. Eu conheço uma pessoa que sofreu violência física, ela teve a sua mandíbula quebrada. (...) mas desde que eu iniciei a transição, e eu resolvi que eu não viveria nem mais um dia da minha vida como eu vivia antes [remete ao gênero masculino que expressava anteriormente], eu percebi que todas as consequências disso, eu teria que aceitá-las. Vale o risco viver minha identidade” (Veronika Estônia). • “(...)eu era mesmo marginalizado naquele ambiente pelos outros profissionais. Eu era colocado no fundo da sala, nunca na frente. Eles faziam de tudo para que eu não fosse vista pelos pais das crianças. Eu tinha que ficar longe, quase escondida. (...) a minha relação com os pais era boa, apesar da escola. Eu sabia que seria boa a relação com eles (pais das crianças), porque eles eram bem jovens, tinham a mente aberta. Os professores é que eram bem fechados. Eu não dizia aos alunos que eu era transgênero. Eu dizia para eles discutirem e decidirem em conjunto como iriam me chamar. e então eu diria se aprovaria a palavra que eles escolheram. E um dia, um grupo de mais ou menos 10 crianças, de mais ou menos 7 anos, vieram até mim e eu perguntei-lhes: “ e, então, finalmente encontraram a palavra para falar sobre mim?”, e eles disseram: “sim, sim, você é um mix” (risos). E eu disse-lhes: “ok, gostei disso... é uma ótima palavra”, e eles ficaram muito felizes. Eu acho que é possível falar sobre diversidade com crianças. Eu posso provar que é possível. (...) às vezes as pessoas olham de modo estranho, encaram, e eu costumo fazer piada daquilo. Uma vez eu disse a minha esposa: “olha só, bugaram ao me ver. Eu imagino que tenham muitas questões e curiosidades sobre mim. Precisam ir ao google”, e rimos daquilo. Outra vez, estávamos num parque, eu e minha esposa, sentados comendo um sanduiche. E três jovens vieram até nós e perguntaram se podiam tirar uma foto. E já foram levantando o telemóvel a tirar uma foto e eu disse-lhes: “Não, nada disso. É melhor parar ou vocês terão sérios problemas. É melhor que apaguem a foto, ou irei até a justiça se for preciso”. E um deles disse: “Eu quero foder você”, e eu respondi: “Chamarei a polícia se for preciso e vocês terão sérios problemas. Eu espero não ver nada com meu rosto no facebook ou qualquer outro lugar. (...) eu conheço a lei e a lei é muito forte quanto a isso”. E eles desapareceram e sumiram da minha frente. Essa foi a única vez que minha esposa presenciou algo. Então, sim, algumas vezes acontecem coisas, pessoas falam bobagens porque eu uso um vestido. (...)“É muito difícil se abrir para o mundo, se lá fora não é um lugar seguro. Eu conheço muitas pessoas que esperaram terminar a educação, ou deixar o trabalho, reformar-se, para somente assim iniciar o processo de transição. “somente agora, que eu não preciso frequentar esses espaços perigosos, eu posso ser quem eu realmente sou”. Eu conheço algumas pessoas que agiram assim [Participante somente percebeu e declarou a sua identidade após um burn out, quando tinha 48 anos]. O medo da transfobia paralisa a vida de muitas pessoas” (Bamboo Bélgica).

- *“Homens olhavam para mim porque eu não era masculino o bastante. Então eu era uma presa fácil. Uma vez eu trabalhei em um restaurante por 3 meses e foi muito complicado, mesmo muito complicado. Porque teve muito assédio, muito assédio sexual (...) então eu saí de lá. (...) Eu penso que é impossível ser trans e não experienciar transfobia. (pausa, respira fundo). No início da minha transição, eu posso dizer que acontecia algo todos os dias, pelo menos alguma coisa, todo dia acontecia, de diferentes formas. Quando você é trans e ainda não tem alguma forma de passabilidade, você ouve agressões diárias e isso é aterrorizante. A grande sorte da minha vida é que eu nunca sofri violência física nas ruas, mas conheço várias pessoas que já sofreram, que foram parar no hospital, por serem trans. (...) Soube também de pessoas que morreram por transfobia. Tem uma pessoa que eu conheço, que trabalhava em uma editora, na qual eu comprava livros, que morreu ano passado. E eu diria que também sofri homofobia, porque muitas das vezes eu acho que sou percebido pelas pessoas como um homem cis gay. A última vez, eu estava no metrô, e tinha um grupo de 6 ou 7 jovens, e eles começaram a me perguntar se eu era um homem ou uma mulher, me constrangendo, e me intimidando. Eu diria que como homem trans, o que eu mais sofro é a sexualização da minha identidade e é muito exaustivo. (...) Quando eu me prostituí, eu tinha muito medo. Eu não costumava fazer programas nas ruas, mas quando eu encontrava os clientes, eu sempre tinha muito medo” (John Alemanha).*
- *“(...) observo a ignorância de alguns desconhecidos somente. Amigos de amigos, quando descobriram que eu era trans, e disseram que aquilo devia ser alguma paranoia da minha cabeça. O namorado de uma amiga me disse isso. (...) Eu não sei se diria que uma transfobia diária, porque não interajo com tanta gente, mas sim, desde a parte médica, parte institucional, violência verbal, violência indireta, no ambiente laboral, nos contextos sociais em geral. (...) tem pessoas que eu conheço que sofreram violência física. Tem uma pessoa que eu atendi, que desabafou comigo uma violência física que sofreu. Não são pessoas que eu conheço diretamente, mas conheço casos assim, por causa do meu emprego. Já soube de casos de pessoas que morreram por transfobia (participante trabalha em uma associação trans). (...) sinto muito medo. Sentia ainda mais no início da transição. Hoje já tenho alguma auto confiança. Mas no início sim, quando eu saía às festas, quando eu usava um banheiro público em qualquer lugar que não fosse minha casa, quando eu ia comprar roupas, por exemplo, em lugares predominantemente cis, onde me olhavam como: “o que faz essa pessoa aqui?”. É o imaginário coletivo cisheteronormativo: “como uma pessoa masculina está comprando roupas femininas?” (Sarah Espanha).*
- *“Eu fui hospitalizado por mais ou menos um ano, em um hospital psiquiátrico, aqui na Croácia [A família do participante o internou em um hospital psiquiátrico por conta da sua identidade de gênero]. (...) O meu menor problema era quando eles não me chamavam pelo nome que eu havia escolhido, ou pelos pronomes, com os quais eu me reconhecia. Esse era o menor dos meus problemas. Meu maior problema eram as agressões e as violências físicas sexuais por parte dos funcionários, que eram recorrentes durante a minha estadia ali. Aconteceram mesmo algumas vezes, enquanto eu estava ali [fala ofegante]. Agressões verbais eram diárias. E havia também uma enfermeira que não me tocava porque ela dizia que eu tinha algo contagioso e eu poderia passar aquela doença trans para ela. E ela sempre me amarrava na cama do hospital, porque ela*

	<p>não queria correr qualquer risco. Os funcionários eram mesmo horríveis. (...) E teve uma altura que eles aumentaram as doses dos medicamentos e eu ficava meio dopado, sem falar, sem conseguir me mexer. Eu não conseguia pedir por ajuda a quem quer que fosse” (Noah Croácia).</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Transfobia? De toda parte. Pessoas rejeitando você. Professores na escola, Empregadores em entrevistas de emprego. Quando você vai fazer compras. Toda a gente, sabe? E eu nem estou mencionando aqui as pessoas na rua. Eu já perdi as contas de quantas vezes pessoas me seguem, ou me apontam dedos, ou riem de mim, ou até mesmo cospem em mim” (Aleks Eslovênia). • “(...) na maioria das vezes, veem como uma doença que precisa ser curada. Minha mãe quando soube que eu era trans me levou para lugares não convencionais de terapia de conversão de gênero. Muitas terapias religiosas, para tentar me curar. E ela também me levou a um psiquiatra aqui na Romênia e lá eles tentaram me medicar, e eu tive muitas reações aos remédios. E isso tudo foi estarrecedor, porque me fez pensar que eu era mesmo doente, e levou muito tempo para eu perceber que eu não era” (Alex Romênia). • “Digamos que o medo existe sempre. Vivemos com medo. Mas seguimos adiante. Esse medo surge especialmente quando volto do trabalho para casa, à noite, sozinha. Especialmente, também, quando as pessoas nos encaram, nos olham torto, ou quando penso que alguém pode descobrir que sou uma pessoa trans e me esgane (...). Que descubram e sejam agressivos e violentos. (...) O meu medo nasce propriamente do preconceito, do preconceito das pessoas. (...) No início da transição, houve uma colega que não aceitou a declaração da minha identidade. Quando fiz o “coming out” no trabalho, por parte dos superiores, não tive qualquer problema. Me acolheram de imediato. Mas essa minha colega não. Ela tentou me evitar, falando com outros colegas, para que inclusive eu fosse impedida de frequentar o vestiário feminino e isso só veio a melhorar quando eu realizei a mudança de documentos. Só aí eu pude retornar a frequentar o vestiário normalmente. Mas violências físicas ou discriminações mais fortes, eu nunca sofri. Por sorte, não. Violência física absolutamente não” (Am. Itália). • “Eu penso muito sobre minha segurança, principalmente por causa dos meus filhos. Sinto medo constantemente. Parece que eu vivo à espera desse dia, como uma coisa que pode acontecer a qualquer momento. Isso me preocupa muito. Me preocupo muito sobre encontros íntimos com estranhos. Tenho medo de virem a ser transfóbicos. Eu tenho muito cuidado e evito esses encontros. E tenho medo também quando saio à noite. Tenho medo de ser agredido como um suposto homem cis e depois vir a ser exposto como homem trans” (Jack Reino Unido). • “Eu nunca sofri violência física, mas muita violência verbal. (...) E, também, eu já fui muito exposto em encontros. Humilhado mesmo. (...) Eu não conheço ninguém pessoalmente que tenha morrido pela transfobia, mas eu conheço pessoas, que conhecem pessoas, que morreram. Está sempre bem próximo de nós, sabe? Eu conheço várias pessoas que já foram
--	--

	<p>atacadas, que foram acertadas no rosto. (...) Eu tenho sorte, na verdade, de isso não ter acontecido ainda” (Clarence Naber Holanda).</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Eu tenho a tendência para dizer que não. Nada grave. São sempre micro agressões. São pessoas que perguntam coisas invasivas. Mas não sofri coisas mais graves, que sei que infelizmente outras pessoas sofrem. (...) As pessoas assumem coisas antes de perguntar. Às vezes perguntam só por curiosidade. Esses tipos de pequenas coisas no dia a dia. Aqueles preconceitos blindados. (...)Eu sinto muito medo. Não sei se é só porque sou uma pessoa ansiosa, mas tenho muito. São pequenas coisas... É difícil dizer, porque isso reflete diretamente no meu comportamento. Eu não sei se eu gostaria de passar como um homem cis, de ter uma voz mais grossa. Mas isso com certeza me colocaria num lugar mais seguro “ (Miguel Portugal) • “(...) aqueles comentários tipo: Ah, és um gajo ou uma gaja?” Ah, és uma gaja, mas pareces um gajo.” Ah, és bué masculino, mas és uma gaja” (Martim Portugal). • “(...) Sim. Escutei muita coisa. Meu pai não quer me chamar pelo meu nome, porque diz que não o enxerga nos meus documentos. Meu primo me disse que eu estava me mutilando (...)Pessoas já me falaram coisas na rua, me ameaçaram, mas nunca sofri violência física.” (M. Romênia). • “Eu já ouvi pessoas falando coisas por trás, dizendo que eu sou louco, coisas assim. Graças a Deus eu nunca tive uma discussão face a face, de forma agressiva, mas indiretamente sim. E eu conheço muitas pessoas que sofrem transfobia da própria família. Conheço uma pessoa que estava tentando ser aceite pela mãe e falava: “Eu só estou pedindo pra que vocês me compreendam e me amem”, e nós tentamos ajudá-lo por algum tempo, mas ele tirou a sua vida porque não foi aceito pelos pais” (Max Romênia). • Já ouvi comentários dirigidos a mim, que as vezes parecem inofensivos, sem a intenção de ofender, mas realmente são comentários que não se fazem e que me deixam desconfortáveis. Nunca experienciei agressões físicas, mas sei que existe. Já ouvi falar bastantes vezes e esse é um tema que me deixa um pouco preocupado, porque nunca sabemos com quem estamos a cruzar, para quem posso revelar quem sou. E, por isso, eu tento ao máximo passar um aspecto, uma expressão de gênero, o máximo masculino possível, porque eu não sei quem está do outro lado e como poderá reagir. (...) Eu sinto medo, principalmente quando tenho que frequentar uma casa de banho. Isso me deixa bastante nervoso. Uma coisa tão simples, mas é o que me deixa mais nervoso. Por mais tempo que passe, eu acho que vou estar sempre com aquele receio. Eu não me permito sair muito a noite, e talvez seja também por isso. Eu só me dou mesmo com gente que conheço há muitos anos. Essas saídas a espaços sociais onde eu não conheço as pessoas, em que há amigos de amigos, eu não me sinto confortável. Não sei que tipo de conversa podem ter, muitas perguntas, e às vezes eu não estou disposto a expor minha vida pessoal” (Nuno Portugal).
--	--

- *“Já sofri experiências transfóbicas na escola, mas também nas ruas. Pessoas me seguindo, ameaçando, ou coisas assim, me perguntando o que eu sou, se sou uma garota ou um garoto. (...) Eu conheço uma mulher trans que foi agredida, na minha cidade. Eu tenho medo, especialmente, quando eu vou a banheiros públicos. Nós nunca sabemos como aquela ida ao banheiro vai acabar. Nunca sabemos o que nos espera. Eu evito andar nas ruas sozinhos. Uma coisa que me assusta muito, é quando eu vejo grupos de adolescentes homens. Sempre fico muito assustado” (B. Espanha).*
- *“Quando minha voz ainda estava, quando não estava como está agora (há passabilidade), alguns garotos jovens que moravam perto de mim, eles costumavam me chamar de coisas, dizer coisas relacionadas às pessoas trans. Eles me seguiam e diziam coisas. E agora que eu passo de forma ok como um homem (passabilidade), eu ainda tenho experiências com pessoas sendo homofóbicas, assim como eram antes. Se eu vou a um encontro com um rapaz, ou se saio com meus amigos, algumas pessoas tendem a nos agredir da mesma forma. O mais próximo que cheguei da violência física foi quando uma vez cuspiram no meu rosto e em um dos meus amigos, aqui na minha cidade, quando estávamos voltando pra casa” (Dylan Irlanda).*
- *“(...) eu já vivi algumas violências sexuais por causa da transfobia, na minha experiência. Por estereótipos. Quando eu digo violência sexual, é uma violência de um modo moderado, para ser honesto. Algumas pessoas cis meio que querem me ensinar a fazer sexo. Assumem que por eu ser um homem trans e gay, eu preciso aprender como fazer certas coisas. Aprender a atuar como um homem cis gay atuaria. Então basicamente eles querem me ensinar a ser gay, e, então, fazendo isso eles acabam me constringendo a fazer coisas que eu não quero fazer. Eles ultrapassam o que seria consensual. E isso também acontece com amigas lésbicas que eu tenho. Mulheres trans lésbicas são muito fetichizadas pelas namoradas. Que as fazem utilizar os seus pênis, sem que elas queiram. Elas são compelidas a usá-los. (...) E tem também toda a transfobia contra mulheres e que aparece na mídia, nos jornais e que não deixa de violentar nossa saúde mental. (...)Eu conheço pessoas trans que se suicidaram e todos os anos na França, há entre 10 e 15 suicídios de pessoas trans. E eu acabo conhecendo muitos deles (...). Conheço mulheres trans que foram violentadas nas ruas. Eu sinto muito medo. Por isso que eu não costumo contar às pessoas que eu sou trans, a não ser que sejam amigos realmente muito próximos. Eu também só tenho primeiros encontros em lugares públicos. E eu sempre conto a eles antes do primeiro encontro que sou um homem trans. (...) Quando eu saio à noite, quando eu ando sozinho, eu sofro homofobia, porque como eu não sou visto como trans, porque eu já tenho passabilidade, as pessoas me veem como um homem cis gay. Então, às vezes acontece de alguém me chamar de “fag” (sentido pejorativo da palavra gay). Violências verbais desse tipo. (...) eu já sabia que isso ia acontecer, quando eu resolvi fazer a transição e vai ser assim até o fim. Eu estou engajado em uma organização trans e eu vejo coisas muito piores acontecerem, do que algumas interações transfóbicas que eu possa ter com as pessoas. Eu realmente vejo a transfobia por uma perspectiva política, então, eu não ligo mais” (Noah França).*

- *“Já escutei muitas histórias de pessoas que sofreram violência transfóbica. Principalmente pessoas mais andróginas ou mais queer, em suas aparências. Quando andam pela rua a noite. Isso acontece toda hora, principalmente se você estiver parecendo mais queer na sua aparência, se estiver mais explícito que você é trans. Você sempre vai ser perguntado por estranhos: “Oh, você é um menino ou uma menina?”. Eu mesmo já ouvi isso. Esse tipo de pergunta. “Quem afinal é você?” (Robin Bulgária).*
- *Eu me lembro que uma vez no trabalho, tinha um rapaz, que era muito chato, muito invasivo. Ele chegava e dizia: “Francesco, o que você tem entre as pernas?”. E ninguém dizia nada. Até mesmo as pessoas que se diziam aliadas não se envolviam na questão. (...)Eu me lembro de um amigo que um rapaz o atingiu com uma faca em uma festa, quando ele tentava ir ao banheiro masculino. E também, em Malta, há um caso registado de pessoa trans assassinada” (Francesco Malta).*
- *“(…) no início da transição fica muito obvio para a sociedade que você é trans. Então eu tinha medo, que olhassem e percebessem que eu era trans. Por exemplo, quando eu comecei a usar hormônios e saia para alguma festa. No início, quando você se veste a primeira vez com o novo gênero, e você sai em público é um pouco assustador, por causa das outras pessoas. Você se pergunta: “Como será que eles me enxergam? E se eles fizerem algo? Falarem algo? Vamos começar a discutir? Será que eles vão me acolher, e dar apoio?”. Esses tipos de questões, e isso tudo é muito desgastante. Mas agora, eu não sinto mais medo (depois da transição física, passabilidade)” (Lucy Luxemburgo).*
- *“(…) houve uma pessoa, um homeless, um pedinte, que devia estar sob efeito de drogas, ou algo do gênero. Eu estava a caminhar para o meu trabalho e estava com o telemóvel e com o dinheiro da loja e ele começou a, do nada, a ameaçar-me e dizer-me que ia me bater. E eu disse-lhe: “tás doido?” E ele disse-me: “oh, e ainda por cima és mulher, e ainda por cima vestida assim. Vem cá, eu vou te bater“. Eu tive que trancar-me na minha loja, com medo de que ele fizesse alguma coisa, e eu tive que ligar ao meu chefe a contar-lhe e tiveram que chamar a polícia e tudo isso. (...) Às vezes sinto medo também pelas histórias de outras pessoas, que meus amigos contam. Tanto que eu não gosto de sair à noite. A maior parte das coisas que acontecem aqui em Lisboa são nos bares LGBT e com pessoas trans e drag queens pela homofobia e transfobia. Por isso até mesmo, que eu não saio dizendo a minha identidade pras pessoas. Eu não digo às pessoas que sou trans. Eu não tenho coragem, porque eu tenho medo da reação das pessoas” (Martim Portugal).*
- *“Somente o fato de ter vivido como uma pessoa sempre com medo. Eu tenho medo. Eu vivo com medo. (...) eu tenho muita sorte por nunca ter acontecido nada comigo (referindo-se à violência física). Bem, eu sei que não tenho mais barba no rosto, e que já consigo esconder isso um pouco (se referindo à identidade masculina; já tem passabilidade) (...) Eu consigo me passar por uma mulher cis facilmente. É isso que eu estou querendo dizer, e talvez, por isso, nada tenha acontecido comigo. Mas, sim. Eu tenho medo de sofrer transfobia. Uma vez eu estava num pub. e tinha um rapaz, e ele estava me encarando, e*

	<p><i>eu estava muito desconfortável. Aquilo me deu muito medo. Talvez ele só estivesse confuso. Talvez não fosse transfobia, mas aquilo me deixou muito desconfortável e com medo” (Júlia Suíça).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Algumas vezes eu sinto medo. Principalmente quando eu estou diante de homens cis, homens mais velhos. Eu não me sinto segura como mulher. Eu também não me sinto seguro como homem. E eu realmente não sei como eu poderia me apresentar à sociedade para me sentir seguro. Eu me sinto aterrorizado algumas vezes” (Vuk Croácia).</i>
<p>1.5 Os entraves legais da transfobia institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“(…) vejo transfobia sempre que eu entro em contato com escolas, serviços de saúde pros meus filhos. Minha filha mais velha desde criança, e na adolescência teve que acessar os serviços de saúde mental, por causa da minha identidade. E persistem, ela continua indo. (...) sempre me perguntam se o fato de eu ser trans está impactando negativamente meus filhos. E para mim, isso também é um exemplo de transfobia sistêmica. E é, você sabe, porque eles não fazem perguntas sobre a ausência do meu ex-companheiro, que escolheu simplesmente não estar presente na vida dos filhos? Eles nem pensam nisso. Eles sempre dizem: “eles não estão tristes porque perderam a mãe?” (Jack Reino Unido).</i> • <i>“Quando eu fui aos médicos no processo de reconhecimento legal de gênero, o médico me disse uma coisa terrível. Ele disse (Pausa longa) Ele começou a me perguntar se eu acreditava em Deus. E eu lhe respondi que aquilo não era relevante, que eu não estava ali pra isso. E ele, basicamente disse que eu nunca seria um homem, nem mesmo se eu fizesse todas as cirurgias disponíveis, e que eu nunca seria um homem, porque eu nunca iria conseguir fazer sexo com uma mulher. E aquilo não fazia o menor sentido. Eu fiquei atônito. Eu não consegui dizer nada... eu fiquei paralisado. Eu não tive energia para explicar nada a ele. (fala ofegante, desconfortável com a lembrança) Eu nunca vou esquecer essa experiência. Espero não vê-lo nunca mais na vida. E espero que ele não atenda mais qualquer pessoa trans novamente. Eu não quero que ninguém passe pelo que eu passei e escute as coisas que eu escutei. É desumano” (M Romênia).</i> • <i>“(…) nas instituições públicas, seus agentes. Um agente público, uma vez, na estação de trem, me acusou de roubar o ticket que eu apresentei, por causa do nome, coisas assim. (...) há violência institucional na Espanha... se para reconhecer minha identidade, eu preciso de uma declaração de um profissional a dizer que estou transtornada, então, se o próprio governo faz isso... eu diria que está institucionalizado como algo patológico, nesse sentido (Declaração dada antes do avanço legislativo na Espanha. Hoje basta a autodeterminação)” (B. Espanha).</i> • <i>“(…) eu não quero alterar meus documentos agora. Eu estou esperando que retirem dos documentos a informação sobre o gênero, para alterar meus documentos. Porque eu não quero alterar de masculino para feminino. Para mim, não mudaria muita coisa [participante é uma pessoa não binária])” (Bamboo Bélgica).</i>

- *“Eu alterei meus documentos. Para mim foi um procedimento extremamente estúpido. Eu não consigo encontrar outra palavra para descrevê-lo. Você precisa ir à psicoterapia com um psicólogo e um psiquiatra por pelo menos um ano, até que eles lhe deem uma aprovação para a alteração dos seus documentos, e depois para a terapia hormonal. E não só isso, você precisa ainda ficar um ano utilizando testosterona, e fazendo toda a terapia hormonal para conseguir mudar o gênero. E ainda, precisamos ir aos serviços sociais para provar a mudança que vai estar no documento. E depois disso tudo, você vai a um conselho que irá dar o parecer final. E para mim, isso levou em torno de 2 anos e meio. (...) eu sofri transfobia institucional, mais uma vez, nos departamentos de saúde. Porque, por alguma razão, basicamente, quando eu alterei meu nome e meu gênero nos meus documentos, essas mudanças não foram enxergadas pelos departamentos de saúde. No sistema deles, ainda está meus documentos antigos, então todos os médicos só veem os meus antigos documentos, com o nome antigo, o gênero antigo. E eles sempre fazem muitas perguntas, perguntas bem invasivas. Eles querem checar qual genitália eu tenho. São situações bem constrangedoras e inaceitáveis. Eles simplesmente não acreditam em mim. Isso acontece ainda hoje” (Noah Croácia).*
- *“Aqui na Suíça eu me sinto bem protegida. Você pode trocar seu nome, seu gênero em seus documentos. Você só precisa ir a um órgão administrativo e fazê-lo. Não poderia ser mais fácil. Eu poderia fazer amanhã, se não fosse um outro problema. Meu passaporte e meu registo de nascimento são italianos, então, eu não consigo fazer isso aqui, e na Itália é muito complicado (pausa). Então, eu preciso fazer primeiro na Itália, para depois conseguir fazer aqui. É uma bagunça. A Itália não é muito acolhedora à identidade trans. Lá é muito caro para mudar o nome e o gênero. Tive que pagar 500 euros a um advogado. E aqui na Suíça é simples e barato. Não é preciso provar nada, apenas assinar uns papeis. (...) Eu ainda estou no processo. O processo se iniciou agora. Tudo muito caro. E, para mim, esse reconhecimento legal significará mesmo muito. Porque toda hora eu ainda preciso lidar com meu “dead name” (nome antigo), em todos os lugares. Sempre que preciso lidar com alguma situação burocrática, aquele nome ressurge. E isso é muito chato. É mesmo muito chato. Há uns dias, por exemplo, eu fui a um médico, e lá me chamaram pelo nome antigo, e quando me apresentei, eles perguntaram se era o meu namorado, se ele havia agendado para mim a consulta, e eu disse: “é uma longa história”. E para tudo, é basicamente a mesma história sempre. É constrangedor” (Júlia Suíça).*
- *“Como você sabe, provavelmente em quase toda a Europa, é necessário um diagnóstico psiquiátrico para a determinação da identidade de gênero. E é muito humilhante, porque os médicos começaram a me fazer perguntas estúpidas (...). (...) É importante falar que quando eu precisei passar pelos psiquiatras, e toda aquela questão da disforia de gênero, eu precisei me ausentar da universidade e tive que frequentar um semestre a mais para finalizar o curso. (...) Foi um processo muito difícil, longo, humilhante e confuso. (...) os psiquiatras (...) deixaram tudo mais difícil. O processo todo durou cerca de 3 anos” (Aleks Eslovênia).*

- *“Talvez eu não tenha feito (o reconhecimento legal de gênero), pq o processo é muito difícil e muito longo. E além de tudo muito caro. Uma chateação, e além de tudo no fim, ainda pode ser rejeitado. (...) se eu sofrer um assédio por exemplo, eu não sinto que eu tenha como reportá-lo. No meu país não temos o crime de transfobia, ou homofobia... (Robin Bulgária)*
- *“(...) eu não consigo arcar com o custo dos cuidados médicos. É tudo muito caro, e sem apoio. Eu só tenho 20 anos. Então, parte das minhas doses, das doses de testosterona, eu faço eu mesmo. Então, eu tive que estudar muita bioquímica e tudo isso, para saber qual era a dose certa. (...) nós sofremos a administração irregular de hormônios e coisas do tipo. Eu não tinha, por exemplo, nenhum lugar seguro para injetar testosterona, então, eu costumava fazer isso eu mesmo, nos banheiros públicos, e com base em tutoriais da internet.” (Alex Romênia).*
- *“Há inicialmente um grande percurso psicológico, para compreender se és realmente uma pessoa trans, depois um percurso médico, a nível de hormônios, para somente depois se chegar na troca legal de documentos. É um percurso longo e bastante custoso. (...) Para uma pessoa trans o reconhecimento legal é muito importante, porque em nível social, você passa a ser reconhecida como realmente é” (Am. Itália).*
- *“(...) inicialmente eu tinha achado que a médica da família estava ok com aquilo, mas depois ela começou a me dizer coisas. (...) eu não sei, eu acho que ela não percebia como uma pessoa poderia ser gay ou bi e ao mesmo tempo ser trans, e tudo aquilo foi muito estranho, porque eu pude ver que falta conhecimento sobre essas questões, até mesmo no meio médico. (...) quanto à criminalização da transfobia e crimes de ódio contra as minorias em geral, ainda não há políticas voltadas estritamente a essas questões. (...) E o sistema público de saúde, cuja estrutura definitivamente não é boa, com listas de espera muito grandes e demoradas, e com funcionários que não estão preparados para atender pessoas trans, e costumam fazer-lhes perguntas inapropriadas e constrangedoras. (...) eu me estressava muito, porque eu queria tomar testosterona e eu não conseguia, porque é bastante caro. E eu estou na lista de espera pública, mas é super lotada e demora muito para conseguir. Você nunca é chamado” (Dylan Irlanda).*
- *“(...) tem que levar ao tribunal, e por lá, o tribunal leva em média uns 8 meses para decidir. Às vezes eles chamam a pessoa lá, para vê-la e julgar a sua aparência, e depois eles dão uma resposta. (...) quando eu comecei a trabalhar, a minha vida era tentar esconder a minha identidade trans nos meus documentos, porque eu era uma coisa e o documento dizia outra coisa. Era muito custoso. Eu nunca tive orgulho em ser reconhecido pelo Estado como um homem, mas para mim, aquele documento refletia segurança. Era somente sobre segurança” (Noah França).*
- *“As leis em malta são as melhores do mundo. É a melhor legislação no mundo para a proteção do direito de pessoas trans. Mas estão no papel. Por exemplo, se eu precisar reportar um crime de ódio, eu acredito que nada vai acontecer. Há leis, mas*

	<p>na prática, não há resultado. (...) Mudei nome e gênero. Foi muito fácil. Custou um pouco (financeiramente), mas há suporte financeiro do governo para pessoas que não podem arcar com isso e demorou cerca de dois meses para mudar tudo. Significou muito. Quando eu vi aquilo no papel (expressão de orgulho e satisfação). E depois ir ao médico, por exemplo, e ser tratado pelo seu nome. Você sente que está finalmente sendo visto pelas pessoas. Mas também tem outro ponto, Está assinalado “M” nos meus documentos, gênero masculino (Participante é uma pessoa não binária). Porque em Malta, apesar de nós podermos assinalar o gênero como “X”, se assim o fizermos, nos não podemos mudar o nome no documento, porque ainda não é um gênero legal. E como eu queria mudar o nome, optei por assinalar “M”. É um grande erro da lei” (Francesco Malta).</p> <ul style="list-style-type: none"> • “(...) eu acho que não é fácil para ninguém alterar os documentos, mesmo administrativamente. Lidar com a administração pública nunca é fácil, e ainda mais difícil se você for uma pessoa de cor. Eu acho que se eu conseguir alterar os documentos, vai facilitar minha vida no trabalho, mas para outras pessoas, eu sei que vai muito além disso. Tira-as da invisibilidade, possibilitam uma vida normal” (John Alemanha).
<p>1.6 A descoberta, o saber nomear, o reconhecer-se trans.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu participei de um Erasmus bem queer em Berlim. Lá, eu fiz muitos amigos, e conversei com eles a respeito. E eles me disseram: “tudo isso que você está me contando, me faz parecer que você não é cis”. (...) Então, eu pensei sobre todas essas questões e me percebi como uma pessoa trans, um homem trans. Por um tempo, eu me senti um pouco forte, eu acho, porque finalmente eu tinha descoberto e realizado toda a minha questão quanto ao gênero, e percebido porque durante tantos anos eu agia daquela forma, ou preferia algumas coisas, ao invés de outras. E depois disso tudo, eu me senti orgulhoso e não envergonhado sobre minha identidade...” (Vuk Croácia). • “Aos 16, eu conheci pessoas trans e eu me senti muito bem. Eu conheci quem eu era. E então comecei a ver vídeos no youtube, de pessoas transgênero. E eu afirmei para mim mesmo que eu era uma pessoa trans. Pra mim, antes de tudo. E um dia eu estava tomando banho e ao terminar eu olhei para o espelho e comecei a chorar. E então eu liguei para o meu melhor amigo e eu disse a ele que tinha algo muito importante para contá-lo, e nós nos encontramos e eu lhe pedi: “Eu quero que você me chame de Adrian, eu sou um garoto” E eu recebi todo o apoio dele” (Adrián Espanha). • “(...) eu estava a trabalhar e uma colega disse-me que o namorado dela era trans e eu fui pesquisar no google sobre o que que era isso de ser trans, e pronto, comecei a me identificar muito mais com isso. Muito mais mesmo. Eu já tinha visto pessoas trans no tiktok, mas depois que eu vi mesmo cá em Portugal. Por volta dos 19, 20 anos, eu disse: “Eu acho que é mesmo isso. É mesmo isso, eu sou um homem trans”. A partir do momento que eu cortei o meu cabelo todo, mudou mesmo tudo em mim. A minha forma de vestir, até de falar. Eu tentava antes falar com a voz mais fina. E essa aqui é mesmo minha voz, eu não tomo testosterona ainda [participante demonstra orgulho da voz mais grave]” (Martim Portugal).

- *“Eu estava solteiro, depois de ter sido pai, e determinados impulsos que eu sentia dentro de mim, eu não conseguia mais controlá-los. E eu fui percebendo isso através da psicanálise, da psicoterapia, e, também, ao conhecer outras pessoas que sentiam as mesmas sensações. Assim eu percebi a minha transexualidade. Assim eu compreendi que eu era uma pessoa trans. (...) devagarinho, quando a transição segue adiante, isso vai aumentando a nossa segurança. (...) as pessoas nos reconhecem como realmente somos. Eu diria que a transição é um processo lento de trabalho em progresso, construído diariamente, tijolo por tijolo” (Am. Itália).*
- *Nunca me senti seguro. Eu sempre me senti fora do lugar. E então, quando fiz 40 anos e deixei meu casamento, tornei-me pai sozinho e decidi definir meu próprio caminho, comecei a fazer uma transição (...).E então, lentamente, fui ficando cada vez mais confiante, como nunca antes. E então eu diria, que no momento em que eu compreendi a minha identidade de gênero, eu resolvi, então, revisitar o meu passado, visitar aquela criança do meu passado, para abraçar aquele menino que eu era quando criança. E, então, dizê-lo que hoje eu o compreendia e que tudo fazia sentido, tudo se encaixava. Falando assim, parece até um conto de fadas, mas eu levei 40 anos para chegar até esse lugar, por causa de todo o silenciamento e da invisibilidade. Tudo isso se resume àquela frase de que “não podemos ser o que não conseguimos dizer” (Jack Reino Unido).*
- *E somente mais tarde eu resolvi confrontar esse problema, e isso foi apenas há alguns anos, quando eu tinha 39 anos. A primeira pessoa com quem falei sobre isso foi o meu psicólogo, porque a psicoterapia era um espaço neutro, fora da minha realidade, então ali eu podia falar” (Júlia Suíça).*
- *“E, então, comecei a me questionar, e procurar na internet por outras pessoas que se sentissem como eu. E, em 2019, (com 17 ou 18 anos) eu oficialmente me declarei como pessoa trans (participante estava no secundário)” (Lucy Luxemburgo).*
- *Quando eu tinha 28 anos foi quando eu comecei a explorar essas questões. E eu posso dizer que quando eu fiz 29 anos, foi quando eu comecei a me apresentar para as pessoas como uma mulher. (...) eu comecei a me apresentar progressivamente às pessoas de forma diferente. e as pessoas acabaram entendendo o que estava acontecendo” (Verônika Estônia).*
- *“Eu me percebi como pessoa trans, sabendo o que isso significava, quando eu tinha 20 anos. (...) eu estou muito bem comigo mesmo agora. Eu tentei várias maneiras de expressar o meu gênero, e eu assumo minha identidade publicamente, mesmo no trabalho. Eu realmente saí do armário. Então, agora está tudo bem” (John Alemanha).*
- *“(...) eu tive contato com um amigo que é trans e conversamos sobre essas questões. Eu falei a ele coisas que eu sentia. Eu tinha uns 22 anos. E, no verão eu fui encontrar meus colegas e decidi tentar ser tratada no feminino, e ali eu já havia decidido meu novo nome, já havia decidido sair do armário com esses meus amigos” (Sarah Espanha).*

- *“Eu compreendi que eu precisava da transição de gênero quando eu tinha entre os 15 e os 16 anos. Eu percebi que eu me sentiria bem melhor se eu fosse visto como um homem e pudesse viver como um homem. (...) e então eu dei início a ela com 18 anos. Pq eu já tinha maioridade legal. Eu me senti muito vulnerável em alguns momentos, porque eu não sabia como começar a transição. Eu somente encontrava coisas pela internet e em grupos do facebook” (Noah França).*
- *“(...) eu vivi por mais de um ano em uma comunidade como pessoa voluntária, em França, e de alguma forma, nesse ambiente a religião não estava de facto presente, (...) havia muitas pessoas queer, e foi aí, porque primeiro havia liberdade, eu estava longe de casa, longe do ambiente onde eu cresci, e conheci muitas pessoas queer, (...)havia muitas pessoas trans (...) Portanto, eu vivia com essas pessoas diariamente, e era um processo de descoberta muito intenso. (...)esse ambiente me ajudou muito. Essa experiência fora. (...)foi muito bom para experimentar essa liberdade e exploração pessoal. (...)uma grande porta de entrada para um conforto... e pra tudo, uma autodescoberta. E por ser internacional, diverso, tirava muitas barreiras do que vem a ser apropriado, ou não. Eu tinha 19 anos” (Miguel Portugal).*

Apêndice 17

Indicadores: Categoria 2: A violência escolar cotidiana

Subcategoria	Unidades de registo
2.1 A generificação forçada do espaço escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="640 507 2013 635">• “(...) na minha escola, eu notava que garotos e garotas eram tratados de formas diferentes pelos professores. E havia ainda a separação de grupos pelo gênero. (...) naquela altura, eu lembro-me de ficar muito triste, porque separavam muito os grupos por gênero, e eu não podia mais brincar com os garotos, simplesmente porque eu era uma garota” (Clarence Naber Holanda). <li data-bbox="640 671 2013 767">• “(...) em Malta, tudo ainda é muito generificado. Inclusive na educação, pelos professores e pela própria estrutura escolar. Tudo é dividido por gênero. Garotos versus garotas. Os garotos têm suas aulas próprias, as garotas as suas. (...) na escola, eu questionava: “Porque eu tenho que ficar com as meninas, e não com os meninos?” (Francesco Malta). <li data-bbox="640 804 2013 868">• “Eles deveriam parar de dividir as coisas por gênero, já que ninguém solicitou isso. (...) Eu não ia à casa de banho, durante a escola. Eu evitava. Porque eu ficava com muito, muito medo, de ser visto, sei lá” (Alex Romênia). <li data-bbox="640 904 2013 1032">• “A verdade é que precisamos educar e adaptar também todo o entorno, toda a estrutura. Como, por exemplo, os vestiários, que deveriam conter cabines individuais, que não sejam aqueles vestiários amplos em que se trocam todos juntos. E isso não é somente uma questão das pessoas trans, é para qualquer pessoa que queira resguardar sua intimidade e não lhe apeteça compartilhar o seu corpo com o restante das pessoas” (Sarah Espanha). <li data-bbox="640 1069 2013 1133">• “Outra coisa a se pensar, são os uniformes ou vestimentas. Deve haver alguma proteção ou permissão nesse sentido.” (Aleks Eslovênia). <li data-bbox="640 1169 2013 1329">• “Não há razão para termos casas de banho separadas por gênero nas escolas. Eu tenho uma aluna, que me fala que veio de uma escola que na porta da casa de banho só havia o nome: “Toilet”, e quando ela chegou à universidade ela achou tudo muito estranho... pq era tudo dividido, por masculino e feminino. E essa aluna é cis e heterossexual. Então há de se realizar essas pequenas mudanças na infraestrutura, e pouco a pouco, teremos uma grande transformação social” (Jack Reino Unido).

	<ul style="list-style-type: none"> • “A escola precisa ser um espaço seguro pra nós. Precisam existir casas de banho de gênero neutro. Vestiários também de gênero neutro. Para que nós possamos nos sentir ok em utilizá-los” (Vuk Croácia). • “Acho que não deveria haver diferença de gênero nas escolas, por exemplo. Deveríamos ser tratados por iguais” (Martim Portugal). • “Na escola era muito difícil, porque eu tinha que ficar sempre com os garotos. Eu ficava somente com os garotos e eu era diferente deles. (...) eu não conseguia ficar, por exemplo no time dos meninos no futebol. Era muito difícil pra mim, e isso já me revelava coisas da minha identidade. (...) Eles precisam esquecer essa questão de masculino e feminino. Garotos e garotas. A escola precisa entender que todas as crianças são diferentes. E a diferença não está entre as pernas dos estudantes, mas na cabeça deles. (...) A saída para mim é a fuga da binariedade. Chega de dividir tudo pelo gênero, chega dessa dicotomia. Estamos a falar de pessoas. Se eles esquecessem o que há entre as pernas das pessoas, eu acho que o problema estaria resolvido” (Bamboo Bélgica). • “Poderiam também abolir a segregação escolar de sexo e gênero... que, a meu ver, só atrapalha a convivência entre os estudantes e estimula o preconceito, através da estereotipação dos papéis de gênero” (Dylan Irlanda). • “(...) havia essa segregação por gênero. (...), e os professores estavam sempre a dizer coisas como: “Você é uma garota, você não deve...” Eu tinha uma escrita muito ruim e os professores estavam sempre a tentar corrigi-la, porque eu era uma garota e eu tinha que ter uma escrita melhor. E porque eu era uma garota, eu tinha que ser boa em linguagens... e eu acabei ficando mau inclusive na matemática, que era uma matéria que eu era mesmo muito bom, mas eu passei a me desinteressar por causa disso. Havia muitos desafios de gênero impostos às crianças. Muitas regras em relação a isso. Era um espaço muito dividido pelo gênero. (...)Eu acredito em políticas implementadas nas escolas, como a questão do bullying e o modo como os professores estigmatizam o gênero, para não permitir que crianças trans percebam equivocadamente as suas habilidades e as suas motivações a irem às universidades” (Noah Croácia). • “Quando se é adolescente, há uma separação entre garotos e garotas, e eu tinha que estar com as garotas, e eu me sentia muito mal pq eu era muito diferente delas. Eu me sentia discriminado. (...) eu não sabia o que fazer, onde me encaixar, onde me posicionar” (Adrián Espanha).
<p>2.2 A escola como primeira grande contenda, através do bullying e da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “as pessoas na escola usavam meu nome antigo, pronomes errados. Mesmo as pessoas sabendo. Tipo, depois que eu me declarei e falei o nome e os pronomes, que eu gostaria de ser tratada. 6 meses depois, algumas pessoas ainda insistiam em me tratar no masculino. E eu pedia que não o fizessem, e elas achavam bobagem” (Lucy Luxemburgo).

<p>cumplicidade do seu corpo docente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “No primário eu não tinha muitos amigos e muitas vezes eu era excluído. (...) Eu lembro de haver rumores sobre mim, de haver alguma doença relacionada a mim, algo como, se alguém falasse comigo, ou tocasse em mim, seria infectado por essa doença. Coisas assim. (...) eu tinha muitos problemas de saúde mental naquela altura. Principalmente no secundário, porque eu... [pausa longa] eu ouvia coisas. Não diretamente voltadas a mim, mas sobre o que aquelas pessoas achavam sobre as questões de gênero. (...) Naquela altura, durante o secundário, eu realmente não queria mais ir à escola. Eu tinha muitos pensamentos suicidas, e definitivamente eu não achava que fosse finalizar a escola” (Dylan Irlanda). • “Eram brincadeiras, palavras pesadas, um bullying pesado, porque eu não era homem o bastante. (...) Eu não tinha vontade alguma de ir àquela escola. Eu era obrigado a ir. (...) era muita violência. Parecia uma selva. Os professores não faziam nada” (Bamboo Bélgica). • “(...) muitas pessoas falavam coisas más sobre mim (...). (...) Eles perguntavam sobre meu órgão sexual, eles perguntavam como eu fazia sexo. Muitos deles na maioria das vezes me diziam que eu nunca seria um homem e que eu não poderia ser um homem, coisas assim. (...) colegas de sala e, também, de professores. Em algumas aulas, alguns professores falavam coisas más de pessoas trans. Não necessariamente de mim, mas em geral e eu estava ali. Falava que pessoas trans eram horríveis e nojentas e coisas do tipo, e alguns colegas de sala concordavam” (Alex Romênia). • “(...) no meu secundário tinha uma garota trans, uma imigrante indiana. Eu não sabia que ela era trans, até que um professor nos contou, em sala de aula que ela era. Quem nos contou que havia uma garota trans na escola foi um professor e só isso já foi horrível. Se ele não tivesse feito isso, talvez ninguém soubesse. Essa atitude dele e o bullying dos colegas de sala expuseram a garota a toda escola” (Noah França). • “Sofri muito bullying. Muito mesmo. Pelos estudantes e até mesmo pelos funcionários, e pelos professores. Eles faziam brincadeiras. Sofri bullying por toda a gente. (...) Constantemente, os professores não me chamavam pelo meu nome. Meus professores faziam brincadeiras estúpidas, estudantes fazendo bullying, era mesmo horrível. E aí, em casa eu não encontrava suporte. Então, era um ciclo contínuo. (...) quando eu ia à escola, tinha muita transfobia. (...) Eu deixei de ir à escola em 2019. Eu não continuei para ir à universidade. (...) Toda vez que eu ia à escola era como se eu estivesse indo a uma luta” (Francesco Malta). • “(...) no primário foi bem difícil. Houve bullying e tudo mais. Os professores não intervinham. Eu procurava-os e dizia-lhes e eles nunca faziam nada. Até que um dia, eles começaram a me chamar de outra coisa. Eles me chamaram de “moth” e essa palavra para um alemão é uma grande ofensa, um grande insulto, mesmo no contexto holandês, e pela primeira vez os professores fizeram algo. E eles nunca mais fizeram bullying comigo. Então o bullying por causa do gênero não era suficiente para que eles tomassem uma atitude, mas essa questão do termo ofensivo para os alemães, sim. (...) em uma fase escolar
---	---

depois do primário, que coincide com a puberdade, uma coisa veio a minha cabeça e eu não sei de onde, se da mídia, se da escola, se dos meus pais, mas eu realmente acreditava que quando se iniciasse a minha puberdade, eu não iria poder mais usar aquelas roupas de garotos que eu gostava [roupas tidas como masculinas]]. Eu não queria continuar a sofrer o bullying que eu sofri no primário. Então, eu comecei a vestir roupas mais femininas. Deixei meu cabelo crescer. (...) E, então, durante algum tempo, eu fiquei parecida a qualquer garota, com o cabelo bem longo, na tentativa de prevenir o bullying. E aquilo funcionou, acredite. Tudo correu da forma melhor com aquele cabelo e aquelas roupas” (**Clarence Naber Holanda**).

- “teve bullying no primário, por diversas razões, e teve bullying no secundário por parte de outros estudantes, especificamente por causa da minha identidade de gênero. Porque eu tinha o cabelo curto, eu me vestia de forma masculina. Os professores não faziam nada, nem viam” (...) eu não queria ir à escola. Eu queria ter aulas remotas, à distância, mas meus pais não concordaram” (**John Alemanha**).
- “Para mim, foi uma altura muito difícil, em geral. Eu não sabia como expressar minha identidade. Eu me sentia como se eu não estivesse vivendo minha própria vida. (...) Eu não gostava de ir à escola. Eu nunca queria ir à escola” (**Verônika Estônia**).
- “Eu sofri muito bullying no primário. Uma vez, eu cheguei à escola com um cabelo curto e uma mochila do homem aranha... e eu voltei para casa chorando, dizendo que precisava de uma mochila nova, porque todas as outras crianças ficaram dizendo que eu era um garoto. E minha mãe teve que comprar uma mochila nova pra mim... e eu odiei a mochila nova, uma mochila rosa horrorosa. (...) Nas aulas de educação física, por exemplo. Eu lembro que no secundário eu tive uma briga com meu professor porque as meninas tinham que vestir meia calça e eu nunca as vesti como é obvio. Então, eu sempre discuti com ele e todo aquele bullying que eu já falei. Os professores não ajudavam, e pelo contrário, pioravam as coisas, faziam acontecer. (...) provavelmente em alguns momentos, eu diria que sim, a transfobia impedia o meu acesso à educação, diante dos episódios transfóbicos. Eu odiava ir à escola. Eu sempre sofria bullying (...). Eu sempre me senti muito desconfortável. (...) No secundário. Eu quis abandonar” (**Vuk Croácia**).
- “Houve bullying. Por parte dos meus colegas. Não tem como. Era mesmo um bullying feio. (...) Gozar com teu aspecto, ou por gostares de meninas, ou seja o que for. (...) eu não percebia se eles gozavam comigo por causa do meu gênero, ou da minha orientação sexual. Mas o bullying era principalmente pela minha maneira de vestir. Os professores não intervinham. Eles fizeram pior. No 10º ano, eu estava de calções e a minha própria diretora de turma disse pra mim na altura: “Não achas que podes ir à casa trocar de roupa?” E eu olhei a volta e havia outras pessoas de calções, havia meninas com calções super curtos e tops super curtos. E eu disse-lhe: “qual a diferença? Eu estou igual.” E pronto, a professora simplesmente obrigou-me a sair da escola em pleno dia de aulas para ir me trocar. E eu nunca mais fui de calções pra escola desde aí (...) fiquei a sofrer bullying do primeiro até o nono ano. (...) Eu desisti da educação. Eu não aguentei. (...) todos os dias me atiravam um tubo de cola na cabeça, os professores me pediam para vestir-me de outra forma, metiam areia na minha comida, por

	<p><i>exemplo. E eu não era aceite (...). Tiravam meu chapéu e metiam na lama. Gozavam com a morte do meu pai e diziam que devia de ser eu e não ele” (Martim Portugal).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“(...) No secundário eu me assumi como gay, como lésbica na altura, e alguns dos garotos ouviram isso e eles começaram a me dizer coisas muito pesadas. Eles diziam: “eu vou te estuprar para te mostrar o que é um homem de verdade”. E esse tipo de coisa me assustava muito e eu comecei a não ir mais às aulas. Eu parei de ir às aulas. (...) e ia somente aos exames” (Noah Croácia).</i> • <i>“Eu fui à escola em uma altura bastante problemática, massivamente homofóbica. (...)Eu resisti. Eu sabia que eu não poderia desistir de nada que eu realmente quisesse, por causa dessas questões. (...)Meus filhos, falando agora do contexto atual deles, ainda existe muita transfobia, homofobia, racismo e sexismo nas suas salas de aula. E eles sabem disso” (Jack Reino Unido).</i> • <i>“Nos primeiros anos eu não tive problema algum, porque eu não parecia queer eu acho e as pessoas não notavam. Mas no secundário, eu escutei muitos comentários pelas costas, quando passava, pessoas (outros estudantes) apontavam, riam. (...) mas eu tinha que seguir na educação, se eu quisesse alcançar alguma coisa, então eu continuei” (Robin Bulgária).</i> • <i>“Eu sempre escutava coisas. Não diretamente a mim, mas eu escutava coisas. Na universidade já foi um pouco diferente, mas na escola havia muita transfobia e homofobia. Era muito comum. Eu sentia isso (...) Eu não pensei seriamente em desistir da educação, eu diria. Mas passou na minha cabeça algumas vezes... Antes de assumir minha identidade eu era muito insegura... então qualquer resultado negativo me afetava muito, diante da possibilidade de viver todo o processo de transição de género. (...) semana passada eu ouvi a história de um garoto trans, que o professor se recusou a chamá-lo pelo nome que ele desejava e também a instituição. Tipo, ele está autorizado a estudar, a frequentar aquele espaço, mas não pode ser chamado pelo nome que ele indica. Qual a dificuldade nisso?” (Júlia Suíça).</i> • <i>“Alguns professores na escola foram transfóbicos, como eu mencionei, mas na altura eu remetia isso ao conservadorismo deles e à idade mais avançada” (Aleks Eslovênia).</i> • <i>“Eu mudei de escola. Eu quis ir para outra escola para recomeçar. Eu não queria ter problemas. E eu tive problemas somente com os professores. Os problemas eram os professores. Eu pedia a eles que me chamasse pelo meu nome, e eles faziam o que eles queriam. Não se importavam. Meu professor de filosofia, me chamava de “A coisa”. Usava esse termo o tempo todo comigo, na frente de todos. E eu começava a chorar. Eu estava muito cansado” (Adrian Espanha).</i>
--	--

- *“Minha ex namorada contou a todos que eu era trans sem o meu consentimento. A todos da minha sala. Ela estudava comigo na mesma sala. E as pessoas não diziam nada na minha cara, mas eu sabia que falavam, e eu me senti muito vulnerável. Porque além de tudo, as coisas que falavam não eram verdade. Tudo isso foi muito violento. Falavam que eu iria mudar meus genitais. (...) Era tudo muito ridículo e violento, porque não me davam nem a oportunidade de replicar. Falavam por trás, rumores. Eu senti que as pessoas estavam diferentes comigo e eu não sabia o que fazer” (B. Espanha).*
- *“Tive episódios bastante complicados, principalmente depois que eu entrei no secundário, tanto que eu não continuei o curso onde estava e mudei de turma. Foi bastante complicado o meu 10º ano. Bullying mesmo muito pesado. Até agressão física eu sofri. (...) Eles faziam um grupinho e me jogavam no meio, gozavam comigo, diziam que eu era lésbica. Eu ficava bastante chateado. Chegaram a me empurrar. Não eram socos, mas pronto, era algo assim um pouco mais agressivo. E eu não conseguia falar aos meus pais, porque eu também tinha vergonha do que é que estava a acontecer, do que eles me chamavam, eu não sabia como eles iriam reagir. Aí depois troquei de turma. Os professores nunca intervinham. Aliás, eu tive professores que eles próprios não tinham os melhores comentários, e aquilo validava para que outros colegas também pudessem fazê-lo. Eu pensei muito em desistir da educação (pausa), de tudo no geral. Nessa altura eu sentia-me muito sozinho, e havia aquelas coisas. Eu pensava que não ia nada melhorar. Eu tinha medo de dizer, de denunciar. Eu não queria ir à escola. Eu pensei em desistir da vida. “Se realmente o que eles estão a dizer é verdade, e eu vou ter que viver isso pelo resto da minha vida, o que estou a fazer aqui?” (Nuno Portugal).*
- *“Na escola tinha muito bullying porque eles interpretavam que eu não era como as outras garotas. E embora eu não estivesse declarado, o bullying era nesse sentido, da expressão de gênero. Era muito difícil, tanto no primário, como no secundário. Era como se eu estivesse no meio, eu não era visto nem como homem, nem como mulher. E depois de tanto bullying, eu precisei de um tempo fora da educação, para conseguir ir à universidade. Eu optei por sair do público, sabe? Não o público geral, mas o público da educação. Aquele espaço me gerava uma tensão muito grande. De como eu seria percebido pelas pessoas e eu não sentia isso em outros lugares. (...) Eu não queria mais ir à escola. Eu lembro de falar isso a minha mãe, que eu não queria mais ir à escola. Eu não sei mesmo como eu não desisti. Eu conheço muitas pessoas que abandonaram e eu os entendo. Eu resisti e persisti para continuar” (Maxi Romênia).*
- *“Definitivamente, muito bullying, a maior parte no primário, mas também houve no secundário. Eu era visto como uma menina muito masculina. então eu tive muitos problemas por causa disso. E eu acho que algumas pessoas já desconfiavam que eu fosse queer, antes mesmo que eu soubesse o que era aquilo. E eles não ligam para em qual sentido queer você está, eles somente assumem que você é estranho, diferente e atacam. Aquilo te fazia virar um alvo. Os professores não faziam nada. Não queriam se envolver, ou simplesmente não ligavam. Era patético. E às vezes, até algumas coisas vinham dos próprios professores. Eu tive um professor de religião na escola que encorajava as pessoas a votarem contra o casamento gay e falava muitas coisas” (M. Romênia).*

	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Havia sempre comentários. Lá está, eu sempre gostei de mulheres, desde pequenino, eu tinha essa noção. Então as pessoas insultavam-me. “És uma “fufa”, és uma lesbica” Lá está, era verdade, mas eu não poderia admitir. Eu ainda não tinha a coragem de me assumir. Eram outros alunos. Eu estava sempre com outros rapazes, eu jogava a bola, era mais masculino, então os adolescentes faziam comentários. Era mesmo um bullying às vezes muito pesado. Na adolescência é muito difícil. (...) teve uma altura que eu vivi uma depressão na adolescência. Todos esses comentários não ajudavam. Me faziam sentir muito deprimido, porque eu sentia-me fraco. Eu escondia-me. “Porque eu estou a fazer aquilo que os outros querem ouvir e estou a enganar-me a mim mesmo?” (Martim Portugal).</i> • <i>“(...) eu lembro de situações em que eu não sabia o significado de determinadas palavras que são usadas para ofender e agredir pessoas queer, especificamente mulheres lésbicas, e eu sofri comentários que lá está eu nem sequer sabia o que significavam. E isto em idade muito, muito, muito, criança. Aquela ideia clássica: Como é que os outros poderiam saber, se nem eu sabia? É uma palavra que caiu em desuso, mas que usavam para criticar e ofender pessoas lésbicas. E eu não tinha uma expressão nada assim masculina, eu tinha o cabelo comprido. Eram meninas, durante a ginástica, que por acaso elas também não eram tão femininas. Os professores não intervinham. Acontecia sempre em ambientes mais de insegurança, como o balneário. Acontecia sempre nos balneários. E na altura já era difícil, mesmo sem ter as ferramentas para perceber do que se tratava, o que aquilo significava. E, também. eu própria não fazia ideia do que estava a sentir” (Miguel Portugal)</i>
<p>2.3 A falta de formação dos agentes educativos para o acolhimento da diversidade de gênero no contexto escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“(...) o que realmente me tirava do sério, era quando eu tinha episódios de disforia de gênero e procurava o serviço social escolar, e eles me diziam: “Ah, é isso mesmo. A escola estressa. É um ambiente estressante”. Ela não sabia sequer sobre o que eu estava falando” (Aleks Eslovênia).</i> • <i>“Eu acho que os educadores, sejam eles do primário, secundário, ou universidades, eles precisam de melhor formação para lidar com os conflitos do gênero e da sexualidade, como um desafio. Por exemplo, eu não vejo essa preocupação, esse desafio, nas escolas dos meus filhos. (...) Eles não têm as habilidades necessárias, a confiança, a formação necessária para lidar com essas questões. Então, o que melhoraria bastante seria a formação desses educadores, para torná-los aptos a lidar com essas questões” (Jack Reino Unido).</i> • <i>“Os professores e staff não estão preparados. A maioria deles tem uma idade bem avançada e são muito conservadores. Escutam fake news sobre gênero e sobre gays na tv e as tomam como verdade” (Robin Bulgária).</i> • <i>“(...) eu já tive uma criança trans em uma turma que eu dou aula, e é muito difícil, porque a estrutura escolar, os diretores, coordenadores, professores, são predominantemente brancos, masculinos e cis, e minimizam a transfobia, porque ela também está institucionalizada” (John Alemanha).</i>

- *“Eu acho que a primeira coisa que precisa ser feita é a formação obrigatória de professores e agentes da educação, e até mesmo da secretaria. Formação obrigatória para a inclusão da diversidade de gênero, de sexualidade, religiosa, de pessoas com deficiência, inclusão em geral, para todos. E então, políticas mais restritivas contra o bullying (...). (...) Incluir livros queer. Incluir as famílias diversas, os vários tipos de família. Incluir a diversidade” (Francesco Malta).*
- *“As escolas devem saber. Elas precisam ser educadas nesse sentido, para lidar com as questões de identidade de gênero que existem naquele contexto. Há transições ocorrendo naquele espaço. Há essa possibilidade. Talvez assim, pessoas comecem a transição mais cedo. Não demorem 5 ou 10 anos para isso. Talvez os meus pais aceitassem melhor a ideia, se tivessem conhecimento sobre isso” (Aleks Eslovênia).*
- *“(…) os professores, eles deveriam esquecer as cores estereotipadas e escutar as crianças. (...) E isso é mais que o feminino e o masculino. (...) Precisamos escutar as crianças. Elas têm a solução para tudo. São criativas e cheias de ideias. Elas não podem ficar restritas à binariedade, aos livros e brinquedos específicos para cada gênero. Senão, elas serão iguais ao que fomos, e nós falhamos miseravelmente” (Bamboo Bélgica).*
- *“É fundamental que a informação se insira de fato no ambiente escolar. Formação e informação aos professores, agentes, dirigentes. Que tenham a oportunidade de acessar uma formação base sobre diversidade sexual e de gênero” (Am. Itália).*
- *“(…) deve haver uma formação concreta no plano acadêmico, com a formação dos professores para a diversidade, pois essa é uma lacuna pendente na realidade desses professores. Eles não sabem lidar com essas questões e acabam realizando atos discriminatórios, simplesmente por ignorância, por não conhecer o tema. Quero acreditar que é por falta de conhecimento e, não, que façam de propósito” (Sarah Espanha).*
- *“(…) poderia também haver formação sobre gênero, sexualidade e coisas assim para os professores, porque há muitos professores que são transfóbicos. E aqui ainda não há formação compulsória ou treinamento de professores sobre esses temas, então eu acho que essa é uma grande lacuna (...).” (Noah França).*
- *“Antes de tudo, deveriam educar todos os professores, porque é muito importante que eles saibam como tratar todas as pessoas, e possam compreender toda a diversidade que pode haver ali naquele contexto. E para que eles possam servir de exemplo para os estudantes. Deve haver também políticas específicas para a proteção de pessoas trans na escola. Seria muito bom que possibilitassem e respeitassem a indicação de pronomes e a alteração do nome pelas pessoas trans no contexto escolar” (Dylan Irlanda).*

- *“A principal mudança que precisa haver é na mudança de pensamento das pessoas sobre as identidades de gênero. As pessoas precisam entender o quanto é opressora essa categorização de gênero para as diferentes pessoas, não somente pessoas trans. Precisa haver essa mudança de mentalidade dos professores, e então eles poderão repassar isso aos estudantes. Nós não temos mais educação sexual nas escolas e isso seria outro importante ponto a ser observado. Ensinaríamos essas questões de gênero e sexualidade em geral aos estudantes e os professores as reforçariam. E assim eles tentariam encontrar alternativas para a inclusão da diversidade, construindo expectativas para as crianças, sem restringi-las por causa do gênero. E, também, consistentemente, deve haver políticas anti-bullying em favor de pessoas trans e de qualquer outra pessoa que sofra bullying. Precisa haver uma reação. Eu não sou muito a favor de punições, mas precisa haver algum tipo de reação, ou então continuaremos muito inseguros nas escolas. As pessoas que fazem bullying precisam assumir as suas responsabilidades. E os pais também precisam ser responsabilizados. Em muitas das vezes, esses pais, não veem um problema em seus filhos serem transfóbicos, ou homofóbicos, pormenorizam essas atitudes” (Noah Croácia).*
- *“Eu acho que eles precisam falar sobre pessoas trans nas escolas. Eles precisam incluir pessoas trans. Torná-las visíveis. Para naturalizar e assim elas não sofram tanto” (B. Espanha).*

Apêndice 18

Indicadores: Categoria 3: Os campos de batalhas universitários

Subcategoria	Unidades de registo
<p>3.1 Universidade: um sonho possível ou continuação do pesadelo?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“(...) Me olhavam e me achavam uma pessoa estranha, queer, velha demais para ser uma estudante. Existiam algumas pessoas contra mim na universidade. Eu ouvia brincadeiras que machucavam. Às vezes eu estava lá a fazer um trabalho e alguém brincava: “meu deus, estamos num programa de televisão? Onde está o cameraman?” [participante possui uma expressão de gênero mais andrógina], e riam e brincavam com a minha aparência. Algumas pessoas diziam que não era possível eu trabalhar como professor de crianças, por que como eu poderia me apresentar diante delas daquela forma?” (Bamboo Bélgica).</i> • <i>“Apesar de me sentir incomodada [com o bullying escolar], eu acreditava que quando fosse à universidade isso iria melhorar. Acabei que senti homofobia geral na verdade. Porque a maioria das pessoas na Eslovênia não sabiam nem que pessoas trans existiam, então para elas éramos sempre homens gays ou mulheres lésbicas” (Aleks Eslovênia).</i> • <i>“Eu ainda era feminino quando cheguei à universidade, então, eu ainda estava socialmente integrado. Eu tive boas notas, tudo ia bem, até a transição. Quando eu iniciei a transição, eu perdi o contato com as pessoas. [pausa] é difícil falar sobre isso... [voz embargada] não há mais muito a dizer [após iniciar a transição o participante se sentiu excluído e resolveu passar a assistir às aulas na modalidade virtual, à distância]. (...) São altos e baixos” (John Alemanha).</i> • <i>“Eu acho que a academia é um ambiente que pode ser bem receptivo, mas também pode ser bem preconceituoso. (...) Eu tive vários momentos bem desconfortáveis, nos quais pessoas fizeram muitos comentários desagradáveis e negativos, comentários sexistas, misóginos, que me atingem tanto como a mulher cis que eu me identificava na altura, quanto como o homem trans que eu sou hoje. (...) aconteceram aquelas coisas sutis. Eu estava sempre sob olhares, opiniões, de todas as partes, de todos os lados” (Clarence Naber Holanda).</i>

	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“A chegada à universidade foi muito estressante. Porque eu tentava “passar” [remete à passabilidade] como um garoto o máximo que eu conseguia. E algumas pessoas usavam o pronome masculino comigo e eu ficava muito feliz, mas aí, a mesma pessoa me via na casa de banho feminina, e era uma merda” (Vuk Croácia).</i> • <i>“Para mim, foi mais fácil a universidade, para lidar com tudo isso. (...) É um contexto diferente. Para mim foi mais fácil que na escola. Eu ainda ouvia algumas coisas pelos corredores, de outros estudantes, mas muito menos que na escola” (Júlia Suíça).</i> • <i>“(...) lá havia muitas pessoas LGBT, ou melhor, pessoas LGB. E eu gostei muito daquele ambiente. (...) E eu me senti bem com aquilo, porque teve muita aceitação. Apesar de também haver muitas ideias transfóbicas e bobagens dos outros estudantes, mas também houve aceitação” (Noah França).</i> • <i>“A universidade que eu frequentei na Croácia quando eu voltei aos estudos, depois da internação, era muito inclusiva e eu não esperava por isso, porque era completamente diferente de qualquer outra universidade na Croácia [Participante remete à ida à universidade após a internação. Antes disso, ele inicialmente acessou à universidade na Holanda, quando se declarou trans e teve uma experiência muito difícil, tendo que retornar à Croácia]. (...) me sinto incluído e acolhido. É muito prazeroso ir hoje à universidade. Até o meu rendimento acadêmico aumentou. (...) [Ainda assim] na faculdade mesmo, eu já escutei pessoas falando de mim por trás, dizendo que não compreendiam o que eu era, ou porque eu estava fazendo isso. (...) houve também alguns estudantes do meu secundário que estavam na mesma universidade, e (...) todas as vezes que ele me vê pela universidade, ele fica a me perseguir. Se eu vou ao banheiro masculino, ele vai atrás de mim. Então eu acho necessário ter sempre algum amigo comigo, quando eu vou ao banheiro ou aos dormitórios. Eu não o denunciei ainda, mas eu nunca mais o vi pela universidade, então eu acho que estou seguro” (Noah Croácia).</i> • <i>“Eu acho que fiquei meio desapontado. Porque ninguém na minha família havia ido à universidade, então eu estava muito empolgado. (...) A homofobia e a transfobia que acontecem nas escolas, continuam presentes na universidade. (...) continuo achando que as pessoas não percebem quem você é. E isso acontece em relação as várias outras minorias. As pessoas podem até te aceitar, mas elas não fazem isso completamente. Elas te aceitam em um ambiente, sem pensar sobre sua realidade, sem empatia” (Jack Reino Unido).</i> • <i>“Eu estava mesmo com muito medo de ir à universidade por causa da questão do nome (o nome ainda estava no feminino, e ele estava com aparência masculina porque fez a transição). Demorou algumas semanas para eu perceber que as pessoas não ligavam pro meu nome. (...) mas eu estava realmente com muito medo, de conversar, interagir, porque eu tinha uma voz lá no fundo que dizia que as pessoas iriam perceber e não iam acreditar no meu gênero. (...) geralmente eu fico com medo quando eu preciso usar meu nome antigo, porque hoje eu tenho uma barba e os professores geralmente são contra e</i>
--	--

falam: “mas essa aqui não é você”, coisas desse tipo e eu preciso explicar, que aquele é meu nome, e eles não acreditam que sou eu. E é ainda mais estranho, porque meus novos amigos, meus colegas na universidade não sabem que sou trans porque eu passo como homem. Foi um privilégio que eu ganhei com o tempo. (...) Na universidade também acontece o bullying (...) umas mentes bem conservadoras, que falam sobre coisas de homem e coisas de mulher. A Romênia é muito conservadora. (...) Eu sei que meus colegas são homofóbicos e transfóbicos, mas eles não falam diretamente comigo, talvez porque não imaginam que eu sou trans (remete mais uma vez à passabilidade)” (**Alex Romênia**).

- “(...)Estudar em geral é difícil, então, eu não posso dizer que era um momento agradável, que eu tinha prazer em ir à universidade. Mas eu fui à universidade para estudar, então eu estudei. (...)Havia comentários, algumas poucas conversas, de alguns estudantes, falando sobre mim, mas só isso” (**Verônika Estônia**).
- “Entrei em um campus no qual eu estava perdida nas mãos de Deus. Eu tinha acabado de sair do armário (...)Em relação aos estudantes, a verdade é que nunca fui muito sociável nos entornos estudantis, e tampouco encontro gente com quem eu não me sinta acolhida, mas no geral eu acabava levando sem muitos problemas” (**Sarah Espanha**).
- “A universidade foi mesmo muito melhor. Eu já me apresentava com o meu novo nome, embora eu ainda não tivesse alterado. (...) Talvez no primeiro ano da universidade eu ainda me sentia muito triste, pelo estresse de precisar sair do armário repetidas vezes para pessoas diferentes. (...) Teve um estudante no primeiro ano que algumas vezes, ele era gay, e as vezes dizia que era bi, ou pan, e ele, apesar de ser parte da comunidade LGBT, às vezes desconsiderava a minha identidade de gênero (misgender me) e dizia coisas sem sentido, como “Você não deveria ter feito a transição. Você deveria ser quem você era, com seu gênero não conforme, mas sem precisar fazer a transição” (**Dylan Irlanda**).
- “Quando eu entrei na universidade, eu já estava com uma mentalidade diferente. (...) Já ouvi comentários por lá. Não é fazer vista grossa, mas já é algo que convivemos infelizmente diariamente com isso, então tento não dar muita importância. Tento não levar isto ao peito, nem guardar isso comigo” (**Nuno Portugal**).
- Chegando lá, as pessoas não ligavam muito. Não era a mesma vibe da escola, mas em algum ponto, eu sempre me questionava, até que ponto era mesmo aquilo. Alguma coisa na minha mente me levava de volta a tudo que eu tinha vivido na escola. Eu tinha muito medo. Eu não gostava de ir pra lá pelas coisas que eu tinha em mente, por todo o meu passado. Eu achava que a qualquer momento poderia acontecer alguma coisa. Eu nunca ficava relaxado” (**Maxi Romênia**).
- “Eu não sabia muito bem o que esperar, mas logo que eu cheguei já deu para notar que era um ambiente diferente da escola. Os professores eram respeitosos. Os colegas não ligavam para como você se expressava. Era um ambiente mesmo diferente. (...) Eu sempre que posso, eu evito ir aos banheiros públicos. Se eu consigo, eu nunca vou, mesmo na universidade.

	<p><i>Eu não me sinto confortável. Mas teve uma vez que eu estava fazendo mobilidade internacional, eu estava em Portugal, em Coimbra, e as pessoas costumavam ser bem legais e acolhedoras, mas uma vez na universidade eu fui ao banheiro dos garotos, e um rapaz mesmo muito alto e forte veio até mim e disse que aquele era o banheiro dos homens, e eu disse-lhe que sabia. E ele riu e ficou muito irritado, muito nervoso e me disse coisas, que eu não entendi porque eu não falo português, mas um colega também estava no momento e não quis traduzir porque era muito pesado. Honestamente, Eu só quis sair de lá e fiquei feliz por não acontecer violência física. Eu fiquei com medo. Principalmente porque ele era mais alto, mais forte” (M. Romênia).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Gostei muito da universidade. As pessoas já eram mais crescidas. Tinham sua personalidade mais formada. E havia uma mulher trans em uma das cadeiras da universidade e eu admirava muito ela, porque ela se assumia. Pela coragem dela. Porque havia na universidade muitos comentários transfóbicos em relação a ela, mas ela não desistia. Ela lidava bem com tudo aquilo. Dentro da sala havia muitos comentários. Na faculdade, já não faziam tanto bullying direto, mas havia comentários. “Olha lá, aquilo ali é um traveca”. Eu, na altura, só tinha assumido minha sexualidade, então não sofri tanto assim. Mas eu ouvia sempre comentários transfóbicos em relação a outra rapariga. “Olha ela chegou. Ela ou ele??” e riame da garota. E isso sem dúvida me travava” (Martim Portugal).</i> • <i>“A chegada na universidade foi muito overhelmed (sobrecarregada), eu diria, porque, lá está eu moro não bem em Lisboa, eu moro num ambiente mais pequeno, mais católico, mais conservador, onde eu cresci. E quando eu fui à universidade, eu fui à Lisboa. Eu continuei a morar aqui, mas ia todos os dias à Lisboa. E, no meu caso, foi um acesso à outras pessoas queer. Um acesso à diversidade. Foi o abrir dos portões para o mundo. Psicologia é um curso muito particular, então havia essa diversidade. Havia muitas pessoas queer, muitas pessoas lésbicas especificamente, na altura. Eu acho que, na altura, eu tinha a mentalidade que a psicologia seria um curso no qual eu poderia ser mais aceite. Eu sabia que há cursos, que se calhar, onde a minha identidade não era tão bem-vinda. E eu tenho muito interesse em ciências em geral e psicologia não era minha primeira opção. Era um meio termo. Se calhar eu preferiria ter ido mais para a medicina... E são ambientes onde me parece haver mais regras, socialmente, que não são muito a favor da minha identidade (...) Eu não sei se é coisa da minha cabeça, mas eu sei que há também na universidade pessoas muito católicas e sei que eles têm as suas opiniões. Não vivi nada diretamente. Mas às vezes dão a entender que estão a falar de nós... Eu não tenho a certeza, mas é certo que não me sinto muito confortável” (Miguel Portugal).</i>
<p>3.2 A estrutura e o sistema cisonormativos das universidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Eu não tinha mudado ainda os meus documentos. Então eu enviei um e-mail à universidade informando que eu era uma pessoa trans e que eu não gostaria de ser chamado pelo nome antigo. Lá não havia um protocolo para fazer essa alteração. Eu fui a primeira pessoa trans a mudar o nome na história daquela universidade” (Adrián Espanha).</i>

- *“É verdade, que eu ainda não tinha alterado meu nome. E eu tive que explicar sobre tudo isso. Eu tive um grande problema com a secretaria porque eles disseram que não poderiam alterar o meu nome, e eu tive que mostrar a eles a legislação e isso foi muito violento, porque eu tive que explicar tudo sobre a legislação. Ensinar a eles o que eles deveriam saber e fazer” (B. Espanha).*
- *“Nós colhemos assinaturas para pedir a instalação de casas de banho neutras e depois foi um grande alarde nas mídias de Portugal, porque nos iríamos deixar de ter gênero naquela escola, e que era uma escola de esquerda, e coisas assim. E isso não é verdade. Há mais de 60 casas de banho e somente 3 não têm gênero. E na verdade nem está a funcionar muito bem, porque eles simplesmente tiraram a placa da parede e não puseram novos a dizer gênero neutro. E pela arquitetura, continua igual, toda a gente sabe qual era o masculino e o feminino. Não mudou nada. Não evoluiu” (Miguel Portugal).*
- *“Eu ficava alguns minutos fora do banheiro, em frente ao banheiro, tentando decidir para qual dos dois eu iria, o masculino, ou o feminino. Eu vivi uma grande luta por mais ou menos duas semanas. Eu evitava utilizar o banheiro da universidade o máximo que eu conseguisse. Até que eu encontrei alguns banheiros de gênero neutro e comecei a utilizá-los. Mas foi muito estressante” (Vuk Croácia).*
- *Há alguns anos, nós passamos a ter alguns poucos banheiros de gênero neutro na universidade. Temos dois desses banheiros, e é melhor do que nada. Mas, eles ficam no térreo, e a universidade tem 12 andares. É muito simbólico. Em uma universidade daquele tamanho, uma pessoa precisar deslocar-se por 12 andares, apenas para fazer xixi. (...) Alguns ajustes práticos precisam ser feitos. As questões dos banheiros, muda-se uma porta e você tem um banheiro de gênero neutro em cada andar. Coloquem portas dentro dos banheiros masculinos. Nem mesmo os homens cis se sentem confortáveis dentro dos banheiros masculinos” (Clarence Naber Holanda).*
- *“Poderiam disponibilizar casas de banho de gênero neutro para as pessoas não binárias e para as pessoas que estão no início da transição, sem tanta passabilidade, para protegê-las de assédio e transfobia. Na minha universidade, os próprios estudantes arrancaram os sinais de gênero que havia nas casas de banho. Eles arrancaram e jogaram no lixo. E a universidade se viu sem saída e aceitou. (...) deveria haver símbolos de inclusão da diversidade nas universidades. Bandeiras, por exemplo. Pôsteres com divulgação de informações. Pôsteres nas paredes indicando que ali é um espaço seguro e amigo da diversidade. “Nós não aceitamos transfobia aqui.” (...). As instituições precisam deixar explícito que são aliadas dessas lutas” (Noah França).*
- *“Eu acho que devem dizer que é um safe space. Por exemplo na minha loja as pessoas perguntam se podem levar determinado produto no avião, e tem lá mesmo um papelinho a dizer, “Travel friendly”. As universidades devem fazer isso.*

Eu acho que se as universidades e as escolas fizessem esse tipo de coisa, eu acho que haveria muito mais pessoas ali, e muito mais respeito” (Martim Portugal).

- *“Eu, enquanto estudante, nunca senti que minha identidade estava representada ali. E talvez seja por isso que hoje eu seja orientador de estudantes trans, para que eles não passem exatamente pelo que eu passei. (...) se você não nos enxerga nesses espaços, é como se nós não existíssemos. (...) Quando um estudante (...) me vê ali à sua frente, é mais fácil para ele perceber que ele está autorizado a frequentar aquele espaço. (...) Eu observo a estrutura transfóbica e homofóbica. O sistema como um todo. (...) A maior barreira hoje é o sistema de dados. Eu falo para eles: “Quando vocês me contrataram aqui, eu era não binário, igual a eles. E vocês não tinham um espaço para eu afirmar isso no momento da inscrição. Então, vocês me assinalaram no feminino, porque era assim que eu me parecia na altura. Vocês olharam para o meu corpo e tiraram essa conclusão”. (...) para mim, essa é a grande barreira na área da educação. Os seus sistemas desatualizados com inverdades” (Jack Reino Unido).*
- *“Eu não acho que eles promovam o acolhimento da diversidade de gênero. (...) a secretaria deveria esquecer o meu nome antigo, porque em algumas situações eles insistem em me chamar pelo nome antigo e eu respondo a eles: “esse não é mais o meu nome” [participante já fez a alteração legal do nome e do gênero]. (...) É muito importante haver representatividade nesses locais. Quando eu era mais novo, eu iria gostar de ver pessoas como eu na universidade. Eu iria gostar de ver professores trans. Assim, eu saberia que eu poderia ter um futuro, que eu poderia continuar meus estudos. Porque tiram de nós nossas perspectivas. Por exemplo, não é comum vermos médicos trans, advogados trans, e sabe por quê? Porque pessoas trans desistem da educação, abandonam as escolas e as universidades” (Alex Romênia).*
- *“(...) a faculdade não alterava o nome nos sistemas, mas possibilitaram que eu colocasse somente a inicial do meu nome. Então, só havia a inicial e o apelido. Isso fez com que algumas pessoas fizessem muitas perguntas, porque só havia a inicial do meu nome. (...) No meu segundo ano, eles incluíram uma casa de banho de gênero neutro na universidade e isso foi bem legal. No nosso campus, por ser uma área mais voltada às artes e ao design, existe a tendência de ser mais aberto à diversidade e à inclusão” (Dylan Irlanda).*
- *“mesmo quando você submete uma candidatura a uma universidade, você precisa assinalar se é do gênero masculino ou feminino. Mesmo com a possibilidade do X em alguns países como Malta, ainda assim, esses locais só disponibilizam essas duas alternativas, masculino ou feminino. O “X” não está lá. (...) essas pequenas coisas facilitariam o processo. (...) semana passada eu ouvi relatos aqui em Malta de banheiros de gênero neutro terem sido vandalizados em uma universidade... então, se a universidade não assumir uma postura... não fizer nada diante disso... como os seus professores poderão fazer? Quando há grandes problemas, a universidade silencia” (Francesco Malta).*

- *“A universidade não me deu a opção de usar o nome social. (...) Eu, por exemplo, ainda hoje preciso apresentar projetos e trabalhos com o meu nome legal, e isso me atrapalha muito. Eu não consigo agir e acho que muita gente também não consegue” (Robin Bulgária).*
- *“Uma coisa boa da universidade foi a alteração do nome. Eu consegui alterar o nome de forma muito fácil. (...) Eu acho que a única coisa que a minha universidade fez para promover a diversidade foi disponibilizar um papel onde você pode colocar como você se identifica. O resto depende de cada professor, ou funcionário. Não há uma política geral de promoção da diversidade (John Alemanha).*
- *“Quando eu cheguei lá, eu ainda não havia mudado meu gênero nos documentos, e eu perguntei nos serviços acadêmicos que gênero eu deveria marcar ali, e eles me responderam: “Nós não nos importamos com isso. Marque como você se sentir melhor”. Então, foi um bom começo. Isso foi muito encorajador para mim” (Noah Croácia).*
- *“Mas eu te digo, ainda esse ano, durante os dias do orgulho, a universidade não quis sequer colocar a bandeira do orgulho. A bandeira do arco íris, nada disso. Acredite. então, eles não são acolhedores ou apoiam qualquer LGBT” (Aleks Eslovênia).*
- *“(...) se as instituições fossem mais abertas à diversidade. Honestamente, não precisa de muito. Mas deixar claro que a universidade apoia e acolhe a diversidade, que é um lugar seguro para essas pessoas. Afirmar isso de forma clara. É claro que banheiros de gênero neutro também ajudaria bastante” (Júlia Suíça).*
- *“(...) agora no mestrado, com a aparência predominantemente feminina, cabelos longos, e etc, foi diferente. Então, eu fui antes das aulas iniciarem até a secretaria da universidade, no open day. eu disse-lhes: “Eu sou uma pessoa transgênero, e eu estou vindo a essa universidade para fazer o mestrado, e eu gostaria de ser chamada pelo nome Bamboo, e não o nome que está nos meus documentos. Eu gostaria de saber se isso é possível”. E eles responderam-me: “sim, sim, é possível. Eu só peço a você que preencha um formulário conosco em papel, e não pelo computador, porque o sistema ainda não está atualizado. Então, por favor, venha aqui em junho”. E eu fui em junho. Não foi possível. Fui em julho. e novamente não foi possível. Então em setembro, quando as aulas iriam começar, eu apareci lá com o advogado da associação e tem sido uma luta até conseguirmos isso. E isso tudo me gerou outros inconvenientes. Porque como eu só me inscrevi mais tarde, eu não tive acesso ao sistema dos estudantes, à internet e coisas assim. Mas, eu ia às aulas. E para tentar resolver tudo, eu tive que ir até o reitor da universidade. Tive uma reunião de duas horas com ele, e o advogado da associação, e eu disse a ele que ninguém naquela universidade sabia o que fazer comigo. Eles precisaram do meu caso para tentar fazer aquilo funcionar. E hoje toda a gente me conhece naquela faculdade e sabe que eu sou transgênero (risos). Toda a gente sabe meu nome antigo e o nome que eu quero ser chamada. É a vida. E detalhe, ainda hoje não resolveram a minha situação. É lamentável, mas eu*

	<p><i>não desisto. Eu sei que essa situação não é boa pra mim, mas não é um problema assim tão grande. (...) vou até a justiça.”</i> (Bamboo Bélgica).</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Eu tive dificuldades nesse acesso, por exemplo, levaram um ano para alterar o meu nome na minha titulação do grau em psicologia. Um ano é muito tempo. (...) depois de sair do armário, demorar um ano para alterar minha titulação do grau em psicologia”</i> (Sarah Espanha).
<p>3.3 A ausência e o apagamento das identidades trans no ensino superior.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Pessoas trans não havia. Havia muitas gays lésbicas. Na minha sala tinha 1 pessoa trans”</i> (Adrián Espanha). • <i>“Não fui para universidade a pensar em ter amizades, ou sair. Nem sequer eu queria conhecer outras pessoas para não haver a possibilidade de voltar a acontecer tudo outra vez. Entrei muito discretamente. Não queria chamar atenção. Tentei passar sem ninguém me notar”</i> (Nuno Portugal). • <i>“Tinha pessoas diversas, mas pessoas trans eu nunca vi. Tinha pessoas da comunidade LGBT, meninas lésbicas”</i> (Maxi Romênia). • <i>“Eu acho que a diversidade de gênero simplesmente não se apresenta. Não se apresenta de uma forma corporativa. A minha universidade, por acaso, está a ficar conhecida como a universidade mais à frente nesses assuntos e ao mesmo tempo quando evolui de algum lado, é por força nossa, dos alunos. Eu só conheço uma única pessoa trans na minha universidade. (...) Foi importante para mim esse ano, ter um colega que até é delegado (em Portugal, é um monitor de sala), e é trans. Antes dele eu nunca tinha tido um contacto tão direto com qualquer pessoa trans na universidade”</i> (Miguel Portugal). • <i>“(…) eu quero voltar a estudar. Eu quero ir à faculdade. Mas, eu só quero ir com o meu nome de Martim. Com o meu nome e o meu gênero mudado. E, também, já com a testosterona, com os documentos novos, com o nome e o gênero corretos. É o que eu quero mais que tudo. Eu acho que ainda não voltei a estudar. Ainda não fui para a universidade somente por causa disso. Mas está nos meus planos, definitivamente. Quero mudar o meu nome e, em seguida, voltar logo a estudar, definitivamente [olhos brilham e sorri]”</i> (Martim Portugal). • <i>“(…) agora, que eu tenho mais coragem, e tenho mais espírito de luta, eu estou estudando para tentar ir à universidade. (...) Porque como eu abandonei a escola, eu ainda não tenho as qualificações necessárias para entrar na universidade. E eu também estava com medo. Como eu tive uma experiência muito negativa na escola, eu tinha medo de que aquilo se repetisse na universidade. E eu não quero viver aquilo tudo de novo”</i> (Francesco Malta).

- “(...) não há diversidade lá... Na minha universidade são praticamente todos homens cis. Não conheço nenhuma pessoa trans ali. Até mesmo lgbt em geral, não se ouve falar. É como se não fosse permitido aquele espaço para pessoas lgbt” (**Alex Romênia**).
- “Durante a licenciatura não havia diversidade... minha sala era toda formada por mulheres cis... e eu não via ninguém como eu pela faculdade” (**Bamboo Bélgica**).
- “(...) ser a única pessoa trans em um espaço onde não há pessoas como nós, é um tipo de insulto. É muito desproporcional e em desequilíbrio” (**Jack Reino Unido**).
- “Não conheço ninguém trans lá. (...) Não faço ideia de qualquer pessoa trans no meu departamento. (...) [Mas] Nós já estamos lá. Nós somente não verbalizamos isso e não somos notados. Somos invisibilizados. Por causa do medo, você sabe. Nós hesitamos pelo medo da violência, do assédio, e isso é completamente plausível” (**Robin Bulgária**).
- “Pessoas trans têm muito medo de mostrar sua identidade. Eu conheci uma garota trans na minha associação, que por acaso estuda na mesma universidade que eu, mas ela não quer que ninguém saiba que ela é trans. Então às vezes eu a vejo no campus e nos cumprimentamos só com o olhar, porque eu sou muito transgênero, e não quero deixá-la desconfortável. Ela tem passabilidade como mulher trans e ela não quer que descubram. Então, ela esconde a identidade total dela e assumiu a postura de uma mulher cis. Eu entendo o porquê” (**Bamboo Bélgica**).
- “Eu não expressava minha identidade de gênero naquela altura. Eu agia como esperavam que um homem agisse. Eu dava a eles o que eles queriam. Era mais fácil. (...) Eu não externalizava isso. Eu tinha vergonha” (**Júlia Suíça**).
- “(...) não quero ser associado à temática trans, porque eu tenho medo de transfobia. E eu só quero uma vida em paz. No meu doutoramento, eu não faço mais estudos sobre gênero sobre pessoas trans porque eu não quero ficar associado às pautas trans. Porque eu tenho certeza de que as pessoas vão descobrir que sou trans e serão transfóbicos. Então isso acaba me negando direitos, coisas que eu poderia querer fazer, e não faço por medo, medo de serem transfóbicos, ou de não quererem trabalhar comigo. Eu não quero que as pessoas, em geral, saibam que eu sou trans. Eu não me sentiria confortável, porque eu tenho medo das pessoas. Eu tenho medo de transfobia” (o participante pediu que ocultasse a cidade da França onde estuda para que não haja a possibilidade de ser identificado. Ele teme muito pela segurança dele. Falou isso várias vezes ao longo da entrevista). (**Noah França**).

	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) durante a transição eu acessei à universidade, mas na modalidade à distância. Eu tinha aulas remotas em casa. Porque era mais fácil para mim [Participante relatou que foi excluído pelos colegas durante a transição, e por isso, optou pela modalidade remota]. Eu decidi fazer o restante do curso à distância” (John Alemanha). • “Então, muitos dos estudos que eu fiz durante minha carreira acadêmica, eram on line. Então nunca tive muito contato com a sala de aula. (...) Nunca conheci ninguém trans em minhas salas de aula, durante a universidade. Nada, nada” (Sarah Espanha). • “Não havia diversidade. Francamente não conheci qualquer pessoa fora do binário. Tanto na escola quanto na universidade não havia muita sensibilidade quanto a essa temática” (Am. Itália). • “Não havia diversidade. Até mesmo a questão da orientação sexual, foi alguma vez mencionada, mas nunca foi discutida” (Aleks Eslovênia). • “Eu nunca soube de nenhuma pessoa trans na universidade na altura da minha licenciatura. Eu apenas soube de uma pessoa trans no doutoramento, quando eu me abri no meu grupo de investigação em 2020, uma pessoa falou que tinha um ex-estudante trans na universidade. Fora isso, eu nunca soube. Se há, e deve haver, eu não sei. Assim como tem gente que não sabe que eu sou. (...) Eu acho que as pessoas trans deveriam estar presentes na universidade o máximo possível. A universidade como uma representação da nossa sociedade, eu acho que deveria haver toda uma diversidade de pessoas lá. É importante que as pessoas trans consigam fazer tudo aquilo que sonham fazer, e o acesso à universidade deve ser uma possibilidade” (Clarence Naber Holanda). • “(...) eu não conheci nenhuma pessoa trans. E nem ouvi falar. Mas eu não ficava muito lá. Não ficava fora da sala. Eu ia à aula e logo ia embora. Então se havia alguma pessoa trans lá na universidade, eu nunca soube” (Verônika Estônia). • “(...) eu não remetia isso diretamente à transfobia, mas sim. Eu fiquei um tempo afastado da educação, por causa de tudo que eu passei. A internação, e tudo mais. (Noah Croácia). • “Eu tive muito medo de ir à universidade e acontecer tudo de novo, então eu precisei de tempo. algum tempo para voltar a frequentar a educação” (Maxi Romênia).
<p>3.4 A falta de formação dos agentes educativos para o acolhimento da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu acho que depende muito dos professores, dos temas, de muita coisa. (...) Mas por exemplo, professores confundem os pronomes e depois até pedem desculpas. (...) Os funcionários não promovem o acolhimento à diversidade. (...) eu fico sempre com medo das forças de segurança, o segurança pode nos dizer: “estás na casa de banho errada”. Eles nem sequer sabem.

diversidade de gênero no ensino superior.

Aquela cisnormatividade. Acho que não estão preparadas. Eu lembro-me de estar a propor fazer uma formação em termos de linguagem lgbtqi para a empresa inteira e os meus colegas ficaram a dizer: “mas por que?” Porque é extremamente necessário. Os funcionários não sabem sequer do que se trata. Se soubessem, não haveria determinadas situações. (...) Mas ainda há coisas que acontece muito. Por exemplo, na psicologia a maioria das pessoas são mulheres, ou são designadas mulheres à nascença, e as professoras assumem que podem usar pronomes femininos para turma, com toda a gente, e se calhar, nem toda a gente está confortável. Eu, por exemplo, não estou.” (Miguel Portugal).

- *“(...) uma mulher, que era funcionária da escola, foi muito rude, e me perguntou pelo meu nome de nascimento na frente de algumas pessoas, e isso não foi nada divertido. Eu tive muitos problemas como esse. Às vezes não respeitavam meus pronomes. Ainda há muita desinformação no contexto universitário. (...) a grande maioria do staff e dos professores não sabe muita coisa sobre gênero. Eles não sabem como agir de forma respeitosa” (Dylan Irlanda).*
- *“Acho principalmente que a transfobia existe ali por falta de compreensão da temática. Falta de formação. E é por isso que precisamos de mais gente como eu visíveis na academia. A diversidade de gênero não está no radar da academia. Pessoas cis não pensam sobre pessoas trans. (...) Alguns dos meus colegas simplesmente não sabem como tornar as suas aulas mais inclusivas e ficam apavorados com isso. Medo de ofender as pessoas, de cometerem erros. Falta formação nesse sentido. Eles precisam receber formação para lidar com a diversidade” (Jack Reino Unido).*
- *“Eles [os professores, dirigentes e profissionais da educação] ainda têm muito o que aprender. (...) deveria haver formação para professores nesse sentido, sobre questões lgbtqi+ em geral, porque há muita falta de informação entre eles, e perde-se a conexão entre eles e os estudantes. É isso. Eu acho que a educação e a formação são o ponto principal (...) Eu acho que minha vida seria mais fácil se houvesse mais políticas de diversidade sexual e de gênero nas universidades. E quando as fronteiras fossem cruzadas, houvesse consequências. Quando houvesse assédio, por exemplo, precisaria haver consequências. Eles teriam que ser punidos, expulsos, alguma coisa” (Robin Bulgária).*
- *“Eu tive uma professora de estatística, que na primeira semana de aulas, fez duas colunas no quadro e disse que uma era dos homens e a outra era das mulheres, em um exemplo de estatística, e de repente ela me viu na sala, e aquilo a perturbou de uma forma. Por que em qual coluna ela iria me colocar? E ela percebeu que estava dizendo e fazendo algo que não estava certo. Algo não estava certo ali. Então, ao fim da aula, eu a procurei e me apresentei como transgênero. E dei-lhe uma dica de como a aula poderia ser mais inclusiva se ela não usasse aquele tipo de exemplos, e ela me agradeceu pela ajuda” (Bamboo Bélgica).*
- *“Quando eu decidi me declarar trans em público (já no doutoramento), eu procurei um setor da universidade que trata sobre as questões de desigualdade de gênero, para perguntar o que eles poderiam fazer para me ajudar nesse processo, e eles me*

disseram, que não podiam fazer nada. Falaram que se eu sofresse algum tipo de discriminação, aí sim, eu poderia procurá-los, mas naquele momento não tinha nada que eles pudessem fazer. (...)Eu não acho que eles (agentes educativos) estão preparados para promover essa integração (da diversidade de gênero). Porque nem eu sabia como lidar comigo mesmo, imagina eles enquanto pessoas cis. (...) Eu acho que (é preciso) educar essas pessoas (agentes educativos). Dar formação sobre essas questões (de gênero)” (**Clarence Naber Holanda**).

- “Uma vez, quando eu estava no mestrado, na Finlândia, eles disponibilizavam serviços psicológicos para os estudantes, e eu fui até lá. Eu disse-lhe que eu tinha desejos e fantasias de ser uma mulher, e ela (a psicóloga): “Ok, mas aqui é só para atender questões da universidade. Talvez seja melhor procurares uma terapia”. Mas era exatamente isso que eu estava fazendo, e eu não tive o suporte necessário. O suporte que eu merecia” (...) “Acho que precisa haver um posicionamento oficial da universidade. Workshops, seminários, coisas que façam as pessoas entenderem do que se trata a identidade de gênero, e, assim, todos os seus funcionários, docentes e estudantes teriam que seguir a política de inclusão da instituição para estar ali. (...) Independente do posicionamento pessoal de cada um, para estar ali, para trabalhar ou estudar ali, teria que seguir as regras de inclusão da universidade” (**Júlia Suíça**).
- “Uma comissão de diversidade, por exemplo, ajudaria bastante. (...) Minha universidade não é 100%, mas, (...) por exemplo, nós assistimos filmes com temática queer. Nós normalizamos as questões dos pronomes. É importante conversar sobre a história queer e fazer o máximo possível para parar as discriminações” (**Vuk Croácia**).
- “A maioria dos professores e staff não promovem a integração e o acolhimento da diversidade. A verdade é essa. E também não estão sequer preparados para isso. Deve haver formação constante para quem trabalha com educação. Se você vai fazer alguma exposição de arte, incluam artistas trans. Se vai haver um seminário, um painel para estudantes, inclua pessoas trans, ou mesmo pessoas queer. Incluir pessoas diferentes, não só os homens de sempre. Então, essa inclusão vai fazer com que todos vejam que as pessoas trans também estão ali. É importante que tenham símbolos de diversidade pela universidade, mas não só isso. (...) É importante haver grupos de apoio, comissões, espaços de diversidade e inclusão” (**Francesco Malta**).
- “Em nível social, essas pessoas neste espaço devem procurar não se basear no preconceito ou discriminação. Elas devem procurar entender esse universo e compreender essas pessoas. Essa é a coisa mais importante de início. E o respeito. Respeito, sobretudo” (**Am. Itália**).
- “(...) fazer com que os professores saibam o que isso significa (identidade de gênero e componentes da sexualidade). Já que hoje ainda não é possível termos uma pessoa trans lá dentro discutindo sobre essas questões com os professores e agentes, devem construir guias e fazer com que o conhecimento chegue naquele espaço, explicando as questões da identidade de

gênero, as necessidades das pessoas trans, os requisitos, os altos e baixos e como as pessoas trans devem ser tratadas, seus pronomes e afins, como um protocolo de tratamento e respeito identitário quando essas pessoas se autodeclaram” (Aleks Eslovênia).

- *“(...) eu tive um exame esse ano e eu ainda estava mudando meu nome para Alex, e o professor não quis me entregar o resultado do exame, porque nele não estava o meu nome legal. Eu havia colocado Alex no exame, e nos meus documentos ainda estava o nome antigo, então ele não quis me dar o resultado. E eu tive que enviar-lhe um e-mail e ele me respondeu dizendo que não acreditava até que eu lhe enviasse os papeis (documento com o novo nome). E mesmo estando lá o meu apelido. Então não podia ser outra pessoa naquela sala. (...) essa história que eu contei do professor é um tipo de transfobia. (...)Definitivamente eles não estão preparados para promover a diversidade. A maior parte deles já é mais velha, em torno de 60, 70 anos, bem conservadores. E eu acho que deveria haver formação e educação para os professores mais jovens, aqueles que são assistentes, que não são professores ainda. Porque eu acho que essa é uma geração que poderia mudar tudo” (Alex Romênia).*
- *“(...) teve um professor que uma vez mencionou sobre o mito da democracia racial e ideologia de gênero. Eu saí no meio da aula, porque era muito estúpido. (...) (pausa) A verdade é que se você é uma pessoa cis, facilmente você vai encontrar um orientador e vai ser bem tratado. Mas, se você é uma pessoa trans, aí você precisa ser perfeito. Você precisa estar níveis acima dos outros para conseguir alguma coisa. E isso cansa, é exaustivo. (...) eu tentei escrever uma tese sobre estudos de gênero e eu enviei centenas de e-mails, e ninguém quis me orientar. Todos os professores tinham algo mais importante a fazer” (John Alemanha).*
- *“Quanto aos professores e demais agentes, eu não diria que eles fomentam. Porque eles só fazem alguma coisa se aquilo os toca. Eles tratam com mais empenho ou menos, depende da pessoa. E eu creio que o panorama aqui está mais pra menos. Porque muitas pessoas cis não conhecem a realidade trans, e tampouco se informam. E, por isso, que eu digo, até conhecerem alguém trans e terem de lidar com aquela pessoa naquele contexto, não fazem nada. Então, quando essa pessoa aparece eles não estão preparados. Não estão preparados para nada. No sentido de que deveriam se informar um pouco previamente sobre as questões de gênero” (Sarah Espanha).*
- *Eles não divulgam as políticas de apoio à comunidade trans que são regulamentadas pela lei. (...) Quanto aos professores, eles não recebem uma formação compulsória para lidar com as questões lgbt dos estudantes. Eles recebem formação contra o sexismo, pela igualdade de gênero, homem e mulher, e também para lidar com as questões das pessoas com deficiência... mas não sobre questões de gênero e sexualidade. E eu acho que nem todos eles estão preparados para tratar com questões da diversidade de gênero. Os professores mais velhos, mais conservadores, eu realmente acho que não estejam preparados. (...) Basicamente é uma faculdade de ciências sociais, então, muitos dos professores vêm do mundo da política. Então tem*

professores de extrema direita, e esses definitivamente não estão preparados. Então se eles quiserem ser bem babacas, eles serão bem babacas. A universidade não faz nada pela comunidade lgbt publicamente, nada. Ela faz campanhas contra o assédio sexual, contra o sexismo, o que é muito válido, porque é uma demanda muito antiga do feminismo, mas não promove nada em favor da diversidade de gênero, ou sexual. Não existe nenhum lugar para denúncias em casos de homofobia ou transfobia. (...) Deve haver formação compulsória de professores e staff universitário, para a diversidade de gênero e questões de sexualidade, deixando claro que pessoas trans existem e que podem ter seus nomes alterados por um nome social. Eu não acho que precisa ser uma formação profunda, sabe? Coisas básicas que ajudariam muito no dia a dia da universidade, tipo: “algumas pessoas vão alterar seu nome e gênero, e precisam de informações corretas”. E eu acho que melhorias para estudantes trans acabariam trazendo melhorias para todos os estudantes” (Noah França).

- “(...) teve um incidente com um professor bastante transfóbico, que fez um monólogo de mais de dez minutos em sala de aula, falando que pessoas trans não deveriam estar na educação... que não deveria ser permitido mudar de gênero... e que para ele era muito nojento ver uma pessoa com um pênis ser chamada de mulher e isso foi na frente de toda a gente, e toda a gente ficou quieta. e ele continuou dizendo que pessoas trans eram doentes mentais. E eu reporteii isso à universidade, à chefe do departamento, que havia um professor que estava dizendo coisas muito problemáticas sobre pessoas trans em sala de aula, e ela ficou revoltada” (Noah Croácia).